

HUGO MARI
IDA LÚCIA MACHADO
RENATO DE MELLO
Orgs.

**ANÁLISE
DO DISCURSO:
Fundamentos
e Práticas**

N^o Cham. 418 A532 2001 v. 4

Título: Análise do discurso : fundamentos e
práticas :



12280103
300304

2001

No presente volume, o leitor encontrará uma reflexão ampla sobre os diversos caminhos que têm balizado a discussão e o desenvolvimento de projetos sobre análise do discurso no Poslin da Faculdade de Letras da UFMG.

Pelas categorias conceituais contempladas, pelas orientações metodológicas apontadas, queremos destacar uma discussão ampla sobre o campo da análise do discurso.

Visando alcançar esse objetivo, trazemos para a arena dos debates não apenas textos de professores e alunos do Poslin, como também de professores visitantes de outras instituições do exterior.

MOD. BU - 015 ABR/98 16.000

75 x 125

DA FACULDADE DE LETRAS

do discurso :
aticas

E SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
ATA CARIMBADA

--	--

HUGO MARI
IDA LÚCIA MACHADO
RENATO DE MELLO
Orgs.

418

A532

2001

v. 4

ANÁLISE DO DISCURSO
Fundamentos e Práticas

02/04/06
U.F.M.G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA



12280103

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
Núcleo de Análise do Discurso
BELO HORIZONTE
2001

ANÁLISE DO DISCURSO: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

TEXTOS DE

Hugo Mari
Ida Lúcia Machado
Renato de Mello
Antoine Auchlin
Claude Chabrol
Eddy Roulet
Janina Espuny Monserrat
Marcel Bromberg
Patrick Charaudeau
Antônio Augusto Moreira de Faria
Edson Nascimento Campos
Paulo Henrique A. Mendes
Sueli Pires
Wander Emediato
William Augusto Menezes

Orgs.

Hugo Mari
Ida Lúcia Machado
Renato de Mello

Núcleo de Análise do Discurso
FALE-UFMG
CAPES
Belo Horizonte
2001

Direitos Autorais reservados – Lei 5988/73
Copyright ©2001 – Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG
Os capítulos assinados são de responsabilidade de seus autores, não
traduzindo, necessariamente, a opinião do NAD/Fale-UFMG.

Os capítulos deste livro, no todo ou em partes, podem ser
reproduzidos para fins educacionais e de pesquisa, porém, é vedada a
sua comercialização, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, Lei
5988/73.

HUGO MARI E IDA LÚCIA MACHADO
Projeto Científico

RENATO DE MELLO
Projeto Editorial

Núcleo de Análise do Discurso
Faculdade de Letras – UFMG
Homepage: <http://www.lettras.ufmg.br>

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE-UFMG

A532 Análise do discurso: fundamentos e práticas / textos de Hugo Mari...
[et al.];
Hugo Mari, Ida Lúcia Machado, Renato de Mello, orgs.
Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001
360p.

ISBN:

I. Análise do discurso. I. Mari, Hugo. II. Machado, Ida Lúcia.
III. Mello, Renato de

Programa de Pós-Graduação em
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

PROJETO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA
Série – Análises Discursivas

VOLUMES PUBLICADOS

1. Teorias e Práticas Discursivas: Estudos em Análise do Discurso
2. Metáforas do Cotidiano
3. Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso
4. Categorias e Práticas de Análise do Discurso
5. Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Silvina Pagano
Antônio Augusto Moreira de Faria
Célia Maria Magalhães
Deise Prina Dutra
Hugo Mari
Ida Lúcia Machado
João Bôsko Cabral dos Santos
Paulo Henrique Aguiar Mendes
Sueli Pires
Vera Lúcia Menezes de O. Paiva

Núcleo de Análise do Discurso
FALE-UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte-MG – Cep: 31270-901
Tel. (31) 34-99-51-25 – Fax. (31) 34-99-51-20
E-mail: discurso@letras.ufmg.br

SUMÁRIO

Colaboradores	9
Apresentação.	11

PARTE I: FUNDAMENTOS

1. Uma teoria dos sujeitos da linguagem Patrick CHARAUDEAU	23
2. Uma teoria de análise do discurso: A semiolinguística Ida Lúcia MACHADO	39
3. Uma visão modular da complexidade discursiva Eddy ROULET, Sueli PIRES	63
4. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura Hugo MARI	93
5. Por uma classificação dos atos de fala Claude CHABROL, Marcel BROMBERG	133
6. Retórica, argumentação e discurso Wander Emediato DE SOUZA	157
7. Faces e usos da argumentação William Augusto MENEZES	179
8. <i>Ethos</i> e experiência do discurso: algumas observações Antoine AUCLIN	201
9. Inter-subjetividade e Enunciação Renato de MELLO	227

PARTE II: PRÁTICAS

10. Interdiscurso, intradiscurso e leitura. O caso de *Germinal*
Antônio A. Moreira de FARIA 241
11. El contenido del interlocutor cuando se le toma la palabra, y
otras funciones de la diafonía en el cara a cara
Janina Espuny MONSERRAT 289
12. Sobre o contrato de comunicação: do discurso ao debate
político-eleitoral
Paulo Henrique A. MENDES 313
13. O Recado do Morro e as vozes da enunciação
Edson Nascimento CAMPOS 347

- Índice Onomástico 357

COLABORADORES

ANTOINE AUCHLIN
Université de Genève

ANTÔNIO AUGUSTO MOREIRA DE FARIA
FALE-UFMG

CLAUDE CHABROL
GRP, PARIS 8

EDDY ROULET
Université de Genève

EDSON NASCIMENTO CAMPOS
FALE-UFMG

HUGO MARI
FALE-UFMG

IDA LÚCIA MACHADO
FALE-UFMG

JANINA ESPUNY MONSERRAT
Universitat de Barcelona

MARCEL BROMBERG
GRP, PARIS 8

PATRICK CHARAUDEAU
PARIS XIII

PAULO HENRIQUE A. MENDES
PUC-MINAS

RENATO DE MELLO
FALE-UFMG

SUELI PIRES
FALE-UFMG

WANDER EMEDIATO DE SOUZA
FALE-UFMG

WILLIAM AUGUSTO MENEZES
Doutorando-Posin
FALE-UFMG

APRESENTAÇÃO

Por que mais um livro reunindo artigos (ou capítulos) de diferentes autores, em que cada um expõe as teorias, conceitos e práticas que lhes parecem funcionais e/ou aplicáveis? Não é o desejo de colocar na balança, em situação de concorrência, os diferentes olhares que existem atualmente sobre a teoria discursiva em questão, os quais nos levam a organizar esta coletânea. Não é tampouco a necessidade acadêmica de publicar largamente para se “fazer conhecer” por seus pares: o trabalho que temos realizado no NAD (*Núcleo de Análise do Discurso*) e no *PosLin* (Programa de Estudos de pós-graduação em Letras: Estudos Linguísticos) da FALE/UFMG, através de nossos cursos, seminários e orientações, o prazer da troca de informações e conhecimentos que realizamos com nossos colegas e alunos brasileiros e com nossos parceiros estrangeiros – que tanto têm contribuído para o crescimento da AD, enquanto disciplina, na UFMG – todas essas trocas nos têm dado satisfação e ânimo para continuarmos nosso trabalho enquanto pesquisadores e professores.

O que pretendemos, realmente, com esta nova coletânea, é poder oferecer ao leitor um instrumental básico e variado sobre a AD: básico porque ele veicula diferentes abordagens que podem inspirar novas pesquisas neste vasto campo interdisciplinar; variado, porque a vertente francesa da AD com a qual trabalhamos, no NAD e no *PosLin*, é fundamentalmente aberta, ainda que se encontrem, reunindo em vários pontos.

No entanto, os termos acima utilizados (*instrumental básico e variado*) não deixam também de nos causar uma certa inquietação (positiva). Talvez, movidos por um sentimento de provocação (tão próprio dos analistas do discurso!) pedimos licença aos leitores para levantar, nesta *Apresentação*, alguns pontos que poderão (esse é nosso desejo) suscitar algumas reflexões sobre nossa AD.

Procurando, portanto, melhor entender esse quadro de realizações e desafios que têm constituído a AD da vertente francesa, montamos este percurso conjugando o termo *discurso* com cinco dimensões, nada que não conheçamos, a não ser por outros nomes: denominamos cada um dos passos de: *discurso-acontecimento*, *discurso-função*,

discurso-relações, discurso-funcionamento e discurso-teorias. Agrupamos, em um pólo, as duas primeiras dimensões – *evento e função* – a primeira, enquanto produto espontâneo da conduta humana e a segunda, enquanto estratégia de atuação e de intervenção social. No pólo oposto, situamos *funcionamento e teorias*, como instâncias responsáveis por prover respostas conceituais cada vez mais efetivas para as duas dimensões do pólo anterior. Por fim, consideramos discurso-relações como espaço de convivência do discurso com as mais distintas áreas de conhecimento. Gostaríamos, na seqüência, de tecer um breve comentário sobre cada uma das dimensões, procurando, na medida do possível, contrastá-las entre si.

DISCURSO-ACONTECIMENTO

A nossa compreensão do discurso como acontecimento decorre de uma série de categorias que podemos lhe associar. Por exemplo, por mais que venhamos a admitir as condições para a sua repetição, para sua previsibilidade – *as formações discursivas* – por mais que venhamos a abstrair das suas condições reais de realização – *os contratos* – o discurso sempre será o lugar da expressão de muitos detalhes que escapam às ferramentas de análise. Esse residual que resiste às ferramentas, que subverte as metodologias faz, de cada discurso, uma singularidade, um acontecimento único. Como objeto singular, no tempo e no espaço, o discurso manifesta um grau de complexidade, revelador da riqueza dos intercâmbios do nosso convívio numa sociedade, e embaralha os nossos instrumentos de análise. Muitas vezes não podemos prever, por determinações prévias, de um quadro conceitual, o que são detalhes de sua existência, enquanto um objeto de mediação social.

Gostaríamos, com certeza, de ver todos os fatos discursivos resolvidos por regras de formação, por operações inferenciais, por esquemas explicativos, mas o discurso insiste em nos parecer uma eterna improvisação que reflete mais as contingências da vida do que, muitas vezes, as necessidades da teoria. Por razões dessa ordem, as nossas teorias discrepam em muitos aspectos, os métodos de análise se dispersam por trilhas controversas, mas nem por isso enxergamos aqui uma justificativa para renunciar, em nome do diverso das práticas discursivas, às tentativas de justificação. Podemos, por exemplo, admitir que toda a discussão sobre gêneros, módulos, contratos vem

nos conduzindo a uma compreensão global da organização, do funcionamento de muitas manifestações discursivas. Estamos longe, todavia, de inferir que padrões esboçados a partir desses parâmetros de análise nos autorize a falar de uma organização sistêmica, na mesma extensão em que podemos fazê-lo para outras dimensões da linguagem. É claro, entretanto, que essa situação desenha para nós um limite contingencial que nos é dado a conhecer em razão dos instrumentos que inventamos, mas não por uma impossibilidade conceitual de compreender os fatos que aí estão expostos. As discrepâncias são naturais quando fazemos intervir teorias num território onde a contingência, o diverso, o singular, o imprevisto ainda devam ser preservados.

DISCURSO-FUNÇÃO

O *discurso-função* representa, no nosso entendimento, uma relação de estreita causalidade com o *discurso-acontecimento*. Essa relação de causalidade coloca em jogo, pelos menos, dois paralelos que gostaríamos de destacar. Inicialmente, ressaltamos um paralelo de ordem quantitativa: se podemos nos valer do discurso-função, enquanto estratégia de construção e de representação de realidades, ou enquanto estratégia de intervenção e de interação social, em tempo e espaço diversos, é porque dispomos de uma atividade discursiva ilimitada. Em complemento a esse paralelo, o nosso agir linguageiro revela a impossibilidade de se impor qualquer limite superior ao discurso-acontecimento. Em segundo lugar, temos um paralelo qualitativo: se as práticas discursivas têm o poder de se ajustarem a quaisquer dimensões de vivência histórica, isso se deve ao fato de dispormos de uma gama de variações do discurso-acontecimento que se presta à expressão de estados de coisa os mais díspares. Em outros termos, não podemos determinar aspectos quaisquer da nossa atividade humana onde as práticas discursivas não sejam um instrumento de sua expressão e sempre estaremos aptos a nos ajustarmos em situações novas.

Relativamente à nossa atividade acadêmica de orientação e de produção nesta dimensão, devemos salientar que muitos dos projetos desenvolvidos têm procurado mostrar o teor finalista de certos discursos. Discursos para vender produtos, para convencer e enganar pessoas, para ganhar eleições, para fazer parecer, para parecer fazer,

para entreter têm frequentado as nossas discussões, os nossos projetos. Muitas vezes, até mesmo selecionamos um corpus com base nesse teor utilitário que conferimos aos discursos. Nada devemos, a priori, censurar neste formato de atividade acadêmica. Muitas descobertas temos feito em torno dessa dimensão, sobretudo quando recorremos a procedimentos de análise que procuram mostrar padrões de funcionamento destes discursos. Aqui criamos uma interface com o discurso-funcionamento, pois é ele que está sendo chamado a responder as dúvidas que construímos nesse território. Se hoje dispomos de alguma agilidade teórica para responder a questões do tipo *Para que serve o discurso X? ou Como se constrói a finalidade Y no discurso X?*, devemos esse fato ao desenvolvimento de muitos instrumentos de análise que tornaram acessíveis a compreensão de muitas práticas discursivas. É provável que ainda estamos longe de um balanço mais efetivo sobre as conseqüências que podemos derivar desse trabalho, no âmbito do discurso-função. Vamos ensinar os nossos políticos a fazerem promessas bem feitas? aos nossos legisladores a construírem argumentações bem estruturadas? aos nossos alunos a redigirem textos para seduzir, aos nossos governantes a produzirem mentiras mais sólidas? Em síntese, fica aqui uma questão: que finalidade pretendemos para finalidades que analisamos em nossos projetos ?

DISCURSO-RELAÇÕES

Por *discurso-relações* entendemos o domínio de abrangência que devemos atribuir à análise do discurso. Essa abrangência, com certeza, tem representado um procedimento importante à medida que possibilita uma convivência interdisciplinar enriquecedora. Tradicionalmente, muitas disciplinas sempre mantiveram interesses pela questão do discurso. A idéia, porém, de análise do discurso só fez crescer esse interesse. *Discurso-relações* representa, então, uma espécie de portal da análise do discurso: nele estão expostos todos os produtos ofertados. O visitante pode sentir-se seduzido pelos contratos, pela diafonia, pelo intradiscurso ou pelo perlocucional; todos são links ativados, capazes de conduzir o interessado por uma rede mais extensa de conexões que se faz representar pelas categorias que mencionaremos abaixo no discurso-funcionamento. A amplitude desse portal tem sido responsável por uma convivência que tende,

cada vez mais, a prover o discurso de uma compreensão menos fragmentada. Se fatos dessa natureza ressoam como créditos, devemos considerar os custos que estamos assumindo para dar conta de uma mesclagem de informações que, apesar dos avanços que temos feito, nos parece cada dia mais complexa.

O leque de informações e de conexões que envolve apenas o campo particular da análise do discurso tem crescido de forma alarmante. E esse crescimento ainda traz consigo uma particularidade: o fato de a análise do discurso recortar problemas de todas as áreas afetas à questão da linguagem acaba por importar também os problemas não resolvidos algures. Gostaríamos de considerar, por hipótese, duas posições que poderíamos vir a assumir diante da complexidade e da extensão crescente nessa área.

Por exemplo, se optamos por não impor qualquer limite, qualquer restrição ao *discurso-relações*, corremos o risco de estar continuamente (re)construindo o quadro conceitual. Essa postura não só implica uma acolhida sem fim das práticas discursivas, como também um ajuste sem fim das categorias de análise. Uma categoria de análise deve conter, por necessidade, um núcleo rígido, mas também uma parte flexível, sensível a ajustamentos, em função das circunstâncias onde é colocada em funcionamento. Assim, a diversidade das práticas pode vir a requerer uma renovação contínua de ferramentas. Não pensamos ser esse um impasse grave na sua dimensão teórica, pelo menos enquanto um desafio instigante, o que não exclui intervenções cirúrgicas à moda de Ockham – *Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*. O reverso dessa situação, se viéssemos a optar por algum limite a ser imposto a *discurso-relações*, pode parecer cômodo a princípio, mas corre o risco de ser aniquilador para as nossas pretensões a longo prazo. Em que circunstância estaríamos próximos a um ato de quase insanidade intelectual desse teor? Certamente, nós o faríamos naqueles momentos em que pudéssemos estar surda e cegamente convencidos de que, em nome de alguma teoria, devêssemos declarar limites. Se as práticas discursivas consagram o diverso, nada mais natural que o esforço teórico de analisá-las ainda se assente num terreno minado pelas controvérsias, até mesmo pelo estatuto de um campo conceitual em construção. Assim, não há razões para que venhamos restringi-las nem por caprichos geo-políticos, nem por afinidades conceituais, o que deve prevalecer aqui são as necessidades impostas pela natureza do objeto.

DISCURSO-FUNCIONAMENTO

Será enfadonho enumerar o rol de categorias que tendências diversas da análise do discurso colocam em ação, enquanto procedimentos de análise. Será importante, todavia, mencionar algumas, articulando-as, não exclusivamente, em campos dominantes tais como: *textura discursiva* (dialogismo, polifonia, diafonia, interdiscurso, intradiscurso, heterogeneidade...); *atores enunciativos* (sujeitos, locutor, alocutário, enunciador, enunciatário...); *estruturas enunciativas* (contratos, gêneros, atos...); *estratégias enunciativas* (argumentação, trocas, intervenções...); *efeitos discursivos* (ilocucional, perlocucional...). Essa *overdose* de categorias de análise, muitas vezes recobrando simultaneamente a mesma região, pode apresentar vantagens e desvantagem.

Pensamos ser a desvantagem uma única, mas com uma extensão razoável: ela produz a impressão de uma babel acadêmica, onde todos abordamos mais ou menos os mesmos objetos e fatos com categorias diferentes. É claro que devemos considerar algum diferencial no funcionamento das categorias de análise, a partir do lugar onde foram engendradas; muitas diferenças, entretanto, podem, no contraste, ressoar como artificiais. As vantagens costumam, todavia, compensar os desencontros: de um lado, temos condições de enxergar um mesmo objeto de formas muito distintas; de outro, dispomos de instrumentos diferentes para produzir recortes sobre os fatos que pretendemos analisar; por fim, a diversidade do olhar, e a diversidade dos instrumentos talvez ainda seja a única maneira de assegurar ao objeto discurso uma forma mais integrada de compreensão.

As dificuldades e até mesmo os desafios que enxergamos nesta dimensão não se vinculam às nossas condições de operar as categorias de análise disponíveis: isso já fazemos com alguma regularidade e eficiência. Em umas circunstâncias mais, em outras menos, aplicamos as categorias e até as dotamos de um alcance crítico capaz de suplantar a sua dimensão original de análise. O que temos desenvolvido aqui não é uma simples reprodução das informações que teóricos de outras comunidades acadêmicas já disponibilizaram. Produzimos, avançamos e, principalmente, nos firmamos num

trabalho que tem sido reconhecido por outros centros de estudo, tem merecido a confiança de agências fomento, bem como a acolhida simpática dos interessados, de áreas diversas, em análise do discurso. No entanto, todo esse fluxo de interesses e de reconhecimento tem desencadeado um processo de expectativas que consideramos, à primeira vista, um tanto desconfortável. Por que desconfortável, quando os fatos nesta dimensão parecem tão promissores?

Talvez, pudéssemos neutralizar parte desse desconforto, impondo-nos a exigência de um salto: um salto qualitativo, ainda que na penumbra. Sem esse salto, mais cedo ou mais tarde, corremos um risco de enfado. Tal enfado não será devido ao fato de estarmos esgotando as feições daquilo de que dispomos como objeto de análise; nas duas primeiras dimensões, já caracterizamos os fatos ali presentes como da ordem do ilimitado. O enfado, certamente, ainda seria neutralizado pelos novos desafios advindos de outras áreas, na dimensão-relações. Ainda assim pensamos que ele continuará se mostrando como um risco a ser contornado. A vacina de que dispomos é o conjunto de informações e de leituras que reunimos, de trocas e discussões que temos mantido com outros centros e que representam garantias mínimas para avançar no campo teórico.

DISCURSO-TEORIAS

Esta fotografia que fizemos do conjunto das atividades que temos desenvolvido, no campo da análise do discurso, traduz, num balanço geral, mais acertos do que desacertos. É, precisamente, em nome desses acertos que devemos manifestar um certo desejo para uma invasão desse território. O que desejamos fazer ecoar nesta dimensão não significa uma forma de diminuir as ressonâncias das outras dimensões, já consideradas; elas devem continuar como alvo das nossas reflexões. Devemos, porém, aglutinar esforços para viabilizar uma reorientação de parte do nosso trabalho, balizando novas posturas com ênfases diferentes, sobretudo considerando os dois níveis de formação acadêmica que administramos. Por exemplo, por que temos tantos projetos para analisar *corpora* e poucos para analisar as categorias que analisam estes *corpora*? Por que investimos tanto em explicar como o discurso X funciona e menos em analisar como as teorias que usamos para explicar discursos funcionam?

As relações que estabelecemos entre os dois padrões de análise, confrontados nestas perguntas, foram consideradas em termos de proporcionalidade, sem que um venha excluir o outro, por duas razões. Primeiro, há uma ênfase, na primeira parte das perguntas, sobre os padrões - *análise de dados/funcionamento do discurso* - nos projetos de dissertação e tese. A ênfase, porém, não prefigura a negação da segunda parte da pergunta; esta não pode ser exercitada sem uma análise da teoria. Segundo, há momentos de destaque dos padrões - *análise das categorias/funcionamento das teorias* -, sobretudo quando ministramos disciplinas, realizamos seminários. De forma idêntica, não avaliamos categorias, nem estudamos teorias sem cogitar de sua aplicação na resolução de problemas ou na explicação de fatos.

No entanto, salvo hiatos, a tônica do nosso trabalho tem sido ajustada, na fase do projeto, pela seleção das categorias/seleção do *corpus* e, na fase do produto, pelo domínio das categorias/aplicação das teorias. Esse padrão de comportamento tem sido bem sucedido, como já comentamos, e torna-se imprescindível como formação básica. Mesmo com este padrão, continuamos trabalhando com riscos, mas com pequena margem de erros efetivos. A proposta de invasão deste espaço implica aumentar os riscos, mas não necessariamente os erros. Precisamos romper com o ciclo das descobertas - quando analisamos discursos descobrimos muitos fatos importantes; precisamos começar a avançar sobre o ciclo das invenções, mesmo correndo o risco de decepções. Não devemos subestimar o alcance de uma descoberta: ela pode ser a senha para muitas invenções. Assim, não devemos assumir a análise do discurso apenas, enquanto descoberta; precisamos fazer valer a nossa atividade, enquanto invenção também. É a teoria continua sendo aquele lugar que melhor acolhe as invenções.

Isso dito, gostaríamos de apresentar, ainda que de forma suscinta, o conjunto de textos que compõem esta coletânea. Nós a dividimos em duas partes: *Fundamentos e Práticas*. Na primeira parte, os artigos de Patrick Charaudeau e Ida Lúcia Machado buscam explicar o que é a teoria discursiva que se convencionou chamar de "Semiolinguística", quais são suas bases e possíveis aplicações práticas. O artigo de Eddy Roulet e Sueli Pires expõe alguns princípios da Teoria Modular, da

Escola de Genebra (Suíça). Os artigos de Hugo Mari e Claude Chabrol & Marcel Bromberg ilustram duas visões específicas sobre a Teoria dos Atos de Fala, enquanto que os artigos de Wander Emediato de Souza e William Augusto Menezes ocupam-se da Argumentação. Há, ainda, um artigo sobre ethos, da autoria de Antoine Auchlin (Genebra-Suíça). Finalmente, a Parte I se encerra com um artigo sobre Inter-subjetividade e Enunciação da autoria de Renato de Mello.

Concentramos, na Parte II 04 (quatro) artigos onde teorias são ilustradas por práticas. No primeiro deles, Antonio Augusto Moreira de Faria trabalha o interdiscurso e o intradiscurso em *Germinal*. Temos em seguida um artigo de Janina Espuny Monserrat (Barcelona) sobre a noção de diafonia e sua aplicação. Paulo Henrique A. Mendes (PUC-MG) observa operações discursivas formadas em torno dos contratos de comunicação estabelecidos em discursos e debates eleitorais. Edson Nascimento Campos oferece ao leitor, encerrando este livro, uma visão (e aplicação) da Teoria da Enunciação.

Como o leitor deve ter percebido, este livro presta uma pequena homenagem aos Professores Patrick Charaudeau, Claude Chabrol, Eddy Roulet, Antoine Auchlin e Janina Espuny que já deram cursos na UFMG na qualidade de missionários ou professores visitantes. Foi para nós um grande prazer tê-los recebido e agora tê-los de volta conosco, nesta publicação conjunta.

Gostaríamos de agradecer aos nossos alunos Candice Navarro, Cássio Eduardo Soares Miranda, Cláudia Ferraresi Campos Caldeira de Moura, Cláudio Humberto Lessa, Diléa Helena de Oliveira Pires, Eugênio Pacelli da Costa Neves, Graciele Silva Resende, Joelma Beatriz de Oliveira, Joviano Gonçalves dos Santos, Lílian Valderez Felício, Lúcia Fernanda Pinheiro Barros, Maria Aparecida de Oliveira Martins Araújo, Maria José das Graças Lima Costa, Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista, Raquel Márcia Fontes Navarro, Rúbia Flávia dos Santos e Sandra Magna Guadanini pela colaboração na revisão final dos textos.

Agradecemos também o apoio dado pela Diretoria e pelo PosLin da FALE/UFMG.

Finalmente, a consolidação desse livro só se tornou viável pela ajuda financeira da CAPES, recebida através do Projeto nº 316/00-II-Convênio CAPES/COFECUB, coordenado pelos Professores Ida Lúcia Machado e Patrick Charaudeau.

PARTE I: FUNDAMENTOS

1. Uma teoria dos sujeitos da linguagem
Patrick CHARAUDEAU
2. Uma teoria de análise do discurso: A semiolinguística
Ida Lúcia MACHADO
3. Uma visão modular da complexidade discursiva
Eddy ROULET, Sueli PIRES
4. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura
Hugo MARI
5. Por uma classificação dos atos de fala
Claude CHABROL, Marcel BROMBERG
6. Retórica, argumentação e discurso
Wander Emediato DE SOUZA
7. Faces e usos da argumentação
William Augusto MENEZES
8. *Ethos* e experiência do discurso: algumas observações
Antoine AUCLIN
9. Subjetividade.....
Renato de MELLO

UMA TEORIA DOS SUJEITOS DA LINGUAGEM¹

PATRICK CHARAUDEAU
PARIS XIII

Levando-se em conta a pressão que a antropologia, a sociologia e a psicologia social – disciplinas às quais o termo *lingüístico* é, freqüentemente, acrescentado como sufixo – exercem sobre a ciência da linguagem, podemos perguntar se esta possui uma especificidade, um campo próprio.

É lógico que tal questão pode ser respondida com a segurança do homem de ciência a qual nada parece abalar, em sua torre de marfim:

*“Do ponto de vista teórico, hoje, como a vinte anos atrás, a lingüística é constituída de um núcleo duro e de uma periferia mole. O núcleo duro está na gramática gerativa [...] e o “núcleo duro” do núcleo duro continua sendo o trabalho de Chomsky e seus discípulos próximos.”*²

Entretanto, algumas questões fundamentais foram colocadas à lingüística pelas disciplinas acima citadas: como compreender um objeto de linguagem que se apresenta desprovido de sua dimensão psicossocial? O que são essas descrições de sistema que não nos permitem dar conta da comunicação humana? Como captar o fenômeno da significação em uma análise da linguagem que não se interessa pelas condições de produção? O que pode significar uma sintaxe, tão elaborada e rigorosa, mas incapaz de explicar as

¹ Este artigo teve sua primeira publicação na revista *Langages et Société*, Paris, n. 28, Maison des Sciences de l’Homme, jun. 1984.

² Ruwet, N. Linguistique. in: *Magazine Littéraire*. Paris. n. 200/201, p. 44 nov. 1983.

expectativas psicossociais produzidas em um ato de linguagem? São essas questões que, já há alguns anos, estão conduzindo os estudos lingüísticos rumo a novas hipóteses que podem marcar a história da ciência da linguagem. É por isso que nos parece difícil concordar com Ruwet (1983) quando ele diz:

"... nos trabalhos 'fronteiriços' é que se encontra maior confusão, menos rigor: estou me referindo, aqui, aos inúmeros trabalhos realizados sobre a comunicação, um dos mitos de nosso tempo, e aos trabalhos - por vezes demagógicos - realizados sobre os níveis da língua, da linguagem oral, etc."

Enfim, devemos olhar para o futuro sem complexos e sem receio de afirmar que os citados trabalhos tiveram o mérito de garantir uma abertura científica, contribuindo, conseqüentemente, para o progresso do espírito humano.

Partindo da hipótese de que é possível estudar a linguagem levando-se em conta sua dimensão psicossocial, gostaríamos de mostrar que uma teoria do discurso não pode prescindir de uma definição dos *sujeitos do ato de linguagem*.

O DISCURSO

Para começar, consideremos algumas informações sobre o termo *discurso*. Não é nosso objetivo, aqui, definir o conceito de *discurso*, dado que é participando do conjunto de uma teoria que o *discurso* é por ela definida. Gostaríamos, apenas, de delimitar o território no qual ele pode se mover, o que nos permitirá evitar algumas confusões, visto que o termo em questão é empregado em diversas acepções.

O *discurso* não deve ser assimilado à expressão verbal da linguagem. A linguagem, mesmo sendo dominante no conjunto das manifestações languageiras, corresponde a um certo código semiológico³, isto é, a um conjunto estruturado de signos formais, do mesmo modo, por exemplo, que o código gestual (linguagem do gesto) ou o código

³ Nesse sentido, convém distinguir o código semiológico verbal *oral* do *gráfico*.

icônico (linguagem da imagem). O discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos. Não pretendemos dizer, com isso, que existiria um estado do discurso anterior à produção da manifestação e dela independente. É preciso que fique claro que toda encenação discursiva depende das características desses códigos e de todos os códigos nela envolvidos. O que propomos, então, é que não se limite a aceção desse termo somente ao caso da manifestação verbal, considerando-a como a única manifestação possível.

* Não se deve confundir *discurso* com *texto*. É preciso considerar *texto* como o objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. O texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares.⁴ Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes. Por exemplo, o gênero político⁵ pode ser entrecruzado por um *discurso didático* ou por um *discurso de humor*.

O *Discurso* não deve ser compreendido segundo a tradição lingüística, ou seja, como a unidade que ultrapassa a frase. A relação entre diversas frases não constitui, necessariamente, a *unidade-discurso*. É preciso, como veremos mais adiante, que uma seqüência de frases corresponda à expectativa da troca linguageira entre parceiros em circunstâncias bem determinadas. Mas, note-se, também, que uma frase, uma palavra, um gesto podem ser portadores de discurso, desde que satisfaçam à condição acima.

Enfim, o *discurso* não será, aqui, considerado no sentido de Benveniste (1966: 238), com sua oposição entre *discurso* e *história*, ou seja "dois planos diferentes de enunciação." Uma vez mais, o discurso diz respeito ao conjunto da encenação da significação do qual

⁴ Não confundir, também, *texto* e *corpus*; o *corpus* é um outro objeto, construído pela reunião de diversos textos (textos estes que seguem certos parâmetros, cuja finalidade é a de dar ao *corpus* um princípio de homogeneidade).

⁵ Tal posição é questionável. Preferimos, na verdade, falar de *ritual político* (vide "Le discours propagandiste", in: *Le Français dans le monde*. Paris, Hachette, n. 182, jan. 1984).

um dos componentes é *enunciativo* (discurso) e o outro *enuncivo* (história).

Essas distinções não nos dão, ainda, uma definição precisa do conceito de *discurso*, mas elas têm o mérito de colocar em evidência, por contraste, algumas de suas características. O termo *discurso* pode ser, assim, utilizado em dois sentidos:

Em um primeiro sentido, *discurso* está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem. Esta encenação depende de um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo, que representa o lugar do *fazer psicossocial* (o situacional) e um circuito interno que representa o lugar da *organização do dizer*. Reservaremos o termo *discurso* ao domínio do *dizer*. Será feita, conseqüentemente, uma oposição entre *encenação discursiva* e *encenação linguageira*, na medida em que a segunda, incluindo o aspecto situacional do ato de linguagem, engloba a primeira. Note-se que, mesmo possuindo um dispositivo próprio que lhe confere autonomia, a *encenação discursiva* não se constrói independentemente da *encenação linguageira*. A *encenação discursiva* promoverá a realização de *gêneros* e de *estratégias* que não estão, obrigatoriamente, ligados às circunstâncias de produção. Assim, o discurso didático, em suas características do *dizer*, não está, exclusivamente, ligado à situação escolar – que chamaremos de *ritual* – e pode ser encontrado em outros tipos de situação (política, científica, das mídias⁶, etc.);

Em um segundo sentido, *discurso* pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social. Os *discursos sociais* (ou *imaginários sociais*) mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto socio-cultural e como são racionalizadas em termos de valor: sério/descontraído, popular/aristocrático, polido/impolido, etc.

⁶ O termo *Mídia*, aqui, está sendo utilizado no sentido de veículo de informação (imprensa escrita, rádio, televisão).

OS SUJEITOS DA LINGUAGEM

Colocar os sujeitos da linguagem no centro das teorias lingüísticas é uma preocupação recente e ainda não generalizada. De fato, durante muito tempo – até o surgimento da Teoria da Enunciação – a língua era considerada como um objeto abstrato, e era necessário descrever seus sistemas internos. Além disso, o termo *sujeito* só tinha uma realidade gramatical, e, ainda que na retórica antiga a atividade da linguagem fosse considerada como arte da persuasão, esse *sujeito* não estava presente como *ser da enunciação*.

Com as teorias estruturalistas e sua orientação para a atividade da comunicação – reduzida e simplificada ao extremo pela teoria matemática da informação – assim como a teoria gerativa de Chomsky, o *ato de linguagem* é o feito de um “locutor-ouvinte ideal” e de um processo simétrico entre aquele que o produz e aquele que o recebe e o decodifica. Não há, portanto, lugar para a teoria dos sujeitos, uma vez que estes desaparecem na abstração ideal de um modelo de competência supostamente perfeito. Com a Teoria da Enunciação, a presença dos responsáveis pelo ato de linguagem, suas identidades, seus estatutos e seus papéis, são levados em consideração.

Já em Jakobson (1963), os conceitos de *emissor* e *receptor* encontram-se distinguidos e personalizados pelas funções *emotiva* e *conativa* que lhes são associadas. Entretanto, é com Benveniste (1966) que se produz a primeira mudança teórica de importância: “... a subjetividade é a capacidade do locutor de se colocar como sujeito”. Ao dizer que o *subjetivo* é o ordenador da organização da linguagem, Benveniste dá primazia à enunciação sobre o enunciado e abre caminho para os novos estudos fundados sobre a oposição “Eu/Tu”.

A Pragmática vai ainda mais longe, uma vez que, sem se basear em uma verdadeira teoria dos sujeitos, leva em conta o estatuto linguageiro do sujeito falante para explicar os *performativos*: entre as condições que definem a performatividade de um enunciado como “a sessão está aberta”, estão a de se ter o estatuto de *presidente da sessão* e a de ser o sujeito que pronuncia este enunciado. Embora essa posição seja discutida mais adiante, gostaríamos, desde já, de reconhecer o papel inovador desempenhado pela pragmática em relação às outras teorias da língua.

Lembremo-nos também que, paralelamente ao desenvolvimento das teorias lingüísticas dos anos 60, a semiótica tentará distinguir, nos objetos literários, vários tipos de enunciadores, destinatários, destinatários, etc., sobretudo através dos trabalhos de Barthes.

Enfim, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, sob a influência do desenvolvimento dos estudos antropológicos e sociológicos cada vez mais interessados pela linguagem, nasce um ponto de vista macrosociolingüístico que integra, a uma dada situação languageira, todos os membros do grupo social nela inseridos. Daí os termos de *participantes*, *atores*, *parceiros* que podem ser encontrados nos trabalhos de Bernstein (1971), Halliday (1973), Hymes (1974), Fishman (1971), Labov (1971) e Goffman (1974). Não se pode dizer que o emprego desses termos seja de uma grande precisão, pois são utilizados, às vezes, uns no lugar dos outros. De qualquer forma, eles têm o mérito de obrigar toda teoria do discurso a se interrogar sobre a natureza dos seres sociais que participam das trocas languageiras.

Antes de passarmos às definições, vejamos as hipóteses que constituem o quadro de nossa teoria exposta no livro *Langage et Discours* (Charaudeau, 1983).

1. O *ato de linguagem*⁷ é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O *fazer* é o lugar da *instância situacional* que se auto-define pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato (ver, mais adiante, *parceiros*). O *dizer* é o lugar da *instância discursiva* que se auto-define como uma *encenação* da qual participam seres de *palavra* (ver, mais adiante, *protagonistas*). Esta dupla realidade do *dizer* e do *fazer* nos leva a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um *circuito externo* (*fazer*) e de um *circuito interno* (*dizer*), indissociáveis um do outro.

2. Todo *ato de linguagem* corresponde a uma dada expectativa de *significação*⁸. O *ato de linguagem* pode ser considerado como uma

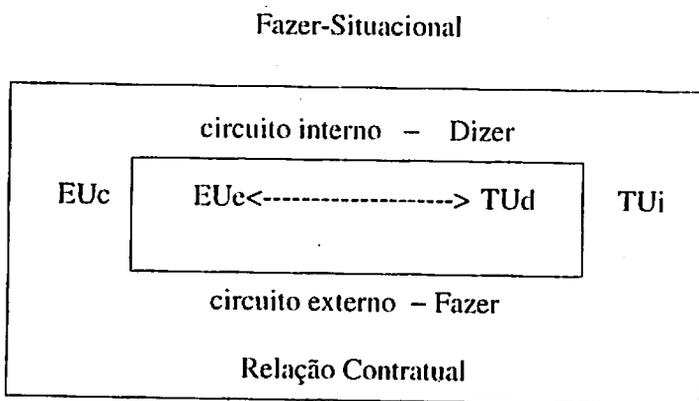
⁷ Esse termo não é, aqui, tomado no sentido que lhe dá a Pragmática, mas sim em um sentido mais extenso, uma vez que ele designa o conjunto da realidade languageira.

⁸ Devemos lembrar que utilizamos esse termo como sendo oposto a *sentido* (*Langage et Discours*, p. 18 e "Sens et signification", in: *Cahiers de*

interação⁹ de intencionalidades cujo motor seria o princípio do *jogo*: “Jogar um lance na expectativa de ganhar.”¹⁰ O que nos leva a afirmar que a encenação do *dizer* depende de uma atividade estratégica (conjunto de *estratégias discursivas*) que considera as determinações do quadro situacional.

3) Todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem. Isso nos leva a colocar que o ato de linguagem não é totalmente consciente e é subsumido por um certo número de rituais socio-lingueiros.

Esse conjunto de hipóteses define nosso quadro teórico, que pode ser representado, pela seguinte figura:



Vejamos, pois, as denominações por nós acima utilizadas e suas respectivas definições:

Lexicologie n. 21, Paris, Didier, 1972), em uma acepção diversa da de Ducrot (*Les mots du discours*, Paris Éditions de Minuit, 1980).

⁹ Todo ato de linguagem em seu duplo processo de *produção* e de *interpretação* é uma *interação*. Esse termo não é, pois, reservado somente para a situação dialógica.

¹⁰ Essa analogia com a teoria do jogo é também utilizada por analistas da conversação e por certos psicossociólogos:

1. *Sujeitos*: das diferentes acepções do dicionário¹¹ reteremos apenas a última: “*Philo. Psycho.* (empr. all. Kant). Ser pensante, considerado como a sede do conhecimento (em *oposição* a objeto)”, em um sentido mais restrito. O *sujeito* pode ser considerado como um lugar de produção da significação linguageira, para o qual esta significação retorna, a fim de constituí-lo. O *sujeito* não é pois nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro.

Falaremos, então, no que nos concerne, de *sujeito comunicante*, de *sujeito enunciador*, de *sujeito destinatário* e de *sujeito interpretante*.

2. *Parceiros*: de uma maneira geral, reteremos do dicionário¹² – ainda que não expressa nestes termos – a noção de “pessoas associadas”, em uma relação de *fazer-valer* recíproca: tais “pessoas” se consideram, por isso mesmo, *dignas* umas das outras (reconhecimento-mútuo). Na interação linguageira, vemos dois parceiros: o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUi), implicados no jogo que lhes é proposto por uma *relação contratual*.

Essa relação contratual não se baseia nos estatutos sociais dos parceiros, do lado de fora da situação linguageira. Ela depende do “desafio” construído no e pelo ato de linguagem, desafio este que contém uma expectativa (o ato de linguagem vai ser bem sucedido ou não?). Isso faz com que os parceiros só existam na medida em que eles se reconheçam (e se “construam”) uns aos outros com os estatutos que eles imaginam. É o caso de encontros entre parceiros em lugares como, por exemplo, bares ou restaurantes; nessas situações, os estatutos dos parceiros não vão depender tanto de categorias profissionais hierarquizadas (patrão/empregado; intelectual/artista/comerciante, etc.), vão depender mais de um estatuto de competência atribuído no momento dos ditos encontros sobre os temas em torno dos quais vai girar a conversação (futebol, política, moda, etc.). A relação contratual depende, portanto, de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pelo jogo de expectativas que envolve o ato linguageiro.

¹¹ *Petit Robert.*

¹² *Id., ib.*

Estes componentes são de três tipos:

– *comunicacional*, concebido como o quadro físico da situação interacional: os parceiros estão presentes? Eles se vêem? São únicos ou múltiplos? Que canal – oral ou gráfico – é por eles utilizado? etc. (Charaudeau, 1973).¹³

– *psicossocial*, concebido em termos dos *estatutos* que os parceiros são suscetíveis de reconhecer um no outro: idade, sexo, categoria socio-profissional, posição hierárquica, relação de parentesco, fazer parte de uma instituição de caráter público ou privado, etc.

– *intencional*, concebido como um *conhecimento a priori* que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si mesmo) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados (intertextualidade).¹⁴ O componente intencional se apoia sobre duas questões que constituem os princípios de base de sua realização: *O que está sendo colocado em questão, com qual intenção de informação? De que maneira isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação?*¹⁵

O *sujeito comunicante* (EUc) é o parceiro que detém a iniciativa no processo de interpretação. Ele encena o Dizer em função dos três componentes acima – é no componente intencional que se integram as hipóteses de saber que este sujeito é levado a construir sobre o sujeito interpretante (TUi) – e através da percepção que tem do ritual linguageiro no qual está envolvido. Temos aí o lugar de fala do EUc, sendo que o resultado dessa sua atividade está centrado nas estratégias discursivas, que são suscetíveis de produzir *efeitos de discurso*.¹⁶

¹³ "Réflexion pour une typologie des discours", in: *Études de linguistique appliquée*. Paris. Didier. 1973. jul. n.11.

¹⁴ Diremos, mais voluntariamente, *interdiscursividade*.

¹⁵ Esse termo pode ser tomado em um sentido mais amplo, já que todo ato de linguagem traz em si a idéia de "arriscar-se a jogar um lance para ganhar".

¹⁶ Distinguiremos, então, os *efeitos possíveis* dos *efeitos produzidos* (de acordo com o sujeito interpretante).

O *sujeito interpretante* (TUi) é o parceiro que tem a iniciativa do processo de interpretação. Ele constrói uma interpretação – que pode ser muda ou se exprimir por uma interação qualquer – em função dos mesmos três componentes – com as hipóteses de saber que ele é levado a elaborar sobre o sujeito comunicante (EUc) –, e através da percepção do ritual languageiro.

Entretanto, não há simetria entre as atividades do EUc e do TUi. Se o resultado do processo de produção pode ser estudado através das características da encenação do *dizer*, configurada no texto, o resultado do processo de interpretação só pode ser captado de duas formas: seja através do texto da interação (e tal captação, por mais interessante que seja, só pode ser parcial), seja de forma psico-experimental, isto é, testando-se os sujeitos interpretantes (na verdade, temos, aí, uma outra abordagem – ainda que complementar – situada na fronteira do campo languageiro).

3. *Protagonistas*: das definições do dicionário *Petit Robert* reteremos as noções de “papel” e de “importante”, mas não o *sentido*, por demais restrito, ligado ao universo da tragédia grega. Na interação languageira, somos confrontados com dois protagonistas: o sujeito enunciador (EUe) e o sujeito destinatário (TUd), que se definem como *seres de fala* da encenação do *dizer*, produzida pelo EUc e interpretada pelo TUi. Estes seres de fala assumem diferentes faces de acordo com os *papéis* que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual.

Tais papéis são concebidos como componentes da relação contratual e alguns deles correspondem aos três componentes da relação contratual: comunicacional, psicossocial e intencional. Esses três componentes são vistos, aqui, como índices semiológicos da encenação do *dizer*, enquanto que outros correspondem ao que chamaremos *atitudes discursivas*.

Essas atitudes formam um dispositivo bastante complexo, que não podemos descrever nos limites deste artigo, e onde intervêm, só para se ter uma idéia, *atitudes enunciativas* (*alocutivo, elocutivo, delocutivo*, ou seja, os tradicionais *atos de fala*), *atitudes enuncivas* (os modos de organização narrativo e argumentativo), *atitudes de*

valores (ético, pragmático e hedônico), *atitudes de verdades* (real, ficcional) e *atitudes de credibilidade* (sério, familiar, etc.).

UM EXEMPLO: "A PERFORMATIVIDADE"

Durante muito tempo, foi comumente admitido que havia *na língua* verbos performativos e que seria possível elaborar uma lista deles (prometer, ordenar, permitir, declarar, etc.). Mas, como esses verbos dependiam do dispositivo de enunciação, foi preciso que se descrevesse as condições da realização performativa: os referidos verbos, além de seu semantismo particular (descrevem a ação que o locutor declara realizar), deveriam ser empregados no presente do indicativo e na primeira pessoa do singular. Assim, o enunciado "eu te ordeno que P", era assinalado como performativo em oposição a "ele lhe ordena que P", ou "eu lhe ordenava que P", etc.

Depois, à medida que foram sendo levados em conta contextos nos quais o verbo performativo – apesar de suas boas condições de emprego – não realizava o ato que descrevia (caso da ironia), alguns lingüistas propuseram qualificar tais verbos como "potencialmente performativos" (Roulet, 1978) ou, então, apelaram para os "marcadores das leis do discurso" (Anscombe, 1977).

A essas observações sucessivas, que nos demonstram que a performatividade não está inscrita na língua, poderíamos acrescentar que, em muitos casos, ocorrem realizações de atos enunciativos sem que a fórmula lingüística utilizada os descreva de algum modo: citemos o caso de um presidente de sessão que, para declarar que ela está aberta, diga, apenas, um simples "Bom!".

Não vamos propor, aqui, uma argumentação detalhada sobre a questão. Gostaríamos, apenas, de fazer uma série de considerações que nos permitam provar que a performatividade não é um fenômeno da língua, mas, sim, um fenômeno que diz respeito à encenação do ato de linguagem com seus dois circuitos – externo e interno – e seus sujeitos correspondentes – parceiros e protagonistas.

A condição que determina que o sujeito falante tenha o poder de executar o ato que ele descreve em sua enunciação, depende, para nós, da relação contratual que existe no circuito externo, entre os dois

parceiros EUC e TUi. O “eu”, marca gramatical, não remete, então, ao sujeito enunciador (EUE), mas ao sujeito comunicante (EUC).¹⁷ É necessário acrescentar, entretanto, uma outra condição: o EUC deve levar em conta se o TUi tem capacidade para *poder fazer* o que lhe é sugerido pelo ato de fala, senão não haverá, efetivamente, performatividade. Dizer, por exemplo, “eu ordeno que você levante e ande”, a um paraplégico, não resultaria em nada (a menos, é claro, que o EUC tenha a capacidade de fazer milagres, o que iria transformar o *poder fazer* do TUi).

Dito de outra forma, para que haja performatividade, é necessário que os dois parceiros mantenham uma relação contratual na qual eles reconheçam, mutuamente, a existência desse *poder fazer*.

A condição de *sinceridade* proposta por Grice (1975) depende igualmente de uma relação contratual (ponto de vista *intencional*). Assim, várias encenações linguageiras são possíveis com um mesmo enunciado, tal como: “Eu prometo ir à festa”. Vejamos algumas encenações:

a) EUC se compromete a fazer algo → EUE promete e TUD é solicitado a crer nisso. Se TUi acreditar, de fato, no que ouve, haverá um *efeito performativo* (E. P.) para EUC e para TUi. Porém, se TUi não acreditar no que ouve, o E. P. não se dará.

b) EUC não quer se comprometer a fazer algo → EUE, no entanto, promete e TUD é solicitado a crer nisso. Se TUi acreditar, de fato, no que ouve, haverá um E. P. para ele, mas não para EUC (que sabe que não está dizendo a verdade mas, sim, contemporizando).

c) EUC não quer se comprometer a fazer algo → EUE promete, mas TUD é chamado a não crer (presença de um índice que propiciará essa não-crença). Se TUi, por sua vez, não acreditar no que ouve, não haverá efeito performativo. TUi será, então, conivente com EUC.

¹⁷ Ducrot distinguia, em 1977, o locutor enquanto locutor (EUC) do locutor personagem (EUE) no artigo “Illocutoire et performatif”. in: *Revue Linguistique et Sémiologie* 4, P.U.L., 1977.

Os exemplos de encenação acima citados nos levam a afirmar que, na análise do discurso, só é possível falar de *efeito performativo* (E. P.), salvo se o conjunto do dispositivo do ato de linguagem e o lugar que nele ocupam os quatro sujeitos assegurarem ou não tal efeito.

O fato de que uma fórmula verbal qualquer, que não seja performativa em si (no sentido inicial) possa contribuir para produzir a realização de uma ação enunciativa, mostra que esta não está necessariamente ligada ao emprego de uma fórmula específica. Vejamos o caso do enunciado “eu gostaria que você viesse esta noite” dito por um pai a sua filha: se o pai (EUC) não tem costume de dar ordens a sua filha e exerce essa relação de autoridade por meio de uma “negociação”, e, se a filha em questão (TUi) sabe bem disso, é quase certo que tal enunciado produzirá o efeito e a realização da ordem, o que não poderia ser determinado pelo uso de “eu gostaria que” em outras circunstâncias.

Pensamos, assim, que a realização de uma ação enunciativa pode ser produzida por diferentes estratégias discursivas, sendo que algumas chegam até a mascarar o *fazer* pelo *dizer*.

Enfim, a análise de algumas seqüências interacionais permite evidenciar que, cada vez que o EUC utiliza uma fórmula explícita (eu ordeno, eu prometo, eu permito, etc.), Tudo se passa, do ponto de vista da estratégia discursiva, como se a validade da relação contratual estivesse sendo colocada em dúvida, mesmo quando todas as condições são aparentemente preenchidas para produzir o efeito performativo. Um patrão que quisesse expulsar de seu escritório um funcionário que ali veio para fazer uma reivindicação, lhe diria: “Saia daqui, agora!” Se o funcionário não o fizesse, o patrão poderia acrescentar: “Eu estou mandando o senhor sair!” e, talvez, pudesse mesmo explicitar as condições de enunciação dizendo: “Sou eu, seu superior, quem está lhe falando!”

Mas, as três últimas fórmulas não passam de um simulacro de E. P., nas quais se institui um sujeito destinatário (TUd) *mistificado*, o resultado ficando na dependência da reação do TUi.

Ao contrário, não se concebe que, no decorrer de um assalto a banco, o EUC enuncie algo como: “Eu ordeno que vocês me dêem o dinheiro!” A impressão de escárnio que é sentida em casos desse tipo

(bastante explorada em filmes cômicos, como alguns de Woody Allen) se deve à força da ameaça que a relação contratual representa (o assaltante está armado). Nesse caso, ela seria contemplada com um enunciado breve, do tipo: “O dinheiro!”

A relação, inversamente proporcional, entre o emprego da forma performativa explícita e o E. P. do ato de linguagem leva a adotar uma terminologia que pode dar lugar a confusões. Assim, distinguiremos:

- *o ato de linguagem* que, como foi dito no início deste artigo, diz respeito à totalidade da encenação linguageira com seus dois circuitos, externo – o da relação contratual entre parceiros – e interno – o da encenação do *dizer*, com seus dois protagonistas.
- *o ato de fala* que diz respeito exclusivamente à encenação do *dizer*, por meio de qualquer fórmula verbal que seja, desde que ela assinale um ato enunciativo dando um determinado papel ao EUE e ao TUD. O ato de fala não representa, então, o todo do ato de linguagem.
- *a estratégia discursiva* que leva em conta o efeito possível produzido pelo ajustamento (o jogo) entre a encenação do *dizer* (o ato de fala) e a relação contratual do *fazer*.

Nessas condições, o conceito de *ato performativo* parece ser inútil no âmbito da análise do discurso, visto que tal conceito desaparece sob a descrição sempre particular do efeito estratégico produzido pelo ajustamento entre o *dizer* e o *fazer*.

Concluiremos mostrando, rapidamente, o sentido atribuído a outras denominações que já mencionamos:

- *locutor/interlocutor* servirão para designar os parceiros EUE e TUi, quando estes estiverem em situação de comunicação dialógica utilizando o canal oral.
- *scriptor/leitor* designarão os mesmos parceiros acima mencionados, quando a situação de comunicação for não-dialógica, quando o canal for gráfico ou escritural.

Deixaremos a terminologia *atores* à sociologia – pois esse termo poderia trazer uma certa confusão em uma teoria do discurso, a menos

que o liguemos aos *participantes* da etnografia da comunicação e da etnometodologia – pois trata-se de um ponto de vista macro-sociológico que escapa ao que nós consideramos como a expectativa do ato de linguagem. O conceito de *Ator* poderia, no entanto, ser utilizado para designar um terceiro implicado em um ato de linguagem.

Emissor/Receptor serão deixados de lado, pois podem transmitir uma falsa idéia do que seja um ato de linguagem. Enfim *eu/tu* não serão considerados, já que nos enviam, de modo bem restrito, às pessoas gramaticais, ainda que Benveniste tenha tido cuidado para evitar essa possível confusão.

(Tradução de Ida Lucia Machado, Renato de Mello e
Williane Viriato Rolim)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J.C. La problématique de l'illocutoire dérivé. In: *Langage et Société* 2, 1977.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris, Gallimard, 1966.
- BERNSTEIN, B. *Class, codes and control*, vol. I. London, Routledge and Kegan Paul, 1971.
- CHABROL, C. Réflexions à propos de l'interaction et de l'interlocution dans les médias. In: *Sociologie du Sud-Est*, n.37-38, Aix en Provence, 1983.
- CHARAUDEAU, P. Le discours propagandiste. In: *Le français dans le monde*. Paris, Hachette, n.182, jan.1984.
- CHARAUDEAU, P. Sens et signification. In: *Cahiers de Lexicologie*, Paris, Minuit, 1980.
- CHARAUDEAU, P. *Langages et discours*. Paris, Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. Réflexion pour une typologie des discours. In: *Etudes de Linguistique Appliquée*, n.11, Paris, Didier, 1973.
- DUCROT, O. Illocutoire et Performatif. In: *Linguistique et Sémiologie* 4, P.U.L., 1977.
- DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris, Minuit, 1980.
- FISHMAN, J.A. *Sociolinguistics: a brief introduction*. Newbury House, Rowley, 1970 (tr.fr. Bruxelles-Paris, Labor-Nathan, 1971)
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris, Minuit, 1974.
- GRICE, H.P. Logic and conversation syntax and semantic. In: *Speech Acts*, vol.III, P.Cole et J.L.Morgan eds., Academic Press inc., 1975.

- HALLIDAY, M.A.K. The functional basis of language. In: Bernstein, *Class, codes and control, vol.2: Applied studies towards a sociology of language*. London, Routledge and Kegan Paul, 1973.
- HYMES, D. H. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Philadelphie, University of Pennsylvania Press, 1974.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris, Minuit, 1963.
- LABOV, W. L'étude de l'anglais non standard. In: *Langue Française* n.22, 1974
- ROULET, E. Essai de classement syntaxique et sémantique des verbes potentiellement performatifs en français. In: *Cahiers de Linguistique* 8, Presses Universitaires du Québec, 1978.
- RUWET, N. Linguistique. In: *Magazine Littéraire*. Paris, n.200/201, nov.1983.

UMA TEORIA DE ANÁLISE DO DISCURSO: A SEMIOLINGÜÍSTICA

Ida Lúcia Machado
FALE/UFMG

Existe apenas uma *única* Análise do Discurso (ou mais simplesmente AD), sendo utilizada no âmbito da pesquisa discursiva, no Brasil?

Iniciamos este artigo com uma questão cuja resposta está sugerida no próprio título, através do uso do artigo indefinido “uma”... pois, obviamente, são várias as correntes de análise que se apresentam, se entrecruzam no momento atual, em torno da disciplina que se convencionou chamar “Análise do Discurso”.

Aliás, antes mesmo da reflexão sobre a existência – ou não – de uma “teoria-dominante” já se nota, em alguns pesquisadores de diferentes filiações teóricas, uma grande preocupação com a polissemia do termo “discurso”. Observemos, a título de ilustração apenas alguns casos, começando por Maingueneau: este teórico registra, em uma primeira abordagem, cinco definições para o termo (1976: 11); mais tarde, retomando a questão, propõe sete empregos possíveis de “discurso” (1991: 14,15); finalmente, dedica ao discurso todo um capítulo, intitulado *Discours, énoncé, texte* (1998: 37-43), onde explicita os empregos usuais “*de ce qu'on appelle le discours.*” (1998: 37). Imbuído da mesma preocupação, Charaudeau (1988: 48) dá ao termo dois empregos, suscetíveis de recobrir duas realidades linguageiras, ou seja:

“D'une part, le terme discours correspond au “dispositif” de la mise en scène du langage qui détermine les règles d'un genre/.../. D'une autre part, le terme discours

correspond aux représentations des systèmes de valeurs qui circulent dans un groupe social donné./.../”

No que diz respeito à pesquisa no Brasil, a indagação: “o que é afinal de contas um *discurso* e como utilizar o conceito na perspectiva de uma análise do discurso?” vai inspirar pesquisadores como Coraccini (1991), De Caux (1993: 39) e Machado¹ (1997, 1999, 2000), entre outros.

Voltando à questão inicial, o que nos interessa aqui é mostrar que são possíveis várias abordagens no âmbito da Análise do Discurso, o que virá, sem dúvida, contrariar as opiniões de alguns colegas, também analistas do discurso que, quando escrevem sobre o tema, falam de uma *AD*, que seria, em síntese, o resultado das transformações/evoluções da *ADF* (Análise do Discurso Francesa), sem se preocupar com a existência de outras propostas de análise, igualmente ricas, mas não necessariamente ligadas à citada corrente.

Tomemos como exemplo o que se passa, atualmente, no *Núcleo de Análise do Discurso* da FALE/UFMG. Ao lado de teorias cujos fundadores têm origens francesas e suíças, coabitam, em paz, teorias cujos fundadores têm origens anglo-americanas. Na primeira vertente encontramos pesquisadores que seguem as transformações operadas ao longo dos anos na *ADF*, outros que trabalham com as *trouvailles* “ducrotianas” (sobretudo no campo da Argumentação), outros que encontram resposta para suas dúvidas nos trabalhos de Bakhtin, na *Teoria dos Atos de Fala*, nas teorias desenvolvidas por Charaudeau ou Roulet... Já no segundo enfoque, a variedade também é grande, passando por interessantes abordagens que vão enfatizar essas ou aquelas “descobertas” de pesquisadores anglo-americanos tais como, entre tantos, Grice, Goffman, Fairclough, Coulthard... Por vezes, vemos trabalhos que entrecruzam diferentes teorias, sem que o resultado forme uma colcha de retalhos, mas um todo coerente e inovador.

O que estamos querendo afirmar, com o exemplo do *NAD*, é que, no momento atual, não se pode mais falar de *AD* sem que se especifique à

¹ Em todos os nossos cursos *Teorias do Discurso*, inseridos na linha *Análise do Discurso*, do PosLin/FALE/UFMG, as aulas iniciais são realizadas com uma discussão sobre o termo.

qual ou a quais correntes o pesquisador em questão está ligado ou está privilegiando em seus estudos. Falar simplesmente da *AD* como entidade única (e, sobretudo, como o resultado das transformações advindas da *ADF*, enquanto teoria fundadora) parece-nos insuficiente. Para melhor amparar nossas opiniões, vamos lembrar Maingueneau (1995) que, ao dirigir o número 117 da revista *Langages*, número este centrado sobre a *AD*, vista segundo diferentes visões ou perspectivas de abordagens, intitulou-o *Les analyses du discours en France*, usando um plural bem revelador e democrático. Para explicar sua posição, na *Présentation* (1995: 5) do referido número, Maingueneau elucida o leitor sobre o fato que, em março de 1969, a revista em questão publicou um número intitulado *Analyse du discours* (no singular) inteiramente dedicado ao emergente grupo de pesquisadores da *École française d'analyse du discours*, a famosa *ADF*, também chamada de modo mais reduzido *AD*: foi à tal *Escola* (que se ocupava exclusivamente do discurso político) que foram dedicados outros números da revista *Langages*, ou seja: além do citado número 13, os números 37, 41, 52, 55, 62, 71 e 81. É por essa razão que Maingueneau (1995: 5) faz questão de bem demarcar o território analítico com o qual está trabalhando e/ou dirigindo, no caso do número 117:

“Celui que nous présentons ici rompt doublement avec cette tradition:

- *en substituant au singulier de “l’analyse du discours” le pluriel “les analyses du discours”;*
- *en ne plaçant plus le discours politique au centre de sa réflexion.*

Nous entendons ainsi mettre en évidence une diversité de recherches que l’éclat de “l’École française” a longtemps masqué. En France, l’analyse du discours ne saurait en effet se réduire aujourd’hui à ce courant, dont les objectifs et les méthodes initiaux appartiennent désormais à l’histoire des idées.”

Após este esclarecimento, Maingueneau afirma que a Análise do Discurso é, por assim dizer, naturalmente envolvida pela heterogeneidade do objeto que ela examina, ou seja, *o discurso*. O

que leva este teórico a formular um brilhante enunciado sobre o assunto: “...*les études sur le discours sont aussi du discours.*” Assim, a partir deste raciocínio, Maingueneau pode afirmar, com toda segurança, que “*Force est de reconnaître qu’il n’y a pas d’accès unique à ce discours mais une multiplicité d’approches gouvernées par des préoccupations très variées.*”

Charaudeau, em 1997, na conferência inaugural do *I Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas*², levantou as seguintes questões:

“Quem pode /.../ ter a pretensão (ou a distância necessária) de poder fazer o balanço de uma disciplina que tem apenas 40 anos? E como fazê-lo diante de seus próprios colegas?”

Questões que mostram também a preocupação do teórico diante da impossibilidade de reduzir a análise do discurso a uma única teoria. Aliás, a questão foi enfocada no *folder* do referido *Simpósio* e, mais tarde, no livro (Mari, H. et al. 1999) que dele resultou. Transcrevemos a seguir, parte de nossas reflexões sobre a *AD*, nas quais o leitor poderá verificar que consideramos esta sigla não apenas como pertencente às teorias que continuaram a *ADF*, mas como indicadora de uma grande variedade de abordagens teórico-discursivas :

“A diversidade de fontes, as dificuldades metodológicas não impediram uma certa evolução dispersiva da AD. Por esta razão, não é mais possível, no presente momento, concebê-la, como uma abordagem única e fechada, centrada numa só metodologia, num só tipo de corpus e organizada em torno de uma só grande escola. A natureza diversa do objeto-discurso, os múltiplos interesses que nele são projetados possibilitam a existência de escolas distintas, a ampliação do quadro metodológico e uma fundamentação teórica em pressupostos cada vez mais amplos. O resultado é um elenco de abordagens cada vez mais apuradas e orientadas para recortes temáticos específicos dos universos discursivos.” (Mari, H. et al. 1999)

² Congresso realizado na FALE/UFMG em 1997.

Após este longo preâmbulo, voltemos ao título deste artigo: a Semiologia é *uma* das teorias de análise do discurso suscetível de ser utilizada de acordo com os objetivos e os diferentes *corpora* dos pesquisadores. É sobre ela que nos dedicaremos a seguir, expondo algumas de suas características mais marcantes e mostrando, ainda que de modo rápido, algumas possibilidades de sua possível aplicação prática.

O QUE É SEMIOLINGÜÍSTICA ?

Digamos, para começar, que esta corrente de estudos tem a particularidade de não ser “pura” - aliás, se o fosse, consideraríamos tal fato uma “falha”, em termos de *AD* ou, de forma mais abrangente, em termos de *Ciências da Linguagem*, já que a “verdade”, como o disse sabiamente Carlos Drummond de Andrade, em um de seus poemas, é sempre dividida: ela tem pelo menos duas metades, diferentes uma da outra, sendo que todas as duas são igualmente belas: optamos por uma delas, segundo nossos caprichos, ilusões ou miopias... Pedimos desculpas ao leitor por essa digressão poética; o que queremos enfatizar com a alusão da “verdade dividida” de Drummond, é que não é possível afirmar que nossa linha de pesquisa seja melhor e mais instigadora às reflexões críticas que as linhas de Z, Y ou X: tudo depende do *corpus* que escolhemos, dos motivos que nos levam a tal escolha e dos objetivos que perseguimos. Aliás, se formos buscar “pureza” ou “unicidade” em termos de invenção ou aplicação de conceitos, no campo da *AD*, teremos que remontar, sem dúvida, à Antiguidade Clássica. Assim, é normal que uma teoria – não importa qual – tenha sido formada pelo amálgama de várias idéias: no caso da Semiologia, podemos avançar que nela percebemos certos conceitos fundadores vindos de alguns teóricos franceses (tais como: Benveniste, Greimas, Barthes...) mas também, outros, de igual importância, vindos de teóricos ingleses (como Grice, Austin, Searle...) e, acima de todos eles, sem dúvida, a presença das idéias sempre “inovadoras” de Bakhtin.

Em outras palavras: trata-se de uma teoria que não despreza aquisições resultantes de pesquisas em etnometodologia, em antropologia, em sociologia, nem tampouco as aquisições da pragmática e do dialogismo bakhtiniano. Enfim, é justamente por tais razões, ou seja, por sua construção que reúne idéias criativas a outras

“pinçagens” teóricas, é por esse seu lado “antropofágico”, que a consideramos, entre outras coisas, como uma metodologia bastante funcional.

Mas, antes de analisar o porquê do aspecto crítico-funcional da teoria em si mesma, acreditamos que há de se considerar o *sujeito-comunicante*, o sujeito empírico, que se presta a realizar uma pesquisa e que escolhe a Semiologia em vez das teorias X, Y ou Z. Este sujeito deve, por definição – na nossa opinião – ter um espírito crítico, ou seja, manter um olhar não-conformista sobre o mundo, não se deixando levar por idéias feitas; deve nele reinar algo de subversão, de ironia, face aos fatos e ditos do mundo, e é esse “algo” que levará tal pesquisador a examinar diferentes grupos de textos movido por um desejo de “desvendar” o que até então não havia sido desvendado, de confrontar diferentes opiniões oriundas de diferentes culturas. Logo, assim agindo, o sujeito-pesquisador estará refletindo ou colocando em dúvida idéias por demais aceitas ou por demais implantadas ao ponto de se transformarem em dogmas, no nosso universo social.

Aliás, não podemos nos esquecer de que foi assim que a *ADF* de Pêcheux nasceu, nos anos 60, na França: ela foi criada, entre outras coisas, pelo grande desejo de “desmascarar” os discursos da direita...

Entretanto, embora os fundadores da *ADF* e da Semiologia sejam franceses, as teorias se diferenciam. Apresentamos, a seguir, dois quadros, em forma de listas de itens, onde expomos, de forma telegráfica, alguns pontos das duas teorias, numa tentativa de melhor compreendê-las.

Quadro I : a ADF

ADF: Pêcheux e seus seguidores (França). No Brasil: sobretudo pesquisadores do sul do país (entre outros).

A *ADF* serviria, grosso modo, para desvendar a manipulação ideológica nos discursos, ou seja, para ajudar a lutar contra esta. Logo, a parte político-ideológica dessa análise é bem valorizada. Fortes características políticas.

O Homem é um ser político-pensante; em seu exercício da palavra, ele deixa transparecer as formações discursivas que determinam seus ditos. Logo, enquanto sujeito-falante, ele é, de certa forma, assujeitado pelo discurso, sua voz é a voz do "outro", no sentido "ideologia-dominante".

Nota-se, nessa metodologia, ausência de um instrumental teórico-básico definido. Mas, por isso mesmo, várias abordagens são permitidas, ou seja, é uma AD aberta quanto ao instrumental.

Atenção: corre-se o risco de se cair em análises muito dogmáticas e pouco lingüísticas.

Quadro II - A Semiolingüística

Semiolingüística: Patrick Charaudeau no C.A.D. de Paris XIII (França). No Brasil: vários pesquisadores do N.A.D. da FALE/UFMG, *ib. C.I.A.D.* da UFRJ (entre outros).

A AD serviria, *grosso modo*, para analisar os diferentes discursos sociais e suas variantes, de uma cultura para outra. Seria uma AD da linguagem, enquanto veículo social de comunicação.

Fortes características psicossociológicas: os contratos, os saberes partilhados, o lado sócio-cultural dos sujeitos comunicantes são bastante valorizados.

O Homem é um ser social (sentido amplo da palavra), criado/condicionado pela sociedade/cultura do lugar onde vive. Logo, enquanto sujeito-falante, ele “repete” a voz do social, mas o lado psicossocial-situacional lhe garante também uma individualidade. Nem completamente individual, nem completamente coletivo: um amálgama dos dois.

Presença de um forte instrumental teórico. Abordagens que levam em conta o lado psicossocial e o lado linguageiro dos sujeitos-comunicantes nos diversos Atos de Linguagem.

Atenção: pode-se pensar (um pouco rapidamente) que esta AD ignora o sujeito político-histórico (o que não é verdade).

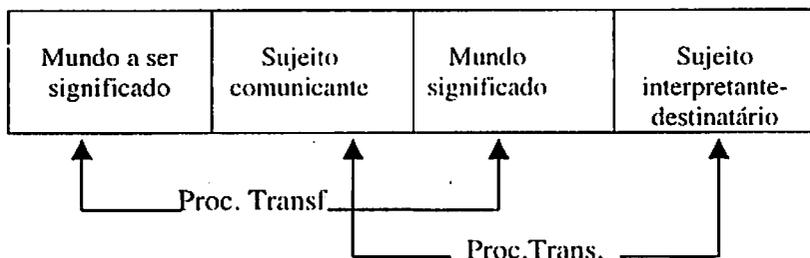
De modo geral, examinando o quadro acima, vemos que, na Semiolingüística, o discurso é visto como “jogo comunicativo”, ou seja, o jogo que se estabelece entre a sociedade e suas produções linguageiras.

Nesse ponto de nosso raciocínio, pode surgir a questão: “Na ótica dessa teoria, que tanto valoriza o social, é este quem constrói o discurso, ou é o discurso quem constrói o social?” Nossa resposta é simples: deve-se achar um equilíbrio entre as partes. Seja como for, a reflexão sobre a questão passa pela Pragmática, pela Psicossociologia, pela Enunciação, pela Retórica/Argumentação e, conforme o *corpus*

abordado, ou conforme os objetivos do pesquisador, pela Sócio-Ideologia (Charaudeau, 1995: 110).

É preciso notar que o nome “Semiolingüística” já é, por si só, revelador do que representa a teoria. Segundo Charaudeau (1995: 98), *Sémio-*, vem de *sémiosis*, lembrando que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido, relação esta que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos. Tal construção está sob a responsabilidade de um sujeito, movido por uma determinada intenção, ou seja, um sujeito que tem, em sua mente, um projeto visando influenciar alguém: tal projeto está encaixado no mundo social no qual vivem e circulam os sujeitos-comunicantes. Quanto à presença de “-lingüística” no nome, Charaudeau quis, com essa ocorrência, lembrar ou enfatizar que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais. Pelo fato de sua dupla articulação, da particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática, em vários níveis: palavra, frase, texto...), tal material linguageiro impõe um procedimento de *semiotização do mundo*.

É como se realiza tal *semiotização do mundo*? Através de um processo duplo que Charaudeau (*op.cit.*) assim esquematiza:



onde “p. transf.” = *processo de transformação* e “p. trans.” = *processo de transação*. Os ditos processos se efetuam segundo procedimentos diferentes, sendo, no entanto, solidários um do outro: isto se deve ao *Princípio de Pertinência*, que exige um saber em comum, que é, por assim dizer, “construído” no final da realização do *processo de transformação*.

Utilizemos um exemplo para explicar os duplos processos. Imaginemos que, no decorrer de uma aula, o professor construa um *processo de transformação* centrado em um “*Et voilà*”, inserido no final de um enunciado em português, enunciado este que carrega em si uma intenção explicativa sobre determinada questão. Quem garante que os interlocutores deste professor – ou seja, os alunos – saberão “decifrar” o sentido final do enunciado em pauta? Isso acontecerá, mas só se eles cumprirem duas condições. Para começar, terão que saber francês, ou possuir alguns rudimentos desta língua, para classificar mentalmente o “*Et voilà*” como um sintagma oriundo da língua francesa; em seguida, precisam também saber o conteúdo implícito que um “*Et voilà*”, colocado no final de um enunciado carrega, ou seja: “*A explicação está concluída*”, “*É tudo que quero/posso dizer sobre o assunto no momento*”. Se as duas condições forem preenchidas, estará então se realizando o *processo de transação*, processo que depende da intercompreensão entre os parceiros da linguagem. Lembremo-nos aí, do *postulado de intencionalidade* de Searle que, para Charaudeau, é a base do ato de linguagem, sem no entanto nos esquecermos do *postulado de pertinência* de Sperber e Wilson, ou seja: falar a propósito, sabendo de antemão que o sujeito-interpretante será capaz de “decodificar” nossos atos de linguagem. Isto é, se realmente for desejado que a comunicação tenha efeito, atinja o outro, o ouvinte, no caso específico da citada “situação aula”. Senão, o “*Et voilà*” passará para o sujeito-interpretante talvez apenas como uma tentativa do sujeito-comunicante de tornar mais “charmosa” sua comunicação... ou então, como uma forma de torná-la menos explícita e mais “misteriosa”!

Assim, como o diz Charaudeau (1995: 101), um ato de linguagem carrega em si uma *intencionalidade* (a dos parceiros da troca comunicativa); inserido em determinada *situação*, portador de um propósito sobre o mundo, o ato de linguagem está na dependência da *identidade* desses parceiros, resultando de um *desejo de influência* por parte do sujeito-comunicante.

Notemos que, na concepção generosa de Bakhtin, o “eu” se constrói em colaboração. Mas tal colaboração pode ser impedida por forças sociais. Ora, Charaudeau, por assim dizer, usa esta idéia, mas dando-lhe um nova roupagem: a colaboração entre parceiros é forçada pela vida em sociedade. Assim, o ato de linguagem é comandado pelas circunstâncias sociais do discurso e sua construção leva em conta o

explícito e o implícito da linguagem; ele é um dispositivo, dentro do qual se encontra o sujeito-falante (escrevendo ou falando), guiado por um sujeito-comunicante. Nele se manifestam, pois, quatro sujeitos comunicacionais, sendo dois *situacionais*, externos e dois *discursivos*, internos³. Os sujeitos ditos “externos” são o *Euc* (eu-comunicante) e o *Tui* (tu-interpretante): trata-se de seres historicamente determinados, parceiros reais da troca linguageira que têm uma identidade (psicológica e social) e que estão ligados por um “contrato de comunicação”.

CONTRATO E *MISE-EM-SCÈNE*

A relação contratual depende assim de componentes mais ou menos objetivos, tornados pertinentes pela expectativa que é própria a cada ato linguageiro, pois está implícita em todos uma “aposta”, um desafio, lançado ao outro⁴. Segundo Charaudeau (1996: 35), são três estes componentes:

(i) *o Comunicacional* - que diz respeito à observação do quadro físico da situação interacional: qual a posição (física) dos parceiros da comunicação? Estão um em face do outro, estão se vendo ou não? São dois ou mais de dois? Que canal (oral ou gráfico) está sendo utilizado?

(ii) *o Psicossocial* - que se refere às percepções que os parceiros da comunicação vêem ou sentem uns nos outros: idade, sexo, profissão, relação de parentesco, estados emocionais, etc.

(iii) *o Intencional* - que se refere a uma espécie de conhecimento *a priori* que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si) a respeito do outro, seu interlocutor; no caso, os parceiros da comunicação fazem, cada um, apelo aos seus

³ Para melhor compreensão do quadro enunciativo em questão, proposto por Charaudeau, enviamos o leitor ao artigo deste autor, traduzido para o português e publicado neste mesmo volume.

⁴ Até um simples “Bom dia!” lançado a um desconhecido (para introduzir uma pergunta que busca uma informação, por exemplo) vem carregado de uma certa expectativa que poderia ser “traduzida” por: “Esse ato de linguagem vai dar certo ou não?” (= o cumprimento será respondido ou ignorado?)

respectivos imaginários culturais ou a saberes supostamente partilhados entre eles.

Como vimos, a base da Semiolingüística está na *ação comunicativa* que envolve uma *situação de comunicação* (o quadro físico e mental no qual se acham os parceiros da troca linguageira). Tais parceiros são determinados por uma *identidade* (psicológica ou social) e são ligados por um contrato de comunicação. Aqui estão alguns exemplos de contrato de comunicação: o prólogo de *Gargantua*, de Rabelais, a capa de uma revista como por exemplo, a revista brasileira *Raça* (Ed. Símbolo). Quem compra *Raça* espera ler sobre a comunidade negra e não sobre a comunidade escandinava. E a capa, com sua foto, com seus dizeres (títulos de reportagens), *exibe*, por assim dizer, este contrato comunicativo. Outro tipo de contrato interessante é o estabelecido pelos editoriais de algumas revistas femininas brasileiras. Além de funcionar como uma síntese do conteúdo, vão confirmar o contrato da capa e consolidar as bases contratuais entre a leitora e a editorialista. É como se esta dissesse, em síntese, algo do gênero: “*Cara leitora, você comprou a revista Boa Forma* (Ed. Símbolo), *então, vai ler matérias sobre regimes, “malhação” e coisas do gênero.*”

Mas, para fazer o contrato comunicacional “funcionar”, é necessário que o Eu-comunicante (*Euc*) e o Tu-interpretante (*Tui*) se abram à inclusão de outros sujeitos na cena enunciativa: o *Euc* aciona um *Eue* (eu-enunciador) que se dirige, em primeira instância, para um *Tud* (sujeito-destinatário idealizado). Ambos, *Eue* e *Tud* são seres do “mundo das palavras”.

Ao tocar neste mundo, tocamos no que Charaudeau, desde 1983, propõe chamar de *mise en scène*. O quadro enunciativo da Semiolingüística mostra que todo ato de linguagem, seja ele falado ou escrito, é, afinal de contas, uma representação comandada pelos sujeitos externos. Citemos um caso para ilustrar as naturais trocas de *mise en scène*, no mundo da linguagem em sociedade: X, um professor, não vai falar do mesmo modo que fala em uma situação de trabalho, diante de seu médico: no consultório deste, expondo um problema de saúde, sua *mise en scène* linguageira – e seu papel de sujeito-comunicante – vão mudar em relação ao papel que X adota em suas aulas. Saindo do consultório médico, X encontra um velho amigo da época em que ele morava no interior de São Paulo: uma nova

mudança na *mise en scène* comunicativa de X, se impõe. É obvio que se X guardasse sempre a mesma *mise en scène* usada em seu trabalho, na sala de aula, não conseguiria se comunicar bem nem com seu médico nem com seu velho amigo: no máximo, passaria por uma pessoa aborrecida, enfatuada. Nos termos de Sperber e Wilson (1979: 81), não seria “pertinente”.

A terminologia *mise en scène* de Charaudeau é bastante feliz. Na verdade, todos nossos atos de linguagem têm um lado “teatral” já que, se quisermos ser bem sucedidos em nossas comunicações cotidianas, na vida em sociedade, temos de estar sempre atentos para produzir a encenação adequada... Enfim, tudo se explica, se pensarmos que a AD no seu sentido amplo, enquanto disciplina, toma por base três tipos de discursos bem “representativos”, no sentido teatral da palavra: o discurso teatral, o discurso jurídico e o discurso lúdico.

Logo, todos os atos de linguagem por nós enunciados ao longo de um dia, ao longo de uma vida, são ou serão construídos a partir de dados tirados de nossas condições de seres histórico-sociais, vivendo uma determinada situação, em um determinado espaço e tempo. Estes seres sociais, ao se comunicar, irão engendrar, por sua vez, *seres de palavra* (se a comunicação for oral) ou *seres de papel* (se ela for escrita).

Resumindo. O que seria então comunicar, nesta concepção? Seria proceder a uma *mise en scène*. Assim como o diretor de uma peça teatral usa os espaços cênicos, a decoração, a luz, os efeitos sonoros, os atores, um determinado texto – para produzir *efeitos de sentido* em um público – assim o locutor, querendo comunicar, seja pela fala, seja por escrito, seja por gestos, desenhos – usará os *componentes do dispositivo de comunicação*, em função dos efeitos que visa provocar em seu interlocutor. Um dos pontos fortes da Semiolinguística é, em nossa opinião, o fato de ela considerar o ato de linguagem como resultante de uma espécie de “jogo”, ou seja: o ato de linguagem se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso. Tais manobras discursivas vão dar lugar à produção de estratégias, por parte dos sujeitos comunicante e interpretante. Nas palavras de Charaudeau (1983: 94):

“Tout texte serait le produit d’un Projet de Parole de la part d’un sujet particulier qui sait par ailleurs (de façon plus ou moins consciente) qu’il est, en partie, surdeterminé par un Contrat de Parole. Et la liberté de ce sujet se trouve précisément soit dans la marge de manoeuvre que lui laisse ledit contrat /.../ soit dans l’acte de subversion, voire de transgression, de celui-ci.”

Em outros termos, veríamos assim o problema: há um sujeito que cria seu texto a partir de dados extraídos de sua cultura, de suas convicções e de seu *ethos*, enfim, do universo discursivo que lhe é próprio, a ele, sujeito-individual único. Mas, essas convicções vão encontrar eco no sujeito coletivo e social, cujos gestos e palavras são determinados por uma ideologia de vida ou, se preferirem, por *contratos* sociais dominantes. Nem completamente livre, nem completamente submisso, eis como vemos tal sujeito, evoluindo num mundo dominado pelas práticas e trocas linguageiras.

UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO PRÁTICA DA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

Antes de passar à referida aplicação, gostaríamos de deixar bem claro que a *AD* (e, por conseguinte, como uma de suas várias teorias, a Semiolingüística), enquanto disciplina e instrumental de pesquisa, não se destina, *a priori*, à interpretação de textos isolados. A pesquisa em *AD* trabalha com um dado *corpus*, ou seja, com um conjunto de textos pertencentes a um mesmo tipo ou gênero, determinado pelo *Contrato de comunicação*. Assim, pode-se trabalhar com diferentes grupos de textos tais como: os publicitários, os políticos, os didáticos, os literários, enfim, textos ligados às práticas sociais da linguagem representadas em diferentes formatos lingüísticos.

O que caracteriza tal tipo de abordagem, é o estudo das particularidades de *construção e funcionamento* do discurso-objeto da análise, onde são enfatizados aspectos da construção tipológica do discurso examinado. A orientação da análise pode ser assim sintetizada: trata-se de uma busca de “regularidades discursivas”, a partir dos pontos de vista enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo, colocados em relação com as identidades e papéis

pressupostos/atribuídos aos parceiros da comunicação. As regularidades contribuem para determinar:

- (i) as marcas de identidade dos sujeitos e das diferentes vozes (polifonia) que se manifestam em seus ditos;
- (ii) os universos de referência e de crenças, que caracterizam os imaginários sociais destes sujeitos;
- (iii) as maneiras de falar e/ou escrever, segundo as situações de comunicação.

É então necessário que se faça, segundo os diferentes objetivos e o objeto de estudo de cada pesquisador, um ajustamento entre o *corpus* e orientação da pesquisa. Ou seja: os meios escolhidos para a análise serão especificados segundo o *corpus* escolhido e as hipóteses estabelecidas.

Resumindo: o ponto de partida para toda análise que se pretenda “Semiolinguística” é constituído por situações e *corpus* “dialógicos”⁵ ou por situações ou *corpus* “monológicos”⁶, *corpus* estes examinados como elementos construídos com fins comunicativos, ou, em outros termos, ligados a uma “situação de comunicação”. Assim, se pretendemos analisar o processo narrativo nos romances de Stendhal, vamos considerá-los como documentos escritos que visam a uma forma de comunicação entre os parceiros “escritor/leitores”. O mesmo se dará se resolvermos analisar o “eu-aqui-agora” de editorialistas de diferentes jornais: iremos, igualmente, considerar a situação de comunicação que está na base da elaboração/difusão de tais documentos. *Idem, ibidem*, se formos trabalhar sobre as modalizações de dois sujeitos falantes, numa situação de conversação. Em todos os casos será de suma importância para nossa análise a noção de *mise en scène* por nós discutida mais acima: seja em um

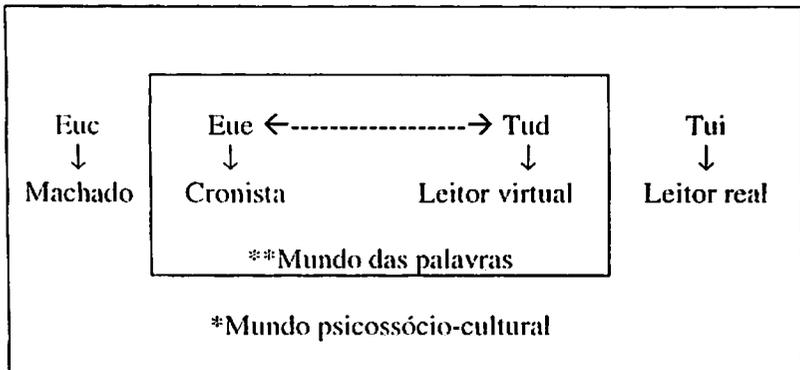
⁵ O termo “Dialógico” está aqui sendo usado para indicar: parceiros da comunicação que estão – fisicamente falando – *in praesentia*. Entram então nesse caso: as entrevistas, os debates, as conversações, as discussões, etc.

⁶ Do mesmo modo, o termo “Monológico” aparece aqui para indicar: parceiros da comunicação que estão – fisicamente falando – *in absentia*. Entram então nesse caso: todos os textos escritos (cartas, editoriais, livros...) ou impressos (publicidades, desenhos...) assim como também a comunicação via televisão ou *internet* (excetuando-se o caso bem específico, nesta última, dos *chats*).

romance, seja em um editorial de imprensa, seja em uma conversação cotidiana, há que se considerar os atos de linguagem produzidos nessas diferentes situações como encenações próprias para melhor fazer veicular um determinado propósito.

No entanto, logo após esse preâmbulo, gostaríamos de propor uma espécie de “exercício”, ou seja, a leitura/interpretação de uma crônica “isolada”; o objetivo de tal “exercício” sendo o de ilustrar alguns dos pontos que levantamos sobre a teoria em questão e que se acham melhor explicitados no artigo *Uma teoria dos sujeitos da linguagem*, de Charaudeau, por nós traduzido e publicado neste volume. Escolhemos, para tanto, uma das muitas crônicas escritas por Machado de Assis, com o pseudônimo “Gil”, no *Diário do Rio de Janeiro*, no século XIX (vide *Anexo* no final do artigo). Esclarecemos desde já que esta crônica será por nós considerada como um *macro ato de linguagem*. Nesse sentido, ela dependerá - no que diz respeito a sua construção - de um dispositivo que compreende dois circuitos: o circuito externo, que representa o local do *Fazer-psicossocial* (ou seja, o local do “situacional”) e um circuito interno que representará o local da organização do *Dizer*. A crônica será então vista como uma combinação do *Fazer* e do *Dizer*. Vejamos mais de perto como este processo se dá, insistindo sobre o fato de que o *Fazer* pertence a um circuito que é exterior, que precede e, por assim dizer, “comanda” o circuito do *Dizer*.

Começemos por uma aplicação dos sujeitos da crônica no quadro enunciativo de Charaudeau (*op.cit*):



onde,

Euc: Machado de Assis, enquanto cronista do *Diário do Rio de Janeiro*. *Machado de Assis-Euc*, é o parceiro que detém a iniciativa do processo de comunicação. Assim, ele precede à encenação do Dizer, em função dos três componentes que regem a relação contratual:

- (i) o comunicacional;
- (ii) o psicossocial (situacional);
- (iii) o intencional (discursivo).

Examinemos cada um dos casos:

(i) O comunicacional

Enquanto participantes de uma troca comunicativa (Machado é um EU que escreve para um TU, nos termos da troca benvenistiana), *Machado-Euc* acha-se diante de um parceiro *in absentia*. O EU de Machado não está diante desse parceiro, ele o imagina. A comunicação entre EU X TU é aqui “diferenciada”, já que divulgada por um veículo “monolítico”: o texto escrito de imprensa.

(ii) O psicossocial ou situacional

Diz respeito aos elementos da situação, ao espaço externo das limitações do ato de linguagem a ser elaborado; o psicossocial ou situacional vai determinar a especificidade e a estrutura do contrato de comunicação propriamente dito.

Quais são então os elementos dessa situação? Para começar, Machado é um EU que possui o estatuto de cronista e de escritor. No presente caso, ele adota ou assume o *contrato de cronista-jornalista*: quem assumir a leitura de *Machado-cronista*, vai se deparar então com o gênero “crônica” e não com um conto, ou com um romance. Ora, a crônica, enquanto gênero, obedece a certos rituais: ela fala de acontecimentos e de pessoas reais, porém permite a natural inclusão das opiniões do autor (enquanto *ser do mundo*) a respeito dos fatos por ele narrados. Mas vejamos a definição de crônica, no *Aurélio*:

“Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como tema fatos ou idéias da atualidade, de teor artístico,

político, esportivo, etc., ou simplesmente relativos à vida cotidiana.”

O *Euc* respeita pois os limites impostos pelo contrato-crônica. Ele não vai aí, por exemplo, falar sobre a ambigüidade de seu personagem *Capitu* ou sobre o furtivo pai de Helena. Ele vai tratar do fatural, conferindo a este seu estilo próprio de tecer comentários, ou seja: através da ironia.

(iii) O intencional

Refere-se a um espaço intermediário, ou ainda, a uma interseção entre as limitações do contrato e as estratégias discursivas que vão ser efetivadas. Enquanto *Euc*, o *Machado-cronista* imagina/idealiza seu leitor, fazendo apelo aos saberes partilhados que circulam em sociedade. Ousaremos dizer que um cronista, em tal situação poderá talvez (de modo consciente ou não) pensar consigo: “*Como posso agradar e/ou convencer meu leitor disto ou daquilo? Em termos de informação, o que posso lhe dizer, que ele ainda não saiba? Como captar sua atenção para essa minha crônica?*”

Machado é um *Euc* que vai tomar a iniciativa quanto ao processo de produção de seu texto: para fazê-lo, aciona um *Eue*. Este, aos poucos, ao descrever um fato político, vai “recheando-o” com a saborosa ironia machadiana. Como bom escritor e jornalista, Machado de Assis é um grande observador da sociedade de sua época, sabe que temas agradam ou podem seduzir o leitor. No caso, o tema “crítica à política do governo”, indica o componente intencional escolhido pelo *Euc*.

Vamos ousar de novo, fazendo um mergulho nas águas da Semiolingüística, e imaginar que o *Euc* pode ter partido do seguinte raciocínio:

- i) levarei em conta os *saberes partilhados*: meu leitor sabe que escrevo sobre política e sabe também o que penso do atual governo.
- ii) Sei qual é o “ritual linguageiro” que o tema que vou tratar (denúncia de mais uma corrupção que se prepara) subtende.
- iii) Unirei pois (i) e (ii) (saberes partilhados + rituais linguageiros) para produzir certos *efeitos de discurso* no meu leitor. Mas, de minha parte, enquanto *Euc*, só posso controlar os

efeitos possíveis, pois, mesmo conhecendo de longa data meu leitor, não posso controlar sua fidelidade ao meu texto. Há que se pensar também no novo/eventual leitor.

Voltemos ao quadro: nele veremos então que *Machado/Euc* escreve para um *Tui* (sujeito interpretante): trata-se do leitor real, leitor de sua crônica no jornal, leitor que receberá os “efeitos do discurso” por ele propostos. O processo de interpretação do texto caberá assim, ao *Tui*.

Lembremos ainda que a crônica, aqui considerada como um *macro ato de linguagem*, repetimos, “joga” com os possíveis interpretativos. Todo ato de linguagem é portador, como já o dissemos de *uma expectativa* (em francês “*d’ un enjeu*”).

Entrando no segundo quadrado do quadro, ou seja, no mundo do *Dizer*, veremos então a presença de um *Eue* que se dirige a um *Tud*. Este *Eue* (eu-enunciador) tem a função de “operador” das estratégias discursivas (do *Euc*, isto é, das estratégias por ele elaboradas). O que aí assistimos, nada mais é que a colocação em prática do *Projeto de Palavra* do *Euc*. Em outros termos: temos então um sujeito-enunciador, ou, no caso do texto, um cronista-contador de histórias políticas, que toma a palavra e diz “eu”. Esta presença do “eu” é verificável através:

- de certas marcas pronominais e verbais tais como: “...e a *mim*, até parece ver o pinto no poleiro”, “*A gente faz...*” (penúltimo e último parágrafos da crônica, sendo que os grifos são nossos);
- dos inúmeros modalizadores, frases nominais, pontuação, enfim, todas as marcas que denunciam o estilo do cronista-político, enquanto soma de um *Euc* com um *Eue*. Citemos alguns dos modalizadores mais evidentes: a) o uso do francês, a alusão à fábula do *Corvo e da Raposa*, de La Fontaine; b) as inúmeras metáforas (o caso do Corvo com seu queijo é uma delas) presentes no texto, tais como as que aparecem no penúltimo parágrafo (*ovos, pintinhos, poleiros* que subentendem enfim, a confusão de um “galinheiro”: a vida política no Brasil)

Cabe enfatizar que tanto o *Eue* quanto o *Tud* evoluem num mundo de palavras, mundo escrito, situado entre *efeitos do real* e *efeitos da*

ficção (Charaudeau, 1983, 1992). Assim, o tema abordado (a vaga no Senado) é bem real, mas o modo de abordá-lo oscila entre o real e a fábula/ficção: daí o apelo feito à voz de La Fontaine. Chamamos tal procedimento de “colocação de estratégias discursivas no texto”.

ALGUMAS ESTRATÉGIAS DESSA CRÔNICA DE MACHADO DE ASSIS

Para convencer seu leitor sobre o que expõe, o *Euc* coloca então em cena um *Eue* que brinca, com bastante gosto, com os enunciados que vai expondo. O macro ato de linguagem que é a crônica é assim composto, *grosso modo*, pela presença da ironia através de inclusões de vozes de outrem. Tentaremos, a seguir, identificar algumas aparições dessa voz “alheia”:

- i) O “outro” está presente em expressões cristalizadas, pertencentes a uma certa *vox populi*: “...tão gorda posta...” “...outono da vida...” (1º parágrafo);
- ii) aparece também em enunciados exclamativos do tipo clichês mundanos-sociais: “É tão bom ter uma cadeira no Senado!” (último parágrafo); “A tal ponto chega a ciência política!” (último enunciado do penúltimo parágrafo);
- iii) a presença da voz de outrem é fácil de se identificar, pela alusão feita ao fabulista-narrador La Fontaine (e aí temos também a soma de *Euc* + *Eue*, vindos de outra situação, de outro país e de outra época). Observemos alguns casos: “...encanta mais ‘par son plumage que par son ramage’...”, “queijo/largo bico” (2º parágrafo) e “*maitre corbeau*” (3º parágrafo). Ora, sabe-se que o corvo da fábula foi tolo, abrindo o bico: assim a *Folha Oficial* está também sendo tola, divulgando o que não deveria divulgar!

Todos os enunciados citados, pertencentes a vozes outras que a do narrador, por ele empregados em outro contexto assumem a função de “palavras bivocais” como o diz Bakhtin (1970: 254):

“Les mots d’autrui, introduits dans notre discours, s’accompagnent inmanquablement de notre attitude propre et de notre jugement de valeur, autrement dit deviennent bivocaux./.../ Notre langue quotidienne est pleine de mots d’autrui; avec certains, notre voix se fonde totalement, /.../;

dans d'autres encore, nous introduisons nos orientations personnelles, différentes ou hostiles."

É o que faz nosso cronista: utiliza as palavras de outrem para nelas introduzir sua orientação própria, sua visão irônica...

Entretanto, o que foi dito corresponde a apenas uma rápida visão da ironia machadiana. Pois não se pode limitá-la, esta ironia, a ocorrências localizadas de certas expressões ou de certos enunciados: ela está presente da primeira à última linha do texto, e sobre formas variadas (por exemplo, reunião de dois conjuntos de enunciados contrastantes, que apontam para conclusões diferentes; uso de figuras tais como a metáfora, a hipérbole, a repetição...) Machado de Assis é um escritor naturalmente dotado para a ironia: existe nele uma ironia que precede seu texto, vinda de seu poder de observação face à sociedade em que vive, aos comportamentos dos seres sociais que nela se movimentam. Deixaremos pois um estudo mais aprofundado da ironia situada no FAZER e da ironia situada no DIZER de Machado, para outro artigo⁷.

Esta rápida análise visou, dentro da perspectiva Semiolingüística, mostrar que há uma forma de argumentação dominante nesta crônica: *a argumentação pela ironia*. A estratégia discursiva visada seria, então, a de provocar um pequeno riso amargo no leitor, sacudi-lo de seu torpor burguês. Esse efeito foi obtido por um constante ajustamento entre a *mise en scène* do DIZER e a relação contratual do FAZER. Em síntese, a comunicação machadiana se ampara inteiramente neste tipo de argumentação.

Finalmente, ao realizarmos a aplicação acima, ilustramos somente algumas das muitas possibilidades de análise que a Teoria Semiolingüística oferece, assim como também, apenas algumas das muitas ironias que a crônica machadiana contém.

⁷ Cabe, ainda, lembrar que "Gil", o pseudônimo usado por Machado de Assis em várias de suas crônicas, poderia aparecer como um "scripteur" situado entre o Euc e o Eue do quadro enunciativo por nós mostrado no início da segunda parte deste artigo.

CONCLUSÃO

Gostaríamos de concluir citando Charaudeau (1996: 40) que lembra que:

“Para evitar que uma lingüística seja, de um certo ponto de vista, ingênua, é necessário que sua teoria e seus instrumentos de análise sejam centralizados sobre a descoberta dos jogos de significação psicossocial dos atos de linguagem que se trocam numa comunidade sociocultural. É na carga semântica dos vocábulos, por meio dos modos de organização discursiva que os integram, e numa situação de intercâmbio, que se podem levantar as marcas desses jogos.”

Voltamos a repetir que o ponto forte de sua teoria está justamente na possibilidade de se poder fazer um levantamento das marcas dos “jogos” languageiros, em situação de comunicação, levando em conta não apenas o produto concreto da enunciação, mas também a situação psicossocial que determinou que um certo ato de linguagem - e não um outro - fosse proferido naquele justo momento.

O interessante da teoria Semiolingüística, enfim, é que ela, com sua diversificação de sujeitos, acaba por abranger tanto idéias como as de Ducrot e Austin - que enfatizam o poder das palavras, em um mundo a elas interno- quanto idéias de Bourdieu (1982), que preconizam a legitimidade situacional e/ou institucional dos sujeitos comunicantes.

10 DE NOVEMBRO DE 1861

Vagou uma cadeira no senado. É a que pertenceu ao eleito por Mato-Grosso João Antônio de Miranda, que acaba de falecer, levando consigo a experiência e o conhecimento do egoísmo de um partido político. Tão gorda posta fez arregalar o olho a mais de um; e eis que todos quantos gozam da infável ventura de andarem *entradetes* no outono da vida começam a fazer valer os seus direitos e os seus serviços.

Fala-se de muitos, e chega-se até a indicar todas as possibilidades. A *Folha Oficial* que toma seu papel ao sério, sem reparar que encanta mais *par son plumage que par son ramage*, não se arreceu de comprometer no futuro o queijo do experiente, e abriu o largo bico para dizer que entre muitos candidatos um havia que merecia exclusivamente os sufrágios dos eleitores.

Deve-se supor que é esse o escolhido do partido do governo, que é sempre o legítimo partido. Um outro candidato, ministro como o que foi apresentado por *maître corbeau*, não fará concorrência, porquanto, depois de ter naufragado em dois diques, no Maranhão e no Rio de Janeiro, não quer arriscar-se a fazer uma figura triste neste país, que é o das lindas figuras. Além destes dois, havia um que se o governo quisesse podia fazê-lo triunfar, o Sr. Sérgio de Macedo, homem que, afora a missão diplomática, o cargo de ministro e o exercício de deputado, tem dado conta da mão, saindo-se brilhantemente em toda a empresa que comete.

Tais e outros são os ovos que estão incubando, agasalhados pelas asas protetoras daquela remota e passiva província de Mato Grosso: estão sim, mas a ansiedade de surpresa não se dará no fim do termo legal de incubação; já se conhece o ovo que há de gerar, e a mim até me parece ver o pinto no poleiro. A tal ponto chega a ciência política!

É tão bom ter uma cadeira no senado! A gente faz o seu testamento, e ocupa o resto do tempo em preocupações higiênicas, a bem de dilatar a vida e gozar por mais tempo das honrarias inerentes ao posto de príncipe do império./.../

Gil

(MACHADO DE ASSIS, *Comentários da semana, Diário do Rio de Janeiro*. In: *Crônicas*, 1º volume (1859-1863).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTINE, M. *La poétique de Dostoievski*. Paris, Ed. du Seuil, 1970.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. Paris, Fayard, 1982.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours*. Paris, Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. La critique cinématographique: faire voir et faire parler. *La Presse-Produit-Production-Réception*. Paris, Didier Érudition, 1988-pp. 47-70.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du Sens et de l'Expression*. Paris, Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. "Une analyse sémiolinguistique du Discours". In: *Langages* n° 117, 1995, pp. 96-111.
- CHARAUDEAU, P. "Para uma nova análise do discurso". CARNEIRO, A.D. (org.) *O Discurso da Mídia*. RJ, Of. do Autor, 1996, pp. 5-43.
- CHARAUDEAU, P. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. MARI, H., PIRES, S., CRUZ, A. R e MACHADO, I. L. (org.) *"Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso"*. NAD. FALE/UFGM, Carol Borges Ed., 1999, pp. 27-44.
- CORACINI, M. J. Análise do Discurso: em busca de uma metodologia. D.E.L.T.A., vol.7, n°1, 1991, pp. 333-355.
- DE CAUX, D. D. "A análise do discurso pode designar hoje em dia mais ou menos qualquer coisa". In: MACHADO, I. L. (org.) *Análises de discursos-Sedução e Persuasão Cadernos do NAPq*, n° 10, set. 1993, pp. 39-44.
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris, Hachette, 1976.
- MAINGUENEAU, D. *L'analyse du Discours*. Paris, Hachette sup., 1991.
- MAINGUENEAU, D. Présentation, *Langages* n° 117, *Les analyses du discours en France*, Larousse, Paris, 1995, pp. 5-11.
- MAINGUENEAU, D. *Analyser les textes de communication*. Paris, Dunod, 1998.
- MARI, H., PIRES, S., CRUZ, A. R e MACHADO, I. L. (orgs.) "Apresentação, *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*." NAD. FALE/UFGM, Carol Borges Ed., 1999, pp. 15.-24.
- PÊCHEUX, M. "Análise automática do discurso". In: *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, F., TAK, T. (orgs.) Campinas, Ed. UNICAMP, 1990.
- WILSON, D. et SPERBER, D. "L'interprétation des énoncés". In: *Communications* n° 30, 1979, pp. 73-79

UMA VISÃO MODULAR DA COMPLEXIDADE DISCURSIVA

Eddy ROULET
Université de Genève
Sueli PIRES
UFMG

A ORGANIZAÇÃO COMPLEXA DO DISCURSO

O discurso, em suas diversas realizações – diálogos da vida cotidiana, narrativas, entrevistas, textos da mídia impressa, etc. – ocupa um lugar de reconhecida importância nas pesquisas e nos debates que se desenvolvem nas ciências humanas em geral. Isso nada mais é do que o reflexo do seu papel predominante na vida social. O que se constata, entretanto, é que as tentativas de reconhecimento de um campo discursivo têm gerado problemas de duas ordens distintas: um problema de representação e outro de instrumento de análise.

No que diz respeito à representação, o tratamento discursivo tem sido sumariamente reduzido aos seus aspectos meramente lingüísticos. Visualizado como um texto, o discurso confunde-se com uma sucessão de frases, sem que se tomem em consideração as informações extra-lingüísticas que estão em jogo, tais como os conhecimentos do mundo, a situação de interação, etc. Tais informações, como sabemos, acham-se implícitas no texto e são de fundamental importância para a sua interpretação. Já mostramos, em trabalhos anteriores (e.g. Roulet, 1991 e Pires, 1997) que se devem ultrapassar os níveis de representação frásica ou mesmo textual para se alcançar uma representação discursiva, integrando-se as dimensões lingüística, textual e situacional.

Relativamente ao segundo problema, ou seja, de como se proceder à análise da linguagem, encontram-se efetivos instrumentos para a

abordagem de fatos fonológicos, lexicais ou sintáticos. O mesmo não se pode afirmar acerca das múltiplas dimensões e da complexidade organizacional do discurso, seja porque os analistas do discurso desenvolvem suas pesquisas em bases muito gerais, desconhecendo sua micro-organização lingüística e textual, seja porque, ao contrário, detêm-se em um aspecto muito particular como, por exemplo, a sua dimensão temática ou argumentativa, normalmente explorada a partir de exemplos artificialmente criados ou de enunciados extraídos de produções autênticas.

O Modelo de Análise Modular apresentado pela Escola de Genebra, detalhadamente desenvolvido em diversos artigos de Roulet (entre 1991 e 1997), foi aplicado ao espanhol por Miche (1998), ao português por Pires (op.cit.), ao francês por Burger (1997) e Espuny (1997), ao alemão por Kranz (1997). Em todos os trabalhos citados, independentemente da variedade dos “*corpora*” analisados, torna-se evidente que o tratamento modular, a despeito da sua ampla margem de aplicabilidade, tem sido adotado como uma hipótese metodológica e não como um reflexo de mecanismos psicológicos do funcionamento da mente humana. De fato, o modelo se propõe simular a complexidade da organização do discurso, tal como já se expôs em Roulet (1999a)⁸, o que, por si só, já constitui uma ambiciosa tarefa.

As pesquisas conduzidas sob a perspectiva modular de análise do discurso após 1995 evidenciaram certos problemas decorrentes da primeira versão do modelo, sobretudo no que tange a autonomia de alguns módulos postulados em Roulet (1991, 1997). Hoje constata-se ser impossível tratar as dimensões relacional, enunciativa ou polifônica⁹ sem levar em conta as dimensões lingüística e referencial. Além disso, o excessivo número de módulos postulados inicialmente, ou seja, quinze, constituía um elemento complicador para a formulação das regras de acoplagem¹⁰ entre as informações provenientes de cada um daqueles módulos. O caminho então

⁸ Nesta referência encontra-se, também, uma abordagem completa sobre a evolução do modelo genebrino desenvolvido desde 1979.

⁹ Nas versões mencionadas, as dimensões relacional, enunciativa e polifônica recebiam tratamento equitativo às demais dimensões, atribuindo-se-lhes o mesmo grau de autonomia das demais.

¹⁰ Do original, em francês, “*couplage*”.

adotado, que poderíamos qualificar de multidimensional, prestava-se, sem dúvida, à construção de um primeiro inventário ético das diferentes dimensões organizacionais do discurso, mas não era capaz de dar conta, de forma simples e sistemática, da complexidade de tal organização. Optou-se, então, não apenas por se reduzir o número de módulos, mas também por se reduzir o sistema de informações específicas de cada um deles às noções mais simples possíveis.

O MODELO ATUAL

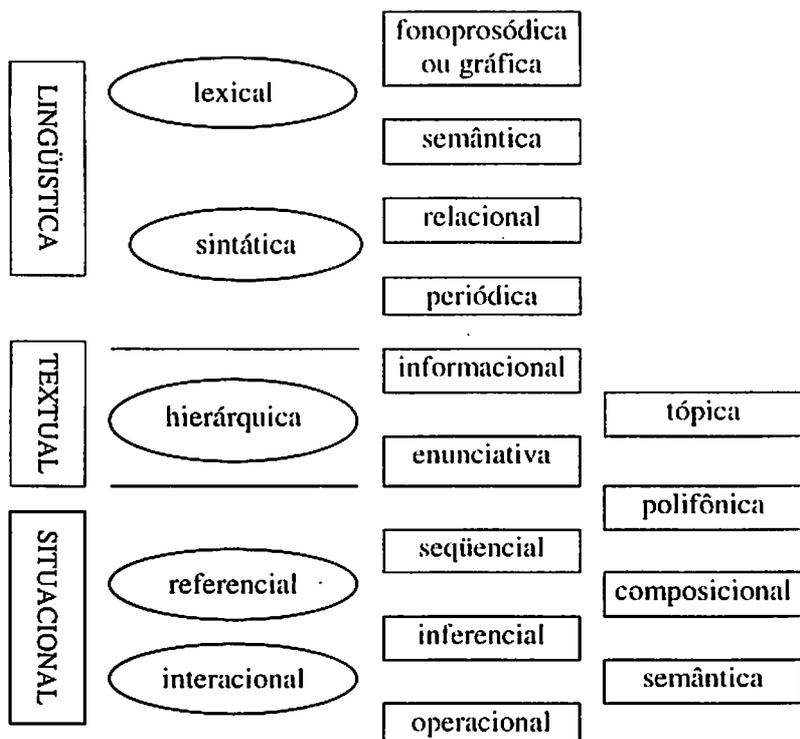
O tratamento modular da organização do discurso concebido atualmente (cf. Roulet, 1999a, b) implica uma dupla exigência: a) a decomposição da organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas ou módulos, reduzidos a informações simples; b) a descrição mais precisa possível da maneira como essas informações simples podem combinar-se, a fim de recobrir as diferentes formas de organização das produções discursivas analisadas.

O reconhecimento dessa dupla exigência propicia a distinção entre as *dimensões* do discurso, correspondentes aos diferentes módulos do sistema (sintático, lexical, hierárquico, interacional e referencial) e as *formas de organização* (polifônica, tópica, inferencial, etc.), cuja descrição decorre da acoplagem entre as informações modulares ou de outras delas derivadas. Diferentemente do que se propunha em versões anteriores a 1997, o mais adequado, tanto terminológica como epistemologicamente, é referir-se à *organização* tópica ou polifônica, em lugar de dimensão, concepção esta que se distingue de outras abordagens teóricas, por considerarmos tratar-se de construções complexas, resultantes da combinação de informações provenientes de distintas dimensões. Conforme já estava postulado em Roulet (1999a), a arquitetura do modelo é *heterárquica*, retomando o termo de Sabah (1989:49), o que autoriza a acoplagem de todos os módulos e formas de organização. É importante reiterar que os módulos sintático, hierárquico e referencial são os responsáveis pela forte capacidade de produzir, respectivamente, uma infinidade de proposições máximas, de trocas e de representações do mundo. A combinação das informações é assegurada pelas regras de acoplagem, sob a forma global *se x e se y, então z*. Tais regras permitem, de um lado, a definição de categorias discursivas, desde as mais simples (como a unidade periódica) às mais complexas (como o discurso diafônico

implícito); de outro lado, elas permitem derivar as formas de organização discursivas, das mais simples (como a organização enunciativa) até as mais complexas (como a organização polifônica). Essas noções serão rediscutidas mais adiante, na seção destinada à análise de uma emissão televisiva.

Partimos, então, conforme está ilustrado no quadro que segue (figura 1), da descrição das dimensões modulares à descrição das *formas de organização elementares* (que resultam da acoplagem de informações simples de origem modular). Passa-se, em seguida, à descrição das *formas de organização complexas*, antes de abordar o estudo das interrelações significativas que se podem observar entre tais formas de organização complexas. Pode-se, assim, descrever a organização relacional de base acoplando-se as informações provenientes dos módulos hierárquico e referencial. Da mesma forma, é possível descrever a organização operacional, acoplando-se o módulo hierárquico e a estrutura praxeológica da transação; em seguida, a organização complexa estratégica, acoplando-se informações provenientes das dimensões referencial e interacional bem como outras oriundas da organização relacional, como será focalizado ao longo da análise de um fragmento de emissão televisiva.

Figura 1



ANÁLISE DAS DIFERENTES DIMENSÕES E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE UM FRAGMENTO DE EMISSÃO TELEVISIVA

A experiência nos mostra que o pesquisador só se defronta com a complexidade organizacional do discurso quando, em lugar de se deter no tratamento de exemplos fabricados e/ou isolados, ainda que de forma detalhada, ele se dedica à abordagem de um fragmento mais prolongado, focalizando-lhe todas as suas dimensões lingüísticas, textuais e situacionais. Assim, parece-nos indispensável acompanhar a apresentação de um modelo de organização do discurso, aplicando-o a um fragmento mais longo de uma produção autêntica, não fabricada

para fins de análise¹¹. Ainda que não seja nosso propósito, de acordo com a perspectiva de análise aqui adotada, aprofundar-nos em cada uma das dimensões focalizadas, ela propicia a vantagem de evitar as descrições *ad hoc*, isto porque ela evidencia as conseqüências das escolhas decorrentes dos aspectos particulares acerca da descrição do conjunto organizacional. Finalmente, as próprias dimensões aqui discutidas não permitem que se entre em detalhes das análises, tampouco nos fatores que as motivam. Entretanto, somos levados a formular as descrições de uma maneira bastante precisa, de tal forma que elas venham a ser rediscutidas e, até mesmo, aperfeiçoadas.

É com esses objetivos que apresentamos um fragmento de uma emissão televisiva que, a despeito de aparentar simplicidade, ao menos no plano lingüístico, tem uma organização complexa. Após fazermos uma breve apresentação do fragmento, descreveremos sucessivamente as suas dimensões, as formas de organização simples e complexas, bem como as interrelações entre as mesmas.

A) APRESENTAÇÃO DO FRAGMENTO DA EMISSÃO TELEVISIVA

Trata-se de um bloco de propaganda emitido em um canal exclusivamente destinado a vendas virtuais, com duração total de 1 minuto e 45 segundos, transmitido em sistema de tv a cabo. Nesse bloco aparecem dois locutores (aqui identificados como LOC1 e LOC2, que têm a função de anunciar acessórios para veículos comercializados por um determinado estabelecimento especializado nesse ramo de negócio, na tentativa de convencer os telespectadores a consumirem as mercadorias anunciadas. O primeiro locutor é o apresentador do programa, contratado do canal comercial; já o segundo locutor é um vendedor da loja de autopeças (cenário da propaganda), chamado a se integrar à cena no decurso da transmissão. Toda a cena se desenvolve dentro do estabelecimento comercial (*in loco*). Apresentador e vendedor preocupam-se em apresentar, descrever e apontar as vantagens (utilidade, qualidade e preço

¹¹ Evidentemente, não se deve entender que a aplicação a um único fragmento não bastaria para validar o modelo, mas as hipóteses aqui trabalhadas têm sido constantemente aplicadas e discutidas, tanto no âmbito da equipe de Genebra como por pesquisadores (docentes e doutorandos) de outros países, focalizando-se dados de naturezas diversas.

acessível) a um público potencialmente consumidor dos produtos anunciados. Encontra-se, aqui, uma transcrição simplificada dessa emissão, indicando-se apenas: a intonação (/ = ascendente; \ = descendente; barras oblíquas duplas nos casos de intonação conclusiva), as pausas mais ou menos longas através de um até três pontos. Há, ainda, comentários transcritos em fonte diferenciada, entre parênteses. Eles foram inseridos nesta transcrição porque contêm informações particularmente importantes para a análise de algumas dimensões ou formas de organização.

CORPUS da emissão televisiva (propaganda virtual)

LOC A (locutor apresentador)

1 autopeças cruzado\ 2 o endereço superlegal de peças de Belo Horizonte\ 3 há mais de um ano e meio na tv balcão\ 4 tudo bem/ 5 olha o endereço\ 6 avenida Bias Fortes . mil e trinta e cinco\ 7 estacionamento próprio\ 8 telefone dois nove um . trinta . zero oit\ 9 é o seguinte . gente\ 10 tem promoção pra vocês\ 11 que o primeiro é o seguinte\ 12 tá qui\ 13 calotas tão custando a partir de cinco e noventa\ 14 muito barato\ 15 tempo de chuva tá chegando\ 16 e temos que trocá palhetas\ 17 sem as palhetas num tem jeito\ 18 de funcioná . né/ 19 inda mais na estrada . né/ 20 tá custando apenas a partir de nove reais\ 21 faróis de milhas\ 22 todos os modelos que você quisê\ 23 pro teu carro\ 24 pra carro importado\ 25 dá pr'adaptar . viu/ 26 e tá com um preço MUITO BOM\ 27 venha conferir\ 28 bom . gente... 29 promoção vocês adoram . né/ 30 promoção do mês ... 31 na autopeças cruzado ... 32 o primeiro tá qui .. 33 que é o retrovisor, . tá/ 34 do Palió\ 35 com preço muito bom\ 36 só 40 reais\ 37 que tal o farol do Gol, hein/ 38 com um preço também legal\ 39 só cinqüenta sete reais \ 40 quebrou o farol do seu Uno/ 41 não tem problema\ 42 preço . quarenta nove\ 43 no caso das lanternas . 44 você pode comprá . 45 partir de 8 reais\ 46 no caso essa aqui (apontando para a lanterna) 47 do Uno\ 48 tá bom/ 49 bem, como eu sempre chamo . 50 eu vou chamar agora o meu amigo Sandrão\ 51 ele é músico\ 52 tudo bem//

LOC B (locutor-vendedor da loja)
54 tudo bem//

LOC A
55 tá cantando muito//

LOC B
56 graças a Deus\

LOC A
57 o negócio é o seguinte .. 58 como é que funciona o posto de troca rápida//

LOC B
59 olha, o posto de troca rápida é pras pessoas que não tem tempo . 60 que aconteça alguma coisa com eles . 61 eles tem que fazê o serviço rápido\ 62 e hoje a gente tá dando a regulagem . 63 que é uma regulagem de brinde . 64 eletrônica\ 65 e nós vamos mostrá pra vocês ..

LOC A
66 ah, né manual não/ 67 aquele negócio de botá na .. (palavra ininteligível) . 68 com'é que funciona//

LOC B
69 ele é colocado na frente do carro . (mostra como funciona o aparelho de regulagem eletrônica)
70 é regulado .. 71 e a própria máquina faz a regulagem pra gente\

LOC A
72 pois é\ 73 e esse carro é o abatedouro (ao fazer esta piada, aponta a parte da frente do carro) 74 esse azulzinho aqui a gente chama de abatedouro\ (continua apontando para a frente do carro) 75 ah .. ah .. ah (risadas)

LOC B
76 gr'ças a Deus\

LOC A

77 o negócio é o seguinte .. 78 vem pra cá então . 79 na Bias Fortes mil e trinta cinco .

80 estacionamento próprio 81 telefone dois nove um trinta zero oito .
82 ou Pedro II quatro nove oito\ 83 e Pedro II quatro quatro três dois\
84 o primeiro supermercado de peças de Belo Horizonte\
85 canta um pouquinho pra nós\
86 faz um "back voice"

LOC B

87 meu Deus do céu 88 (cantando um trecho de uma música popular)
89 ôh

LOC A

90 tv balcão ..

LOC B

91 .. anunciou ..

LOC A

92 .. vendeu//

B) AS DIMENSÕES MODULARES

A DIMENSÃO INTERACIONAL

O módulo interacional, cujo conteúdo foi substancialmente reduzido em relação à versão do tratamento modular de (1991), define-se pelas propriedades da dimensão material das interações, em diferentes níveis de encaixe. De um lado, a ocupação material do canal pelos sujeitos falantes/escritores, ou seja, a alternância e/ou a superposição dos turnos de fala (ou de escrita); de outro lado, o quadro material da interação: número e posição relativa dos interactantes (co-presença ou distância espacial e/ou temporal, locutor ou escritor, relação de reciprocidade ou não, conforme as propostas que se encontram em Burger, 1997). A transcrição que se apresentou no item *Apresentação do fragmento da emissão televisiva* já foi estruturada em turnos de fala, segmentados, por sua vez, em atos numerados, conforme se detalhará no item abaixo *a dimensão hierárquica*.

Quanto ao quadro interacional, a emissão televisiva pode ser descrita através do esquema da figura 2, que ilustra os encaixes sucessivos da interação aqui focalizada.

Figura 2

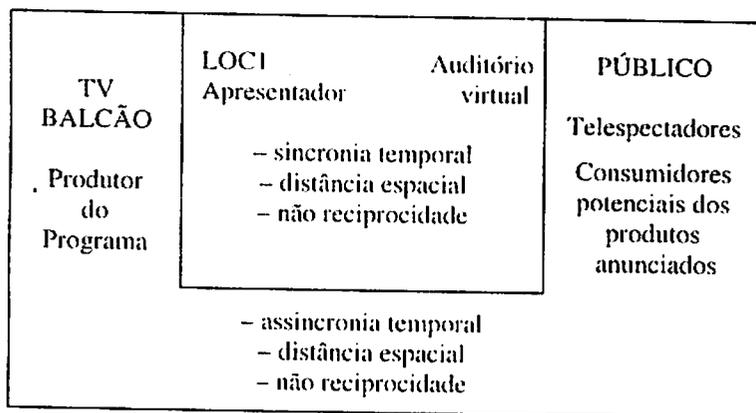
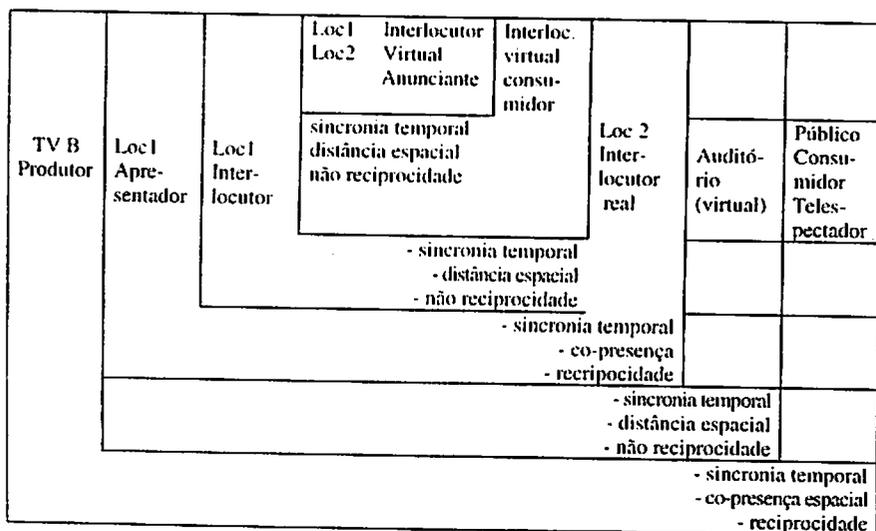


Figura 3



Esse quadro interacional, característico do conjunto de propagandas televisivas, poderá ser estendido e aperfeiçoado em função das situações de interação que se apresentam nos diferentes trechos da emissão. Assim, o fragmento analisado revela, em um primeiro nível, a interação entre o apresentador e os telespectadores em geral; em um segundo nível, o apresentador dirige-se diretamente a um espectador específico, virtual, na medida em que este pode ser um indivíduo qualquer dentre o universo do público consumidor mencionado no nível anteriormente mencionado. A partir de um certo momento, entra em cena um outro locutor, que passa então a interagir não apenas com o apresentador, mas também com o(s) telespectador(es). Finalmente, há que se distinguir, no último trecho da emissão, um outro recorte do grupo de telespectadores, agora não mais consumidores, mas anunciantes, clientes potenciais do programa interessados em anunciar e vender seus produtos.

A DIMENSÃO REFERENCIAL

O módulo referencial define não só as *representações* como também as *estruturas praxeológicas e conceituais* das ações, seres e objetos que constituem os universos do discurso, ou seja, tanto o universo no qual se inscreve o discurso como aquele que se revela através do discurso. Trata-se de um campo de conhecimento bem vasto, cujo estudo escapa, em grande parte, ao lingüista. Dados os objetivos deste capítulo, serão aqui abordadas apenas algumas noções e representações rudimentares (para uma reflexão mais aprofundada, veja-se Fillietaz 1997 e 2000).

Partimos da hipótese de que os sujeitos adquirem e administram, em graus diversos, um conjunto de representações esquemáticas ou prototípicas de atos, seres e objetos que compõem o nosso universo de relações sociais como, por exemplo, o que vem a ser um veículo, as peças e acessórios de que se constitui ou uma compra de tais objetos de consumo. Estão aptos também a administrar as representações praxeológicas e conceituais complexas, baseadas nas combinações mais comuns dessas representações praxeológicas e conceituais mínimas, como por exemplo a operação de compra de bens e serviços. Convém ressaltar que tais representações praxeológicas e conceituais são independentes de uma interação particular. Podemos pensá-las, respectivamente, com a ajuda de organogramas e esquemas

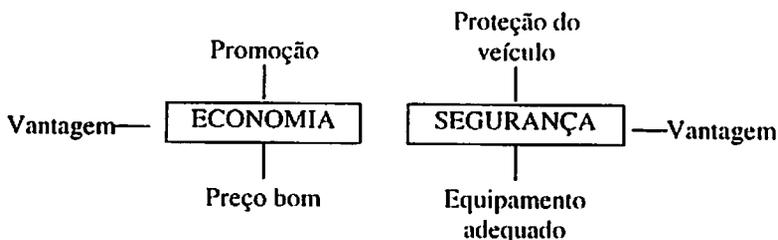
prototípicos. Dessa forma, o organograma esboçado na figura 4 nos fornece uma representação praxeológica simplificada de uma propaganda televisiva

Figura 4



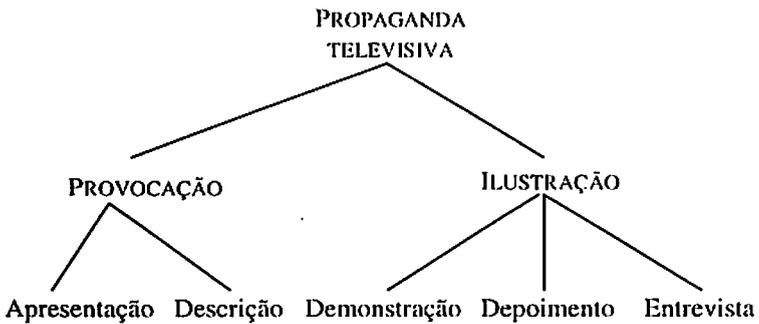
Pode-se, igualmente, propor, a título de indicação, os esquemas configurados na figura 5 para os conceitos de economia (promocional, barato), de qualidade, variedade, etc.:

Figura 5:



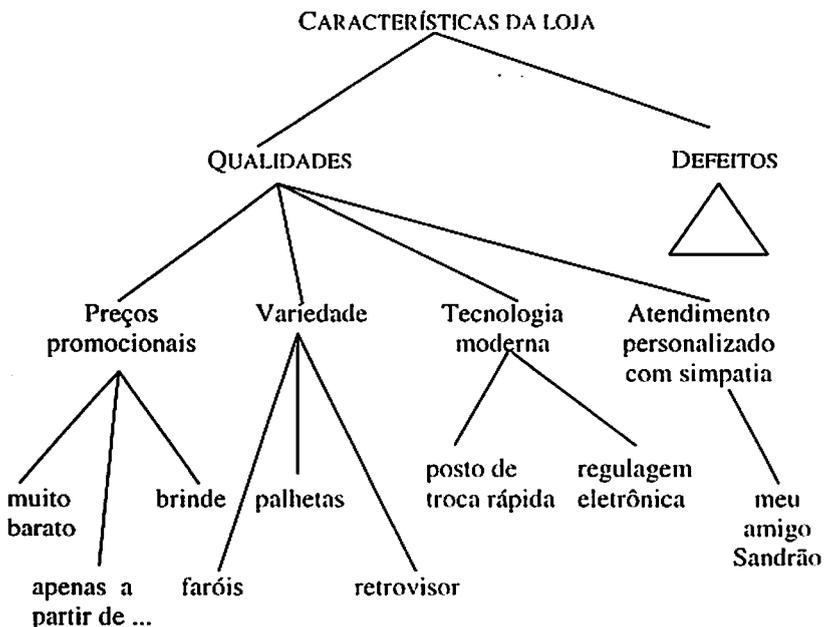
Essas representações praxeológicas prototípicas e conceituais são exploradas e atualizadas de maneira específica nos discursos particulares, para formar *estruturas praxeológicas e conceituais*, que constituem a face emergente das representações subjacentes. Pode-se, a partir daí, descrever a estrutura praxeológica dessa emissão televisiva com o auxílio de esquemas arborescentes, tal como o que se tem na figura 6:

Figura 6:



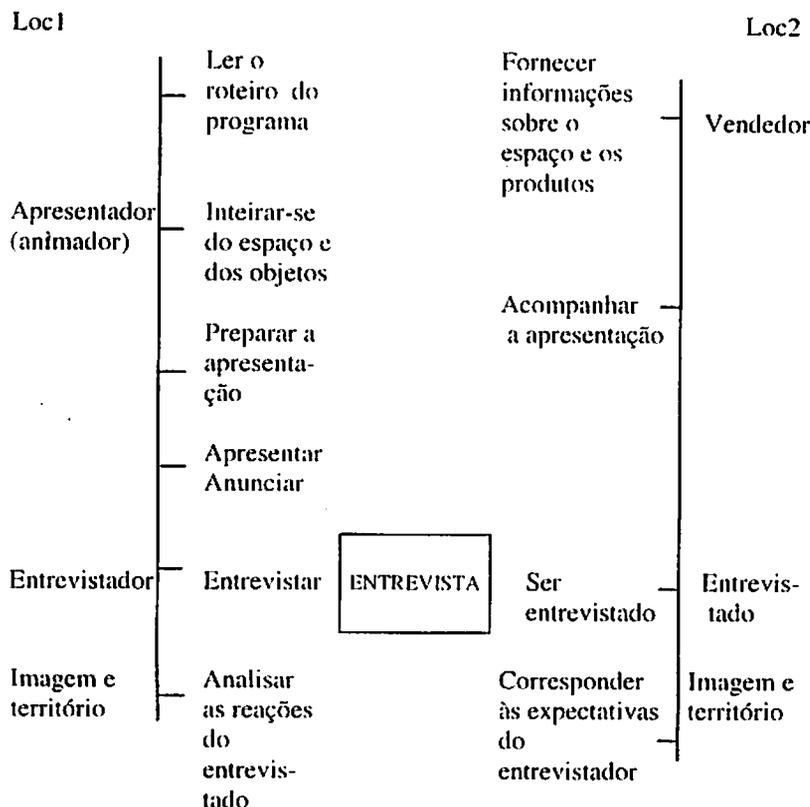
Relativamente à estrutura conceitual, ela também pode ser ilustrada através de um esquema arborescente, como o da figura 7, no qual se rearticulam as representações conceituais ativadas no desenvolvimento de uma interação.

Figura 7:



O módulo referencial trata, ainda, do *quadro acional* da propaganda televisiva, situando-a na interseção dos projetos dos interlocutores e podendo ser descrita através deste esquema esboçado na figura 8:

Figura 8:



Incorporam-se a esse quadro acional as representações que os interactantes projetam uns dos outros, em diferentes níveis: status (no presente caso, apresentador e vendedor); papel comunicacional (entrevistador e entrevistado), cf. Burger, op.cit.; detentor de uma imagem e de um território (faces positiva e negativa), cf. Goffman, 1973 e 1974. Admitindo-se a validade desse quadro acional, os dois interlocutores perseguem objetivos parcialmente coincidentes, como:

- propiciar aos telespectadores (consumidores e anunciantes potenciais) informações suficientemente precisas e convincentes;
- transmitir aos telespectadores uma imagem positiva do estabelecimento comercial bem como dos produtos e serviços anunciados.

Por outro lado, ambos perseguem, também, objetivos parcialmente diferenciados. No caso do *apresentador*, ele é responsável por:

- conduzir toda a programação;
- manter o ritmo da encenação;
- ressaltar a face positiva do vendedor, procurando anular sua face negativa;
- controlar o tempo da apresentação, evitando a sua extrapolação¹².

Já no que concerne ao vendedor, ele tem por objetivos:

- evitar praticar ações e fornecer informações que prejudiquem a sua imagem e seu território, sobretudo para preservar a imagem e o território do anunciante;
- integrar-se à cena comandada pelo apresentador, procurando torná-la o mais real e espontânea possível;
- demonstrar os produtos e serviços de maneira segura, objetiva e eficiente, tentando transmitir aos telespectadores conhecimento de causa.

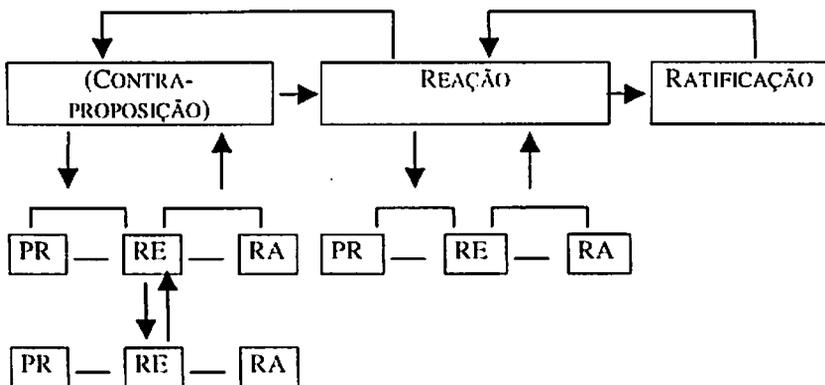
Acreditamos que, com todas essas possibilidades de enfoque que desenvolvemos até o momento, já se tenha uma descrição suficientemente detalhada do módulo referencial, dentro dos objetivos que nos propusemos neste capítulo.

¹² Sabe-se que o tempo na mídia televisiva é rigorosamente cronometrado, pelo seu alto custo. Além disso, o anunciante firma um contrato com a emissora e com a produção do programa, do qual já consta o tempo máximo da emissão.

A DIMENSÃO HIERÁRQUICA

O módulo hierárquico define as categorias e as regras que permitem engendrar as estruturas hierárquicas de todas as variedades de textos possíveis, analogamente ao módulo sintático para as proposições. Nesse módulo, distinguem-se, além de três categorias de constituintes: *trocas*, *intervenções* e *atos*, também as relações que se estabelecem entre os mesmos, ou seja, a *dependência*, a *interdependência* e a *independência*. Baseado no princípio de recursividade (uma intervenção pode ser formada de constituintes de mesmo nível, superior ou inferior), esse módulo permite engendrar estruturas hierárquicas de textos de feição monologal e dialogal, independentemente do seu grau de complexidade. Contrariamente ao que normalmente se afirma (veja-se, particularmente, Kerbrat-Orechioni,) a estrutura sintática não exprime apenas uma visão estática dos textos. Conforme já se lê em Roulet et al. (1985), visão também confirmada em Ghiglione & Trognon (1993:219-220) e em Clark (1996:319), a estrutura hierárquica é o resultado, a face emergente de um processo de negociação, que poderia ser assim esquematizado:

Figura 9:



Após ter assumido, nos últimos doze anos, o lugar central ocupado por esse módulo no modelo e as modificações por ele sofrido ao longo desse período, torna-se necessário precisar estes pontos:

- 1) se considerarmos o primeiro modelo de 1985, as categorias textuais foram reduzidas de cinco para três, pois está claro, atualmente, que a incursão e a transação (cf. Roulet, 1985 e Pires, 1997) estão ligadas ao módulo referencial. Já as três categorias restantes, *troca*, *intervenção* e *ato* se definem através das seguintes regras:

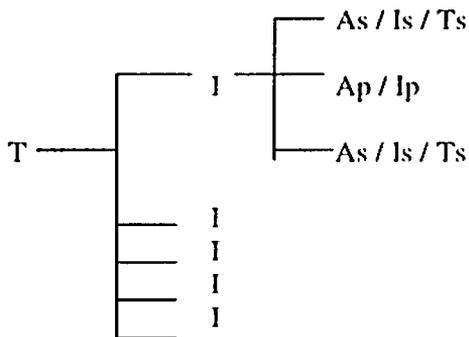
regra 1: toda troca é formada por intervenções, em princípio duas por troca confirmadora, três por troca reparadora, ou por um número maior delas, no caso de reação(ões) negativa(s).

regra 2: a intervenção é formada de outra intervenção ou de um ato *principal*, que pode ser precedido ou seguido de outro ato, intervenção ou de uma troca *subordinada*.

regra 3: todo constituinte pode ser formado de constituintes coordenados, de mesmo nível.

Essas regras formalizam os resultados da operação de negociação, subjacentes a toda troca, tal como ilustrado no esquema¹³ da figura 10:

Figura 10:



- 2) os constituintes da troca se ligam através de três tipos de relações: *dependência*, *interdependência* e *independência*. Essa relação de dependência ocorre desde que a presença de um constituinte esteja ligada à presença de um outro (e não o inverso). Se, por um lado, o constituinte dependente, que pode ser suprimido sem interferir

¹³ T = troca; I = intervenção; A = ato. A barra oblíqua indica as opções possíveis.

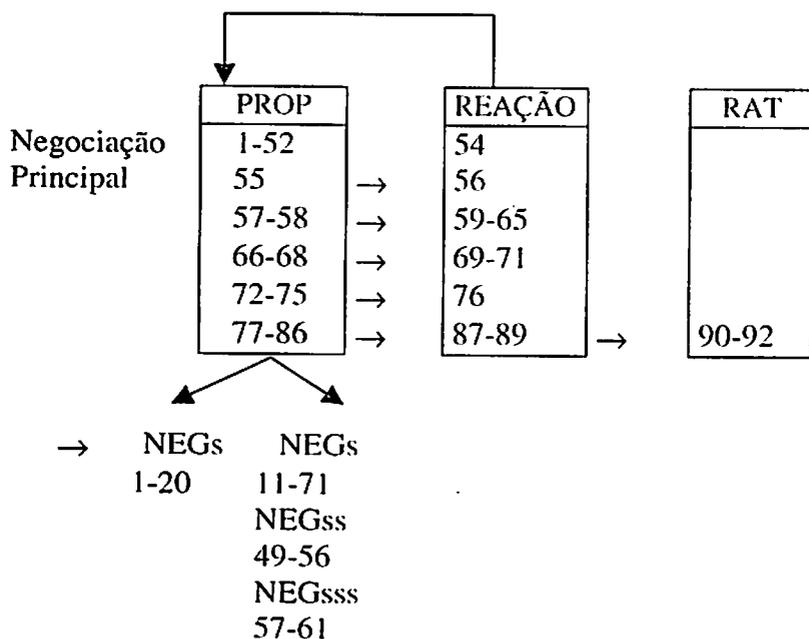
na estrutura global, é considerado secundário ou subordinado, o outro constituinte é considerado principal. As trocas (T), intervenções (I) e atos (A) facultativos têm nitidamente o estatuto de constituintes secundários ou subordinados, sendo, portanto, subordinados e marcados com um s. Somente A e I podem ser obrigatórios e, de acordo com a regra 2, têm o estatuto de principal, sendo, portanto, nesse caso, marcados com um p. Há, também, uma relação de interdependência entre dois constituintes que só podem aparecer concomitantemente (daí as intervenções constitutivas da troca, de acordo com a regra 1). Por fim, ocorre a relação de independência sempre que a presença de cada constituinte seja independente da presença de um outro (é o caso dos constituintes coordenados apontados na regra 3).

- 3) A categoria de *ato* não deve ser confundida com o conceito de ato de linguagem, como se previa no primeiro modelo (1985) e que se realizava, necessariamente, sob a forma de uma proposição. Essa categoria foi redefinida a partir dos trabalhos de Auchlin (1993) sobre a tematização; de Rubattel (1987), sobre os semi-atos; de Berrendonner (1990), sobre a enunciação. O ato, que constitui a unidade textual mínima, é definido como a menor unidade delimitada entre uma e outra passagem da memória discursiva, no sentido que lhe deu Berrendonner (1983)¹⁴. Se, por um lado, a noção de ato pode ser claramente definida, sob uma perspectiva modular, através das regras anteriormente descritas, a demarcação dos atos em uma produção discursiva dada desencadeia problemas práticos que podem ser resolvidos com a ajuda de instrumentos heurísticos atinentes a outras dimensões do discurso. Dessa forma, como sugere Berrendonner (op.cit.), a passagem da memória discursiva que indica a fronteira entre dois atos, é marcada, em particular, pela possibilidade de se utilizar, indiferentemente, como anáfora, um pronome ou uma expressão definida para indicar a co-referência.

¹⁴ Esse autor entende por memória discursiva o conjunto de saberes partilhados pelos interlocutores, conjunto este que compreende os conhecimentos enciclopédicos e culturais utilizados por eles como axiomas nas suas atividades inferenciais, sendo alimentados permanentemente tanto pela percepção das evidências situacionais como pelas enunciações sucessivas constitutivas do discurso.

Uma vez esclarecidos os procedimentos de segmentação dos textos em atos, tal como já se vê na transcrição do *corpus* neste capítulo¹⁵ passemos à descrição da sua estrutura hierárquica. Já que ela corresponde à face emergente do processo de negociação, torna-se necessário começar descrevendo o processo de negociação, mediante a aplicação do organograma da figura 9 à emissão televisiva, obtendo-se, então, o organograma da figura 11, no qual se vêem quatro níveis de negociações encaixadas.

Figura 11:

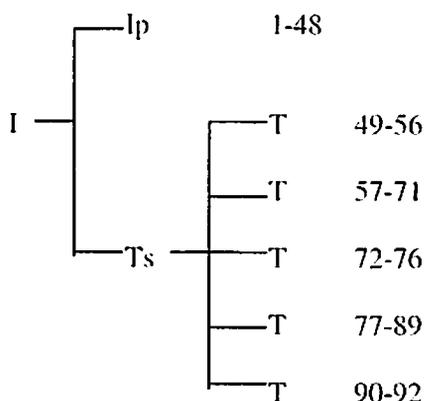


Apresentamos, também, a estrutura hierarquizada na figura 12, que ilustra uma troca complexa, subordinada à intervenção inicial.

¹⁵ Todos os atos já estão delimitados e numerados ao longo da transcrição do *corpus*.

Observe-se que o texto tem uma feição aparentemente monologal, representada pelo nóculo I mais externo. Isso porque a interação se dá, inicialmente, com uma intervenção mais prolongada de LOC 1 (apresentador do programa), a partir da qual se deslancha o primeiro nível de troca encaixada. A essa estrutura de negociação corresponde a macroestrutura hierárquica¹⁶ esboçada na figura 12.

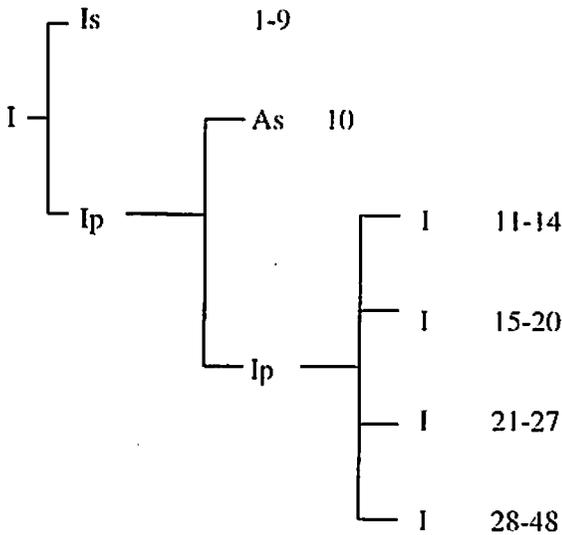
Figura 12:



Dessa configuração, focalizamos duas outras macroestruturas: primeiramente, a relativa à intervenção inicial (Ip) do apresentador, tal como se encontra na figura 13:

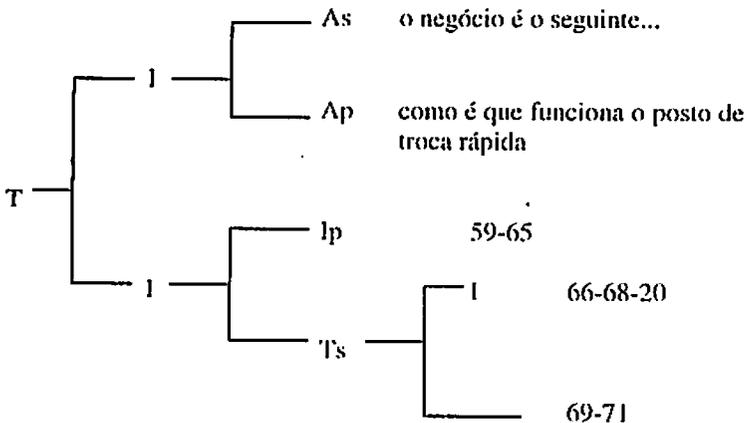
¹⁶ O termo “macroestrutura” é utilizado para designar as representações que se atribuem aos constituintes mais importantes, sem detalhes da sua análise interna.

Figura 13:



em segundo lugar, a que se vê na figura 14, através da qual detalhamos duas trocas sucessivamente encaixadas que se desenvolvem entre o LOC 1 (apresentador) e LOC2 (vendedor).

Figura 14:



Ambas as configurações servem para ilustrar o comando de LOC I na interação que está sendo analisada. Mais adiante iremos retomar alguns desses aspectos, relacionando-os às formas de organização simples e complexas selecionadas para fins da presente análise¹⁷

AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ELEMENTAR

Ainda sob a perspectiva de se construir um instrumento de análise, desenvolveremos breves comentários sobre as formas de organização elementar relacional e operacional.

A ORGANIZAÇÃO RELACIONAL

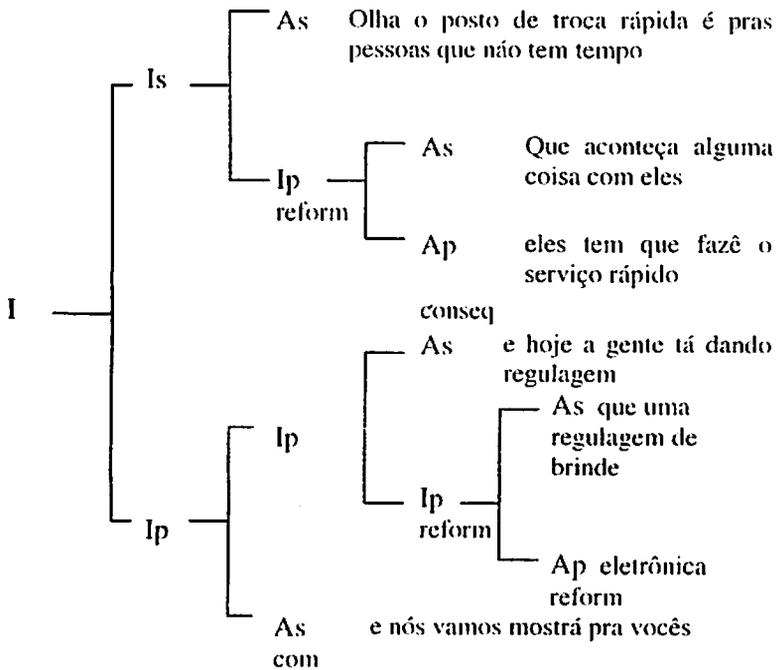
A forma de organização elementar relacional trata das relações ilocucionárias e interativas entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações na memória discursiva (cuja fonte se situa, freqüentemente, mas nem sempre, no constituinte anterior). Pode-se descrever essa organização acoplando-se informações provenientes do módulo hierárquico (sobre os constituintes do texto, em diferentes níveis) a informações de ordem lexical (instruções fornecidas pelos conectores), ou a informações de ordem referencial (por exemplo, sobre uma relação de conseqüência entre dois fatos).

Examinemos, a título de ilustração, a organização relacional da intervenção formada pelos atos 59 – 65. Como já dissemos, as relações se estabelecem, freqüentemente, com um constituinte anterior. Para simplificar, proporemos a estrutura hierárquica (figura 15) da intervenção destacada, apontando-lhe as relações entre as informações fornecidas pelos próprios atos do texto (reform = reformulação; conseq = conseqüência; com = comentário)¹⁸:

¹⁷ Conforme anunciamos anteriormente, não pretendemos desenvolver uma análise exaustiva do corpus. A título de ilustrar as possibilidades de uma análise complementar, veja-se Roulet (1999b).

¹⁸ Podem ocorrer, ainda, outras relações: argumento, contra-argumento, preparação, que não se encontram neste trecho.

Figura 15



Veja-se que, embora a estrutura não contenha conectores, as relações podem ser explicitadas, conforme já dissemos anteriormente, com base em informações provenientes dos módulos hierárquico e referencial.

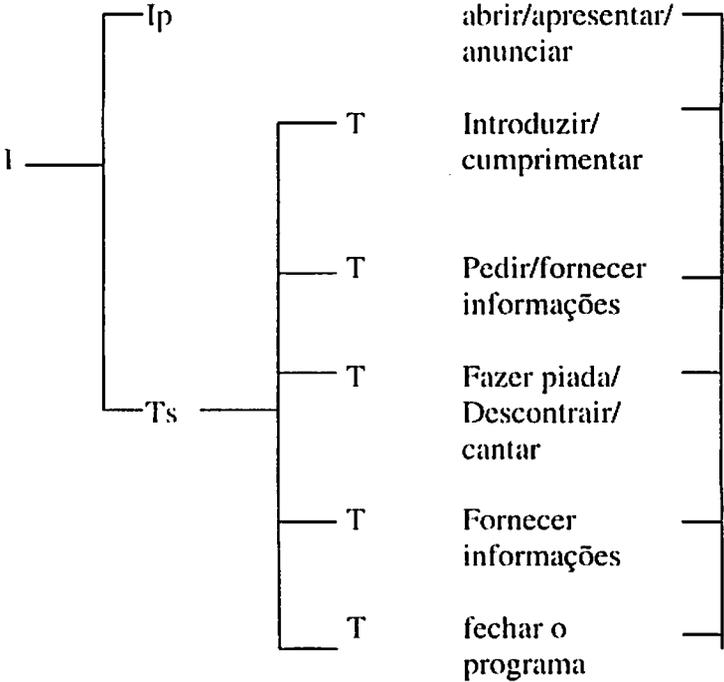
A ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL

Outra das formas de organização elementar por nós escolhida para ilustrar o instrumento de análise que apresentamos neste capítulo é a forma de organização operacional.

Como já vimos anteriormente, foi possível descrever, de um lado, a estrutura hierárquica das trocas que compõem esta emissão televisiva; de outro lado, tem-se a estrutura praxeológica da transação que se

ocorre durante a emissão. Entretanto, individualmente, nenhuma delas fornece uma descrição adequada da interação, pelos seguintes motivos: a) a primeira não permite que desvendemos as relações entre as trocas sucessivas, por exemplo, entre as trocas de cumprimento, negociação e despedidas que integram o programa. Também não recobre as atividades não verbais, como, por exemplo, os gestos de se apontar um ou mais produtos e os deslocamentos dos interlocutores no espaço físico em que se desenvolve a interação; b) a Segunda estrutura não dá conta das especificidades das ações verbais. Para se atingir, então, a organização operacional desta interação, em sua globalidade, torna-se necessário combinar essas duas formas de organização, como se faz no esquema da figura 16:

Figura 16:



Ainda que não tenhamos confrontado, em detalhes, ambas as estruturas, acreditamos ter mostrado que esse procedimento de acoplagem permite dar conta, de forma bastante precisa, da estrutura operacional global da emissão televisiva, objeto da presente análise.

Passaremos, agora, ao enfoque de uma dentre as formas de organização complexa¹⁹, para fecharmos o quadro instrumental aqui proposto.

A FORMA DE ORGANIZAÇÃO COMPLEXA ESTRATÉGICA

Selecionamos essa forma de organização complexa por consideramos ser ela o resultado da acoplagem entre as informações provenientes das dimensões linguísticas, referencial, interacional e hierárquica, bem como da organização relacional. A organização estratégica visa à descrição da forma pela qual os escritores ou os interactantes administram as relações de faces e lugares no discurso.

Na situação interacional focalizada neste capítulo, as relações de faces desempenham um papel importante. O apresentador esforça-se, durante toda a transação, por revelar uma imagem positiva do anunciante, valorizando o seu estabelecimento, os seus produtos, mas, sobretudo, o seu vendedor, que se transforma no seu interlocutor ao longo da emissão. LOC 1 procura transmitir uma visão simpática e acolhedora de LOC 2, de forma a atrair o interesse dos clientes potenciais (telespectadores), buscando-lhes a identificação de ações e objetivos. Podemos considerar que LOC 1 ameaça, ainda que involuntariamente, a face positiva de LOC2 quando lhe pede que cante. Percebendo, entretanto, o jogo do interlocutor, LOC2 atende ao pedido e cantarola um pequeno trecho de uma canção sertaneja (popular) brasileira. Ao demonstrar simpatia e boa acolhida ao pedido, acaba por proteger a sua face anteriormente ameaçada.

Quanto aos lugares discursivos ocupados pelos interactantes, as relações de dominação/submissão podem variar, se deslocar, na e pela interação. Diferentemente do estatuto como, por exemplo, de patrão, pai, escritor, que se mantém estável durante uma interação, os lugares

¹⁹ Para a retomada do esquema global, veja-se, novamente, a figura 1.

são móveis, sendo que um interlocutor que ocupa uma posição alta no início de uma interação relativamente ao seu interlocutor pode se ver, perfeitamente, em uma posição inferior ao mesmo. O lugar ocupado em um dado momento de uma interação depende de inúmeros fatores, especialmente como os já descritos por Kerbrat-Orechioni (1992): (i) informações de ordem referencial (estatuto dos interlocutores, no caso em tela, apresentador e vendedor); (ii) de ordem interacional, como o gerenciamento da gestão dos turnos conversacionais; (iii) de ordem relacional, como o fato de se produzir uma intervenção iniciativa ou reativa, ou mesmo uma reação iniciativa do tipo de uma súplica; (iv) de ordem sintática e lexical, como a escolha de apelativos, o grau de modelização e atenuação, etc.

No caso específico da propaganda televisiva que estamos analisando, poderíamos perguntar quem ocupa a posição alta. Respondemos com segurança que, desde a primeira longa intervenção inicial (1-48), LOC 1 ocupa um lugar de destaque na emissão. Durante todo este tempo, ele se encontra sozinho na tela, procurando transmitir com segurança e precisão as informações que seus interlocutores virtuais (telespectadores) esperam obter. Essa longa fase de apresentação, já ilustrada nos módulos interacional e hierárquico, é pois de fundamental importância para a gestão estratégica do discurso. A partir do momento em que LOC 2 entra em cena, LOC 1 abre mão da sua posição de detentor de informações, deslocando-se temporariamente para a posição de um cliente (passa a ser um entrevistador em 58, 66-68) em busca das informações que LOC 2 detém. Constata-se, então, que LOC 1 desempenha dois papéis comunicacionais distintos, que promovem o seu deslocamento entre uma posição alta e outra inferior (neste último caso, simulando a posição de um cliente desinformado). Em conseqüência, LOC 2 também assume dois papéis comunicacionais distintos: daquele que detém algumas informações úteis aos telespectadores (posição alta), mas, também, de alguém que deve seguir um roteiro pré-definido pelo apresentador. Prova disso é que ao longo de toda a transação é LOC 1 quem abre as trocas (T), comandando, portanto grande parte das ações comunicativas. Somente na última troca (90 - 92) é que ele compartilha com LOC 2 o papel comunicacional próprio de um apresentador, propiciando, portanto, um equilíbrio nas posições por eles ocupadas.

CONCLUSÃO

Ao encerrarmos este capítulo, julgamos pertinente retomarmos alguns pontos já expostos em Roulet (1999b), através dos quais se apontam as vantagens de se adotar um tratamento modular para análise da complexidade discursiva:

- 1) permite integrar, em um quadro unificado, o estudo das principais dimensões do discurso descritas até o momento em quadros teóricos e metodológicos diferenciados;
- 2) permite recobrir, progressivamente, a complexidade da organização do discurso, desde as dimensões e formas de organização mais simples até as mais elaboradas;
- 3) permite (cf. Rubattel, 1990), conter a proliferação de entidades teóricas que correspondem apenas a uma combinação ainda não descrita das propriedades reconhecidas, de alguma forma, por esse modelo;
- 4) propicia (cf. NØlke, 1994: 12) um bom grau de precisão na descrição do trabalho efetuado, inaugurando uma nova visão explicativa.

Quanto aos problemas decorrentes do tratamento modular, apontam-se estes:

- 1) a dificuldade de se administrar um campo bastante vasto da organização do discurso, em suas dimensões lingüísticas, textuais e, sobretudo, situacionais, considerando-se os problemas enfrentados pelos especialistas em prosódia, em semântica, na dimensão interacional ou nas dimensões praxeológica e conceitual;
- 2) a dificuldade de formular o conjunto de regras de acoplagem que permitem articular as diferentes dimensões e formas de organização do discurso;
- 3) a dificuldade de se incorporar a modelos de análise do discurso, no estágio atual dos nossos conhecimentos, a componente psicológica, afetiva ou experiencial (veja-se Auchlin, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUCHLIN, A. Les dimensions de l'analyse pragmatique du discours dans une approche Expérientielle et systématique de la compétence discursive. In J. VERSCHUREN (Éd.), *Pragmatics in 1998: Selected papers from the 6th International Pragmatics Conference*, vol. 2, Anvers: International Pragmatics Association, 1998.
- BERRENDONNER, A. Pour une macro-syntaxe. *Travaux de linguistique* 21, 1990, p. 25-36.
- BERRENDONNER, A. et al. *Principes de grammaire polylectale*, Presses Universitaires de Lyon, 1983.
- BURGER, M. Positions d'interaction: une approche modulaire. *Cahiers de linguistique française* 19, p. 11-46, 1997.
- ÇLARK, H. H. *Using language*, Cambridge: C.U.P., 1996.
- ESPUNY, J. *Étude de la diaphonie dans les dialogues en face à face*, Barcelone: Universitat de Barcelona, 1997.
- FILLIETAZ, L. Des enjeux actionnels dans les interactions verbales: une définition de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de linguistique française* 19, p. 47-82.
- FILLIETAZ, L. *Actions, activités et discours*. Thèse, Université de Genève, 2000.
- GHIGLIONE, R. & TROGNON, A. *Où va la pragmatique?* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1993, p. 219-220.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie cotidienne*, Paris: Minuit, 1973.
- GOFFMAN, E. *Les rites d'interaction*. Paris: Minuit, 1974.
- KERBRAT-ORECHIONI, K. *Les interactions verbales*. Paris: Colin, 2 vol., 1990, 1992.
- KRANZ, B. *Fragen und Befragungstypen. Die Befragung in Vorstellungsgesprächen un Anderen Gesprächstypen.*, Thèse, Université de Genève, 1997. .
- MICHE, E. *Secuencias discursivas del desacuerdo*. Universidad Santiago de Compostela, Servicio de publicaciones e intercambio científico, 1998.
- NØLKE, H. *Linguistique modulaire: de la forme au sens*. Louvain/Paris: Peeters, 1994.
- PIRES, S. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

- ROULET, E. et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 3ème éd., 1985.
- ROULET, E. Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. *Cahiers de linguistique française* 12, 1991, p. 53-81.
- ROULET, E. A modular approach to discourse structures. *Pragmatics* 7, 1997, p. 125-146.
- ROULET, E. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In MARI, H. et al. (Org.) *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999a, p.139-170.
- ROULET, E. Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours. In NØLKE, H. & ADAM, J. (Org.). *Approches modulaires: de la langue au discours*. Delachaux et Niestlé, 1999b, p. 187-257.
- RUBATTEL, C. Actes de langage, semi-actes et typologie des connecteurs pragmatiques. *Linguisticae investigaciones* XI, 1987, p. 379-404.
- RUBATTEL, C. Polyphonie et modularité. *Cahiers de linguistique française* 11, 1990, p. 297-310.
- SABAH, G. L'intelligence artificielle et le langage, vol. 2. *Processus de compréhension*, Paris: Hermès, 1989.
- VION, R. *La communication verbale. Analyse des interactions*, Paris: Hachette, 1992.

ATOS DE FALA: NOTAS SOBRE ORIGENS, FUNDAMENTOS E ESTRUTURA

Hugo MARI
FALE-UFMG

FUNDAMENTOS

As incursões mais efetivas em torno da aproximação entre linguagem e ação, em termos de uma construção teórica, têm sido elaboradas no interior da teoria dos atos de fala. As condições que funcionam como garantia da conversão de palavras em coisas, de proposições em ações, tornaram-se mais compreensíveis com o desenvolvimento da teoria, mas não constituem um domínio seguro dos fatos que envolvem essa relação; ao contrário, muitas incertezas ainda integram o processo de sua construção, e a compreensão dos seus componentes tem sido objeto de constantes ajustamentos. Grande parte daquilo que representa a necessidade de ajustes no seu funcionamento decorre, principalmente, dos avanços alcançados na compreensão das práticas de linguagem a partir dos processos enunciativos, do modo como intervêm os interlocutores nesse processo, bem como do domínio de fatos lingüísticos. Todos esses fatores, de algum modo, estão associados à especificação das práticas de linguagem.

Apesar do seu alcance, como instrumento de explicação da relação linguagem com a ação, a teoria costuma ser acusada, em muitos momentos, de promover um detalhismo excessivo na sua forma de proceder à análise, ou então de circunscrever a decisão sobre fatos discursivos a uma preocupação quase exclusiva com o locutor, ou ainda de expor uma visão pouco afeita ao interacionismo. Na versão que estamos apresentando da teoria, alguns aspectos dessas críticas serão objetos de uma discussão mais detalhada à proporção que os seus componentes forem sendo avaliados. Nesse momento, porém, seria importante antecipar alguns comentários mais genéricos sobre aspectos que realçamos acima.

Iniciemos pela questão relativa ao centralismo no locutor: qualquer ato de fala supõe, na dimensão colocada por Benveniste (1989: 83), que “*O ato pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro das condições necessárias da enunciação.*” Assim, o que torna possível a enunciação de um ato é a apropriação que o locutor faz da língua. Esse contágio solipsista, antes de ser uma preferência pelas atitudes do locutor, é uma condição para desencadear qualquer processo interacional: só há interação verbal possível se algum locutor for capaz de tornar existente a enunciação, de fazê-la “mover”. E, nesse particular, podemos dizer que qualquer ato, que objetive validar a força que incorpora, está comprometido com uma ordem de fatores que transcende o locutor, ainda que esse possa ter responsabilidades sobre dimensões do conteúdo proposicional.

Analisando a “promessa” (Mari, 1997, 1998) – uma forma com um alto teor de solipsismo –, sabemos tratar-se de um ato de um locutor que prescreve para si próprio a realização de uma ação futura. Se uma promessa devesse ser descrita apenas por essas propriedades, estaríamos, de fato, diante de um objeto que se mostra auto-referencial. Todavia, o teor conceitual dessa ação futura deve ser construído de tal modo a evidenciar algo que seja em benefício do alocutário. Uma promessa não é um ato auto-reflexivo, ainda que seja dito por quem se compromete em realizá-lo, mas antes um ato transitivo: o outro não pode ser excluído da sua esfera de realização. Ela é, portanto, um objeto social a ser partilhado pelos integrantes de uma interlocução, já que promessas não são feitas visando ao próprio locutor, mas visando a um destinatário específico. Poderíamos lembrar ainda o ato representativo do “desejo” de um locutor – *Pretendo viajar no próximo mês*; apesar das semelhanças que este ato mantém com a promessa, ele fere um princípio básico que os faria idênticos: o conteúdo proposicional não reverte, à primeira vista, em benefício do alocutário. Ainda nesse caso extremo, não podemos descartar o alocutário da esfera de influência do ato: um ato é antes de tudo um objeto social, pois é proferido em circunstâncias que incluem a presença do outro. Logo, *desejos*, que venham expressar a forma de um ato, deixam de ter um caráter privado para constituírem-se enquanto prática interlocutiva, onde o outro é, de algum modo, informado de sua existência, é invocado como função testemunhal. Um *desejo* que se pretenda privado, em quaisquer de suas dimensões,

deve-se manter como um solilóquio, excluindo as possibilidades de ser validado como um ato sério. Com certeza, objetos discursivos como *ordens*, *pedidos*, *declarações* são também objetos sociais com valor transitivo, partilhados por sujeitos que integram uma enunciação.

Assim, ainda que os atos sejam construídos a partir de uma intervenção direta do locutor, que mantém compromissos com a sua consecução, eles são essencialmente orientados para o outro, sendo, portanto, um objeto que requer um processo interativo por necessidade. Não devemos confundir a autonomia de um ato – uma *ordem* é um ato mesmo antes de ser executada, uma *promessa* é um ato antes de ser cumprida –, enquanto objeto de emissão do falante, com a dimensão conversacional de certas práticas de linguagem. A força diretiva de uma *pergunta*, enquanto ato, é autônoma, embora implique, em termos de sua realização, um outro ato – a *resposta*. A força diretiva de uma *ordem* também é autônoma e não implica, necessariamente, uma atividade verbal conseqüente, mas apenas a realização material de uma ação, prescrita no ato. A *pergunta* pode ter uma feição conversacional direta, à *ordem* escapa essa feição; ambas, porém, são práticas discursivas que integram locutor e alocutário. Essa autonomia (relativa) implica dizer que um ato não requer, como condição de sua existência, uma troca de turno, embora possa admiti-la, numa dimensão contingente de ajustamento de alguma de suas condições e para casos específicos.

Quanto ao fato de a teoria ampliar em demasia os parâmetros para a consecução de um ato, seria importante ressaltar que o grau de complexidade que está refletido em sua elaboração decorre da natureza dos objetos que estão em jogo – práticas de linguagem –, e não de mazelas taxionômicas. Qualquer prática de linguagem envolve um leque extenso de problemas, considerando os interesses que movem as relações entre interlocutores, as normas sociais a que esses interlocutores se submetem, os formatos diversos que as proposições assumem e a natureza de compromisso que um conteúdo proposicional mantém com a realidade. Um ato de fala é um instrumento social que pretende aglutinar aspectos destes problemas; ele é um objeto de intermediação social que se ajusta a estados de

consciência do falante até frações de realidade onde ele intervém¹. Se a descrição do sentido de um enunciado já se mostra uma tarefa de extrema complexidade, devemos admitir que um ato de fala representa um objeto ainda mais complexo, por incluir nos seus fundamentos não apenas a dimensão do enunciado, mas também todos os parâmetros que tornam possível a sua existência enquanto ato, isto é, a enunciação.

Ao desenvolver os fatores relativos à estruturação de um ato, outros detalhes sobre a especificidade do seu funcionamento interativo serão mostrados de modo mais claro.

ORIGENS

As origens da teoria costumam ser identificadas com uma série de contribuições que apontam para a questão central da sua análise – a conversão de palavras em ações – ou que destacam para algum aspecto qualitativo que acabou sendo incorporado ao seu desenvolvimento conceitual. Assim, é comum, na história da TAF, a identificação de suas raízes aos jogos de linguagem, a partir da formulação de Wittgenstein (1979). Mais recentemente, certos autores têm derivado de Moore outros aspectos que lembram alguns fundamentos da teoria, sobretudo aqueles que apontam para condições de sinceridade e que se relacionam ao chamado “paradoxo do Moore”, conforme citação de Vanderveken (1991). De modo ainda mais genérico, podemos detectar, na formulação peirciana do *pragmatismo*, alguns elementos que servem como suporte direto para a compreensão de muitos aspectos da teoria. Nos comentários a seguir, tentaremos esboçar alguns aspectos desse percurso histórico-conceitual. Não vamos aqui, no entanto, reconstruir detalhes desse itinerário, porque nossa preocupação com o traçado histórico é apenas prover algum tipo de informação geral, comumente associado à elaboração da teoria.

¹Há um detalhe na teoria que ainda continua muito pouco esclarecido e talvez justifique parte dessa crítica. Trata-se da idéia de grau que continua sendo associado às condições de sinceridade (em versões recentes a teoria abandonou a idéia de grau que antes era também associada ao modo de realização).

PEIRCE E O PRAGMATISMO

Na formulação do *pragmatismo* de Peirce, detectamos alguns elementos que indicam uma correlação estreita com a TAF. Por exemplo, uma das tarefas que prescreve para o pragmatismo coloca, como desafio, a possibilidade de se converter a concepção de um objeto em efeitos práticos. Assim pensada a questão, poderíamos usar mecanismos disponíveis no corpo da teoria para especificar o que expressa o autor por essa conversão. Em princípio, nada nos impede de ensaiar essa aproximação, assumindo que esse ensaio inicial sobre o *pragmatismo* caracteriza, de fato, momentos de uma compreensão mais aguda daquilo que representa converter palavras em coisas. Vejamos, pois, uma citação inicial de Peirce (1980):

“31. Qual a diferença entre fazer uma asserção e estabelecer uma aposta? Em ambos os atos o agente se submete a conseqüências prejudiciais se uma certa proposição não for verdadeira. Só que ao apostar espera que o adversário se torne responsável pela verdade da proposição contrária; ao que, ao fazer uma asserção, sempre (ou quase sempre) deseja que a pessoa a quem se dirige aceite o que ele diz. Assim, no vernáculo ‘Apostarei’ isto ou aquilo, é uma frase que expressa uma opinião privada que não esperamos que os outros compartilhem, enquanto que ‘você aposta’ é uma forma de asserção que busca fazer com que o outro acompanhe o exemplo.” (p. 12)

O trecho acima aponta diversas dimensões dos atos de fala, a começar pela pergunta sobre a diferença entre *fazer uma asserção* e *fazer uma aposta*. Não devemos tratar a pergunta, formulada pelo autor, apenas como uma especulação sobre o significado lexical de signos; existe aqui uma especulação sobre a forma diferenciada de uso das expressões lingüísticas, quando acionadas a serviço de uma ação. A questão refere-se, portanto, às condições de realização dos dois atos mencionados – o próprio autor usa o termo *atos* na seqüência – o que pode implicar enunciações, marcadas por algum tipo de conteúdo proposicional de asserção ou de aposta. Essa primeira observação propicia a compreensão de diversos outros registros que aparecem no texto em análise. Vejamos cada um deles, em particular.

a) “*Qual a diferença entre fazer uma asserção e estabelecer uma aposta?*” Essa pergunta aponta para a necessidade do reconhecimento de dois atos, cada um com um tipo de realização diferente. Assim, *fazer asserção*, independentemente do uso de uma forma lingüística própria, implica o ato de um locutor que reporta um certo estado de coisas que se supõe verdadeiro. Por outro lado, *fazer aposta* indica o ato de um locutor que se compromete com um alocutário ao desempenho futuro de uma ação – a de pagar ou de receber uma certa quantia, se o padrão contratual da aposta for moeda –, relativa aos efeitos práticos decorrentes da concepção do objeto da aposta (por exemplo vitória ou derrota de um atleta). A especulação do autor aponta o que, no interior da TAF, iremos descrever como um ato assertivo e um ato comissivo.

b) “*Em ambos os atos o agente se submete a conseqüências prejudiciais se uma certa proposição não for verdadeira.*” Essa observação ajusta-se, perfeitamente, a parâmetros que são usados na avaliação de um ato. Considerando a oposição entre *asserção* e *aposta*, podemos apontar algumas especificações: no primeiro caso, o locutor é “penalizado” pela sua insinceridade quando reportar um estado de coisas passível de ser contrariamente verificável pela observação do alocutário; no segundo caso, o locutor será também “penalizado” pela sua insinceridade se se constatar uma discrepância entre o estado mental no momento de fazer a aposta e a sua disposição subsequente de não resgatar a dívida, caso venha a perder (*mutatis mutandis*, as mesmas condições devem ser impostas ao alocutário, já que *apostar* é um ato comissivo que também compromete o alocutário). As conseqüências as quais Peirce se refere podem ser expressas, no âmbito da TAF, pelo atendimento às *condições de sinceridade* que regem a interlocução dos atos.

c) “*... ao apostar espera que o adversário se torne responsável pela verdade da proposição contrária;...*”. Essa observação pode representar, em linhas gerais, o que é denominado de

*condição preparatória*² na teoria. Assim, quando um locutor, ao fazer uma aposta, diz '*Aposto que o lutador x vai vencer*' as condições preparatórias asseguram que o fato afirmado seja passível de realização que será benéfica ao locutor. Contrariamente, para um alocutário envolvido nesse ato, as condições preparatórias precisam ser vistas de modo diverso: o alocutário espera pela não-realização do conteúdo proposicional. Assim, a responsabilidade do alocutário pela "*verdade da proposição contrária*" mostra, pela ilustração sugerida, que, se proposição 'P' equivale a '*... o lutador x vai vencer*', a proposição contrária, '*contra-P*', deve corresponder a '*... o lutador x vai perder*', pois é sobre essa proposição que o alocutário se torna responsável. De fato, para o alocutário a única verdade que lhe é benéfica é justamente aquela que implica a realização do conteúdo de '*contra-P*', e não do conteúdo de 'P', que interessa como verdade ao locutor.

Ao comentar os três itens acima, mostramos que o texto de Peirce aponta algumas preocupações importantes para a compreensão de um ato de fala. Isolamos, em particular, o *ponto de realização*³ de um ato, suas *condições preparatórias* e suas *condições de sinceridade*. Cada um desses aspectos apresenta um perfil conceitual que o faz componente do conjunto de parâmetros que define um ato. No texto de Peirce, se não encontramos uma especificidade teórica desses parâmetros, deparamos, ao menos, com o registro intuitivo da sua presença como condição para práticas de linguagem. O valor que atribuímos à aproximação entre as duas abordagens não consiste, por conseguinte, na expectativa de um mapeamento linear de categorias,

² Apesar de termos optado por considerar a observação de Peirce como relativa à *condição preparatória*, e não à *condição essencial*, julgamos que uma *aposta* seja viável porque os desafiantes pressupõem, no caso em análise, que o seu time possa vencer. Tal suposição seria melhor caracterizada como *condição essencial* da aposta. Essa condição, todavia, tem sido abandonada em favor da condição preparatória e da condição de sinceridade. Por outro lado, o fato de o autor mencionar "*... tornar-se responsável pela verdade...*" abre a possibilidade de um ajuste em termos das *condições de sinceridade*, por já estar apontando também para suas conseqüências e não só para suas pré-condições.

³Mais à frente, estaremos justificando, conceitualmente, o valor de cada um destes parâmetros que integram a teoria dos atos de fala.

mas antes em destacar, em Peirce, as condições básicas que o autor coloca como condição para se construírem ações com a linguagem.

WITTGENSTEIN E OS JOGOS DE LINGUAGEM

As aproximações que são estabelecidas entre Wittgenstein e a teoria dos atos decorrem de sua preocupação em mostrar as finalidades imediatas que associamos ao uso da linguagem. No processo interlocutivo, as palavras representam mais do que os objetos que descrevem, do que aquilo que significam: elas servem para engendrar um conjunto de ações previstas nas circunstâncias de seu uso. Em *Investigações Filosóficas*, ao realçar esse fato, especialmente nos parágrafos 2 e 7, o autor mostra a importância de uma *linguagem primitiva* na sua correlação imediata com *jogos de linguagem*. Em relação a esse primeiro conceito o autor escreve:

“(2)... a linguagem deve servir para o entendimento de um construtor A com um ajudante B. A executa a construção de um edifício com pedras apropriadas; estão à mão cubos, colunas, lajotas e vigas. B passa-lhe as pedras, e na seqüência em que A precisa delas. Para esta finalidade, servem-se de uma linguagem constituída das palavras ‘cubos’, ‘colunas’, ‘vigas’. A grita essas palavras; B traz as pedras que aprendeu a trazer ao ouvir esse chamado. Conceba isso como linguagem totalmente primitiva.”

Neste trecho, ressaltam-se aspectos da dimensão tética da linguagem, isto é, os enunciados lingüísticos são validados à medida que engendram comportamentos, ações de sujeitos em situações concretas. Aqui o teor *primitivo* de uma linguagem, além de valores ontológicos que possamos lhe conferir na sua forma de concepção ou de funcionamento, justifica o compromisso e o alcance funcional da linguagem. Assim, a importância da linguagem em uma prática interlocutiva traduz-se pelo valor pragmático que os interlocutores atribuem às suas proposições.

Wittgenstein complementa esse raciocínio sobre linguagem primitiva, ao estabelecer contratos – jogos de linguagem – que regem

a relação entre falante e ouvinte, mostrando que ambos estão comprometidos com a realização de tarefas, reguladas pela atividade lingüística.

“(7)Podemos também imaginar que todo o processo do uso das palavras em (2) é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem uma língua materna. Chamarei esses jogos de jogos de linguagem, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem.

E poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos da denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense os vários usos das palavras ao brincar de roda.

Chamarei também de jogos de linguagem o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada.”

O que comanda, portanto, o uso efetivo da linguagem? Cada uso específico está comprometido com um ritual próprio que determina, gera regras válidas para uma práxis de linguagem⁴, fundamentada em termos de normas efetivas para o agir comunicativo. O que fazemos com a linguagem ? O que dela extraímos para efetivar o nosso agir ?

O autor não aponta, neste momento, aspectos que pudessem representar respostas diretas a estas questões, as quais, com certeza, serão indicadores fundamentais para a compreensão do funcionamento de um ato, ou do processo interlocutivo, de um modo geral. Certamente, grande parte das noções de que dispomos hoje para justificar qualquer dimensão das práticas de linguagem foi desenvolvida a partir da emergência de uma categoria como enunciação. Entretanto, o que Wittgenstein justifica, nesses parágrafos, não deixa de valer como princípios que nortearam a descoberta de novos caminhos para a compreensão da linguagem, enquanto instrumento mediador das nossas atividades no mundo.

⁴Estou convencido de que a noção de *jogo de linguagem* espelha em muitos aspectos o conceito de *contrato* proposto por Charaudeau: em ambos os casos estamos diante de normas que regem o comportamento dos falantes, no uso específico de formas lingüísticas etc.

No estágio atual da nossa discussão, a formulação do autor ainda ecoa como algo muito distante das exigências teóricas centrais que estamos buscando na compreensão de toda a questão da linguagem voltada para uma dimensão enunciativa. Wittgenstein fala de uma *linguagem primitiva*, como sendo aquela cujas regras implicam compromissos diretos com a execução de tarefas; aquela que define regras para um *jogo* explícito entre os falantes. No entanto, não é apenas em razão desse processo *primitivo* de comunicação que se movem os sujeitos nas práticas de linguagem: muitas vezes estamos mais preocupados em dissuadir do que em precisar, em escamotear do que em informar. É por essas sutilezas discursivas que estamos em busca de uma metalinguagem mais apurada, e isso não é absolutamente estranho à concepção do autor: para cada ritual de comunicação que efetivamos socialmente, haveremos sempre de reconhecer uma dimensão que lhe é *primitiva*. Assim, retomamos Wittgenstein aqui para lembrar que esse compromisso primeiro de abertura das trincheiras enunciativas é necessário na aproximação entre linguagem e ação.

AUSTIN E AS PRÁTICAS PERFORMATIVAS

Um dos aspectos mais significativos da análise conceitual da relação entre linguagem e ação está na descoberta de Austin sobre o valor e o funcionamento dos *performativos*, como elementos suficientemente capazes de estabelecer uma conexão entre aquilo que se diz e aquilo que se faz. Esta conexão é alcançada pela interface assegurada entre uma dimensão da proposição (sua verdade, a partir de relações sintático-semânticas, de propriedades lexicais, de condições de referenciação – o plano locucional do autor) e uma dimensão dos interlocutores, destacando a sua identidade e a relação entre eles (as condições de sinceridade, as condições preparatórias), assim como visa a colocar em circulação um certo valor pragmático. Os *performativos*, portanto, representam esse liame, definindo-o a partir de uma forma lingüística: por exemplo, *ordenar*, *prometer*, *nomear* impõem restrições ao conteúdo proposicional, da mesma forma que determinam circunstâncias de uso baseadas em compromissos derivados da relação entre interlocutores.

Assim, de modo mais específico, *ordenar*, na condição de um performativo, nos lembra que o conteúdo proposicional que representa a ação a ser desenvolvida deva ser formulado de modo projetivo: uma *ordem* qualquer é dada para ser executada no futuro; da mesma forma que o teor dessa ação não pode reverter-se contra aquele que a executa, de forma decisiva. Por outro lado, quem ordena deve manter uma relação hierarquicamente superior àquele a quem o comando se destina, do contrário estaremos violando normas éticas efetivas que regem as relações intersubjetivas. Há, com certeza, normas éticas que asseguram que uma *ordem* é dada para ser cumprida (senão, a sociedade viveria em um estado de desordem absoluta), mas nenhuma *ordem* poderá, em princípio, atentar contra aquele que irá executá-la, a menos que se pretenda admitir o risco do seu fracasso. Todavia, desde que atenda aos requisitos básicos para sua existência (em parte, as restrições/condições que foram vistas acima), senão já não mais representaria uma instrução passível de execução, as *ordens* têm alguma garantia de ser bem-sucedidas.

O contexto teórico em que Austin situa o problema contém um percurso muito extenso; dele lembraremos apenas aquilo que melhor ressalta a relação linguagem/ação. O primeiro aspecto diz respeito à compreensão de um performativo (Austin, 1990: 24):

“Pode ser que estes proferimentos (‘Aceito esta mulher como minha legítima esposa’, ‘Batizo este navio com o nome de Rainha Elizabeth’, ‘Lego à meu irmão este relógio’, ‘Aposto cem reais como vai chover amanhã’) sirvam para informar, mas isso é muito diferente. Batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras ‘Batizo’, etc. Quando digo diante do juiz ou no altar, ‘Aceito’, não estou relatando um casamento, estou me casando.

Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo? Proponho denominá-lo sentença performativa, ou proferimento performativo, ou, de forma abreviada, ‘performativo’.”

Neste primeiro momento de sua formulação, sabemos que o autor destaca a importância do uso de performativos como o registro lingüístico de proferimentos, cuja função maior, antes de ser a de

reportar qualquer sentido, é a de ser ele próprio um ato. Aqui, enunciados performativos mantêm um contraste com enunciados constativos, circunscrevendo o espaço de atuação destes últimos apenas como formas lingüísticas para reportar estado de coisas, mas não para projetá-lo (ou produzi-lo) a partir de uma enunciação. Mais à frente, Austin (1990: 25) estreita o compromisso dos proferimentos performativos com outros quesitos que precisam ser alcançados na consecução de um ato, a partir do atendimento de condições que devam prevalecer entre os integrantes de um ato:

“Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação (...)

Tentemos enunciar esquematicamente, sem reivindicar para tal esquema qualquer caráter definitivo, pelo menos algumas das coisas necessárias para o funcionamento, feliz ou sem tropeços, de um proferimento performativo (...)”

Segue-se a essa seqüência anunciada pelo autor, a especificação de um conjunto de condições necessárias à realização de um ato de fala. Primordialmente, podemos registrar: a convencionalidade de certos proferimentos em circunstâncias apropriadas – o ato como o de *casar* acima requer circunstâncias especiais para ser validado como ato; a adequação dos falantes à convencionalidade dos proferimentos – o ato de *batizar* impõe restrições institucionais para os seus praticantes; a integração de todos locutores de modo sincero e completo na consecução de um ato – uma *promessa* para ser bem sucedida requer que aquele que a enuncie esteja engajado na sua realização. Outras condições complementares ainda existem como exigência para a realização de um ato, mas apenas acrescentam detalhes à forma determinante como as primeiras são concebidas.

Assim, configura-se em Austin, numa primeira aproximação explícita da Teoria dos Atos de Fala, o processo de mediação entre linguagem/ação. O autor, como o faz Wittgenstein em alguma extensão, responde ao desafio de mostrar como convertemos ações em palavras. Aqui, todavia, os instrumentos teóricos, que são postos em circulação, já começam a captar, de forma mais efetiva, os aspectos que fundamentam essa relação. Agora, já temos instrumentos para

diagnosticar relações intersubjetivas convencionais e, com algum esforço, conseguirmos problematizar aquelas que têm intenções em sua origem. Dessa primeira intervenção de Austin, decorreu uma contribuição fundamental para a compreensão de que um proferimento não vale só por aquilo que ele diz, na forma que o diz, mas, sobretudo, aquilo que ele implica executar, isto é, os atos que dele derivamos.

SEARLE: CONTEÚDO PROPOSICIONAL E FORÇA ILOCUCIONAL

As primeiras formulações da Teoria dos Atos de Fala, se tiveram o mérito, como esboçamos acima, de buscar mecanismos mais eficientes para avaliar a relação entre linguagem e ação, acabaram por conduzir a deformações, não pelas posições assumidas por Austin em seus textos, mas por certos usos que foram feitos de suas formulações. Ressaltamos aqui, a título de ilustração, dois desses usos que foram ajustados, na seqüência, na formulação de Searle. De um lado, a preocupação centrada na análise dos performativos – que Austin já vinha diluindo em suas últimas conferências –, como foco da construção de um ato de fala, acabou por fazer proliferar uma série de tipologias de verbos performativos e, mais grave ainda, a concepção de que estes representavam condições suficientes para a existência de um ato; de outro, em função da ênfase de Austin no *fazer*, a preocupação de desvincular sentido e ação, como se aquele não representasse uma condição determinante para os objetivos finais de um ato. Em que consistiu a intervenção de Searle nessa questão? Que contribuições ele trouxe ao seu aprofundamento?

O primeiro ponto a ser ressaltado em favor de Searle prende-se ao problema colocado no início deste texto, isto é, à necessidade de se formular uma metalinguagem, cada vez mais rigorosa, no trato das questões em pauta. Se o texto de Searle aborda a questão numa dimensão abstrata, na tentativa de recompor um conjunto de parâmetros, explicitando sua função na construção de um ato, isso se deve à necessidade de dotar a reflexão de Austin de um padrão estrutural, de integrar as suas partes componentes. É evidente que o refinamento proposto por Searle não representa uma contraproposta ao que foi realizado por Austin: os fundamentos da concepção de um ato são mantidos e até mesmo a importância dos performativos é resgatada, enquanto instância lingüística portadora de uma

especificação dos *modos do ponto de realização* dos atos. Searle destacou a necessidade de uma formulação mais abrangente, mostrando que ela representaria, como instrumento conceitual, uma tentativa de justificativa para diversidade de atos socialmente reconhecidos, já contemplados nas primeiras versões da teoria. Além do mais, Searle efetivou essa proposta, na medida em que expandia a idéia de ato de fala para além das circunstâncias protocolares de usos performativos. Todo esse alcance tornou-se possível devido à retomada de aspectos da construção do sentido de uma proposição e de suas implicações diretas no desempenho de uma ação. Searle (1984: 28) recoloca assim o problema:

“A partir deste ponto de vista semântico, podemos estabelecer uma distinção entre dois elementos (não necessariamente separados) da estrutura sintática da frase e que podemos chamar marcador proposicional e marcador de força ilocucional. O marcador de força ilocucional indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucional a atribuir à enunciação (...)”

Essa dupla dimensão dos proferimentos lingüísticos – proposicional/ilocucional – possibilitou, pela junção entre sentido e ação aí expressa, o entendimento de que os compromissos entre dizer/fazer não poderiam ser aferidos apenas em razão de contingências performativas, mas antes a partir dos parâmetros que viriam a especificar a natureza de uma força ilocucional. Mais adiante, o autor complementa esse estreitamento entre sentido e ação, afirmando (Searle, 1984: 43):

“O ato de fala, ou os atos de fala executados na enunciação de uma frase, são função da significação da frase em questão. A significação de uma frase não permite determinar em todos os casos, de modo unívoco, qual o acto de fala realizado na enunciação desta frase particular, pois um locutor pode querer dizer mais do que efetivamente diz; entretanto, sempre lhe é possível, em princípio, dizer exatamente o que teve a intenção de dizer.”

Assim, é pela necessidade de pensar a relação linguagem/ação, além de casos particularizados por verbos performativos em certas

convenções de uso lingüístico, que Searle propõe esse caráter universal à análise do problema. Toda forma de linguagem – toda expressão lingüística – passa a estar, desse modo, comprometida com um tipo de ação qualquer. Dessa constatação decorre a relevância em apurar ainda mais os instrumentos de análise: esse tem sido o desafio da teoria, ao apontar os componentes de uma força ilocucional e ao mostrar como estes componentes se relacionam com o conteúdo proposicional. Devemos reconhecer, todavia, que o diverso das práticas de linguagem, em função de normas estratificadas ou não de seu uso, possa constituir-se numa riqueza que estará sempre requerendo da teoria ajustes na tentativa de explicitar a relação entre linguagem e ação. Não é, entretanto, em razão do reconhecimento da contingência nas práticas de linguagem que devemos renunciar a um esforço racional da construção de modelos. O texto de Searle mostra a importância desse esforço, ao realimentar a discussão dos atos, por meio de parâmetros complementares àqueles que Austin havia apontado, ou, mais precisamente, ao demonstrar que o interesse pela questão da performatividade implicava desdobramentos de um alcance maior (e mais preciso, como desafio teórico) na compreensão de um ato de fala.

As observações gerais que acabamos de destacar, sobre a contribuição de Searle para a Teoria dos Atos, estão longe de caracterizar seu trabalho efetivo nesta questão; o que fizemos foi apenas mostrar um contraponto com um aspecto da formulação de Austin. Na seqüência do desdobramento deste texto, aspectos relativos à estrutura de um ato serão retomados em razão de propostas por ele formuladas, em conjunto ou não com outros autores. Gostaríamos, então, de comentar, na seqüência, duas formulações importantes para a construção dessa teoria, procurando justificar como ela atua na fundamentação de práticas de linguagem.

CONDIÇÕES ENUNCIATIVAS: EXPRESSÃO TEMPORAL DA ENUNCIACÃO

Gostaríamos de conceber o funcionamento de um ato de fala, a partir da descrição de certas propriedades enunciativas sem as quais torna-se difícil compreendê-lo. Iniciaremos por uma citação de Benveniste (1989: 85-86):

“Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – freqüentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a EGO, centro da enunciação. Os ‘tempos’ verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário.”

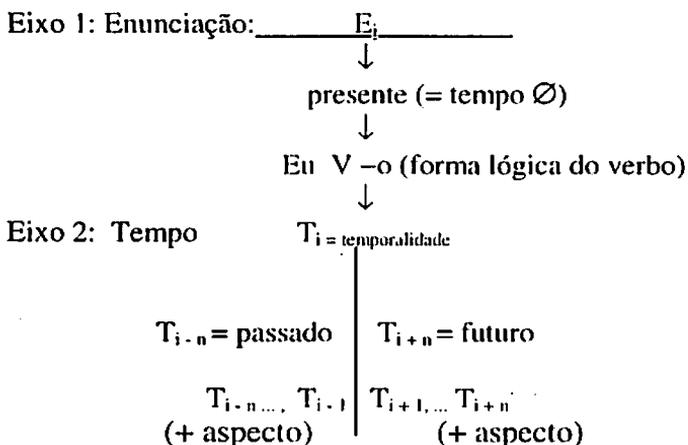
Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua necessidade, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos ‘tempo’; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.”

O trecho acima introduz algumas questões que precisam ser consideradas no funcionamento de um ato de fala, na medida em que não podemos aceitar como realizações possíveis de atos sem a sua inserção no processo enunciativo. No caso presente, destacamos a noção do tempo como uma condição essencial de um ato e na dimensão dos dois deslocamentos que são considerados pelo autor.

O primeiro deslocamento é apontado pelo autor como a necessidade de se refazer a orientação de causalidade entre *tempo* e *presente*.

Enquanto a tradição dos estudos gramaticais considera o presente uma dimensão do tempo, Benveniste pretende inverter esta relação, mostrando ser o presente que engendra o tempo. O presente torna-se, assim, o suporte do processo enunciativo; ele é a expressão de uma temporalidade (e não do tempo), a partir da qual produzimos o tempo. Enunciação e presente coincidem enquanto realização efêmera daquele que se apossa da língua para produzir um ato; por essa razão a enunciação só conhece o presente.

O segundo deslocamento remete-nos, em decorrência do primeiro, à quebra da linearidade atribuída a *passado-presente-futuro*. Neste novo eixo proposto pelo autor, presente situa-se num estágio diferente (isto é, na enunciação) e tem, como função básica, projetar fatos que materializam *passado* e *futuro* (no enunciado). Então, se presente é a única dimensão de temporalidade que a enunciação reconhece, passado e futuro são registros temporais do enunciado, são duas regiões nas quais estão depositados os nossos registros de memória ou onde inscrevemos os nossos projetos de desejo. Esquemáticamente, podemos expressar essas observações da seguinte forma:



Como funciona este quadro, a partir da hipótese de Benveniste?

Considerando, inicialmente, o eixo enunciativo, devemos destacar E_i como marca de uma *enunciação* determinada, que representamos aqui pela fórmula verbal Eu V -o (onde V representa uma forma verbal, no caso um performativo, e -o um morfema identificador do

paradigma verbal de primeira pessoal do singular, no presente). Esta fórmula assinala dois fatos importantes: *eu*, como o único sujeito que a linguagem reconhece no plano da enunciação, e *V - o*, como a forma verbal que explicita esse processo. Este padrão aqui apresentado retrata diretamente a forma constitutiva de um ato de fala: todo ato é uma manifestação do presente daquele que o profere e toda vez que o explicitamos, através de um performativo, ele espelha o padrão verbal acima mostrado. Muitos atos são enunciados sem levar em conta esse padrão por mera questão de economia: *Ontem choveu* (Afirmo que ontem choveu) / *Viajo amanhã* (Desejo viajar amanhã).

O segundo aspecto importante neste quadro relaciona-se ao comportamento da expressão temporal no eixo do tempo. Do ponto de vista lingüístico, podemos conceber este eixo enquanto uma instância onde os enunciados consagram a realização dos acontecimentos, considerados em sua dimensão de passado ou de futuro. Assim, todos os enunciados, como produtos do plano da enunciação, devem ser acolhidos em uma das regiões: *Ti-n*, enquanto um registro de passado – fatos, ações registradas na memória –, ou *Ti+n*, enquanto um projeto de futuro – fatos, ações como expressão do desejo. Muitos detalhes ainda devem ser considerados nessa projeção no eixo do tempo. As línguas costumam especializar formas (morfemas ou sintagmas) para determinar escalas temporais em cada uma destas regiões. Aqui, entretanto, não vamos nos deter neste tipo de pormenor.

CONDIÇÕES DE AJUSTAMENTO ENTRE MUNDO E PALAVRA

Ao avaliarmos até aqui a relação entre linguagem/ação, a partir de parâmetros que compõem um quadro geral de desenvolvimento da teoria dos atos de fala, destacamos, fundamentalmente, três aspectos importantes: de um lado, o *vínculo funcional* implicado entre recortes das duas dimensões em análise (Peirce e Wittgenstein); de outro, o *compromisso fatural* entre certos tipos de enunciação lingüística e comportamentos decorrentes (Benveniste e Austin); e, finalmente, a *causalidade necessária* entre conteúdo proposicional e força ilocucional (Searle). Há, entretanto, um quarto aspecto nesta relação, que se configura como uma pré-condição para a realização de um ato e que não foi ainda determinado: trata-se de especificar o modo pelo qual devemos conceber uma orientação entre linguagem e ação.

Para Searle e Vanderveken o teor central dessa orientação deve ser admitido a partir de circunstâncias em que a linguagem orienta a *construção de uma realidade*, ou em que a realidade orienta *construções de linguagem*. Assim, torna-se importante isolar certas circunstâncias em que a linguagem molda a existência de padrões de ação (realidade) e outras em que a ação determina formas de construção linguística. Para avaliar essa relação de causalidade, os autores (Searle, Vanderveken, 1983: 53-54) ressaltam a importância do conceito de *direção de ajustamento* como capaz de justificar quatro padrões distintos de direcionalidade. Segundo os autores:

“There are four and only four directions of fit in language:

1. The word-to-world direction of fit.

In achieving success of fit the propositional content of the illocution fits an independently existing state of affairs in the world.

2. The world-to-word direction of fit.

In achieving success of fit the world is altered to fit the propositional content of the illocution.

3. The double direction of fit.

In achieving success of fit the world is altered to fit the propositional content by representing the world as being so altered.

4. The null or empty direction of fit.

There is no question of achieving success of fit between the propositional content and the world, because no general success of fit is presupposed by the utterance.

The five different illocutionary points exhaust the different possible directions of fit between the propositional content and the world.”

Para os autores, a relação entre linguagem e ação pode ser compreendida, considerando as dimensões de ajustamento, em apenas

quatro direções, cada uma das quais qualificando a natureza do vínculo que devemos atribuir aos componentes da relação. É claro que as relações determinadas, antes de mais nada, traduzem-se (e saturam-se) por possibilidades lógicas do arranjo causal entre os componentes: ou a linguagem, ou a ação assumem precedência causal – itens 1 e 2 acima –, ou ambas assumem, reciprocamente, um valor causal – item 3 –, ou inexistem uma relação causal entre elas – item 4. Essas quatro possibilidades lógicas acabam incorporando valores ontológicos que se fazem expressar pelos *pontos de realização* de uma *força ilocucional*. Vejamos, portanto, cada um dos itens acima, transcritos na forma de uma *direção de ajustamento* e nela incorporando *forças ilocucionais* correspondentes:

A) DIREÇÃO DE AJUSTAMENTO: PALAVRA-A-MUNDO

Na *direção de ajustamento* PALAVRA-MUNDO⁵, o conteúdo proposicional de uma enunciação ajusta-se a um estado de coisas existente de forma independente da enunciação utilizada para representá-lo. Em outras palavras, por essa *direção*, um estado de coisas pré-existe ao ato de enunciá-lo e este funciona apenas como um instrumento para reportar aquele. A realidade é, pois, relativamente autônoma, já que se manifesta como algo independente dos recursos lingüísticos que utilizamos para representá-la. Assim, na *direção* PALAVRA-MUNDO é a linguagem que se orienta para ações, já que estas existem como estado de coisas independente. Inserem-se nesta discussão os atos de fala produzidos com a *força ilocucional assertiva*, fazendo com que uma asserção seja dependente de um

⁵ A relação proposta pelos autores para os termos PALAVRA e MUNDO, ao menos na versão que demos para o português, pode ser entendida, sem prejuízo conceitual, de duas formas: (a) ou são as PALAVRAS, emergência representativa, que se orientam na direção do MUNDO, pré-existência ontológica, ou é o MUNDO que provoca uma estruturação de PALAVRAS; (b) ou é o MUNDO, emergência existencial, que se orienta na direção de PALAVRAS, pré-existência representativa, ou são as PALAVRAS que provocam uma estruturação do MUNDO.

estado de coisas, que ela em geral representa. Apliquemos parte das observações acima no seguinte exemplo:⁶

(01) “Não sei o que eles fizeram nas minhas costas.”⁷

Embora o ato não registre um verbo performativo, podemos admitir que se trata de um *ato assertivo*, por retratar um estado de coisas – o fato de o locutor ter assinado documentos de liberação de verbas sem ter lido – que independe da sua enunciação presente. Em outros termos, a possibilidade que o locutor considera de ter sido enganado por auxiliares e o fato de ter assinado documentos transcorreram num período anterior ao proferimento: o logro e a assinatura são fatos antes do ato usado para afirmá-los. Trata-se, portanto, de uma direção de ajustamento PALAVRA-MUNDO, já que são palavras que se ajustam a um estado de coisas previamente ocorrido no mundo. Na dimensão da análise proposta, podemos admitir que a *asserção* feita pelo locutor acerca de uma situação por ele vivenciada assegura efeitos práticos que dele podem ser asseridos, tais como: (i) a constatação do autor da frase reiterando o processo de corrupção envolvido na liberação de verbas públicas; (ii) a sua autodefesa em relação à possibilidade de ter ele próprio liberado verbas para a referida obra.

B) DIREÇÃO DE AJUSTAMENTO: MUNDO-PALAVRA

Na *direção de ajustamento* MUNDO-PALAVRA, um estado de coisas é criado ou modificado pela ação do conteúdo proposicional de uma enunciação. Em outros termos, o mundo é alterado de modo a

⁶ Como afirmamos, anteriormente, não vamos fazer uma análise exaustiva dos atos que serão exemplificados ao longo dessa exposição. Estamos apenas fazendo um traçado que seja mais representativo das questões em análise, no caso, para mostrar os atos como um instrumento de operacionalização do *pragmatismo*.

⁷ Para não sobrecarregar o corpo do texto com documentações e descrições datadas, estamos fazendo indicações sobre os exemplos, quando necessárias, em notas de rodapé. Aqui se trata de uma afirmativa de Itamar Franco sobre liberação de verbas para o TRT-SP, no período do seu governo. (VEJA: 30-08-2000, p. 36).

adequar-se ao conteúdo proposicional que é proferido. A enunciação independe do estado de coisas e até mesmo pode ser usada para fomentar uma expectativa sobre sua existência. Uma *força ilocucional* qualquer que se realize no *ponto comissivo* ou no *ponto diretivo* possui uma *direção de ajustamento* MUNDO-PALAVRA, porque, respectivamente, nem uma *promessa*, nem uma *ordem*, por exemplo, existem sem que antes exista uma enunciação que tenha tornado uma e outra possíveis. De modo mais efetivo, podemos dizer que uma *ordem* e uma *promessa* são satisfeitas se o mundo é alterado, de tal modo a se ajustar ao conteúdo proposicional que os atos respectivos anunciam. Vejamos, na seqüência, um primeiro exemplo que servirá para ilustrar os fatos acima, relativos a uma *promessa*:

(02) “Faremos o máximo para salvar a tripulação.”⁸

Ô proferimento acima constitui um ato realizado com uma força ilocucional *comissiva* e no modo de realização de uma *promessa*.⁹ Como ato de fala, pela direção de ajustamento que implica, a sua satisfação pressupõe a necessidade de uma alteração no mundo, isto é, que a tripulação seja resgatada com vida’, nos limites da competência de quem anuncia o ato. A importância da direção de ajustamento MUNDO-PALAVRA, no proferimento de tal ato, é o fato de ele primeiro instituir a realidade discursiva para possibilitar que venha ser um fato a alterar o mundo. Quanto aos efeitos práticos decorrentes desse ato, além da possibilidade de uma crença/descrença nos fatos prometidos, só podem ser aferidos em termos da alteração ou não do estado de coisas, a partir do proferimento do ato.

Um outro ato a ser comentado refere-se à aplicação das propriedades da *direção de ajustamento* MUNDO-PALAVRA a uma força com realização no *ponto diretivo*, conforme exemplo abaixo:

⁸ Proferimento de Vladimir Putin, presidente russo, anunciando o propósito de seu governo de tentar resgatar com vida a tripulação do submarino Kursk. (Veja, 20-08-2000, p. 37).

⁹ A *condição de sinceridade* de uma *promessa* implica que o locutor, ao proferir o ato, se responsabilize pelas ações conseqüentes de sua realização. Em se tratando, porém, de ações inseridas no rol de atividades públicas, o locutor é apenas o porta-voz dessa responsabilidade assumida.

(03) “Quem não publicar nossa versão é inimigo do Estado.”¹⁰

A *força diretiva* em (03) contém o *modo de realização* de uma *ordem (indireta)*, que prevê uma ação futura a ser desempenhada pelo alocutário, isto é, a de publicar apenas o que representa a versão do governo sobre o episódio do submarino Kursk. Ao menos na dimensão de um efeito complementar (perlocucional), podemos admitir que tal ato vise também ameaçar o alocutário, enquanto um ato que institui uma ameaça, embora a sua força consecutiva seja a de prescrever para o alocutário um tipo de ação futura: aquilo que o governo aceita como legítimo para relatar o episódio em pauta. A existência de tal atitude, isto é, a versão do episódio aceitável, só passou a existir depois que o ato foi proferido; em outras palavras, o proferimento de (03) cria condições para que um estado de coisas seja concebido na esfera dos interlocutores.

C) DIREÇÃO DE AJUSTAMENTO: DUPLA DIREÇÃO

Na DUPLA DIREÇÃO de ajustamento, um estado de coisas de um mundo possível é alterado para se ajustar ao conteúdo proposicional de um proferimento que o anunciou – MUNDO-PALAVRA –, da mesma forma que o conteúdo proposicional desse proferimento representa o mundo como já estando assim alterado na perspectiva do seu locutor – PALAVRA-MUNDO. Assim, anula-se a precedência de linguagem sobre ação e vice-versa, antes considerada como fundamento para direções de ajustamento precedentes. Uma *força ilocucional* que se realiza no *ponto declarativo* representa instâncias de aplicação da DUPLA DIREÇÃO. No geral, as marcas mais visíveis de seu funcionamento fazem-se presentes em situações de linguagem sob as quais pesam convenções institucionalizadas de usos da língua. Tomadas de depoimentos, de juramentos, fórmulas rituais para abertura de sessões de trabalho, proferimentos de consagração de cerimônias, no geral, materializam a existência de um ato de fala com DUPLA DIREÇÃO de ajustamento. Consideremos o ato de fala

¹⁰ Proferimento de Serguei Iastrazemski, porta-voz do governo russo, sobre o caso do submarino Kursk. (Veja, 20-08-2000, p. 37).

declarativo com o modo de realização *definição* (um modelo menos institucionalizado desse tipo de ato):

(04) “A favela é a legítima manifestação da arquitetura brasileira.”¹¹

Toda definição, como um *ato declarativo*, destina-se a legislar ou sobre o universo da linguagem ou, em particular, sobre um universo de coisas. A partir da definição de um termo (favela), uma realidade conceitual (legítima manifestação da arquitetura brasileira) torna-se a ele associada e pode ser considerada, do ponto de vista do locutor, como se já existisse. Assim, *favela*, na seqüência do proferimento do ato, associa-se a uma outra dimensão conceitual, instaurando, para os alocutários, uma outra realidade por meio de uma definição. Os efeitos produzidos, por se tratar de um ato sobre o qual não pesa restrições institucionais fortes e nas circunstâncias em que está sendo proferido, não constituem uma instância de regulamentação do termo em análise. Em geral, *definições* tornam-se instrumentos institucionalizados quando inseridas em dicionários, teorias ou manuais técnicos, lugares utilizados para consagrar, socialmente, o seu uso.

Um outro exemplo que reproduz, de modo mais cerimonial, a importância do *ato declarativo* pode ser ilustrado pela seguinte situação:

(05) “Havendo *quorum* regimental, declaro aberta a sessão. Passo a palavra ao senador...”¹²

Os atos acima, quando anunciados por uma autoridade, investida de direitos para delés fazer uso, tanto alteram um estado de coisas – antes do seu proferimento não havia *sessão aberta*, nem a palavra estaria disponível para outrem –, como também o fazem pelo fato de o universo já poder ser assim alterado na perspectiva do locutor – que supõe a existência do fato *sessão aberta* para dar início aos trabalhos e

¹¹ Ato proferido pelo arquiteto e urbanista Paulo Casé, que mora na favela (Veja: 20-08-2000, p. 37).

¹² Ato proferido pelo presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães, em sessão realizada no dia 08-01-98 (TV- Senado, 1998).

de alguém que assumirá a tribuna. O segundo ato – também um declarativo por instituir a perspectiva de fala do outro –, mantém um vínculo de dependência necessária em relação ao primeiro, já que a possibilidade de outros discursarem depende do ato geral (*sessão aberta*). Os objetos conceituais que os dois atos criam – *sessão aberta* e *cessão da palavra* –, permitem derivar todo um conjunto de efeitos decorrentes de proferimentos individuais, de apartes, de discussões que só se tornaram possíveis em razão de uma realidade objetivamente criada pelos atos inaugurais.

D) DIREÇÃO DE AJUSTAMENTO: DIREÇÃO NULA

Na DIREÇÃO NULA de ajustamento não se coloca em questão qualquer dúvida sobre a satisfação ou o fracasso entre o conteúdo proposicional e o estado de coisas representado: a verdade deste é pressuposta pelos interlocutores integrantes do ato. Forças ilocucionais que se realizam no *ponto expressivo* não se submetem ao fato de o conteúdo proposicional dever adequar-se à realidade, nem ao fato de que a realidade deva ser modificada para ajustar-se a ele, conteúdo proposicional, mas expressam, geralmente, atitudes proposicionais do locutor diante de um estado de coisas. Embora os atos expressivos, à semelhança dos assertivos, reportem estados de coisas, tais estados devem ser considerados como “deformados” por atitudes do locutor ao enunciá-los, e a sua satisfação é assegurada independentemente de qualquer avaliação de correspondência entre o conteúdo proposicional e o estado de coisas reportado. Atos representativos para desculpas, agradecimentos, congratulações, bem como atitudes proposicionais, para qualquer forma de conteúdo, materializam a DIREÇÃO NULA de ajustamento. Consideremos os fatos expostos na análise do exemplo abaixo:

(06) “Perdoem-me por não ter conseguido trazer seus garotos de volta.”¹³

¹³ Pronunciamento de Viacheslav Popov, comandante da Frota do Norte, pedindo perdão às famílias das vítimas do Kursk. (Veja: 30-08-2000: 36).

O ato de *pedir perdão*, em (06), representa a DIREÇÃO NULA de ajustamento, porque o conteúdo proposicional nele contido – não ter conseguido trazer os garotos de volta – não vale como parâmetro de julgamento decisivo para a sua satisfação. Embora o estado de coisas descrito pelo conteúdo proposicional seja verdadeiro, o que está em julgamento é a atitude do locutor diante deste fato, isto é, o seu pedido de perdão. Qualquer reação dos seus interlocutores só pode incidir sobre sua atitude e não sobre o fato que é reportado. Por essa razão é que se define um ato expressivo como portador da direção nula de ajustamento, já que não se trata de avaliar o ajuste palavra-mundo, ou seja, se é verdadeiro ou falso o estado de coisas reportado, nem o ajuste mundo-palavra, isto é, a adequação de uma ação à natureza do proferimento. Todo falante pode pedir desculpas sobre fatos que estejam sob sua alçada, sem que esteja em julgamento a sua autenticidade. Assim, ainda que os interlocutores venham recusar o perdão – sabemos que a dinâmica social sobre pedido de perdão é que ele possa ser aceito ou recusado –, o proferimento continua validando um ato, enquanto explicitação de um estado mental do locutor, daí a realização da *força expressiva*. Não temos aqui o ato subsequente dos destinatários a quem o perdão foi dirigido, mas sabemos que as circunstâncias do episódio podem ter gerado reações diversas, ou seja, do aceite à recusa. Todos os efeitos que podemos admitir para a *força expressiva* decorrem do caráter de suspensão de qualquer orientação entre linguagem e ação: o ato ressalta o efeito maior de se assegurar a expressividade do locutor face a um estado de coisas; o que vale é a forma como ele encara este estado.

As observações que acabamos de desenvolver permitiram mostrar como podemos, no vasto campo da realização das práticas de linguagem, compreender algum padrão de ordem. Estamos longe, com certeza, de poder assegurar que os parâmetros que foram até agora assegurados sejam suficientes para conceber esta ordem no formato de uma teoria, que tenha força explanatória para todos os componentes que acionamos quando agimos por meio da linguagem. Alguns passos na construção dessa teoria têm sido propostos, considerando-se o esforço de uma explicitação, cada vez maior, dos componentes das práticas de linguagem. A Teoria dos Atos de Fala tem se empenhado, desde suas preocupações iniciais, na tarefa de desenvolver um quadro de categorias, como já mostramos em momentos desta reflexão, com a preocupação em estruturar padrões conceituais, capazes de estreitar a

correlação entre a linguagem e a experiência humana, conforme aponta Vanderveken (1990: 5):

“The conclusions of the book are transcendental. They state universal laws of language use and comprehension that reflect the a priori forms of thought and of experience of human speakers.”

Desconsiderando, no momento, as dificuldades com que a própria teoria se confronta, podemos apontar, além dos já mencionados, alguns outros aspectos que fazem dela um modelo a ser contemplado na discussão das interações verbais. Vamos selecionar apenas cinco aspectos fundamentais da teoria para concluir essa reflexão.

PONTOS DE REALIZAÇÃO DE UMA FORÇA ILOCUCIONAL

A nossa experiência com a linguagem, numa dimensão interativa, compõe-se de um conjunto muito extenso de formas discursivas que reportam fatos, ora os engendram, ora comprometem o locutor com o desenvolvimento de tarefas, ora compelem o alocutário à realização de ações. Buscar critérios para ordenar essa diversidade das práticas de linguagem parece ser um dos méritos fundamentais da teoria dos atos de fala. O primeiro passo dessa tentativa é organizar o diverso das práticas através da proposição de *pontos de realização*, que representam aquilo que um falante pretende realizar com o seu proferimento. Formalmente, o *ponto* é um dos parâmetros que definem uma força ilocucional e é representado por um conjunto Π que se aplica ao conjunto de todas as proposições (Prop) associados ao conjunto dos contextos (I) possíveis para a sua realização. Em outras palavras, qualquer proposição (P_1) proferida em um contexto singular (i_1) possui uma força ilocucional específica que se realiza em um ponto particular (π_1).

Numa perspectiva mais funcional, podemos dizer que a estruturação, que os *pontos de realização* de uma força ilocucional permitem organizar, fundamenta-se na seleção de dois enfoques alternativos: o enfoque do estado de coisas e o enfoque dos interlocutores. No primeiro caso, quando a organização enunciativa centraliza-se num

estado de coisas, podemos ter duas orientações: uma que pretende ser uma intervenção objetiva, reportando para a linguagem um estado de coisas, representado como supostamente verdadeiro; outra que possibilita marcar a posição do locutor frente ao estado de coisas, no qual pretensões à verdade devem ceder lugar a pretensões à expressividade. O primeiro caso expressa o *ponto assertivo*, e o segundo alude-se ao *ponto expressivo*. Por outro lado, quando a ênfase recai sobre os interlocutores, podemos também estabelecer duas orientações: uma em que o locutor se responsabiliza pela execução de tarefas futuras que o seu ato postula; outra em que o alocutário é que se responsabiliza pelo cumprimento de ações futuras. No primeiro caso, temos um ato de fala realizando-se no *ponto comissivo* e no segundo, no *ponto diretivo*. Finalmente, ressaltamos uma circunstância discursiva em que o ato é utilizado, por um locutor, instituído, para muitas circunstâncias, de um poder de legitimação, para construir certo estado de coisas, a partir do qual outras ações subsequentes tornam-se possíveis. Trata-se de um ato de fala com realização no *ponto declarativo*.¹⁴

Pensamos que essa formulação, ainda que possa apresentar dificuldades operacionais pelo teor de desdobramento que devemos conceber para alguns atos, constitui um padrão importante para justificarmos o que se pode entender pela busca de uma organização para as práticas de linguagem. Grande parte das interações que produzimos, visando a objetivos associados à realização de um ponto, possui um padrão de aceitação relativamente estável e, onde quer que haja dificuldade, estamos sempre aptos a sugerir ajustes necessários. Uma *ordem* – ponto diretivo – implica compromissos éticos na sua realização, o que não impede que muitas ordens sejam antes avaliadas nos seus aspectos constitutivos pelas partes integrantes do processo, muitas podendo vir a ser até mesmo desobedecidas. É também nessa possibilidade de ajustamento prático de sua execução, se ela não for consensual, que reside a importância funcional da teoria que, ao propor critérios básicos, faculta também algum tipo de acomodação, acordada pelos interlocutores.

¹⁴ Análise de exemplos e de situações representativos de cada um desses pontos de realização, já foi mostrada na seção anterior.

MODOS DE REALIZAÇÃO DE UMA FORÇA ILOCUCIONAL

O quadro acima delineado para o ponto de realização projeta uma visão muito restrita do comportamento lingüístico, ao circunscrevê-lo em cinco padrões. Esta visão, ainda como um primeiro recorte, parece contrapor-se, de modo radical, à nossa atividade discursiva que engloba uma pluralidade inominável de formas que usamos para intervir em diversas circunstâncias. Se o ponto responde apenas por esses cinco agrupamentos de atos, o seu *modo de realização* se responsabilizará por uma abertura que possibilita contemplar e classificar essa pluralidade de usos refletidos na fala. De fato, quando nos aventamos a desempenhar alguma tarefa em favor do nosso interlocutor, não o fazemos de uma forma única. Podemos nos comprometer com ele de modo efetivo, ou podemos apenas acenar-lhe com a expectativa de cumprimento. Da mesma forma, podemos mostrar a nossa convicção com a verdade de um estado de coisas de modo mais ou menos seguro; como podemos esperar uma credibilidade maior ou menor da parte do alocutário sobre aquilo que manifestamos. Essa variabilidade de nuances e detalhes que podemos agregar a um conteúdo proposicional qualquer, no momento da execução de um ato num ponto de realização específico, denominamos de *modo de realização* de uma força ilocucional (naquele ponto). O *modo de realização* nada mais é, portanto, que uma especificação, uma especialização, em razão de circunstâncias próprias, da maneira pela qual o ponto de realização de uma força ilocucional deva ser desempenhado para assegurar a satisfação de um ato de fala. Formalmente, o modo é representado pelo subconjunto (μ) aplicado a um ponto (π) e correlacionado ao conjunto de proposições e contextos possíveis (Prop x I) de sua realização. Em outros termos, para qualquer π_i , projetado sobre P_1 em i_1 , haverá, ao menos, um μ_i , do conjunto de todos os μ 's desse ponto que seja apropriado à realização deste ato.

A pluralidade de formas que o modo pode assumir em cada ponto decorre de particularidades que se relacionam aos integrantes do processo enunciativo, ao conteúdo proposicional e à utilização de formas lingüísticas próprias. Considerando-se, por exemplo, o

primeiro aspecto – integrantes do processo enunciativo –, podemos conceber que a especificação de um *modo* para o ponto direto requer uma avaliação direta do grau de hierarquia entre locutor e alocutário: a superioridade hierárquica do locutor sobre o alocutário determina o *modo-ordem*; a superioridade hierárquica do alocutário sobre o locutor possibilita o *modo-súplica*¹⁵; uma relação equiparada entre ambos produz o *modo-pedido*.¹⁶ Em relação ao segundo aspecto – conteúdo proposicional –, a determinação do *modo* para o ponto comissivo, em muitos casos, pode exigir uma avaliação sobre os fatos descritos pela proposição. A diferença entre um *modo-promessa* e um *modo-desejo* implica uma restrição maior para o que se pode prometer; no entanto, não é importante determinar qualquer limite no conteúdo proposicional para o *modo-desejo* do falante, embora nem todo desejo possa ser convertido em *modo-promessa*. Uma *promessa*, para ser bem-sucedida, requer que o conteúdo proposicional seja passível de desempenho pelo locutor, requer também que esse mesmo conteúdo seja favorável a quem o ato se destina. Em contraposição, nenhum dos dois fatos é relevante para julgar adequação de um desejo. Quanto à questão da forma lingüística, podemos afirmar que ela se torna importante para o *modo* por ser ela o seu instrumento material de representação. Assim, todos os exemplos acima podem ser traduzidos por formas verbais como ‘*ordeno P*’, ‘*suplico P*’, ‘*peço P*’, ‘*prometo P*’, ‘*desejo P*’, que são tradicionalmente conhecidas como verbos performativos.¹⁷ Além disso, existe ainda uma multiplicidade de

¹⁵ O modo *súplica* implica também uma condição preparatória adicional, isto é, a forma humilde com que o locutor dirige-se ao alocutário, como complemento dessa inversão hierárquica de papéis.

¹⁶ Mencionamos apenas os dois extremos determinados pela relação hierárquica e um caso intermediário. Entretanto, cada um dos intervalos comporta inúmeras outras possibilidades de especificação do modo. Igualmente, os termos que usamos para apontar essa escala de realização dos modos não têm um caráter normativo; outros como ‘comando’, ‘solicitação’, ‘imploração’ poderiam ser usados.

¹⁷ Na história dos atos de fala, houve um momento em que os *verbos performativos* foram considerados essenciais à sua análise. Eles continuam sendo importantes, mas um ato de fala não pode ser estruturado a partir da sua presença, porque existem atos sem a presença do performativo (provavelmente a maioria é assim construída) e quaisquer desses verbos podem apresentar usos não-performativos.

outros padrões lingüísticos (advérbios, expressões adverbiais) que contribuem para a demarcação do *modo*.

CONDIÇÕES DE CONTEÚDO PROPOSICIONAL

As categorias ponto e modo recobrem duas dimensões diferentes da compreensão de uma força ilocucional: (i) uma dimensão funcional – a estruturação de certo conteúdo, possibilitando o desempenho de uma função destinada a recortar a enunciação/realidade –; (ii) uma dimensão enunciativa – a determinação de padrões diferentes para compromissos entre locutor e alocutário, a partir da seleção de formas lingüísticas apropriadas à expressão do modo. As *condições de conteúdo proposicional* permitem destacar uma dimensão lingüística, ao imporem à forma proposicional contida num ato restrições de ordem sintático-semântica, determinantes para o seu desempenho. Assim, como o ponto ilocucional é determinante para as *condições de conteúdo proposicional*, uma proposição torna-se imprescindível para o desdobramento das tarefas nela implicadas se ela atender, por exemplo, a padrões sintáticos como a especificação do tempo verbal e do agente da ação.

Desse modo, o ponto comissivo e o ponto diretivo impõem que o conteúdo proposicional tenha uma expressão de futuro em relação ao momento da enunciação. Esta exigência permite que a forma verbal seja morficamente representada, para o *ponto comissivo*, por exemplo, no presente do indicativo – *Prometo que voto em você* –, no futuro do presente – *Prometo que votarei em você* – ou no infinitivo – *Prometo votar em você* -. Por outro lado, formas como – *Prometo que votei*, ou – *Prometo que votaria em você* – são inaceitáveis no português corrente. Se viéssemos a ajustar *prometer* em uma forma de passado, nos dois últimos casos, nada acrescentaria aos fatos em questão; teríamos apenas atos realizados no *ponto assertivo*.

No caso do ponto assertivo, verificamos uma condição inversa: a forma verbal precisa conter uma expressão de passado em contraste com o instante da enunciação. Esta nova exigência admite que o verbo

esteja morficamente representado no presente do indicativo – *Informo que o seu candidato está à frente nas pesquisas* –, no presente do subjuntivo – *Nego que o seu candidato esteja à frente nas pesquisas* (em contextos especiais) ou no pretérito perfeito/imperfeito – *Afirmo que o seu candidato esteve/estava à frente nas pesquisas*. Apesar da diferenciação da forma verbal, o conteúdo proposicional reporta um estado de coisas – o candidato estar à frente nas pesquisas – anterior ao ato de enunciá-lo.

Muitos outros detalhes sobre o conteúdo proposicional precisam ser avaliados em função da escolha de um modo de realização: o *modo-testemunho* (ponto assertivo), por exemplo, requer que o conteúdo tenha uma expressão de passado na dimensão do locutor, enquanto o *modo-repreensão* (ponto assertivo) exige que o conteúdo tenha uma expressão de passado na dimensão do alocutário; o *modo-pedido* (ponto diretivo) implica uma ação futura do alocutário, enquanto o *modo-desejo* (ponto comissivo) impõe uma ação futura ao locutor.

As condições de conteúdo proposicional, como vimos, são um reflexo direto do ponto de realização e, em consequência, do modo de realização de um ato. Formalmente, estas condições são definidas como uma função θ pertencente a um conteúdo proposicional (P) para todo conjunto (Prop), mapeado sobre um conjunto de contextos (I). Assim, dado o fato de a ocorrência P ser singular, ele deve ser especificado para qualquer correlação (Prop x I) em razão do ponto e do modo de sua realização, isto é: $\theta \in P$, para qualquer $(\pi_1, \mu_1 (i_1, P_1))$.

CONDIÇÕES PREPARATÓRIAS

A efetivação de uma força ilocucional decorre da realização de um complexo de fatos, reunidos todos no processo enunciativo. Dentre esses fatos, uns contêm presença material nesse processo, outros, porém, representam apenas uma espécie de base de sustentação que possibilita a funcionalidade daqueles. As *condições preparatórias* de uma força ilocucional implicam, precisamente, o caráter de sustentação, porque não contêm uma emergência material, mas se valem de pressupostos que asseguram legitimidade a forças desempenhadas com adequação. Assim, todo ato de fala requer um conjunto de proposições de base que são pressupostas na sua execução

e quando elas descrevem o papel dos interlocutores são, então, denominadas condições preparatórias. A natureza conceitual dessas proposições ainda precisa ser demarcada com mais evidência. De todo modo, elas apontam para duas direções: a primeira – às vezes partilhada nas condições de conteúdo proposicional – fundamenta-se em propriedades conceituais dos itens lexicais que figuram numa proposição, pois só assim podemos considerar que algo seja nocivo, favorável, inadequado, benéfico...; a segunda destaca a capacidade de o locutor ou de o alocutário desempenhar as ações prescritas. Ambas podem convergir em muitas instâncias de realização de um ato.

Se uma pressuposição compõe a base de execução de um ato, ela se faz necessariamente verdadeira para a sua consecução, embora seja sempre possível assumir pressuposições falsas e produzir, na seqüência, atos que possam não ser defeituosos. Por exemplo, a especificação de uma força ilocucional no *modo-lamentação* requer a pressuposição de que o locutor desabone o conteúdo proposicional ou dele reclame. Assim, embora *vitória* e *derrota* tenham valores lexicais contrários, todo ato de “*lamentar sobre a vitória de x/derrota de y*” implica uma única atitude proposicional, isto é, a de desabono de uma e outra categoria, por ser essa a condição preparatória determinante da força ilocucional em questão. Por outro lado, seria paradoxal um falante lamentar um fato e, ao mesmo tempo, assumi-lo como gratificante, pois isso contradiz a condição preparatória de realização de um ato neste modo.

Como no caso anterior, o ponto e, conseqüentemente, o modo de realização continuam sendo determinantes na concepção do conjunto de proposições que constituem as condições preparatórias de uma força ilocucional. No caso presente, o modo parece desempenhar um papel decisivo na especificação das *condições preparatórias*, quando avaliamos o seu efeito na realização de um ato. Por exemplo, podemos admitir que a *condição preparatória* geral para o ponto diretivo resida no fato de o alocutário ser capaz de executar a ação e para o ponto assertivo seja o fato de locutor admitir, como verdadeiro, o estado de coisas reportado. Essas condições, todavia, requerem condições especiais que são determinadas pelos diversos modos de sua realização: uma *ordem* (ponto diretivo) adiciona a condição especial de que a tarefa a ser desempenhada não seja lesiva ao alocutário, enquanto uma *súplica* (ponto diretivo) implica acrescentar, à condição geral, o fato de que a tarefa a ser desempenhada beneficie o locutor de

modo decisivo, ou que o locutor se dirija ao alocutário de forma humilde; um *testemunho* (ponto assertivo) adiciona à condição geral o fato de o locutor ter presenciado o acontecimento sobre o qual depõe, enquanto um *relato* (ponto assertivo) não adiciona qualquer condição especial.

Do ponto de vista formal, as condições preparatórias são definidas por um função Σ pertencente a um conteúdo proposicional (\mathcal{P}) para qualquer proposição do conjunto (Prop), mapeado sobre um conjunto de contextos (I). Considerando o fato de as condições preparatórias serem aplicadas sobre um conteúdo particular \mathcal{P} , devemos considerar a existência desse conteúdo a partir da especificação dos outros componentes de uma força ilocucional até aqui descritos. Em síntese, podemos obter: $\Sigma \in \mathcal{P}$, para qualquer domínio de realização específica de um ato, expresso através de: $(\Sigma_i (\pi_i, \mu_i (i_i, P_i)))$. Em outras palavras, só podemos supor as condições preparatórias de um ato, quando associadas à sua realização específica, em razão de todos os componentes que o definem como um ato particular.

CONDIÇÕES DE SINCERIDADE

O último parâmetro básico que discutiremos, como componente de uma força ilocucional, refere-se às *condições de sinceridade*,¹⁸ com certeza, um dos aspectos mais controvertidos da teoria em razão das bases em que está fundamentado. Suas dificuldades se fazem representar, na maioria dos casos, pela impossibilidade estrutural de se

¹⁸ Há ainda um sexto componente que integra uma força ilocucional, na versão atual da teoria, conforme descrita por Vanderveken (1990). Trata-se dos *graus de sinceridade* de uma força ilocucional. Existem dificuldades na consideração desse componente, em razão do fato de que uma variação de grau converge sempre para uma variação do modo. O autor comenta, por exemplo, que uma súplica implica uma intensidade de desejo mais forte do que um pedido e teria, por consequência, um grau maior das condições de sinceridade. Entretanto, o que nos impede considerar esse fato apenas uma variação do modo? Muitos outros atos, sobretudo entre os assertivos, comportam-se dessa maneira, em razão da variação do modo. Em versões anteriores da teoria (Vanderveken, 1988), existia ainda um sétimo componente: o grau de intensidade do ponto.

isolarem, nos enunciados que representam os atos, vestígios de sua presença. Assim, elas raramente podem ser identificadas pela presença de um marcador lingüístico,¹⁹ o que, no entanto, não reduz a sua importância na composição de uma força ilocucional. As *condições de sinceridade* podem ser descritas como atitudes proposicionais que expressam estados mentais, no momento de execução de um ato. Cada estado mental caracteriza-se por modalidades que incorporam intenções de que o alocutário realize algo ou desejos do próprio locutor em fazê-lo. Assim, por exemplo, o locutor que desempenha uma força ilocucional, no ponto declarativo e no *modo-autorização*, manifesta a intenção (sincera) de investir o alocutário de poderes apropriados ao desempenho de certas tarefas. Da mesma forma, o ato de depor, realizado no ponto de realização assertivo e *modo-depoimento*, requer, da parte daquele que o executa, o registro de um estado mental em que o depoente assevera conhecimento dos fatos em questão.

Como já vimos para outros componentes, o ponto de realização e, por conseguinte, o modo são determinantes para o estado mental que representa as *condições de sinceridade*. Logo, o estado mental necessário à consecução de uma força, no ponto assertivo, requer que o locutor acredite naquilo que está a proferir; do contrário ele estaria sendo *insincero* ao afirmar um conteúdo proposicional e acrescentar, na seqüência, sua descrença nesse mesmo conteúdo. Essa condição geral precisa, entretanto, ser acrescida de condições especiais, quando da realização de modos particulares do ponto assertivo.

Assim, modos como *testemunhar*, *confessar*, *supor* e *sustentar*, por exemplo, requerem, todos, o acréscimo de condições particulares que reflitam outros estados mentais, além do da crença na verdade dos fatos. Para cada um desses modos, podemos determinar condições adicionais: (i) *testemunhar* implica o estado mental de crença em algum fato que foi presenciado pelo depoente; (ii) *confessar*, uma crença na verdade de algum fato pelo qual se responsabiliza; (iii) *supor*, uma crença atenuada na verdade dos fatos e (iv) *sustentar*, uma

¹⁹ Não são comuns, embora possam existir, assumindo sobretudo o valor de ênfase, marcas lingüísticas relativas às *condições de sinceridade*, como, por exemplo: *Prometo sinceramente ir visitá-lo*; *Peço honestamente que faça isso para mim*.

crença argumentada na verdade dos fatos. Se a diferença entre os estados mentais pode aqui ser assegurada pela realização de modos distintos e pela presença de performativos próprios, não temos nenhuma garantia do que seja a especificação de novos estados mentais para alguns padrões performativos concorrentes.

Essa dificuldade pode se mostrar, de forma mais evidente, quando contrastamos algumas formas verbais como: *testemunhar/depor, supor/admitir, sustentar/assegurar*. Nem sempre seria possível considerar, para cada um dos casos, que exista, de fato, condições de sinceridade que sejam diferentes. Mesmo que retomássemos a idéia de considerar uma gradação entre esses verbos, recuperando a idéia de graus de sinceridade, ainda assim estaríamos diante de dificuldades em estabelecer que elemento deveria ser destacado com um grau mais elevado. Assim, diante do acúmulo de modos de realização muito próximos, corremos o risco de buscar fixar *condições de sinceridade* distintas que teriam um estatuto *ad hoc*. Por exemplo, para realizações do ponto assertivo, quando realizado através de formas performativas como *afirmar, asseverar, assegurar, confirmar*, a tentativa de fixar condições próprias pode resultar em formulações artificiais, com pouca precisão conceitual e com nenhuma percepção intuitiva.

A dificuldade para se determinar as *condições de sinceridade* distintas para usos fronteirços, como aqueles acima apontados, pode apontar resistências para uma caracterização funcional desse componente, principalmente em comparação aos demais. Fatos dessa natureza, entretanto, não devem conduzir a tentativas de afirmar a sua irrelevância: as condições de sinceridade trazem para a interação verbal uma dimensão ético-moral que devemos supor como sendo um fundamento básico nas práticas de linguagem. Se um ato, em muitas circunstâncias, constitui uma forma de interpelar o outro, como podemos desvincular essa interpelação de qualquer condicionamento ético-moral? Se as nossas ações fossem marcadas, como regra, pelo descomprometimento, as práticas de linguagem teriam a marca de um descrédito absoluto: nem ordens, nem declarações, nem juramentos teriam mais qualquer valor interativo. Muitas, com certeza, são socialmente desacreditadas por lhes faltarem as condições de sinceridade apropriadas. Assim, as condições de sinceridade representam um componente difícil de delimitação, quando optamos, conceitualmente, por isolá-las dos outros componentes de uma força

pelas dificuldades operacionais de se abordarem estados mentais como objetos autônomos.

Formalmente, define-se uma condição de sinceridade por uma função Ψ pertencente a um conteúdo proposicional (\mathcal{P}) para qualquer proposição do conjunto (Prop), mapeada sobre um conjunto de contextos enunciativos (I). Se as condições de sinceridade se aplicam sobre um conteúdo particular \mathcal{P} , devemos considerar a existência desse conteúdo a partir da especificação de todos os componentes de uma força ilocucional até aqui descritos. Logo, podemos obter: $\Psi \in \mathcal{P}$, para qualquer domínio de realização específica de um ato, expresso através de: $(\Psi_1 (\Sigma_1 (\pi_1, \mu_1 (i_1, P_1))))$. Em resumo, só podemos supor as condições de sinceridade de um ato, quando associadas à sua realização específica, em razão de todos os componentes que o definem como um ato particular.

Os comentários que foram desenvolvidos, considerando sobretudo o teor conceitual das *condições de sinceridade*, constituem um esforço adicional da teoria na tentativa de se caracterizar um quadro conceitual, onde fatos supostamente aleatórios da conduta prática assumem um caráter relativamente sistemático. É claro que o teor de sistematização das *condições de sinceridade*, como de resto de outros aspectos da teoria, ainda exige uma elaboração mais efetiva. Entretanto, por pouco que a teoria tenha avançado nesse território, ela deixa um rastro fundamental a ser explorado numa orientação interativa: as *condições de sinceridade* apontam para a necessidade de uma avaliação de padrões éticos para as práticas discursivas. A idéia de se assegurar um compromisso da fala do locutor com as suas ações, através da sinceridade, constitui um fator importante em termos de uma fundamentação prática para o discurso, mas devemos admitir que sinceridade é um conceito transitivo e, por isso mesmo, não devemos cerrá-lo numa relação do-locutor-para-o-locutor, ela precisa chegar ao outro.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Por último, os fatos que apontamos acima, como integrantes de uma força ilocucional, expressam as tentativas da Teoria dos Atos de Fala de demonstrar como o conjunto das nossas ações ordinárias pode ser justificado de uma forma racional. É claro que nem todos os

componentes de uma força apresentam ainda o mesmo estatuto formal na teoria: alguns comportam-se de forma mais estável, outros são mais vulneráveis a certas interferências de contexto, ou a artifícios dos locutores. Apesar do descompasso no grau de precisão das categorias, pensamos que elas representam uma contribuição importante para abordar uma racionalidade das atitudes humanas.

Todavia, a apresentação que fizemos da teoria procurou discutir apenas alguns aspectos que consideramos importantes para sua compreensão inicial. Muitos outros são importantes para o seu desenvolvimento e poderão ser verificados na bibliografia que está sendo indicada. O espaço presente não permitiu, por exemplo, a discussão mais apurada do contraste entre intenções e convenções na teoria, nem da relação entre ilocucional e perlocucional, nem da importância ou dos performativos e de certas condições de funcionamento da teoria a partir da caracterização de certos verbos. A discussão não permitiu destacar dois aspectos importantes da teoria como as condições de sucesso e a de satisfação. Também não foram discutidos aspectos formais que versões mais recentes da teoria têm apresentado em termos da necessidade de se implementar uma lógica ilocucional. Muitos desses detalhes são recuperáveis nas referências que se seguem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90: O aparelho formal da enunciação.
- MARI, H. Atos de fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. MACHADO, I. L. et al. (Org.) *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em análise do discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998, p. 227-247.
- MARI, H. A promessa como ato de fala: suas implicações no discurso "político". In: *Geraes*. Revista de comunicação social. n. 48, jul/97, Belo Horizonte, 34-41
- PEIRCE, C. S. *Escritos coligidos*. São Paulo: Abril, 1980. p. 5-176. (Col. Os pensadores.)
- PEIRCE, C. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

- PEIRCE, C. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Cultrix, [s.d.].
- SEARLE, J. R., VANDERVEKEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SEARLE, J. R. *Actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.
- SEARLE, J. R. Response: meaning, intentionality and speech acts. In: LEPORE, E., VAN GULICK, R. (eds.). *John Searle and his critics*. Oxford: Basil Blackwell, 1991. p.81-101.
- VANDERVEKEN, D. *Meaning and speech acts; formal semantics of success and satisfaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, v. 2.
- VANDERVEKEN, D. *Meaning and speech acts; principles of language use.*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, v. 1.
- VANDERVEKEN, D. A model-theoretical semantics for illocutionary forces. *Logique et Analyse*. p.103-124, 1983.
- VANDERVEKEN, D. O que é uma força ilocucional? In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 9, Campinas: IEL-UNICAMP, p. 173-194, 1985.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores.)
- WUNDERLICH, D. Assertions, conditional speech acts and practical inferences. *Journal of Pragmatics*. v. 1, p. 13-46, 1977.

POR UMA CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DE FALA¹

C. CHABROL,
M. BROMBERG
GRP, PARIS 8

INTRODUÇÃO

Os psicólogos dificilmente conseguem negligenciar o estudo das interações verbais, qualquer que seja seu campo, seu objeto ou seu procedimento, clínico ou experimental, porque, como diz Kerbrat-Orecchioni (1990: 278), "as interações verbais são o lugar onde a identidade social e a relação interpessoal são permanentemente construídas". É nesta perspectiva que dizíamos, já em 1981, que queríamos abordar os processos comunicacionais sob uma ótica transacional, ou seja, como um processo bidirecional, onde os atos de fala tornam-se "inter-atos" de fala e onde cada interlocutor participa das regras e dos deveres. Desse modo, os sujeitos deixam de ser simples emissores e receptores, para ocuparem lugares no espaço interlocucional, lugares a partir dos quais eles estabelecem relações em função de uma tripla determinação que as liga a seus antecedentes sociológicos, à situação específica da interlocução e à estrutura do objeto da qual eles se apropriam (Bromberg, 1981).

Entretanto, a utilização de dados linguageiros implica recorrer a instrumentos de descrição específicos, provenientes das ciências da linguagem: lingüística, semiótica e, sobretudo, pragmática. Além disso, por estarem adaptados aos procedimentos psicológicos, estes

¹ Por autorização do autor, a presente tradução inclui apenas a parte teórica do seu texto original. A parte final de análise de dados foi excluída desta versão.

"instrumentos" devem ser reexaminados ou até mesmo reconstruídos. O objetivo a que se propõe este artigo, como questão principal, é fazer uma análise de protocolos de trocas linguageiras, da categorização de suas unidades mínimas: *os atos de fala*². Examinaremos alguns modelos em conversações para definirmos os fundamentos psico-sócio-pragmáticos do agir comunicacional para, em seguida, apresentarmos uma classificação destes atos que tentaremos justificar teoricamente.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PARADIGMA DA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES CONVERSACIONAIS

Trognon (1991a) define a conversação como a realização seqüencial de uma extensão da lógica ilocucional compreendida como lógica das relações entre sucesso e satisfação dos atos de linguagem. Não trataremos, aqui, do quadro teórico dos atos de linguagem nem da lógica ilocucional formulada por Searle e Vanderveken (1985), visto que ela é bem conhecida. Trataremos, sobretudo, de sua extensão (Vanderveken 1988, 1990) reinterpretada em seguida por Trognon e Brassac (1992) em uma perspectiva dialógica e com relação à qual nos situaremos. Segundo Vanderveken (1988), um segundo valor semântico, o da satisfação, deve ser agregado ao do sucesso desenvolvido em 1985 (Searle e Vanderveken) para dar conta da dimensão interacional do ato ilocucional. Quando alguém pede que se feche a janela, este ato de linguagem, que é um diretivo, será realizado com sucesso e sem problemas se:

- a) o locutor tentar fazer com que seu interlocutor ajuste o mundo às palavras,
- b) houver uma certa posição de autoridade do locutor,
- c) o locutor deixar ao interlocutor a possibilidade de recusa,
- d) o interlocutor for capaz de fazê-lo e, enfim, se
- e) o locutor desejar que o interlocutor o faça³

O sucesso do ato não depende, assim, de um estado de coisas anterior à enunciação do ato ilocucional. Dito de outro modo, o efeito

² Cf. Bromberg, Landré (1993)

³ O desejo é o modo psicológico relativo às condições de sinceridade dos diretivos.

perlocucional não é, de forma alguma, levado em conta. Havendo ou não uma reação por parte do interlocutor, mesmo que a janela seja ou não fechada por um terceiro, o efeito perlocucional não influencia em nada no sucesso do ato de linguagem. Vanderveken (1988) introduz, desse modo, a noção de *condições de satisfação* para dar conta justamente do *efeito perlocucional* do ato de linguagem; *condições de satisfação* que ele define como: "*as condições que devem ser preenchidas no mundo em função de um contexto de enunciação para que o ato seja satisfeito neste contexto*". No exemplo acima, tratar da *satisfação* do diretivo é, assim, examinar, além do conteúdo proposicional, o estado do mundo após o ato de enunciação. O ato diretivo será nomeado *satisfeito* se a janela for fechada após o pedido e se isso se der pela ação do interlocutor. O ato diretivo é, assim, satisfeito se seu conteúdo proposicional tornar-se "verdadeiro" em virtude da força ilocucional e em virtude do ajustamento do mundo às palavras que o interlocutor deve assegurar. *Ordens, promessas e afirmações*, quando satisfeitas, são, respectivamente, chamadas de *obedecidas, cumpridas e verdadeiras*. Neste quadro teórico, uma ordem pode ser satisfeita sem ter sucesso se, por exemplo, a janela for fechada sem que aquele que a fecha o faça para obedecer a uma ordem.

Trognon e Brassac (1992) fundam um modelo de *lógica interlocucional* sobre a distinção entre dois valores semânticos de um ato de linguagem. Ele se baseia sobre duas idéias; 1) a noção de ato de linguagem não é uma noção primitiva. É preciso levar em conta sete componentes que a subjazem; 2) um ato de linguagem possui dois tipos de condições que fazem com que ele seja realizado com *sucesso* e que seja *satisfeito*.

Trognon (1991a), analisando, de um ponto de vista ilocucional, mudanças que Goffman (1973) chama de *reparadoras*, mostra como a sucessão de dois atos de linguagem em conversação se baseia na articulação lógica de suas propriedades.

L1 - Que horas são?

L2 - Oito horas.

L3 - Obrigado.

Os dois primeiros enunciados permitem a realização de um diretivo e de um assertivo. O segundo ato ilocucional satisfaz (no sentido de

preencher a condição de satisfação de) o primeiro ato ilocucional. De fato, o locutor L2 responde à pergunta, ajustando o mundo às palavras e dando efetivamente a informação pedida. Em virtude do fato de a satisfação de um ato, cuja direção de ajustamento vai do mundo às palavras, implicar seu sucesso (Vanderveken, 1988), então o segundo ato produz, *de facto*, a realização do primeiro. Fixa-se, desse modo, o valor comunicativo do primeiro enunciado. Vale lembrar aqui que é o ato reativo, por satisfazer o ato iniciativo, que dá uma interpretação em atos do ato iniciativo.

Vamos nos apoiar em outro exemplo analisado por Trognon (1991b) para mostrar de que modo esta concepção não pode nos satisfazer inteiramente.

"Trata-se de um casal onde cada um faz sua parte nas tarefas domésticas. A esposa chega em casa depois de um dia de trabalho. Ao entrar na cozinha, ela percebe que a louça do almoço continua sobre a mesa. Ela diz na presença do marido: "A mesa não foi retirada". O marido recolhe, então, os pratos e os talheres, deixando claro a intenção de limpar a mesa, logo ajudado por sua mulher".

O ato de linguagem proferido pela esposa é, *a priori*, assertivo. Entretanto, o comportamento do marido mostra que ele interpretou "a mesa não foi retirada" (1) como um pedido. O diretivo não é literal. Assim, o fato de a interpretação em atos do marido satisfazer um pedido dá, ao enunciado de sua esposa, um valor comunicativo de diretivo. Dito de outro modo, é porque o comportamento do marido satisfaz um diretivo que o enunciado passa a ter valor, não literal, de pedido. Neste caso, a interpretação em atos fixa o valor de (1), podendo-se dizer que, quando o locutor pergunta a hora a alguém, já há um pedido. Entretanto, sendo o ato inicial literal ou não, existe satisfação, no segundo turno, já que o primeiro ato permite sua realização. Segundo Trognon, "*o ato de linguagem retrospectivamente realizado via intervenção reativa é o ato de linguagem cujo conteúdo proposicional representa as condições que foram satisfeitas no momento da intervenção reativa*". A chave da explicação do encadeamento de um ato sobre seu seguinte, é que este último realiza o conteúdo proposicional do primeiro. Dito de outra forma, a realização do segundo provoca a satisfação do primeiro e, por

consequente, seu sucesso. Como se vê, é por retro-interpretação que o valor do ato de L1: *a mesa não foi retirada* é fixado.

Não partilhamos completamente desta concepção (cf. Bromberg, 1999), porque, sob pretexto de introduzir uma dimensão interacional ou dialógica, esta análise não faz senão deslocar, na verdade, a perspectiva monologal da concepção clássica dos atos de linguagem.

O fato de o valor ilocucional do ato iniciativo ser determinado retroativamente pela realização do ato reativo não dá conta da interpretação que faz o alocutário da orientação ilocucional do locutor. Brassac (1992) adianta esta objeção introduzindo um terceiro turno de palavra que teria como função deixar a possibilidade ao locutor de confirmar ou não a interpretação em ato, realizada pelo alocutário no segundo turno. Este raciocínio conduz, primeiramente, a um paradoxo do tipo: aquele que é o enunciador do ato iniciativo não poderia descobrir sua própria intenção, a não ser através do ato reativo de seu interlocutor. Pensamos, evidentemente, ser exato e importante notar que a reação de um locutor B informa a um locutor A sobre o valor acordado de maneira manifesta (sinceramente ou não) em relação a seu ato iniciativo. Entretanto, para A o valor de seu ato iniciativo é independente, em seu próprio meio cognitivo, do valor que lhe é atribuído por B. A pode ser atendido com a "interpretação em ato" realizada manifestamente por B, porque isso responde, efetivamente, a sua orientação ilocucional, mas pode ser também para qualquer outra razão psico-sócio-cognitivo-pragmática⁴. Pensamos que a interpretação em ato de B não autoriza, retroativamente, "o valor" ilocucional do ato iniciativo de A e, por conseguinte, seu sucesso, mas contribui, de preferência, na constituição de um *meio cognitivo mutualmente manifesto* para A e para si mesmo, meio cognitivo que A pode, em seguida, aceitar, modificar ou recusar. Do nosso ponto de vista,

"não se deve confundir o valor negociado pelos interlocutores, dos atos ilocucionais para o estabelecimento do meio cognitivo mutuamente manifesto com valor ilocucional que cada um autoriza no seu próprio meio cognitivo aos atos iniciativos ou reativos" (Bromberg, 1999).

⁴ cf. Bromberg (1999, op cit.) para outros desenvolvimentos

A proposta dos pesquisadores que participam da chamada Escola de Genebra é, a princípio, a de um projeto " semiótico" do tipo sintático – no sentido de Benveniste –, de reconhecimento das unidades, dos níveis hierárquicos e das regras de sua combinação estrutural, a fim de dar conta do *encadeamento conversacional*. Neste quadro, a conversação é conceitualizada como uma seqüência de atos ilocucionais, uns chamados de *subordinados* a outros que, por sua vez, são chamados de *principais*. A combinação destes atos de linguagem compõe-se de *intervenções*, sendo estas constitutivas de *trocas*. Os atos de linguagem são, de algum modo, os átomos conversacionais, colocados na base da hierarquia que forma a textura discursiva e têm um papel de unidade monológica mínima. Trata-se, assim, de definir, a partir das unidades monológicas de discursos (os atos e as intervenções), as regras ou as forças de "boa formação das seqüências discursivas ou conversacionais", ou seja, regras ditas de encadeamento das trocas e contribuições que asseguram, ao mesmo tempo, as conexões e a coesão textual. Este projeto, desenvolvido em Genebra por Roulet e seus colaboradores nos anos 80, chocou-se com a própria confissão de seus adeptos de estarem diante de um obstáculo maior, visto que este projeto pressupõe regras de interpretação dos atos e das intervenções (Moeschler, 1996). Em outros termos, para encadeamento sentencial é preciso primeiramente compreender e aceitar o que é significado e como este se realiza nos enunciados, aqui incluídas as inferências necessárias a sua explicitação e à reconstrução daquilo que eles implicam, para estabelecer a coerência textual (Charolles, 1988).

A discussão de alguns exemplos permitirá esclarecer um pouco mais as dificuldades deste tipo de procedimento. Assim, Moeschler (1996) discute os seguintes exemplos:

A1: Você está a fim de sair hoje à noite?

Está passando um filme legal no Rex.

B1: Acho que não, tenho um artigo para terminar,
e eu não vejo a hora.

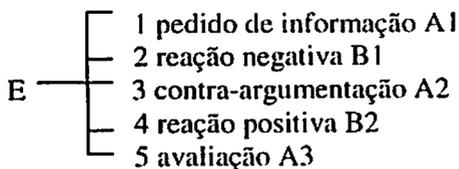
A2: Ah, sei, mas acho que uma noite de distração te fará
bem,

você poderá terminar o artigo amanhã.

B2: Talvez você tenha razão,
Ok, eu vou com você.

A3: Legal.

ESTRUTURA DA TROCA



Esta análise, como aquelas propostas por Moeschler e Reboul (1994), está centrada sobre o esquema canônico das três intervenções de troca: iniciativa, reativa e avaliativa. Entretanto, estas três intervenções negligenciam a natureza dos atos subjacentes e das ações decisivas. Assim, não se pode considerar a resposta B1 como "uma reação negativa" porque A1 sem dúvida não era um "pedido de informação", mas antes "uma incitação a fazer", condicional inacabada, baseada na verificação de uma condição preparatória: o fato de "estar a fim". Se esta verificação não é apenas formal, como nos pedidos educados ("você poderia me passar o sal?"), uma resposta negativa é perfeitamente possível. A troca poderia terminar, então, em uma avaliação do tipo: "Não faz mal, a gente deixa para uma outra vez". E se as trocas continuassem, este fato não estaria ligado a "forças internas" do modelo hierárquico e funcional da conversação, mas poderia acabar em um *duplo acordo*, simplesmente porque a aposta acional é importante para o locutor-ator. A mesma coisa acontece com o exemplo seguinte (Moeschler e Reboul, 1994):

- A1: Eu tenho uma coisa pra te pedir,
você poderia me substituir no curso de sintaxe?
- B1: Difícil, tenho um capítulo sobre a análise do diálogo
pra terminar.
- A2: Ah tá, mas eu estou muito chateado,
eu também tenho um artigo pra terminar e eu não
vejo a hora.

A poderia terminar o diálogo resignando-se, ao ter constatado que uma condição preparatória de seu pedido não havia sido verificada. No entanto, ele continua, porque sua orientação perlocucional inicial não foi satisfeita no mundo. É do ponto de vista perlocucional e transacional e não ilocucional que "a reação é negativa" e depois "positiva".

Concluimos que a análise hierárquica das intervenções, longe de preceder e orientar aquela dos atos, deveria basear-se, de fato, na interpretação de sua finalidade precisa e parece-nos necessário introduzir, além disso, considerações sobre as ações em curso. Em suma, a análise sintática das intervenções e trocas não seria realizável senão na condição de dever, primeiramente, atribuir um valor ilocucional e uma orientação perlocucional ou acional aos atos de fala da intervenção.

(...)

Enfim, sublinhamos que o reconhecimento das funções ilocucionais iniciativas e reativas ou reativas-iniciativas das intervenções – que iniciam, relançam ou concluem uma troca em uma seqüência dialogal de várias trocas – implica a análise das seqüências dos atos de fala que as^tconstituem (Bromberg, Landré, 1993). Para avaliar o tipo de troca (aberta/fechada, confirmadora/reparadora, preparatória/justificadora; ou então subordinada/principal) ou, ainda, para apreciar a qualidade de uma reação ou de uma resposta (direta, indireta ou suspensiva) é preciso interpretar os atos e seus encadeamentos a partir de, no mínimo, três intervenções - (A1, B1, A2)-, como vimos acima com o exemplo emprestado de Moeschler e Reboul (1994). É necessário também levantar hipóteses sobre a estrutura "argumentativa e temática" desta seqüência. O ato realizado por meio da linguagem, ou ato de fala, inserido em seu co-texto, torna-se interpretável e isso permite, ao mesmo tempo, levantar hipóteses sobre a função das intervenções e os objetivos da ação.

AS FUNDAÇÕES EM QUESTÃO

ATOS DE LINGUAGEM OU DE FALA?

Para começar, vamos nos deter por um instante sobre o que se entende por "comunicar". Os filósofos da linguagem tentaram responder a esta questão introduzindo a noção de *intenção*. Grice (1957) propõe explicitar a intenção comunicativa, "o querer dizer" como a intenção de um locutor que, ao proferir um enunciado, quis produzir um certo efeito sobre seu auditório por meio do reconhecimento desta intenção. Este "efeito" é uma resposta ou uma reação esperada que supõe um reconhecimento da *orientação* do locutor (*uptake*). Há dois tempos, dois processos distintos, porém, ligados: a tomada correta da

orientação e a produção da reação esperada. Os pragmáticos denominaram o primeiro "ato ilocucional" e o segundo "ato perlocucional". Na seqüência, só o primeiro foi realmente levado em conta, porque pensava-se que ele seria o único a ser objeto de estudo de maneira lingüística e formal. Ao fazer isso, eles reduziram o uso de sua teoria a um universo estritamente "monologal" que exclui toda aplicação sobre as trocas.

Podemos, com Berrendonner (1981), caracterizar suas concepções (cf. as taxinomias de Austin, 1970 e de Searle, 1977) com a ajuda de dois axiomas:

1. todo enunciado tem por função semântica servir à realização de um certo tipo de ato convencional – pelo uso de *formas predicativas* e discursivas convencionais – criador de direitos e deveres para os interlocutores, ou seja o ato ilocucional.

2. este valor ilocucional deve ser considerado como parte integrante da significação semântico-lingüística, a mais primitiva do enunciado. Daí a forma de representação canônica dos atos: "eu + verbo + p". Isto implica que, idealmente, os valores ilocucionais são "convencionalmente associados a significantes lingüísticos, morfenas ou construções sintáticas" (Berrendonner, 1981) de maneira *literal*.

Com relação a estes axiomas, Berrendonner salienta que:

a) a função semântica primeira de um enunciado é a de representar (descrever, constatar, denotar) um estado de coisas referencial, compreendendo, pois, uma atitude, um sentimento, ou um desejo – a que acrescentamos: o que introduz a noção de enunciado interpretativo (Sperber, Wilson, 1989).

b) quando "dizer é fazer", o valor de ato que o enunciado recebe está associado à sua significação representacional primitiva. Trata-se, então, de um valor pragmático "figurado", e não da atestação de uma significação lingüística própria.

Esta posição leva a reconhecer somente um único ato realizado pela linguagem: a enunciação de um enunciado lingüístico, cujo conteúdo pode ser associado a uma ou mais formas proposicionais. Assim, falar

não é fazer, mas substituir o ato por algo que não é um ato, mas que pode, entretanto, provocar nele os efeitos por um processo de substituição, garantido por processos sociais (regras de polidez, normas das instituições, normas e convenções sociolinguísticas (Berrendonner, 1981: 84). Em suma, o ato, dito de linguagem, é uma forma de ação socialmente significante, porque convenções extralinguageiras garantem "a equivalência" do enunciado e da ação subjacente. Além disso, processos gerais de tratamento psicológico, sócio-cognitivo, logo não específicos ao tratamento da língua, permitem religar representações semânticas e representações acionais.

Nesta perspectiva, o valor acional (ilocucional e perlocucional) do enunciado deve sempre ser inferido, combinando as instruções lingüísticas e conhecimentos supostamente partilhados, segundo as convenções contratuais gerais: princípios de cooperação, de pertinência, de influência, de identificação; e contratuais locais: esquematizações de ação e de comunicação (Bromberg, Dorna, 1985; Bromberg, Ghiglione, 1988; Bromberg, 1990; Ghiglione & Chabrol, 1999; Bromberg, 1999).

A tarefa do psicólogo é justamente a de estudar as relações complexas que se estabelecem entre as dimensões praxeológicas e comunicacionais da ação, visto que suas relações não são estritamente isomórficas, mesmo se elas mantêm relações interdependentes (Roulet, 1995, Charaudeau, 1995). As esquematizações dos objetivos bem como as apostas de ação e de modelos de situações são associados a esquemas de normas discursivas, isto é, conhecimentos das superestruturas (gêneros) e dos contratos de comunicação. Esta capacidade que os projetos de ações e as enunciações têm de criar relações (Labov e Fanchel, 1977) permite aos parceiros em interação orientar suas produções e seu tratamento dos atos de fala, organizando-os em seqüências. De fato, para contribuir com a co-construção de um episódio, tematicamente definido, é preciso saber levantar hipóteses sobre as *seqüências de ações comunicacionais* que estão em curso e são previsíveis em vista dos enunciados produzidos. Parece-nos útil levantar a hipótese de uma capacidade de hierarquização das ações colocadas em seqüência (Van Dijk, 1977). Isso levaria a conceber *macro-atos de fala* (Nef, 1980; Chabrol, 1985; Bromberg, Landré, 1993), integrando progressivamente as sucessões de atos em curso. Assim, o macro-ato de *refutação* poderia ser realizado por meio de um certo número de atos de base (enfraquecer,

criticar, se posicionar, avaliar...). O mesmo serviria para uma *incitação* que, em benefício do destinatário (um conselho), poderia ser realizada por meio de atos de base, tais como: informar, explicar, avaliar, advertir, apresentar uma ação como devendo ser feita. Tais hipóteses sobre os macro-atos permitiriam aos interactantes fazer planificações discursivas, seqüenciamentos de suas contribuições, segundo as orientações estratégicas, reconhecendo-as, enquanto atos produzidos por eles e seus parceiros, nas opções de continuação do episódio em curso.

Os etnometodólogos (Hymes, 1974; Goffman, 1973) indicaram orientações pertinentes sobre as relações fundamentais das grandes unidades (*speech event, encounter*) ou intermediárias (transações, episódios) com as configurações de relações sociais, de estatutos e lugares dos participantes e de seus papéis previstos na situação. O acontecimento da fala, considerado por eles como um acontecimento ritualizado ou pelo menos regulado convencionalmente – o que não exclui apostas a serem reguladas nos encontros – não seria senão a reprodução e a manutenção das regras do jogo e dos estatutos identitários (gestão das faces positivas e negativas).

Os conversacionalistas propuseram, apoiando-se nas regularidades temáticas das grandes seqüências (episódios ou transações, por exemplo), considerá-las como traço das operações acionais. Assim, Auchlin e Zenone (1980) analisam uma conversação em uma livraria, como uma seqüência de *transações* de pedidos de compra, de ofertas de encomenda, de venda, pedidos de informações e especificações. As transações se definiriam pelo seu modo interacional de organização e de estruturação das ações efetuadas na conversação. Seu domínio é, assim, constituído pela macroestrutura acional, que supõe uma atividade de planificação (Bange, 1992; Moeschler, 1996; Roulet, 1995).

Para concluir, provisoriamente, consideramos que a fala, além da atualização de um sistema de signos, constitui, antes de tudo, uma atividade eminentemente social. Isto quer dizer que um ato de fala, além de sua função de dizer ou de querer dizer alguma coisa, constitui um ato social por meio do qual os atores sociais interagem. Segundo Bromberg e Chabrol (1998):

É necessário notar que a teoria dos atos de linguagem se baseia essencialmente no conceito de ação enquanto que a noção de ato de fala se baseia essencialmente no conceito de inter-ação. Nos colocamos, assim, em uma perspectiva mais holística, no sentido em que os atos de fala constituem, para os atores sociais, meios interativos de dominar, resolver problemas 'concretos' ou simbólicos, co-construir uma realidade social".⁵

Nesta perspectiva, a interação compõe um processo pelo qual os atores sociais se constituem como sujeitos, constroem sua identidade através dos jogos complexos, dos papéis e das esperas recíprocas, colaboram na construção e na manutenção de uma realidade social comum. Analisar os atos de fala é se dar conta das contribuições trazidas por cada ator social na interação, assim como dos processos de co-construção e atribuição de sentidos.

Todo mundo concorda em dizer que nem o saber lexical nem o saber gramatical são suficientes para dar conta do processo de interpretação. O contexto social, o saber adquirido próprio de cada um dos interlocutores, suas atitudes mútuas, os papéis e os estatutos de cada um contêm um papel decisivo. Todo locutor indica, de forma direta ou implícita, a maneira pela qual um enunciado deve ser interpretado e mostra, através de suas interpretações em atos, verbais e não verbais, como ele interpretou o enunciado do outro interlocutor. É o ato de enunciação, muito mais que o sentido enquanto tal ou valor de verdade de cada um dos enunciados isolados, que orienta a interpretação da intenção.

Uma definição de "ato de fala" pode ser, agora, rascunhada. É um ato de comunicação que consiste na relação de um projeto de ação comunicacional e de uma enunciação linguageira que serve de suporte a uma orientação intencional de ação. Para o enunciador, trata-se, a partir de uma orientação para uma ação comunicacional, de obter a adesão a um julgamento, a compreensão de uma explicação e, assim, de produzir um ou mais enunciados que tornem manifesta para o outro sua intenção, levando em conta o contexto, o co-texto e o contrato de

⁵ O uso da expressão *atos de fala* pelo autor do texto diverge deste que está sendo apresentado na citação (Bromberg & Chabrol, 1998). Aqui, *atos de linguagem* parecem equivaler a atos de fala anteriores (Nota dos tradutores)

comunicação. Para o destinatário, trata-se, a partir do tratamento lingüístico do enunciado, completado pelos conhecimentos necessários adquiridos, de reconstituir, através de uma interpretação inferencial, a intenção mais pertinente, levando em conta o contexto, o contrato e as apostas da comunicação. A denominação "*ato de fala*" parece mais adequada do que de ato de linguagem para caracterizar essas propriedades. Ela faz referência a uma lingüística da fala e não da língua, se se evoca em Saussure uma abordagem semântica e não semiótica no sentido de Benveniste (1969, 1974) e uma pragmática social do discurso e não a uma pragmática lingüística ou lógica. Ela tenta responder à questão de Labov e Fanchel (1977). "Como podemos nos servir da comunicação para agir sobre os outros?".

Colocadas estas questões, é necessário encarar de frente um obstáculo maior: a falta de classificação coerente dos atos com as escolhas apresentadas acima. Vion (1992) diz que é difícil nomear a natureza dos atos realizados, sobretudo quando eles são freqüentemente produzidos de maneira indireta e ambígua. Entretanto, os *atos de fala*, ao contrário dos *atos de linguagem* da tradição filosófica, não são mais atos isolados e abstratos: seu valor ilocucional/perlocucional se calcula "a partir de sua função na interação [...], em um meio discursivo" (Vion, 1992)

De fato, trata-se somente para um locutor B, em posição de interpretante, apoiar-se sobre as marcas lingüísticas, o co-texto anterior e seus conhecimentos da situação para realizar uma interpretação em ato "coerente", no sentido de Sperber e Wilson (1989), o qual o locutor A poderá validar ou não, no seu turno. Assim sendo, A e B co-constroem um espaço significativo inter-subjetivo onde suas intenções tornam-se progressivamente combinadas (Jacques, 1979), já que são mutuamente conhecidas.

SOBRE QUAIS CRITÉRIOS FUNDAR UMA CLASSIFICAÇÃO?

Uma primeira posição consistiu em privilegiar a função "iniciativa ou reativa" do ato isolado. Distingüimos os atos que colocam um conteúdo proposicional a ser validado, a propósito do mundo (assertivos, representativos, constatativos), e aqueles que propõem ou impõem uma ação a outrem (pedidos de fazer ou de dizer), a partir do modelo de conjuntos de atos adjacentes: questão/resposta,

ordem/reacção ou asserção/comentário. Os demais serão reunidos, orientando-se pela lista dos verbos da língua.

Esse tipo de critério não é satisfatório por várias razões. Ele deixa a maioria dos atos conhecidos fora da classificação e pede, desse modo, numerosos critérios complementares. Mais fundamentalmente, ele denota uma confusão entre a natureza semântica do ato e sua função.

De fato, qualquer ato pode ser dotado de uma função iniciativa de *PEDIDO*. Podemos pedir uma informação, uma opinião, um conselho, uma promessa, uma declaração, uma tomada de posição, uma desculpa ou uma ação no mundo, como também podemos *DAR*, *ACEITAR RECUSAR*, *OU PRODUZI-LOS* na seqüência do *PEDIDO*, manifestando, assim, a função reativa esperada ou não (Bromberg, Landré, 1993).

Uma boa parte das condições ditas preparatórias ou essenciais das questões ou dos pedidos propostos por Searle já se encontra pré-determinada neste nível geral. De fato, para *PEDIR* a alguém para "realizar" alguma coisa é preciso, ao mesmo tempo, acreditar que o interlocutor (I) possa realizá-lo e que ele não o teria feito por si mesmo. Além disso, o locutor (L) deve querer sinceramente que (I) o faça e, enfim, que ele *determine com precisão* a ação ou o ato de fala futuro de (I), através de seu conteúdo proposicional. Entretanto, o conteúdo conceitual da proposição não se confunde com o semantismo do verbo da língua. Categorias conceituais como *PROMETER* ou *ORDENAR*, que constituem o valor (objetivo + força dita ilocucional) dos atos, são distintas do valor semântico dos verbos "prometer ou ordenar". Trata-se de esquemas conceituais de ação simbólica de ordem cognitiva, associadas a instruções lingüísticas e discursivas mais ou menos variáveis, segundo os contextos, os contratos e os meios actanciais.

É o semantismo da orientação de ação que parece melhor definir estes esquemas. Os atos de fala constituem *programas de ações enunciativas* que manifestam a competência de cada inter-actante e sua performance comum. Se todo ato pode ser concebido como uma variedade de *FAZER*, os atos de fala aparecem como seqüências de enunciados factivos, modalizados através de operadores intencionais do tipo psicológico.

Os filósofos da linguagem fizeram referência a isso falando de *estados psicológicos* subjacentes aos atos de linguagem:

- saber e acreditar, para os assertivos;
- querer e poder fazer/saber, para os diretivos;
- dever fazer, para os comissivos.

Os semioticistas tentaram organizar estas "competências modais" do sujeito em torno dos valores modais das categorias conceituais: *saber, acreditar, querer, dever, poder*, que podem modalizar tanto *o fazer* quanto *o ser* nos planos enunciativo e enuncivo (Greimas & Courtés, 1979).

Diremos, então, que nos comunicamos para determinar em conjunto:

- o que é preciso saber em relação aos mundos factual/contrafactual;
- o que é preciso acreditar como opinião ou crença verossímil;
- as qualidades dos seres em relação aos seus estatutos identitários, ou seja, o parecer/ser;
- o que *se deve*, o que *se vê*, o que *se pode fazer*,

e acrescentaremos uma atividade meta-comunicativa: comunicar para regular as trocas e manter, assim, o *contrato*.

FUNDAMENTOS PARA UMA CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DE FALA

1. A categorização em esferas encontra suas razões de ser nesta teorização das "ações" ilocucionais e perlocucionais ao mesmo tempo. Esta divisão não pode, de forma alguma, pretender dar conta, em sua generalidade, de todas as possibilidades ou ocorrências concretas de atos de fala. É necessário admitir que o número de atos de base não é nem fixo nem muito menos finito. Por outro lado, gostaríamos de mostrar que estas esferas formam as classes primitivas a partir das quais todas as classificações diferentes podem ser produzidas e todos os atos categorizados.

ESFERA DA INFORMAÇÃO: *informar* para obter, confirmar ou fazer partilhar um conhecimento ou um saber objetivável, descritivo, explicativo e/ou exemplificado e assim, autenticado. O objetivo é co-construir um meio mutuamente manifesto a propósito da factualidade ou da contrafactualidade dos objetos dos mundos do discurso. O que está em jogo é a verdade ou a falsidade da denotação referencial (cf.

os "representativos" de Searle). Através de *querer saber* e *fazer saber*, pode-se responder, objetivamente, às questões sobre as referências do "objeto discursivo", isto é, às questões categoriais sobre os fatos ou os ditos dos atores: *quem, o que, onde, quando, como, quantos, por quê?*, bem como às questões totais sobre orientação fatural, orientadas ou não e que permitem confirmar ou enfraquecer hipóteses, e também estruturar a busca de informações. Além disso, é preciso comentar para *explicitar, explicar ou exemplificar* os propósitos de outrem ou os próprios.

Os contratos de comunicação (de entrevista ou de debate) e a relação com a experiência não partilhada do interlocutor (Labov & Fanchel, 1977; Blanchet & Bromberg, 1986) permitem prever a amplitude dos comentários esperados, mesmo que eles não sejam explicitamente pedidos. Assim, em uma emissão de debate cultural como "Apostrophes", uma simples questão fatural: "onde você escreveu seu livro?" pede, em geral, uma resposta desenvolvida com uma "explicitação ou uma exemplificação". A mesma coisa acontece em uma conversa não diretiva em que a tomada de turno seja em eco ou em espelho; ela é interpretada pelo entrevistado como um pedido de informações suplementares sobre os elementos retomados pelo entrevistador.

ESFERA DA AVALIAÇÃO: *avaliar* para marcar a atitude de um locutor frente a sua proposta ou àquela de um interlocutor, quanto à conformidade frente as normas deônticas, de saberes epistêmicos ou da coerência enunciativa e argumentativa com o objetivo de estabelecer um sistema de crenças dominante, mutualmente concebido e aceito como verossímil. É instaurado, assim, um locutor avaliador que explicita suas atitudes quanto às características de sua enunciação e àquelas dos objetos denotados pelos enunciados usando modalizações. Estes "pontos de vista" de locutores, quando são mutuamente ratificados, definem, pouco a pouco, um espaço mental intersubjetivo das "crenças/descrenças" majoritárias, que impõem, ulteriormente, sua "realidade" aos próprios interlocutores.

O critério de Searle de ajustamento "das palavras → ao mundo" que convinha aos atos da esfera informacional não é mais operante. Não se trata mais de saber se o conteúdo proposicional asserido "corresponde" a um estado do mundo, externo ou interno, mas se o que é dito o é de maneira "*justa*". Não é a relação binária "palavras do

enunciado/estados do mundo", mas a relação ternária "enunciação/enunciado/estados do mundo" que está em questão. Definimos, por exemplo, "a veridicidade" ou grau de certeza ou de pretensão à verdade com o qual é sustentado o que é colocado: "sabemos bem que p", ou, ao contrário, "ele imagina que p", "ele crê que r", ou, ainda, "eu ignoro", "eu tenho certeza".

Com "a tomada de posição" ou "a avaliação", o locutor se engaja pessoalmente e explicita o que ele acredita ser útil, prazeroso ou não para ele mesmo (avaliação apreciativa). As dimensões normativas são introduzidas, assim, no discurso, por meio de substantivos marcados: *topoi* e, sobretudo, adjetivos subjetivos e/ou advérbios avaliativos. Não é suficiente para comunicar, descrever estados de coisas de maneira exata. É necessário determinar quais são aqueles existentes, ou possíveis que são desejáveis ou indesejáveis, e em nome de quê.

Somos incitados, assim, a argumentar, a "justificar ou a criticar" a enunciação de nossas posições ou daquelas de outrem para se influenciarem mutuamente. O julgamento da tomada de posição opera, de fato, sobre os universos plurais da doxa ou da opinião pública, onde quer que as teses majoritárias e minoritárias e as atitudes dos proponentes e dos oponentes se confrontem a propósito de "questões" que dividem a comunidade ou o grupo (Plantin, 1993) e a propósito das quais a razão de uma norma objetiva de verdade não se coloca, pelo menos diretamente. A noção de "*veracidade*" proposta por Vernant (1997) conviria melhor. É necessário, de fato, determinar aquilo em que é "justo" *acreditar*. Poderíamos, ainda, opor as crenças "intuitivas" que correspondem às descrições ou às representações de estados de coisas *percebidos* ou *inferidos*, às crenças reflexivas que resultam de *interpretações* de estados de coisas (Sperber, 1990, citado por Vernant).

ESFERA INTERACIONAL: *identificar* para gerar, no encontro, as identidades e os estatutos, em função da situação e do contrato, com o objetivo de (fazer) reconhecer *uma configuração mutuamente manifesta dos lugares e posições de cada um*. Trata-se, aqui, de negociar publicamente um reconhecimento das qualidades do locutor e de seus parceiros ou de lhes impor, em nome de uma instituição ou de uma relação de força, seus papéis esperados na comunicação (cf. os "veriditivos" e os "comportativos" de Austin e eventualmente alguns "expressivos" de Searle).

O *parecerlo ser* dos interactantes se constituem a partir da possibilidade de eles serem e de virem a ser sujeitos do discurso. Por meio de atos de fala específicos, os participantes tendem a manter, melhorar ou questionar, direta ou indiretamente, as qualificações e os lugares de cada um.

Seja cumprimentando ou xingando, acusando, desafiando ou se desculpando, confortando o outro ou reconhecendo suas razões, o que visamos é *a enunciação e a dupla enunciação/enunciário* - seres empíricos do mundo social - e não o questionamento direto dos conteúdos temáticos e proposicionais em discussão nos enunciados. Estes atos obrigam-nos a inferir posições altas ou baixas, complementares (xingador/xingado, acusador/acusado, felicitador/felicitado...). Próximos dos declarativos, eles não implicam necessariamente instituições, estatutos sociais especializados e circunstâncias precisas. O "eu acuso" do artigo de Zola não é aquele de procurador do tribunal. Nos jogos de linguagem cotidianos, as possibilidades de negociação são freqüentemente muito importantes: da ignorância e da abstenção até a réplica ou a ironia. Os atos negativos são, raramente, aceitos e reconhecidos em público, mesmo para um bom entendedor.

ESFERA ACIONAL: *incitar* para publicamente forçar o outro a fazer ou não alguma coisa, ou se engajar no cumprimento das ações, ou se abster (promessas de *fazer* ou *dizer*). Essas incitações podem acontecer em benefício do locutor (pedidos, exigências, ordens) ou de seu interlocutor (conselhos, advertências). Elas podem ser concernentes ao conjunto dos participantes, compreendendo inclusive o locutor (fazer coletivo), e apresentar as ações como necessárias e até mesmo como explicitamente prescritas/recomendadas ou proibidas/desaconselhadas em nome de uma norma moral, hedônica ou utilitária.

A proposta, nesses casos, reside na *aceitação mutuamente manifesta das decisões de ações* e, assim, de sua programação necessária (cf. os "diretivos", os "promissivos" de Searle ou ainda os "declarativos", que, no fundo, representam uma forma de fazer, direta e imediatamente realizada pela linguagem).

Fazer, mandar fazer, querer, poder ou dever fazer: estes atos de fala recobrem todas as tentativas dos locutores para fazer produzir, através de uma ação (ou de uma abstenção), um estado de coisas suposto mais desejável, ou distanciar um estado menos desejável. Se a "proposição e a exortação" podem dizer respeito, eventualmente, a todos os participantes do encontro, a "incitação" (cf. os diretivos) diz respeito somente ao destinatário e o "engajamento" (cf. os comissivos), a um único locutor. O que distingue a exortação da incitação é a referência explícita a uma norma. Ela é um enunciado "deontico": "Façamos isso ou faça aquilo, porque é moralmente justo ou tecnicamente eficaz, ou hedonicamente agradável...". A direção de ajustamento vai "do mundo às palavras" para o conjunto dos atos desta esfera.⁶

ESFERA CONTRATUAL: *regular* para instaurar, manter e negociar os quadros da ação e da comunicação, ou seja, a relação segundo o contrato. É necessário, para fazê-lo, depreender uma atividade mútua de regulação de acompanhamento e de controle, metadiscursiva e metacomunicacional. Trata-se de respeitar publicamente os direitos e deveres da fala, ligados às normas, aos princípios gerais e particulares de cooperação. Toda atividade coletiva implica uma regulação dos procedimentos de contato, de definição e de coordenação dos papéis em um quadro situacional reconhecido. As ações comunicacionais exigem, além disso, uma cogestão da distribuição da fala, do uso do tempo, da definição dos objetos discursivos legítimos e, enfim, das formas aceitáveis de contribuição e de encadeamento. A qualidade destas depende, ao mesmo tempo, da mobilização cognitiva mais ou menos fácil de uma pré-programação do contrato de comunicação, de sua efetuação alcançada, das normas do grupo quanto a este tipo de situação e da importância das propostas de cada um.

Todavia, não poderíamos introduzir, na esfera da ação, tudo aquilo que concerne à gestão e à regulação da própria comunicação, já que, depois de tudo, trata-se, ainda, de um *fazer*?. Parece-nos que é preciso, ao contrário, distinguir, claramente, todos os atos que têm funções meta-comunicativas e meta-discursivas de regulação contratual dos quadros das trocas. Eles visam, explicitamente, à instauração e à negociação dos objetivos e sub objetivos da ação do encontro e dos meios de comunicação legítimos para alcançá-los. Eles permitem aos

⁶ Menos para os declarativos onde "o mundo = as palavras" já que ao dizer o locutor faz. (Vernant, op. cit. 56)

participantes se entenderem sobre as "regras do jogo da linguagem": *por que motivos nos reunimos ?, sobre o que devemos e podemos falar ?, como devemos falar?* (Charatudeau, 1989). Os ditivos que marcam a organização de um discurso, ou que marcam aquilo que é preciso reter ou compreender, são uma variedade auto-regulativa e não mais hetero-regulativa.

Os atos de fala que questionam a legitimidade dos temas, dos objetos do discurso ou ainda da oportunidade de dizer são atos de deslegitimação contratuais que não se confundem nem com as "contestações" que visam aos pré-requisitos de uma tomada de posição, nem com as "objeções", que recusam os pressupostos de uma informação e, assim, de um dito bem fundamentado. De maneira geral, todos os atos que permitem a regulação das trocas (gravações), ou os procedimentos rituais de contato, de abertura e de fechamento, são elementos desta esfera contratual.

Enfim, a falta de toda referência às marcas emocionais de expressividade pode surpreender, sobretudo se sonhamos com a abundância da literatura psicológica. Pensamos, entretanto, que a expressividade age como um operador de intensidade "afetiva" sobre o conjunto dos atos da asserção na avaliação ou da incitação diretiva na tomada de posição. Em suma, na nossa perspectiva, ao emprego de um operador de *figuração patêmica* acrescenta-se um valor positivo ou negativo para qualquer tipo de ato e orienta as inferências sobre a intensidade dos estados emocionais do enunciador e, secundariamente, sobre aqueles com os quais ele propõe a partilha. Nesse sentido, não é judicioso, para nós, prever uma classe de expressivos para os enunciados que descrevem um estado psicológico do locutor: "eu estou triste" é uma informação sobre o humor do locutor, assim como "adoro batata frita" é uma avaliação apreciativa e "eu estou chateado com aquilo que aconteceu" é uma possível apresentação de desculpas. A expressividade é uma sobredeterminação enunciativa, lexicalmente ou sintaticamente marcada: "eu estou horrivelmente triste!", "batata frita, ai como eu adoro isso!"

TRADUÇÃO DE HUGO MARI E RENATO DE MELLO.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- AUCHLIN, A., ZENONE, A. Conversations, actions, actes de langage : éléments d'un système d'analyse. *Cahiers de linguistique française*, 1, 1980. 6-41.
- AUSTIN, J. L. *Quand dire c'est faire*. Paris : Seuil, 1970. Bange, P. *Analyse conversationnelle et théorie de l'action*. Paris: Crédif & Hatier-Didier, 1992.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974: Sémiologie de la langue, p. 43-66.
- BERRENDONNER, A. (1981). *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris : Minuit.
- BERRENDONNER, A. . Avant-propos : Système et interactions. In P. Berrendonner, H. Parret (Eds.) *L'interaction communicative*. Berne: Peter Lang, 1990.
- BLANCHET, A., Bromberg, M. Effets des interventions d'un interviewer sur le processus de rétro-référence et de coréférence dans une situation d'interlocution. *Psychologie Française*, 31, 2, 1986, p.172-179.
- BRASSAC, C. Analyse de conversations et théorie des actes de langage. *Cahiers de Linguistique Française*, 13, 1992, p. 62-76.
- BROMBERG, M. L'enjeu. *Champs éducatifs*, 2, 1981, p. 29-46.
- BROMBERG, M. Dorna, A. Modèles argumentatifs et classes de prédicats : une expérience en situation de laboratoire. *Psychologie Française*, 30, 1, 1985, p. 51-56
- BROMBERG, M. Ghiglione, R. (1988). Contraintes de situation, stratégies discursives et influence sociale. *Verbum*, XI, 2, 85-102.
- BROMBERG, M. Advance planning of discourse in potential exchange situation. *European journal of Experimental Psychology*, 20, 1990, p. 77-84.
- BROMBERG, M. Landré, A. Analyse de la structure interactionnelle et des stratégies discursives dans un talk show. *Psychologie française*, 38-2, 1993, p. 99-109.
- BROMBERG, M. Chabrol, C. Essai d'une nouvelle taxonomie des actes de parole pour l'analyse des interactions sociales. Ronéo. Groupe de Recherche sur la Parole. Paris 8, 1993.
- BROMBERG, M. *Contrat de communication : persuasion et langage*. Thèse de doctorat, d'état. Université de Paris 8, 1999.
- CHABROL, C. *Éléments de psychologie du langage*. thèse d'état. Université de Paris X, 1985.
- CHABROL, C. Camus, O. Coopération et analyse des conversations. *Connexions*, 53, 1989, p. 39-68

- CHABROL, C. Réguler la construction de l'identité du sujet du discours. In *L'interaction, Communicative*. A. Berrendonner et H. Parret (Eds). Berne : Peter Lang, 1990.
- CHABROL, C. L'interaction et ses modèles. *Connexions*, 57, 1991, p. 41-54.
- CHABROL, C. Psycho-sociologie du langage : vers un calcul effectif du sens. In A. Decrosse (Ed.). *L'Esprit de société*. Bruxelles : Mardaga, 1993.
- CHABROL, C. *Discours du travail social et pragmatique*. Paris : Puf, 1994.
- CHABROL, C. Stratégies dans la gestion des interactions discordantes. In D. Veronique, R. Vion, (Eds.). *Modèles de l'interaction verbale*. Aix-en-Provence : Publications de l'Université de Provence, 1995.
- CHARAUDEAU, P. La conversation entre le situationnel et le linguistique. *Connexions* 53, 1989, p.9-22.
- CHARAUDEAU, P. Le dialogue dans un modèle de discours. *Cahiers de linguistique française*, 17, 1995, p.141-176.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris : Hachette, 1992.
- CHAROLLES, M. Les études sur la cohérence, la cohésion et la connexité textuelles depuis la fin des années 1960. *Modèles linguistiques*, 10-2. Lille : Presses de l'Université de Lille III, 1988.
- DASCAL, M. Observations sur la dynamique des controverses. *Cahiers de linguistique Française*, 17, 1995, p. 99-122.
- GREIMAS, A. J., Courtés, J. *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris : Hachette Université, 1979.
- GHIGLIONE, R. Chabrol, C. Contrats de communication : stratégies et Enjeux. Introduction au numéro spécial de la *RIPS*, 1999 (à paraître).
- GRICE, H., P. Meaning, *Philosophical Review*, 67, 1957, p. 377-388.
- GRICE, H. Logique et conversation. *Communications* 30, 1979, p. 57-72.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris : Minuit (I et II), 1973.
- JACQUES, F. *Dialogiques. Recherches logiques sur le dialogue*. Paris : PUF, 1979.
- HYMES, D. *Foundations in sociolinguistics : an ethnographic approach*. Philadelphie : Univ. of Pennsylvania Press, 1974.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. Tome 1, Paris : A. Colin, 1990.
- LABOV, W., Fanshel, D. *Therapeutic Discourse*, New York : Academic Press, 1977.
- LABOV, W., Fanshel, D. W. *Socio linguistique*. Paris : Minuit, 1976.
- LABOV, W., Fanshel, D. W. *Le parler ordinaire : La langue dans les ghettos noirs des Etats unis*. Paris : Minuit, 1978.
- MOESCHLER, J., Reboul, A. *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris :Seuil, 1994.
- MOESCHLER, J., Reboul, A. *Théorie pragmatique et pragmatique conversationnelle*. Paris : Armand Colin, 1996.

- NEF, F. Note pour une pragmatique textuelle, macro-actes indirects et dérivation rétroactive. *Communications* 32, 1980, p.183-189.
- PLANTIN, C. Situation rhétorique. *Verbum* 1 2 3, 1993, p. 228-239
- ROULET, E. Etude des plans d'organisation syntaxique, hiérarchique et référentiel du Dialogue : autonomie et interrelations modulaires. *Cahiers de Linguistique Française*, 17, 1995, p.123-140.
- SACKS, H., Schegloff, E., Jefferson, G. A simplest systematics for the organisation of turn-taking in conversation, In J. Schenkein (ed.) *Studies in the organisation of conversational interaction*. New York, : Academic Press, 1978, p.7-55.
- SEARLE, J.R. A classification of illocutionary acts. In A. Rogers, B. Wall, J. P. Murphy (Eds) *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions and implicatures*. Airligton : center for Applied linguistics, 1977, p. 27-45.
- SEARLE, J.R., Vanderveken, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.
- SPERBER, D. The Epidemiology of Beliefs in C. Fraser, Gaskell (Eds.). *The Social Psychological Study of Widespread Beliefs*. Oxford : Clarendon Press, 1990.
- SPERBER, D., Wilson, D. *La pertinence*. Paris : Seuil, 1989.
- SPERBER, D. *Les Actes de discours*. Bruxelles : Mardaga, 1988.
- SPERBER, D. On the unification of speech act theory and formal semantics. In *Intentions in communication*. P.R. Cohen, J. Morganet, M. E. Pollack (Eds.). Cambridge, Mass., MIT Press, 1990, p. 195-219.

RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO

Wander Emediato DE SOUZA
Fale-UFMG e CAD/Paris XIII

INTRODUÇÃO

O pesquisador interessado pela questão do discurso se encontra, em algum momento de seu trabalho, com o problema da *intenção de influência* e da *persuasão*. Toda ação comunicativa é finalizada, ou seja, dirigida a um fim. Esse fim pode ser, por exemplo, o de influenciar um auditório ou um interlocutor a fazer algo ou a aderir a uma crença. Por outro lado, uma intenção pode estar simplesmente relacionada com uma finalidade informativa sem que esta esteja necessariamente a serviço de uma influência. Nem toda informação visa intencionalmente a influenciar um auditório. O ato de responder a uma pessoa que nos pergunta as horas dificilmente (salvo má fé) inclui um fim de influência sobre sua crença no tempo. Por outro lado, situações marcadas por conflitos de posições e de crenças, onde virtuais ganhos e vantagens se encontram em jogo, implicam uma outra maneira de ver as coisas. Nesses casos, não estamos na presença de uma simples intenção informativa, pois o roteiro da comunicação se torna bastante importante na realização de ganhos e vantagens. O *princípio de influência* é então valorizado, e as estratégias de linguagem colocadas em jogo visam a elaborar um discurso capaz não só de transformar as crenças de um auditório, como também de fazê-lo aderir às teses que lhe serão apresentadas. Entramos assim no terreno da argumentação e da retórica.

Várias são as teorias da argumentação. Em termos discursivos, um princípio comum parece fundamental : argumentar é um ato que visa a provocar em um auditório, por meio de um enunciado ou de um conjunto de enunciados, uma relativa adesão a um outro enunciado (tese, conclusão ou inferência) deduzido a partir do primeiro. Esse

princípio fundamental assimila a argumentação à retórica e à inferência lógica, podendo ser representado pela seguinte fórmula :

$$A \rightarrow C$$

em que a letra (A) representa um primeiro enunciado com valor de Argumento, e a letra C representa um segundo enunciado, dedutível de A, representando a Conclusão. Em termos gerais, o princípio pretende que dizendo A, o locutor queira levar o interlocutor (auditório) a concluir C e a aceitar tal conclusão como verdadeira, posto que *justificada* por A. Até aqui, a questão da argumentação não parece ainda colocar um grande problema. Da fórmula acima, podemos facilmente construir argumentações, tais como :

$$A \rightarrow C$$

- 1) O candidato é bonito \rightarrow vote nele
- 2) O candidato é honesto \rightarrow vote nele

Ou

- 3) Todos os homens são mortais,
Sócrates é um homem,
 \rightarrow Sócrates é mortal

De maneira geral, os enunciados em A podem representar, em situações determinadas, argumentos mais ou menos válidos para concluir C. Entre (1), (2) e (3) há visivelmente uma diferença: os dois primeiros *dependem do contexto* e podem ser facilmente refutados, enquanto o enunciado (3) visa a construir uma inferência lógica, *independente do contexto*, já que sua conclusão não pode ser refutada se forem aceitas as premissas. Os dois primeiros enunciados, mais importantes para o nosso propósito, podem ser oferecidos como razões para levar um auditório a concluir C e a efetuar a ação proposta em C de votar em um candidato que possua um dos predicados de A. No entanto, podem-se aceitar as premissas e, mesmo assim, refutar a conclusão. Vista desta maneira, a argumentação se reduziria à proposição de predicados positivos capazes de orientar a conclusão.

O problema começa a se complicar quando resolvemos questionar qual é a função da flecha (\rightarrow). Questionar a função da flecha consiste

em *problematizar* a relação instaurada ou postulada entre A e C, ou seja, entre o argumento apresentado e a conclusão que se pretende validar por meio desse argumento. A flecha representa a *lei de passagem*, o elo que permite ligar A a C de maneira que tal relação pareça natural e não problemática, quando, na verdade, ela o é. É, pois, essa *lei de passagem* que pretende estabelecer uma relação argumentativa entre o predicado “Bonito” e a conclusão “Vote nele”. É ainda essa lei de passagem que postula que a “honestidade” é um bom argumento para votar-se em alguém (ou a “eficiência”, ou, ainda, o fato de ser “de esquerda ou de direita”). Isso equivale a dizer que qualquer argumento pode ser válido desde que ele esteja validado por uma lei de passagem aceitável. A adesão de um auditório à conclusão ou tese defendida depende da *força argumentativa* da lei de passagem e de sua *aceitabilidade*. É, pois, a lei de passagem que constitui o núcleo de toda argumentação.

Para compreender o fenômeno da argumentação, devemos esclarecer melhor este princípio que parece sustentar as argumentações e motivar cada vez mais os estudos nessa área. Propomos aqui um breve percurso pelo problema, apresentando quatro trabalhos modernos sobre a questão da argumentação. Todos propõem, cada um a sua maneira, uma visão teórica da argumentação e da lei de passagem: a teoria neo-estruturalista da argumentação de Ducrot, a Nova Retórica proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca e os modelos desenvolvidos por Charaudeau e Toulmin.

As teorias da argumentação pertencem a uma antiga tradição: a da *retórica*. Elas representam uma certa retomada desta disciplina que se encontrava relativamente morta. Com a evolução dos meios de comunicação de massa e das democracias, o estudo da retórica volta à tona de maneira espetacular. Faz-se necessário, antes de entrar no domínio propriamente dito da argumentação moderna, um breve percurso pelos fundamentos da retórica clássica.

FUNDAMENTOS DE RETÓRICA

É no contexto da Grécia antiga e em oposição aos tiranos que até então exerciam o poder nas cidades gregas que teria surgido a retórica como prática metódica (e ensinada) de uso da eloquência. Sua emergência é situada na Sicília do século V antes de Cristo, durante a

queda de um tirano que tinha em Corax seu principal ministro. Corax, tendo que responder à multidão que exigia ver seus assuntos resolvidos (sobretudo questões de terra e bens) foi levado a se explicar. Obteve um tal sucesso com seu discurso eloquente que convenceu a multidão inquieta. Surpreso com o poder do próprio discurso, Corax decidiu ensinar a retórica como arte da oratória e da persuasão. Foi, pois, num contexto judiciário que a retórica teve sua emergência, em uma situação típica de acusação e defesa-justificação. A retórica iniciou assim uma carreira extraordinária que se confunde com o desenvolvimento da democracia grega. Passou a ser ensinada no sistema de educação grego e era apresentada como fundamental e útil na ação política, na administração das cidades e no sistema de decisão, deliberação e julgamento de causas nos tribunais. O discípulo mais famoso de Corax, Tísias, era igualmente um grande orador e teve por discípulo um dos mais famosos oradores da época, Górgias, citado por Platão em inúmeros diálogos e mais especificamente em seu *Górgias*, onde dialoga com Sócrates, grande opositor da retórica.

Para os gregos, a retórica é a arte da eloquência e o estudo desta corresponde ao estudo do discurso e das técnicas utilizadas para persuadir, manipular ou convencer um auditório¹. Seguindo a tradição helenística, Quintiliano (*Institutiones oratoires*, II, xv, trad. francesa, Ouzille, Garnier, 1865: 180) a define assim: “a retórica é a arte de falar sobre o que constitui um problema nos negócios cívicos, de maneira a persuadir” (trad. nossa). A retórica se repartia em 3 gêneros de discursos: o gênero judiciário, que se realizava na prática de acusação ou de defesa nos tribunais, sustentado no critério de “justo” e tendo como meio de argumentação principal o *antimema*, espécie de raciocínio dedutivo; o gênero deliberativo que servia para orientar as decisões das assembleias públicas no que era útil à cidade. Tinha no *exemplo* e na *analogia* o principal argumento; por fim, o gênero epidíctico, que se ocupava da louvação (de heróis, de defuntos, da coragem) sobre o critério do belo e tendo como argumentação predominante a *amplificação*. Além dos gêneros, o ensino da retórica

¹ Nada parece distinguir substancialmente a retórica da argumentação. Neste ponto, há que se fazer uma distinção entre duas retóricas, a *retórica do conflito*, que é uma retórica argumentativa, da *retórica das figuras*, que se confunde com uma teoria da literatura. Nossô interesse estará voltado aqui para a retórica argumentativa.

era comumente subdividido em quatro partes, cada uma servindo para melhor estruturar o discurso:

- a *invenção*, que se ocupa da concepção inicial do discurso, com a busca de um tema essencial e dos argumentos mais pertinentes, como o exemplo (paradigma) ou o antimema. Uma parte essencial da invenção era constituída também pelos *lugares comuns* (ou *topoi*) utilizados em qualquer momento do discurso. O *topos* pode ser uma espécie de prova, uma idéia consensualmente admitida por todos, permitindo servir tanto para a defesa como para a acusação. A invenção compreende, assim, a busca das razões verdadeiras ou verossímeis que podem apoiar a causa.
- a *disposição*, que consiste em colocar em ordem essas razões, em apresentar o discurso seguindo um certo roteiro preciso, a começar pela *exortação* (introdução), seguido pela *narração* (exposição dos fatos), *confirmação* (apresentação de provas ou de refutações) e *epílogo* (resumo do discurso terminando por um apelo dramático, geralmente patético, capaz de emocionar o auditório);
- a *elocução*, que tem por objetivo adequar as palavras e os pensamentos aos meios fornecidos pela invenção, ou seja, apresentar o estilo que é próprio do orador.
- a *ação*, passagem ao ato, materialização do discurso, com a regulação de gestos e voz, mímicas e tudo o que pode auxiliar na amplificação dos efeitos do discurso.

Os *sofistas* desempenharam um papel importante no desenvolvimento da arte retórica. Hábeis oradores, orgulhavam-se em afirmar que podiam, através da arte oratória, defender uma determinada tese e, ao mesmo tempo, o seu contrário, independente da justeza da tese defendida. Instrumentalizando a linguagem para os fins de persuasão, souberam acentuar habilmente a potencialidade do discurso, a dimensão polissêmica das palavras e o poder da linguagem a serviço da política e dos interesses de quem lhes pagava. A retórica sofreu uma oposição sistemática de Platão, que a considerava não positiva e sujeita a todo tipo de manipulação. Combatendo o que ele considerava uma prática do falseamento da realidade, manipulação e comércio do

discurso, Platão propõe a filosofia como discurso positivo de apreensão do real, sendo o *logos* definido como discurso *apodíctico* no qual o *conceito de verdade* torna-se central. A noção de verdade é determinada, em parte, por dois princípios fundamentais: o de conformidade com a realidade e o de não-contradição. O declínio da retórica coincide assim com a subordinação do discurso à verdade proposicional postulada e desenvolvida pela crítica de Platão através da metafísica. Meyer (1993) afirma que «a metafísica será a resposta à retórica», resposta que ignora toda interrogação que não esteja subordinada à verdade proposicional.

Aristóteles, mesmo não contradizendo o fundamental da crítica de Platão sobre o caráter não apodíctico e não positivo da retórica, desenvolverá um grande trabalho de codificação desta. Ele buscará explorar, ao máximo, os meios e procedimentos mais capazes para persuadir e elaborar um discurso. A retórica perde a sua definição sofística de arte da eloquência e do “falar bem”, de arte oratória enfim, para se tornar um conjunto de técnicas “racional”, visando a persuadir um auditório. Na definição de Aristóteles, a retórica é “a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser próprio para persuadir”². Essa definição recobre sobretudo o discurso judiciário ou dialético que se encontra diante de um problema que opõe dois sujeitos e duas respostas possíveis a uma mesma questão. De modo similar, em Meyer (1993: 22), a retórica “é a negociação da distância entre homens a propósito de uma questão, de um problema”. Distância, entende-se aqui como o que separa dois interlocutores sobre uma questão. Meyer ressalta, assim, o caráter *problematológico* da retórica e de toda argumentação³, assim como sua dimensão dialética. Encontramos, aqui, uma primeira definição do objeto da retórica ou da argumentação: *a discussão de teses opostas*. Vale lembrar que, para Aristóteles, o processo de questionamento é reduzido ao caráter provável de uma tese, isto é, ao fato de que uma tese só é defensável se sua verdade for, *a priori*, provável e previsível, suscetível, pois, de ser defendida seja por todo mundo, ou pela maioria das pessoas, ou ainda pelos sábios. Segundo Aristóteles,

³ Para um aprofundamento na teoria da problematologia, ver Meyer (1991) *De la problématologie*, Paris, Le livre de poche.

“Não se deve, com efeito, considerar toda proposição nem todo problema como dialético, pois nenhum homem de posse de seu bom senso avançaria o que não é admitido por ninguém, nem se colocaria em questão o que é evidente para todo mundo ou pela maioria das pessoas.”

Para que uma tese consiga a adesão de um auditório, ela necessita, de certa forma, estar em conformidade com as crenças desse auditório ou, *a fortiori*, com o que esse auditório é capaz de admitir como sendo racional.

A relação entre o orador (locutor) e o auditório (receptor) torna-se assim essencial. O orador é, para Aristóteles, incorporado pelo *Ethos*, pois sua credibilidade é função de seu caráter, de sua virtude e da confiança que o auditório lhe atribui⁴. Este, por si, representa o *Pathos*, simbolizando as paixões que o orador deve considerar em seu auditório a fim de poder suscitar sua adesão. O *logos*, por fim, representa o discurso efetivamente organizado de acordo com a situação para melhor se adaptar a ela e à tese defendida. A relação fundamental, que associa o orador e seu auditório numa certa dimensão de convivência e regulação, encontra-se presente na maioria dos trabalhos modernos sobre a comunicação humana.

Reencontramos, aqui, nossa discussão inicial sobre o que permite a um argumento autorizar uma inferência ou uma conclusão mais ou menos pertinente. Um consenso entre orador e auditório, uma representação comum de crenças, um entendimento compartilhado sobre um objeto constituem parâmetros que justificam a pretensão à validade do argumento. Para Aristóteles, esse domínio de conhecimento compartilhado se confunde com o *Topos*, lugar comum onde se encontram e se conciliam orador e auditório. O *Topos* é, pois,

⁴A credibilidade do orador está, aliás, presente em toda teoria da argumentação como um princípio ou como uma estratégia essencial do discurso argumentativo. Tornou-se, inclusive, um *tipo de prova*, o chamado “Argumento de autoridade”, como na teoria de Toulmin (1958), no modelo de Charaudeau (1994), entre outros.

a *lei de passagem* que autoriza a validação do argumento⁵ e sua pretensão à validade. Assim, se retomarmos um dos exemplos citados no início do texto :

Ele é bonito → vote nele.

a beleza do candidato é apresentada como um argumento válido para nele se votar, e a flecha indica que o *Topos* solicitado para validação postula a beleza como uma *qualidade* ou *virtude admitida pelo auditório ao qual o argumento é dirigido como válido* para a defesa da tese (ou conclusão) de que se deve votar no candidato *em função de sua beleza*. Nesse caso, o argumento será válido se, e somente se, o auditório admitir o *Topos* apresentado⁶.

Nosso breve percurso pela retórica nos permitirá observar como quatro correntes modernas do estudo da argumentação tratam o assunto. Buscaremos observar como cada uma dessas correntes desenvolve uma noção própria de lei de passagem (ou *topos*) e propõe, a partir daí, uma teoria da argumentação mais ou menos original.

AS TEORIAS DA ARGUMENTAÇÃO NA ATUALIDADE

A Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca

A definição que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970: 5) dão da retórica não se distingue da que encontramos na retórica clássica. Eles a definem como o “Estudo das técnicas discursivas, permitindo provocar ou intensificar a adesão dos espíritos às teses que lhe são apresentadas”. O que encontramos em Perelman e Olbrechts-Tyteca corresponde, com efeito, a uma retomada da retórica clássica e de grande parte de seus fundamentos. Partindo dos três gêneros maiores da retórica clássica, o que visa a regulamentar as decisões políticas (gênero deliberativo), reforçar as normas sociais e morais (gênero epidíctico) e sancionar as condutas repreensíveis (gênero judiciário),

⁵- Validação provisória de uma tese, até que, como ressaltou Meyer (1993) a propósito da tendência igualmente positivista de Aristóteles, o discurso apodético da filosofia ou da ciência possa revalidá-la ou refutá-la.

⁶ Veremos adiante que, para Ducrot, trata-se de um *topos extrínseco* que depende exclusivamente do contexto.

os autores buscarão hierarquizá-los como três tipos de discursos enfatizando o judiciário. A *nova retórica* busca a reconstruir empiricamente a teoria da argumentação em função dos diferentes tipos de discurso, analisando os *meios de provas* dos quais se servem os mais diversos discursos:

“... examinaremos argumentações apresentadas pelos publicitários em seus jornais, pelos políticos em seus discursos, pelos advogados em suas causas, pelos juízes em seus julgamentos, pelos filósofos em seus tratados.”
(Perelman C. e Olbrechts-Tyteca, 1970: 13)

Para Perelman, e a exemplo dos fundamentos da retórica clássica, a situação argumentativa é uma situação originalmente conflituosa, no interior da qual se encontram teses opostas sendo apresentadas e visando à solução do problema. Como ressaltou Plantin (1990), o conceito de “justo” desempenha um papel central e fundamenta a argumentação em Perelman na retórica jurídica. “Justo”, como resalta Plantin, pode ser analisado em suas duas conotações fundamentais: de *justiça* - conforme a lei - que remete ao campo jurídico e de *justificado* - razoável - o que pertence ao bom senso. O conceito de “justo” se apresenta em Perelman como uma *meta-regra* argumentativa que avalia o nível de racionalidade das ações e decisões. A regra de justiça em Perelman, em conformidade com Aristóteles, fundamenta e reforça a racionalidade argumentativa. Apoiando-se na tradição, Perelman faz desta o sustentáculo da racionalidade argumentativa, como se se tratasse de um esquema estabilizado na história das argumentações. Como o autor afirma “já que tal argumento foi eficaz no passado em tal contexto, argumentos análogos o serão em contextos análogos”. É, pois, a tradição e uma espécie de consenso universal que legitima o discurso argumentativo em Perelman. Nesta nova retórica, o discurso argumentativo não se encontra subordinado à noção de verdade proposicional, mas a uma *pragmática de valores*, conforme observa Plantin, já que o verdadeiro corresponde aos enunciados que são aceitos pelo auditório. “O grau de adesão do auditório a uma tese é a norma da verdade dessa tese e de sua racionalidade” (Plantin, 1990: 17). A verdade não corresponde, pois, à adequação do enunciado ao real, mas ao consenso social.

A leitura da obra de Perelman é fundamental para aqueles que se interessam pelo discurso argumentativo. Nossa breve apresentação de seu trabalho se limita a observar que a lei de passagem para Perelman corresponde a meta-regra de justiça que sustenta a argumentação, ou seja, o conceito de argumento “justo” corresponde ao *topos* que Perelman recupera de Aristóteles e o desenvolve como um princípio que une o orador a um auditório universal construído pela tradição e pelo consenso sobre o que é *justo*. Dessa forma, e de modo esquemático, o que possibilita a um certo auditório aceitar o argumento “Ele é honesto” como justo para se concluir que deve-se votar em um candidato é uma tradição moral e ética que faz da honestidade uma virtude humana e um valor pragmaticamente pertinente, aos olhos do eleitor, para a definição de um bom candidato. Teríamos então, em Perelman, a fórmula:

Ele é honesto → Vote nele

A → C

meta-regra de justiça

na qual A representa o Argumento, C a conclusão a que se deve chegar ou tese defendida, e a flecha corresponde à metaregra de justiça (*a honestidade é uma virtude que caracteriza um candidato como bom*) possibilitando a passagem de A a C.

Os Domínios de Avaliação de Charaudeau

Mais recentemente, Patrick Charaudeau propõe um modelo da argumentação compreendida como uma espécie de quarta função da linguagem, ou modo de organização do discurso, ao lado do *descritivo*, *narrativo* e *enunciativo*, cujos procedimentos semânticos repousam igualmente no consenso social, testemunhando certos valores compartilhados pela comunidade. O dispositivo argumentativo inclui uma tese a ser defendida e um quadro de problematização, e de questionamento (explícito ou implícito), o que se vê tanto em Perelman como em Toulmin e Meyer. Os valores, para Charaudeau, são organizados em cinco domínios de avaliação (Charaudeau, 1992: 814): domínios da verdade (verdadeiro e falso), da estética (belo e feio), da ética (bem e mal), do hedônico (agradável e desagradável) e do pragmático (útil e inútil). Tais domínios de avaliação funcionam como a lei de passagem em Charaudeau, já que, como em Perelman,

são os justificadores da argumentação e são sustentados no consenso social. O argumento “justo” torna-se pertinente em função da justeza da utilização de um certo domínio de avaliação (*Ele é bonito, vote nele*: domínio *estético* – busca justificar a conclusão; *ele é honesto*: domínio *ético*). Funcionando como um dispositivo, a construção da argumentação, para Charaudeau, encontra-se inserida em princípios gerais que regulam o discurso. Seu modo argumentativo constrói-se na interação entre esses princípios gerais, as categorias da língua (operações lógicas) e as categorias do discurso (modos de raciocínio, tais como a dedução, a explicação, a analogia, a restrição). Há, pois, uma relação estreita, na construção da argumentação (configuração), entre as operações lógicas clássicas e os modos de raciocínio que se servem dessas categorias da língua como tipos de argumentos ou de meios de provas. Por outro lado, se a materialização do ato argumentativo explicita um tipo de operação lógica ou quase-lógica, o que o sustenta, em última análise, é o domínio de avaliação (procedimento semântico). Tal perspectiva situa o modelo de Charaudeau entre a nova retórica de Perelman e a tradição lógica. Como o dispositivo prevê, nesse autor, um quadro de questionamento e de problematização, sua perspectiva se inscreve perfeitamente na linha da retórica do conflito, ou, na acepção de Meyer, problematológica.

Os usos do argumento de S. E. Toulmin

Numa perspectiva pragmática, Toulmin (1958) procura centrar a sua análise sobre dois componentes fundamentais: um componente performativo ou “força”, marcando a posição do locutor no enunciado, como no caso da promessa, e um componente “criterial” dependente do domínio considerado. O componente criterial relativiza o valor do argumento e o interpreta dentro do domínio ao qual ele faz referência e avalia sua pretensão à validade, pois ele é *dependente do contexto*. Ele serve de *garantia* da passagem de A a C, uma *licença de inferir*, tipo de *topos* proposto por Toulmin, operando como *lei de passagem* no ato argumentativo. Se em Perelman a lei de passagem é, como vimos, uma metaregra de justiça, em Toulmin, ela é um elemento variável em função do tipo de argumento e do domínio considerado, podendo corresponder a uma operação do tipo causal, analógico, uma generalização, etc. A teoria da argumentação de Toulmin se desenvolve assim como uma descrição dos *tipos de provas* servindo

ao discurso argumentativo. Trata-se, para Toulmin, de estudar as técnicas utilizadas por um locutor para justificar seu raciocínio e, nesse ponto, sua abordagem é bastante descritiva. O esquema de Toulmin é geralmente representado assim :

D → C
L

no qual (D) representa o dado (ou argumento), (C) a conclusão e (L) os enunciados implícitos que justificam as conclusões, ou seja, a licença de inferir. Para compreender o modelo de Toulmin, apresentamos o seu exemplo mais clássico:

(C) Harry é súdito britânico.

Uma tal asserção é inserida numa situação de conflito na qual a asserção é contestada. Diante da réplica que coloca em dúvida o fato de Harry ser um súdito britânico, o locutor é levado a justificar sua asserção por um dado (D). O locutor pode apresentar, por exemplo, o seguinte dado:

(D) Harry nasceu nas ilhas Malvinas.

O interlocutor poderá ainda contestar a asserção e não aceitar o dado apresentado como pertinente para justificar a pretensão à validade do enunciado original. A questão, a partir daí, toma outra dimensão, pois o dado apresentado continha já, para o locutor, uma pretensão à validade pertinente. O terceiro elemento (L) estabelece a relação entre (D) e (C) por meio de um enunciado implícito (*As pessoas nascidas nas Ilhas Malvinas são, em geral, súditos britânicos*) que permite a inferência e a passagem, completando assim o esquema argumentativo. O tipo de prova apresentado, nesse caso, é sustentado pela premissa inicial (a maioria das pessoas nascidas nas ilhas Malvinas é súdito britânico; Harry nasceu nas Ilhas Malvinas, logo, Harry é súdito britânico). Mesmo se a regra permite a passagem de (D) a (C), ela pode ser ainda refutada, pois tal esquema argumentativo permite a refutação. O esquema pode ser assim ampliado para prever a refutação incluindo, por exemplo, uma regra de restrição (R):

(D) → (C)

Nasceu nas ilhas Malvinas → Harry é súdito britânico

(L) a menos que (R), seus pais sejam estrangeiros as pessoas que nascem nas Malvinas são, em geral, súditos britânicos.

Vê-se, pois, que o esquema de Toulmin busca oferecer uma descrição e uma certa tipologia de provas servindo a justificar os argumentos. O esquema é flexível, aceita ambigüidades e restrições trazidas por argumentações secundárias. Plantin (1990) observa que o interesse maior do modelo de Toulmin é justamente sua noção de lei de passagem, que se confunde plenamente com a noção de *topos* da retórica clássica ou ainda a de *lugar comum*. Nota-se, porém, que a lei de passagem não oferece uma garantia segura entre o argumento e a conclusão, já que ela pode ser contestada, o que a afasta da lógica inferencial clássica. A previsão da necessidade de argumentos suportes ou secundários visando a garantir a argumentação é uma contribuição igualmente original que prevê assim um esquema argumentativo em rede.

Ehninger e Brockriede (1960) buscaram aplicar as idéias de Toulmin, desenvolvendo a noção de lei de passagem como tipos de provas, relacionando-as às formas gerais da argumentação. Três tipos de argumentações são propostas pelos autores⁷:

1) argumentações *fundadas sobre a estrutura do real*, que eles subdividem em seis categorias:

- pela *causa* = (D) este produto passou por testes mais avançados que nos concorrentes; (C) ele é provavelmente de melhor qualidade; (L) os testes avançados conduzem geralmente a produtos de melhor qualidade.

- pelo *signo* (indício) = (D) em dez reuniões, Alberto chegou atrasado nove vezes; (C) ele chegará atrasado na próxima

⁷ A classificação relacionada aqui foi transcrita e traduzida a partir do relato de Christian Plantin das classificações dos autores citados, em Plantin (1990: 31-32). A classificação original pode ser encontrada em Ehninger, D., & W. Brockriede, "Toulmin on argument: an interpretation and application", in J. L. Golden, *et al.*, 1983, pp. 377-386.

reunião; (L) os atrasos passados são sintomáticos de atrasos futuros.

- fundadas em uma *generalização* = (D) Os prefeitos de São Paulo, Rio e Minas Gerais são favoráveis a uma descentralização; (C) os prefeitos das outras cidades o serão igualmente; (L) o que é verdadeiro de uma amostra representativa se revelará verdadeiro para os outros membros da mesma categoria.

- em um *paralelismo de situações* = a coincidência entre o fluxo de carros no feriado e de uma semana chuvosa provocaram o aumento dos acidentes nas estradas; (C) a coincidência dos retornos do feriado e de um fim de semana chuvoso deve ter as mesmas conseqüências. (L) as condições de circulação seriam similares, o que provocaria as mesmas conseqüências.

- em uma *analogia* = (D) medidas *ad hoc* permitem reduzir os fracassos na escola; (C) medidas *ad hoc* permitiriam reduzir os fracassos na universidade; (L) a relação precaução-redução dos fracassos é a mesma nos dois casos.

- em uma *classificação* = (D) os estados totalitários são capazes de tomar decisões rápidas; (C) o estado totalitário X é capaz de tomar uma decisão rápida na crise atual; (L) o que é verdadeiro para a maior parte dos estados totalitários é provavelmente verdadeiro do estado totalitário X.

2) argumentações *de autoridade*: (D) o locutor diz 'P'; (C) "P"; (L) o que diz o locutor sobre P é credível.

3) argumentações relacionadas *a motivos e desejos de uma pessoa*: (D) O óleo de fígado de bacalhau é bom para a saúde; (C) Alberto deve tomar óleo de fígado de bacalhau; (L) Alberto deseja estar em boa saúde.

Trata-se, pois, para os autores, de interpretar e aplicar as idéias de Toulmin numa tipologia de provas ou tipos de argumentações que pode ser bastante útil na descrição de textos e enunciados argumentativos. Eles correspondem, assim, a uma representação descritiva das leis de passagem segundo a orientação de Toulmin.

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA DE OSWALD DUCROT⁸

Dos modelos apresentados acima talvez o mais original seja o desenvolvido por Oswald Ducrot no que ele chamou inicialmente de Teoria da Argumentação na Língua (ADL = l'argumentation dans la langue) e que passou a ser conhecida como *Teoria dos Topoi*. Não iremos aqui retomar o início dos trabalhos de Ducrot, em sua maioria concentrados sobre o estudo dos conectores argumentativos (basicamente conjunções subordinativas conclusivas e opositivas) e operadores argumentativos (pouco, um pouco, muito, bastante, demais, etc.) que serviam para demonstrar as *orientações argumentativas* ou *instruções de sentido* dos enunciados argumentativos. Para um estudo desta fase inicial da teoria, há uma vasta bibliografia a respeito. Vamos nos concentrar, aqui, na apresentação sumária dos problemas apontados na teoria dos *topoi* e nos estudos recentes discutidos em seus seminários na *École de Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris, que acompanhei nos últimos quatro anos.

Recuperando a noção Aristotélica de *Topos*, Ducrot irá propô-la como sua lei de passagem em uma versão bastante original. Para ele, como os demais autores, o que garante a passagem de um argumento (A) a uma conclusão (C) é um *topos*. Num ato enunciativo, o locutor fornece ao interlocutor certas indicações sobre o caminho que ele escolheu, e o interlocutor, ao interpretar, busca reconstruir esse caminho a partir das instruções fornecidas pelo locutor em seu enunciado. Os *topoi* são estas indicações que permitem efetuar uma escolha entre os caminhos possíveis. Para isso, torna-se necessário que haja, em uma determinada comunidade de locutores em relação, um certo consenso sobre os objetos da interação. Os *topoi* representam esses princípios gerais e consensuais operando na comunidade e permitindo passar, da enunciação de um argumento (A) a uma conclusão (C), ou seja, de aceitar (A) como um argumento favorável e válido para se concluir (C). Para Ducrot, a argumentação toma a forma lógica de um enunciado do tipo:

⁸ O que chamamos aqui de teoria de Ducrot, incorpora, é claro, as contribuições de Jean-Claude Anscombe, Marion Carel e P.Y. Racah, presentes na publicação coletiva organizada por Anscombe.

A donc C

Está fazendo calor, portanto, deveríamos sair para passear.

Em (A) apresenta-se um enunciado com valor de argumento que tem na idéia de “Calor” o seu núcleo. Em (C) está presente um segundo enunciado com valor de conclusão que tem como núcleo a idéia de “Sair para passear”. O calor é apresentado, pois, como um argumento válido para um passeio, pelo menos no âmbito de uma determinada comunidade. Na teoria *standard* dos *topoi*, estes se apresentam como as garantias dos encadeamentos⁹ (*enchaînements*) discursivos. Se, com efeito, de um enunciado 1 (E1) pode-se concluir um enunciado 2 (E2), é por intermédio de um terceiro termo, um *topos* (ou um pacote de *topoi*) que permite operar a ligação entre E1 e E2. Inicialmente, Ducrot os apresenta como correspondendo a *formas tópicas* (FT) que assumem as seguintes modalidades:

Topos concordante: (+ P, + Q) ou, concordante converso (- P, - Q)

O *enchaînement* “Está fazendo calor (+P), portanto vamos à praia (+Q)” é possível graças a um *topos* concordante enquanto o *enchaînement* “Não está fazendo calor (-P), não vamos à praia (-Q)” representa um *topos* concordante *converso*. Ambos fornecem uma imagem *normativa* do *topos*. Os *topoi* normativos servem a formar os *enchaînements conclusivos* do tipo A donc C (A, portanto C).

Topos discordante : (+P, - Q) ou (- P, + Q)

O *enchaînement* “Está fazendo calor (+P), entretanto não vamos à praia (-Q) ” ou o *enchaînement* “Não está fazendo calor (-P), entretanto vamos à praia (+Q)” são igualmente possíveis. Nota-se, porém, que eles transgridem a norma que faz do calor um bom argumento para ir à praia. Nos *topoi* discordantes, usa-se o mesmo argumento “O Calor” para uma ação contrária àquela que normalmente se espera (a de ir à praia). Isto é possível graças ao

⁹ Traduzimos *enchaînement* por encadeamento, no sentido de enunciados que se encadeiam, produzindo continuações. Doravante, manteremos o termo francês *enchaînement* discursivo, que é também um sinônimo de argumentação.

conector “entretanto” (*pourtant*, em francês) que informa o interlocutor que ele aceita o “calor” como argumento válido para ir à praia, mas propõe, apesar disso, não efetuar esta ação. Ducrot chamará este tipo de *enchaînement* de *transgressivo* ou *exceptivo*. Eles não servem, pois, para formar os *enchaînements conclusivos*, mas servem para formar, ao contrário, os *enchaînements transgressivos*. Nota-se, porém, que eles fazem alusão ao mesmo *topos normativo*, já que se constituem, por meio das conjunções opositivas, em transgressões (exceções) da norma. Transgredir uma norma é fazer alusão a ela, é aceitá-la como pertinente. Uma tal solução visa a demonstrar que o esquema tópico normativo *Calor/ir à praia* permanece válido nos dois casos e é por isso que o locutor recorre, no caso dos transgressivos, às conjunções opositivas e adversativas.

Nesta primeira versão da teoria, postulava-se que os *topoi* viriam do exterior, ou seja, que eram *extralingüísticos* e convocados da sociedade, representando certos esquemas socioculturais, estereótipos ou ideologias. *Eles não eram introduzidos na significação lingüística*. Tal princípio colocava um problema em uma teoria que se propunha a estudar a argumentação *na língua*, ou seja, de forma *não referencialista*. Ela se depara, como os outros modelos, com a questão do consenso social como princípio fundador da lei de passagem e do *topos*.

Postulando a teoria da argumentação como uma pragmática *integrada* à lingüística, Ducrot buscará reformular os postulados iniciais de forma a evacuar a referência da teoria e mostrar que *a descrição de um segmento S são os enchaînements evocados por S, ou seja, que pertencem ao semantismo intrínseco de S*. Como atingir um tal objetivo se não há nada, em princípio, que liga semanticamente “Calor” a “Passeio na Praia”? A descrição do segmento S “Calor” não inclui “Passeio na praia”. Torna-se evidente que a relação que permite ligar (*enchaîner*) “Calor” a “Passeio na praia” é um esquema sociocultural, um hábito que se tornou consenso, logo, um fator totalmente *extralingüístico*, ou seja, *extrínseco* e não *intrínseco* à língua.

A solução encontrada por Ducrot foi a seguinte: existem *topoi* ou *enchaînements extrínsecos* (do tipo *Calor/Passeio na praia* ou *Alberto é um gênio, logo ele é insuportável*) que só podem ser utilizados em função do contexto, dependem do contexto e se sustentam

exclusivamente no consenso e nas representações socioculturais . Por outro lado, existem os *topoi* ou *enchaînements intrínsecos* (do tipo *Pedro é rico, ele pode comprar tudo que quiser* ou *Alberto é um gênio, ele pode resolver problemas difíceis*). Dessa forma, Ducrot pensa poder evacuar a referência da teoria, adotando, como objeto privilegiado da teoria da argumentação na língua (ADL) os *topoi* ou *enchaînements intrínsecos*. Isto é possível, segundo o autor, porque pode-se notar, sem dificuldade, que nos *enchaînements intrínsecos*, os sentidos das unidades estão *semanticamente* relacionados. Nos exemplos, *Pedro é rico, portanto pode comprar tudo o que quiser*, temos dois enunciados *enchaînés*:

A → C

Pedro é rico *donc* pode comprar tudo o que quiser.

Ducrot considera este *enchaînement* como intrínseco porque no sentido de “rico” já está contido o sentido de “poder de compra” o que torna a conclusão praticamente automática. Da mesma forma, no *enchaînement*:

A → C

Alberto é um gênio *donc* pode resolver problemas difíceis.

seria intrínseco porque no sentido de “Gênio” já está contido o sentido de “Poder solucionar problemas difíceis”. O que permitirá, pois, passar do argumento (A) à conclusão (C) não seria uma lei de passagem representando um consenso social ou cultural acerca dos objetos, mas o próprio semantismo intrínseco das unidades lexicais e dos segmentos da língua. De modo oposto, *enchaînements* do tipo:

A → C

Pedro é rico *donc* ele é avarento

seriam extrínsecos e dependeriam do contexto, pois no sentido de “rico” não está contido o sentido de “ser avarento”, este sentido só pode ser evocado em um contexto favorável e sustentado por uma representação sociocultural relacionando riqueza e avareza. Da mesma forma, o sentido de “Gênio” não contém o sentido “ser insuportável” e um tal *enchaînement* torna-se dependente do contexto.

Com os *topoi* intrínsecos não há mais independência entre o argumento e a conclusão, já que o sentido de um está contido no outro e, de certa forma, argumento e conclusão se parafraseam reciprocamente. Doravante, na teoria da argumentação na língua, Ducrot propõe os seguintes princípios gerais:

- Tese geral: «O sentido de uma entidade lingüística não é constituído pelas coisas ou fatos que ela designa, nem pelos pensamentos ou crenças que ela exprime, mas pelos *enchaînements* discursivos (= argumentações) que ela evoca». Evacua-se assim a referência (a informação trazida por S não é importante) e passa-se a estudar as continuações intrinsecamente evocadas pelos segmentos lingüísticos.

- As argumentações são de dois tipos: *normativas* (em DONC – portanto) ou *transgressivas* (em POURTANT – entretanto).

- Uma entidade lingüística *E* evoca argumentações de 2 formas:
a) de forma externa (argumentações externas). Trata-se de argumentações onde *E* é um dos constituintes. b) de forma interna (argumentações internas). Trata-se de argumentações onde *E* não é um constituinte.

Exemplo de argumentação externa :

E = Pedro é prudente.

Argumentação externa de *E* = Pedro é prudente, portanto ele toma precauções. (*E* é um dos constituintes).

Exemplo de argumentação interna:

E = Pedro é prudente.

Argumentação interna de *E* = Pedro toma precaução, portanto não há perigo. (*E* não é um dos constituintes).

Tal opção faz da ADL uma corrente neo-estruturalista do estudo do discurso argumentativo e se opõe claramente ao modelo de Toulmin (modelo pragmático contextual) e ao de Perelman (pragmática dos valores e do consenso social). Não iremos, aqui, apresentar uma

crítica à pretensão da ADL de evacuar a referência da argumentação¹⁰. Certamente, tal modelo reduz a argumentação a um estudo da potencialidade semântica da língua de evocar continuações que se assemelham a paráfrases definicionais. Evacua-se, assim, junto com a referência, a parte conflitual de toda argumentação, assim como a complexidade que faz do discurso argumentativo um dispositivo bem mais amplo que inclui locutores e interlocutores em relações intersubjetivas, agonais e cooperativas ao mesmo tempo, com suas representações do mundo, intenções e fins.

CONCLUSÃO

Nosso percurso pela retórica antiga e por quatro tendências modernas do estudo sobre a argumentação mostra que, após um longo ostracismo e sua redução a uma retórica das figuras na literatura, a retórica argumentativa parece gozar atualmente de um certo *renascimento*. Afinal, o novo paradigma moderno faz da linguagem o objeto privilegiado da maioria das ciências humanas. Com efeito, a evolução dos meios de comunicação de massa, da proliferação de gêneros televisuais, radiofônicos e da imprensa escrita, faz da comunicação e da manipulação da linguagem um fenômeno jamais visto. O desenvolvimento das democracias e dos meios de participação tem certamente uma influência sobre o fenômeno, pois o uso do discurso passa a desempenhar um papel fundamental nas deliberações coletivas e nas justificações de medidas, de ações e de decisões. No campo científico, o desenvolvimento da pragmática (na qual eu situaria a análise do discurso) coloca em evidência a importância adquirida pelo estudo das *técnicas e meios* utilizados para o agenciamento do discurso e para a ação comunicativa e persuasiva. No campo específico da argumentação, os quatro modelos tratados aqui refletem três correntes específicas: a de Perelman, mais afinada com a retórica clássica que se define como uma pragmática dos valores (o justo, o bom, o justificado), a teoria de Toulmin, que se preocupa com os diversos usos do argumento, ou tipos de provas, que poderia ser vista como uma pragmática dos argumentos em contexto e, por fim, a de Ducrot, a ADL, que se define ela mesma como uma

¹⁰ Uma crítica a esse modelo foi feita por mim em parceria com o Prof. Claude Chabrol da Universidade de Paris III e deverá ser publicada em breve.

pragmática integrada, ou seja, uma pragmática lingüística. Já o modelo de Charaudeau, poderíamos situá-lo num campo que congrega as correntes de Perelman e de Toulmin, gozando de certa peculiaridade, já que a argumentação se encontra inserida numa teoria geral do discurso enquanto um dos quatro Modos de Organização. De modo geral, os vários modelos expostos aqui representam uma retomada do problema do discurso argumentativo nas ciências da linguagem pela via da retórica do conflito e da busca e controle do consenso.

Wander EMEDITATO é Professor recém-doutor na Faculdade de Letras da UFMG, através de convênio PRPG-UFMG e FAPEMIG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J-C, *La théorie des topoi*, Paris: éditions Kimé,
ARISTÓTELES. *Rhétorique* 1355b 25, trad. francesa, C-E. Ruelle
ARISTÓTELES. *Topiques*, 104 a3-105a9.
CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*, Paris : Hachette, 1992.
MEYER, M. *De la problématique*, Paris: Le livre de poche, 1991.
MEYER, M. *Questions de rhétorique. Langage, raison et séduction*, Paris: Le livre de poche Librairie générale française, 1993.
PERELMAN, C., OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, 1970, Bruxelles, Université de Bruxelles
PLANTIN, C. *Essais sur l'argumentation. Introduction linguistique à l'étude de la parole argumentative*. Paris: Éditions Kimé, 1990.
TOULMIN, S. E. *The uses of argument*, Cambridge : Cambridge University Press, 1958.

FACES E USOS DA ARGUMENTAÇÃO

William Augusto MENEZES
UFMG

INTRODUÇÃO

Como se define a *argumentação*? A sua noção se contrapõe à de *demonstração*? Qual é a sua importância na linguagem? A sua finalidade social é a manipulação de indivíduos, o diálogo, ou o esclarecimento? E na política, o seu uso relaciona-se à democracia, ou ela é o regime de fala da demagogia e do autoritarismo? Como identificá-la em um texto? Estas questões não são novas. Em geral, elas têm sido formuladas e respondidas por diversos autores, em várias ocasiões. Mas, a inexistência de respostas unanimemente aceitas pode ser indício da complexidade do tema, justificando o interesse atual.

Neste artigo, pretendemos abordar essa problemática, trazendo à tona algumas posições que nos parecem importantes no debate acadêmico. Para isso, dividiremos o texto em três partes. Na primeira, faremos algumas considerações gerais acerca da formulação conceitual. Na segunda, privilegiaremos o detalhamento de abordagens no campo da retórica e da sua percepção como fenômeno da língua. E na terceira parte, focalizaremos o seu tratamento a partir de um quadro da Análise do Discurso, expresso pela *Teoria Semiolingüística*, de Charaudeau.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Determinadas perguntas, formuladas em um contexto adverso, podem nos parecer de difícil solução. Por exemplo, em uma sala de aula de Lingüística, de uma universidade brasileira, certamente teríamos

dificuldade em saber “o regime político de *Botswana*” ou “a raiz cúbica de 132.651”. Em outra ocasião, local ou, quem sabe, se tivéssemos um tempo para refletir, interesse e material disponível, todos seríamos capazes de dar respostas semelhantes, pois questões como essas contam com definições que pertencem ao domínio da certeza. A variação possível limita-se a fatores como o tamanho que se adota para a comunicação das respostas. Porém, o conteúdo será sempre idêntico, não importando quem as resolva. E se isso não ocorrer, é sinal que alguém errou, pois *há somente uma verdade de cada coisa* (Descartes, 1973: 48).

Em compensação, se, na mesma sala de aula, levantássemos um questionamento sobre o conceito de argumentação, é possível que surgissem várias respostas. Essas guardariam, certamente, uma boa identidade entre si e divergências consideráveis, pois este é um fenômeno inerente às nossas ações cotidianas sobre o qual possuímos intuições, e o seu conceito foge ao critério da certeza, permitindo-nos adotar formulações diversas. Assim, mesmo diante de tentativas em apresentá-lo no interior de fenômenos que possam comportar a idéia de exatidão, a variação das respostas é possível. Um exemplo disso ocorre nas elaborações instrumentais que objetivam “ensinar a argumentar bem” como condição para o exercício profissional, onde é comum formulações como “a argumentação é uma forma esclarecida de encarar problemas com inteligência e espírito de cooperação” (Cortright e Hinds, 1968:12). No entanto, apesar dessa apresentação do objeto a partir de uma estrutura fundada no verbo *ser* (“a argumentação é...”), nada impede que outra argumentação venha contradizer o conceito do autor.

Parece-nos, então, que uma forma mais produtiva para se definir a argumentação é pensá-la enquanto um fenômeno de linguagem que tem sentido nas interações humanas e, cuja definição se constrói no interior da perspectiva que serve ao próprio conhecimento dessas interações. Nesse caso, ela é vista como uma convenção teórica que participa de uma postura do conhecimento, sendo apreendida enquanto discurso ou modalidade discursiva. Assim, podemos falar na existência de tantas noções de argumentação quantas forem as teorias que se dedicam ao estudo desse fenômeno.

Isso não quer dizer que a argumentação é o âmbito do relativismo. A rigor, existem parâmetros claros. Isto é, ela é um fenômeno que

encerra atividades do pensamento, do discurso e do raciocínio. Não há como pensá-la fora destes domínios. Ocorre, no entanto, que tais territórios são imensos e cheios de armadilhas. E até onde um poderia realizar-se sem o outro? Sem contar que, as ênfases dos estudos podem cair em um ou outro domínio ou nas combinações possíveis, levando-nos a escolhas teóricas diversas e conduzindo-nos a perspectivas bem distintas. Daí a multiplicidade de formulações neste campo.

A ênfase retórico-discursiva, por exemplo, possui uma tradição que remonta ao mundo greco-romano. A sua elaboração teve o concurso da sofística, de Platão, Aristóteles, Cícero, Quintiliano e outros na Antigüidade Clássica. Mas, as formulações apresentadas por esses autores não mantiveram-se intocáveis. Em cada momento, as suas obras estiveram em discussão, sendo reformuladas e abrindo-se a novas convenções.

ARGUMENTAÇÃO: A RETÓRICA DOS CONFLITOS

A SOFÍSTICA E A “ARTE ORATÓRIA”

A argumentação possui uma História que pode ser contada a partir da constituição do sistema retórico. A sua origem ocorreu na Sicília, nos primeiros anos do século V a. C. A Ilha encontrava-se sob o domínio de diversas tiranias, que haviam confiscado a terra dos legítimos donos, redistribuindo-a entre os membros do exército e seguidores, em troca de apoio político-militar. No entanto, uma revolta popular pôs fim a esse regime, inaugurando uma fase de participação popular. Os conflitos de interesses passaram a ser resolvidos prioritariamente pelo uso da palavra, através de um procedimento jurídico em que os próprios requerentes faziam as suas defesas.

Córax e Tísias, dois sofistas da Ilha, tornaram-se conhecidos na ocasião por desenvolverem o primeiro estudo sistemático da argumentação. A eficácia dos argumentos, diziam, repousa sobre o *verossímil* – o que é aceito pela opinião – e, definiram a retórica como “criadora da persuasão” (Plantin, 1996). Eles ficaram famosos, sobretudo, pela elaboração e publicação de uma primeira versão da Retórica dos conflitos ou “Arte Oratória”.

Esse estudo pioneiro da argumentação desenvolvia-se a partir de modelos de reclamações judiciais, apresentando tipos de argumentos e refutações. Encenava possíveis dilemas, questões baseadas em sentimentos, simulações, ambigüidades, etc., ensinando-se como construir um discurso capaz de persuadir o auditório. Era, enfim, uma apresentação pedagógica das soluções imagináveis para os casos de litígio, tendo como finalidade a produção do discurso persuasivo em sociedade (Declercq, 1992:17). Assim, uma primeira relação entre a argumentação e a constituição do espaço público desenvolveu-se com a sofística.

Rapidamente, o seu ensino tornou-se importante para o mundo greco-romano, principalmente em Atenas. Esta cidade era uma espécie de metrópole, no período Clássico. A sua importância política, econômica e cultural atraía o interesse de todo o mundo. O seu regime político apoiava-se no reconhecimento ao direito de discurso e ação entre aqueles que eram considerados iguais ou cidadãos. Havia um funcionamento regular e participativo de vários organismos de democracia popular, tribunais e instituições culturais (Finley, 1985). Era um local privilegiado para a relação entre discurso e ação no espaço público (Arendt, 1993). A democracia direta funcionava como um atrativo à participação e ao uso da linguagem para o convencimento e a persuasão. Muitos sofistas viviam nessa cidade, ensinando os seus saberes aos principais oradores.

Nesta perspectiva, a argumentação apresentava-se como o fundamento da linguagem, já que tudo podia se resolver pela discussão no interior da *polis*. O indivíduo, o governo, a constituição e mesmo os costumes de uma cidade subordinavam-se, em última instância, ao entendimento público constituído através do discurso. E *não valia nada a perícia de um cirurgião se esse não convencesse seu cliente em submeter-se ao bisturi; não valia nada ter a melhor política para o Estado se a Assembléia não fosse persuadida a adotá-la*, como teria dito Górgias.

A idéia de *demonstração* subordinava-se à noção de argumentação. Aquela era unicamente uma matéria do discurso, pois a *idéia de verdade* identificava-se com o êxito. Isso pode ser visto, por exemplo, em Górgias, na argumentação em favor de suas teses: 1. *nada existe*; 2. *se algo existisse, seria incognoscível*; 3. *ainda que algo existisse e fosse conhecido, seu conhecimento seria incomunicável* (“Sobre a natureza do não ser”. *Contra os Matemáticos*. Apud Vianna, 1987).

Porém, a influência da sofística diminuiu durante o próprio século V a. C., indicando uma crise paradigmática. A extensão da Guerra do Peloponeso (431 a 404 a. C.), os problemas decorrentes da mesma e a derrota ateniense diante de Esparta, contribuíram para isso. Além disso, essa capacidade explicativa foi se esgotando gradativamente, principalmente pela emergência de uma outra racionalidade, representada por Platão e Aristóteles, que se tornaria hegemônica no século seguinte.

ARISTÓTELES E A ARTE RETÓRICA

Aristóteles desenvolveu um duro combate contra a sofística. Ele dizia que a *Arte Oratória* dessa era uma *arte da enganação*. Em primeiro lugar, porque ela tinha colocado o conhecimento do objeto em segundo plano. A sua prioridade era o estudo das evidências exteriores à arte que poderiam ser úteis para promover e amplificar a emoção do auditório. Enfatizava-se, por exemplo, a introdução de estratégias para cativar o auditório e conduzir a deliberação em um sentido determinado.

Em segundo lugar, ele dizia que a sofística não se interessava por uma pesquisa adequada dos gêneros discursivos, concentrando-se apenas no discurso judiciário. Com isso, ela deixava de fora os discursos mais comuns no cotidiano da *polis* e, por isso mesmo, menos especializados. Pois são discursos em que o auditório não se encontra na posição de juiz de uma causa alheia mas delibera em seu próprio benefício e no interesse da cidade.

Em terceiro lugar, para ele, o conhecimento da sofística não passava de simulacro, pois o raciocínio dessa parecia silogístico¹ somente na forma. Um exame mais detido do mesmo seria capaz de demonstrar algum vício ou defeito que comprometia o caráter lógico, servindo para enganar o auditório. Pois, não se postulava correspondência entre a linguagem e a realidade.

¹ O *silogismo* constitui-se em prova demonstrativa. É *uma locução em que, dadas certas proposições, algo distinto delas resulta necessariamente, pela simples presença das proposições dadas* (Órganon. I; 1: 24b). Na *Arte Retórica*, o *entimema* corresponde ao silogismo; ele está para a persuasão assim como o silogismo para a demonstração.

Então, Aristóteles preocupou-se em apresentar uma definição da retórica que ultrapassava a pesquisa sofística. Ele concordava que ela é a arte do verossímil. Isto é, o produto da argumentação é aquilo que se crê – uma racionalidade que corresponde à maioria das motivações humanas no cotidiano. Mas insistiu que esse produto não poderia abster-se do critério da prova. Pelo contrário, ele deveria corresponder àquilo que é o mais provável. Só que a sua racionalidade não pertence ao critério da certeza ou da verdade única, válida para todos em quaisquer circunstâncias. Isso, tanto em relação às provas que são independentes (testemunhos, fatos e convenções que preexistem ao discurso), quanto às dependentes (integrantes do método da argumentação ou criadas pelo orador). E estas últimas, mais destacadas por Aristóteles, podem ser referentes ao caráter moral ou ethos do orador (Ele é de confiança? É simpático? Possui credibilidade?), disposições criadas no ouvinte ou phatos (A quem se dirige? Quais são as suas paixões, emoções e sentimentos?) e aquilo que o próprio discurso demonstra ou parece demonstrar ou logos (A materialidade do discurso indica alguma verdade? Há algum efeito demonstrativo – através do exemplo (que permite a indução) ou do entimema (que permite a dedução)).

Ultrapassando outro problema da sofística, a pesquisa aristotélica apontou uma teoria dos gêneros. Eles são em número de três, correspondendo aos principais discursos que circulam na *polis*: deliberativo (Assembléia /Conselho), judiciário (tribunais/julgamentos) e demonstrativo ou epidíctico (solenidades/comemorações). A definição dos mesmos ocorre sob a perspectiva do auditório, indicando a importância da linguagem na sociedade de conflitos. Pois qualquer cidadão pode exercer o papel de juiz, estrategista e espectador – em uma Assembléia, pode-se deliberar, julgar e louvar.

Quanto às premissas que constituem os raciocínios destes gêneros, Aristóteles dizia que elas não são inteiramente criadas pelo orador. De alguma maneira, pertencem à comunidade; fazem parte dos lugares-comuns – tópoi – que se relacionam aos valores partilhados socialmente em um determinado tempo. Por exemplo, na deliberação, os lugares dirigem-se para aquilo que é bom ou mal, o agradável ou o inverso. No epidíctico, para a virtude e o vício, o belo e o vergonhoso.

No judiciário, para as causas da *injustiça*: o *vício-maldade* e a *intemperança* (Ret.I; 3:6,8).

Para finalizar, é certo que este autor teve papel fundamental no desenvolvimento e sistematização do conhecimento sobre a Argumentação. Uma parte deste estudo integra a “Arte Retórica” – obra que, conhecendo momentos de maior ou menor prestígio, vem servindo de modelo ao ensino-aprendizagem da retórica e, de maneira mais geral, à pesquisa no campo da argumentação². No entanto, pensamos que aí não se encontra toda a teoria aristotélica sobre o assunto. A outra parte é a que se encontra no *Órganon*, onde ele trata da *dialética*, dos *argumentos sofisticos* e da *demonstração*.

A NOVA RETÓRICA

A *Nova Retórica ou Teoria da Argumentação*, de Perelman, consiste na retomada do estudo da argumentação, a partir da “Arte Retórica”, de Aristóteles. É possível percebê-la como uma perspectiva engajada, em que a argumentação é vista como um fenômeno da linguagem relacionado à participação social e política em questões do interesse público, a partir de preocupações do tipo: “Como se pode raciocinar sobre valores? Existem métodos racionalmente aceitáveis que permitam preferir o bem ao mal, a justiça à injustiça, a democracia à ditadura?” (Perelman, 1993: 11). Ao responder problemas como esses, o autor estaria contribuindo para a formulação de parâmetros de convivência política e social contemporâneos.

A sua definição de argumentação é elaborada a partir da contraposição entre *demonstração* e *argumentação*. A demonstração é percebida como uma atividade do raciocínio que se reduz a um cálculo. O seu resultado não depende de qualquer sujeito, já que possui uma única conclusão. Neste sentido, o cálculo pode ser efetuado por uma máquina, como o computador. Já a argumentação envolve a apresentação de argumentos ou razões a favor ou contra uma tese. Ela não corresponde a uma certeza, mas *essencialmente à comunicação, diálogo, discussão*. Para que ela ocorra, é necessário *que se estabeleça um contato entre o orador que deseja convencer e o auditório disposto a escutar* (1987: 235).

² Cf.: MACHADO (1994), sobre uma trajetória da retórica antiga.

A diferença entre essas noções manifesta-se, também, a partir dos seus objetivos. A argumentação tem um objetivo semelhante à Arte Retórica. Pretende “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (1996: 50). Dirige-se à persuasão ou convencimento de um auditório e relaciona-se a uma possível ação, pela adesão a certas teses. Para a demonstração, o objetivo é provar a verdade de uma conclusão com base na verdade das premissas.

Tal como Aristóteles, postula-se que o uso da palavra relaciona-se à credibilidade do orador. Esta é uma qualidade quase sempre anterior ao ato argumentativo, pois a argumentação já pressupõe que o orador possa ser ouvido. O orador, por sua vez, elabora uma imagem do auditório antes de dirigir-lhe a palavra. Ele leva em conta as informações e conhecimentos que possui, presumindo o seu *pathos*.

Esse auditório, como construção idealizada do orador, pode ser particular ou universal. O particular é menos exigente. Um discurso demagógico pode persuadi-lo mais facilmente. O mesmo discurso pode não ser capaz de convencer a um auditório de elite. O discurso persuasivo se dirige ao auditório particular, enquanto o discurso convincente encaminha-se para o auditório universal. A própria eficácia argumentativa relaciona-se à capacidade de discernir esses auditórios, possibilitando aumentar a intensidade da adesão e o desencadeamento de uma ação (positiva ou abstenção) ou disposição para agir no momento oportuno.

Para concluir³, Perelman (1996: 53) mantém a concepção de gêneros discursivos de Aristóteles: *deliberativo*, *judiciário* e *epidíctico*. Observa, no entanto, que a tradição, erroneamente, deu pouca importância aos discursos *epidícticos*, que constituem a parte central da arte de persuadir. E considera que eles possuem um *valor pedagógico importante* e têm por objetivo *aumentar a intensidade de adesão aos valores comuns do auditório e do orador*, servindo de alicerces aos discursos deliberativos e judiciários.

³ Aqui, deixaremos de lado aspectos importantes da Teoria, como o regime de provas, os lugares-comuns e as técnicas argumentativas. Cf.: Perelman (1987)

A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

A *Argumentação na Língua* é uma perspectiva que se desenvolve principalmente a partir da obra de Ducrot e Anscombre. Quando estes autores publicaram o livro inaugural (1983), levantaram uma hipótese polêmica, em dois sentidos. Em primeiro lugar, ela aparecia como uma novidade incerta entre os argumentativistas. Até aquele momento, os estudos se realizavam, majoritariamente, seguindo parâmetros da lógica ou da retórica. A hipótese da argumentação na língua, não se filiando a nenhuma dessas tradições, trazia a suspeita de fragilidade do seu programa de pesquisa. É pela atenção que dava ao exame dos *conectivos* – palavras que têm por função ligar dois enunciados, como o *mas*, *porque*, *pois*, *então*, *assim*, *logo*, etc. – parecia que ela acabaria pendendo para o campo da lógica demonstrativa. Em segundo lugar, ela inaugurava uma ênfase na *frase*, enquanto propiciadora de modelos de análise. Isso era inconcebível na tradição retórica, que detinha-se ao exame de um determinado proferimento, artigo de jornal, panfleto, etc., em uma situação enunciativa concreta.

Tradicionalmente, os conectivos são vistos na linguagem da lógica como elementos úteis para se vincular proposições explícitas e delimitadas (o *porque* introduz os argumentos, o *então* e o *logo* sempre introduzem as conclusões, por exemplo). Mas, do ponto de vista da Argumentação na Língua, amplia-se essa compreensão. Eles ligam proposições, mas também *enunciações a proposições*, servindo ainda para *encadear enunciados a elementos da situação extralinguística ou a reações não ditas* que o locutor atribui a si mesmo ou ao destinatário, como nota Mainguenu (1989: 162).

Nesse caso, os conectivos nem sempre são apresentados de forma explícita. O seu uso ou não-uso pode constituir-se em uma estratégia do *locutor* – aquele que detém a palavra – para agir sobre o outro numa relação discursiva, através de implícitos lingüísticos. Cabe, no caso, ao *alocutário* – a quem se dirige a fala – preencher as lacunas, realizando uma interpretação lingüística mais condizente ao seu projeto. Mas nem toda interpretação é possível, pois as palavras da língua possuem um conteúdo semântico definido. Assim, visto de uma forma renovada e estendido a novos fenômenos, o interesse pelos

conectivos aparece ao lado dos *operadores argumentativos* ou que servem como indicadores do potencial argumentativo em uma frase .

Vejamos, por exemplo, a palavra *interessante*⁴. Ela pressupõe propriedades que a distingue de outras, opondo-se de forma frontal a *desinteressante*. O uso dessa palavra em um enunciado como “Este filme é interessante” permite que se perceba uma intenção do locutor (um convite para assisti-lo, uma recomendação, etc). Assim, uma seqüência lingüística ideal deste enunciado seria *Vamos assisti-lo?* ou *Vá assisti-lo*. Se, pelo contrário, tomássemos a palavra *desinteressante*, como em “Este filme é desinteressante”, haveria uma intenção totalmente oposta do locutor (uma recomendação para não assisti-lo, por exemplo). Trata-se, então, de formulações lingüísticas, que não são orientadas pelo pensamento ou pela realidade, mas por seqüências ideais do discurso. Quer dizer, a palavra utilizada fornece uma orientação argumentativa e o alocutário a percebe no enunciado. Pode-se referir assim a essa perspectiva como uma “semântica do discurso ideal”, que reivindica uma equivalência entre o sentido e a intenção lingüística do enunciado (Anscombe, 1987).

Isso contribui para que se explique porque a pesquisa inaugural de Ducrot e Anscombe desenvolvia-se em torno de um “conjunto de frases” escolhidas para uma determinada demonstração teórica, fora de um contexto enunciativo particular. Para eles, a *frase* apresentava-se com vantagem à análise em relação às enunciações empíricas, justamente por ser repetível e poder-se analisá-la como em um processo laboratorial. Ela permite, assim, a confecção de modelos, mesmo porque a sua estrutura abstrata pode ser sempre realizada como enunciado, em enunciações distintas. Além disso, interessava-lhes perceber que a frase é, na maioria das vezes, orientada argumentativamente (Ducrot, 1989):

“A frase nos diz o que é necessário fazer quando se tem que interpretar seus enunciados, especifica especialmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto. Entre estas instruções, eu me interesse particularmente por aquelas apresentadas pelo que chamo as “variáveis argumentativas”. Elas indicam ao intérprete do enunciado

⁴ O mesmo exemplo foi utilizado por Plantin (1996: 66), com outro propósito.

que ele deve constituir, e atribuir ao locutor (fundamentando-se no que ele conhece da situação de discurso), uma estratégia argumentativa determinada."

Outra consideração importante para estes autores é que a argumentação constitui-se no traço fundamental da linguagem. O ato de argumentar encontra-se presente na maioria dos enunciados do discurso, integrando a sua estrutura lingüística e, regularmente, esses enunciados dirigem-se para determinados tipos de conclusão (Ducrot, 1989). *Eles não podem ser empregados sem que se pretenda orientar o interlocutor, pelo simples fato de que a língua em si possui uma orientação argumentativa.* Assim, em "Este filme é interessante", o uso da palavra *interessante* determina uma argumentação em favor de que se assista o filme ou que ele seja reconhecido entre os melhores (*ele merece ser visto; ele merece ganhar Oscar; etc.*). A argumentação passa, portanto, a ser verificada como um fato essencial da língua (Anscombe e Ducrot, 1983: 8):

"Um locutor faz uma argumentação quando apresenta um enunciado E_1 (ou conjunto de enunciados) destinado a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros) E_2 . Nossa tese é que existem coerções na língua que regem esta apresentação."

Vejamos mais um exemplo a este respeito. Consideremos o adjetivo *caro*. Ao se afirmar que determinado objeto é *caro*, faz-se alusão a um valor deste objeto que está sendo avaliado acima do que se espera. As propriedades deste objeto são marcadas positivamente. Elas se opõem às características que tornariam o objeto *barato*. No enunciado "Este livro é caro", por exemplo, a orientação argumentativa em favor do livro como objeto que merece ser adquirido levaria o interlocutor a valorizar o seu conteúdo, o material e qualidade da impressão, ilustrações, cores, formatação, escolha da capa, o título, o fato que o seu autor é famoso, etc. *Ser caro*, no caso, é um atributo que leva a uma marcação positiva do valor para o livro: "Este livro é caro (...) Vou comprá-lo".

Fatos como esses permitem a observação de Ducrot e Anscombe que o valor argumentativo de um enunciado é mais importante que o seu

valor informativo (Anscombe, 1987: 126). Pois no nível informativo, a compra de um objeto *caro* seria dispensável, ilógica, e a aquisição do objeto *barato* deveria ser imediata, inquestionável.

No decorrer do “programa de pesquisas” de Ducrot e Anscombe, várias formulações foram sendo revisadas, abrindo-se a outras contribuições, em particular, à importância dos *tópoi* no processo argumentativo. Trata-se, no entanto, de uma retomada em plano diferente, já que *a concepção tradicional da retórica vê a argumentação como um jogo a partir da linguagem e não como um jogo de linguagem* (Anscombe, 1987). Ora, se a argumentação se dá exclusivamente no nível lingüístico, é natural que os *topoi* também tenham justificativa na língua. E, de fato, esses representam *os trajetos (argumentativos) que se deve obrigatoriamente percorrer para alcançar uma conclusão determinada, a partir da ocorrência de uma determinada frase* (Anscombe, 1987: 136). Retomando um exemplo anterior, em “Este filme é interessante”, podemos perceber que o predicado *ser interessante* não nos envia necessariamente a uma justificativa sobre o filme. Mas, a um lugar-comum em nossa comunidade lingüística, que autoriza certas conclusões. Afinal, o se afirmar que *qualquer coisa é interessante*, se constrói uma expectativa positiva em relação à coisa, pelo uso que normalmente fazemos deste adjetivo. Desta forma, não é a propriedade do *filme* em si que está em jogo, e sim o uso da linguagem.

A ARGUMENTAÇÃO NA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

Diferentemente das perspectivas de Ducrot, Perelman, e a retórica antiga, a Teoria Semiolingüística tenta compreender o fenômeno argumentativo no interior de uma formulação geral da Análise do Discurso. A argumentação não é vista como uma atividade autônoma da língua e nem é o seu fundamento. A sua importância, *a priori*, não é maior e nem menor que a ocupada pelas atividades narrativa e descritiva, pois é em função do contexto e da finalidade comunicativa que o *sujeito comunicante* – aquele que é responsável por um ato de linguagem – opta entre argumentar, narrar ou descrever. A argumentação corresponde, então, a um modo de realização discursivo como os demais e o seu estudo efetua-se a partir do *Modo de Organização Argumentativo* (Charaudeau, 1992).

Esse entendimento preliminar permite aproximar-mo-nos melhor da noção de *argumentação*, postulada por esta perspectiva teórica. Para construí-la, o seu autor, Patrick Charaudeau, alerta-nos que *ela não pode ser identificada com a presença de marcas em uma seqüência de frases ou proposições ligadas por conectores lógicos*. A linguagem humana é bastante dinâmica e permite inúmeras combinações que não comportam marcas explícitas de operação lógica. Sem contar que a argumentatividade se encontra freqüentemente oculta, implícita ao discurso.

Deve-se evitar, ainda, qualquer confusão entre *argumentação* e outros atos do discurso que se combinam freqüentemente com ela, mas têm existência autônoma. É o caso da *negação*, por exemplo. Ela pode consistir somente em rejeitar uma asserção em uma situação discursiva. Mas ela torna-se argumentativa quando o raciocínio do sujeito argumentante envolve uma operação de pensamento para expressar uma convicção e uma explicação destinada a um interlocutor, com o objetivo de persuadi-lo e modificar o seu comportamento. Então, argumentar é uma atividade discursiva que define-se por uma relação triangular em que os pólos são um *sujeito argumentante*, uma *tese* sobre o mundo e um *sujeito alvo* (Charaudeau, 1992: 785). Para o sujeito argumentante, essa relação envolve um duplo objetivo:

"Uma busca de racionalidade que possa servir como ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo que não possuam uma única explicação. Neste caso, o que se apresenta é o *verossímil*, ou o que é aceito como verdadeiro pelas representações *sócio-culturais* entre os membros do grupo, num jogo de *verdade* e *universalidade* das explicações;

Uma busca de influência, como ideal de persuasão, que consiste em fazer com que o outro (*interlocutor* ou *destinatário*) partilhe um certo universo discursivo, a fim de que este almeje ter o mesmo ideal, tornando-se, assim, um *co-enunciador* discursivo.

A fim de alcançar estes objetivos, o *sujeito argumentante* desenvolve três atividades cognitivas: *problematizar*, *elucidar* e *provar*, conforme Charaudeau (1999). A primeira, *problematizar*, corresponde ao "fazer

saber”, não somente aquilo que está em questão, mas também o que é preciso que se pense no momento. O sujeito argumentante oferece ao seu interlocutor o meio (mais ou menos explícito) de situar o quadro de questionamento, ao qual é preciso relacionar o ato assertivo. Os questionamentos podem se dirigir ao *enunciado* ou à *enunciação*. Quando ele se volta para o enunciado, o interlocutor deverá se interrogar sobre o que é a causa ou a consequência do fato (*Por que isso é assim? Como isso é possível? O que é que isso vai produzir?*). E quando se dirige à *enunciação*, o interlocutor deve se interrogar sobre o que autoriza o locutor a enunciar tal asserção (*Por que você disse isso? Por que você diz isso a mim?*). Assim, *problematizar* é propor-impor um quadro de questionamentos que coloca em oposição duas asserções. E o sujeito alvo é conduzido a interrogar-se sobre a validade destas, pelo sujeito argumentante. Por exemplo.⁵

a. A Pátria vestiu as chuteiras, as ruas e praças se encheram de cores e as caras se pintaram, de novo, de verde e amarelo. Bastou isso para que uma seleção desacreditada se enchesse de brios. (Fragmento discursivo de Fernando Henrique Cardoso, publicado em 03/07/94)

b. Em Copa do Mundo, é preciso que o jogador coloque o coração em campo. Isso é o que vale na Copa. Sou adepto da tese de que, além da técnica, é fundamental ter raça para ganhar um Mundial. (Fragmento discursivo de Luís Inácio Lula da Silva, publicado em 03/07/94)

Em (a) e (b), os sujeitos argumentantes inseriram-se em um quadro de questionamentos sobre um determinado sentimento popular e resultados de jogos da Seleção Brasileira, durante um momento da Copa de 94. Para (a) o sentimento predominante era de euforia e as vitórias da seleção indicavam que ela estava no caminho esperado. Esse candidato questiona-se então sobre pontos como: Quais são as razões da euforia? Ela assemelha-se a uma mobilização popular? Como associar este sentimento, ações públicas da população e resultados positivos no futebol a um projeto de fala de candidato? Em

⁵ Os exemplos têm apenas caráter ilustrativo e não se constituem em tentativas de exame aprofundado. Os seus enunciados compõem um conjunto de proferimentos de candidatos à presidência da República do Brasil (1994), publicados pelo Jornal *Folha de São Paulo*, e integram o *corpus* da nossa dissertação de mestrado. Cf.: MENEZES (2000).

(b) não se tem confiança que o sentimento majoritário da população seja no sentido de uma euforia. Então, o que fazer? O que é necessário para se ganhar uma Copa do Mundo? A Seleção está demonstrando raça para vencer? Como associar esse quadro ao projeto de fala da candidatura?

A segunda atividade cognitiva desempenhada pelo sujeito argumentante consiste em *elucidar*. Isto é, ele procura *fazer* “o outro” *compreender* as razões que explicam o estado do *fato* asseverado ou as conseqüências possíveis desse sobre acontecimentos futuros. Ela pressupõe, então, que o fato seja averiguável e a sua existência não possa estar sob suspeita. Pois, a argumentação não busca provar a existência do *fato*, e sim explicar o seu *porquê* e o seu *como*. “*Elucidar é entrar no universo discursivo da causalidade e não naquele da existencialidade do acontecimento*”, como afirma Charaudeau (1999).

Esse universo discursivo da causalidade compreende:

Causas imediatas: aquelas cuja elucidação consiste em dar como origem do estado asseverado um fato imediatamente anterior ou uma sucessão de fatos anteriores.

Causas profundas: aquelas que os índices explicativos aludem a origens múltiplas; que se mostram pela participação de elementos diversos, em um jogo de paralelismo e analogias.

Em nosso exemplo (a), a elucidação pode ser percebida a partir das expressões “de novo” e “bastou isso para que”. No primeiro caso, ela refere-se a uma causa imediata. Alude-se a uma mobilização *cívico-política* em favor do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor e a uma possível tradição desta forma de manifestação popular. No momento da enunciação, ela se apresenta ao candidato como uma regularidade inquestionável, agindo em favor da sua argumentação. Na seqüência, a segunda expressão (“bastou isso para que”) aponta para a existência de uma causa profunda, que permite a formulação de uma lei: *sempre que a população se mobiliza, ela provoca uma transformação*.

Em (b), não se tem um quadro muito diverso: “é preciso que” indica uma regularidade visível. Aliás, pode-se mesmo pensar tal expressão

como portadora de uma necessidade. Além disso, a própria *tese* do candidato utiliza-se da combinação de elementos diversos (“técnica” e “raça”), que concorrem para uma mesma finalidade socialmente percebida.

A terceira atividade cognitiva, *provar*, relaciona-se a um *fazer crer*, fundado no valor da elucidação. Segundo Charaudeau (1999), ela possibilita que o sujeito argumentante *se posicione* em relação à *validade das elucidações possíveis e que, ao mesmo tempo, ele forneça ao interlocutor os meios de julgar a validade do ato de elucidação a partir da problematização inicial*. Essa atividade compreende *argumentos de ordem empírica, experimental ou estatística, tendo valor ético, pragmático ou hedônico, e um posicionamento do sujeito argumentante em relação ao sistema de valores que circulam na sociedade à qual pertence*.

Neste caso, o fragmento (a), da nossa exemplificação, utiliza-se de argumentos de ordem empírica importantes como: “as ruas e praças se encheram de cores e as caras se pintaram”; “a seleção revigorou-se”; etc. Em geral, esses indicam uma combinação dos domínios pragmático, ético e hedônico. Além disso, o sujeito argumentante posiciona-se enfaticamente no campo dos valores, através de expressões que lembram um alto teor nacionalista, como: “Pátria”, “verde e amarelo”, “caras pintadas”, “seleção”, etc. Já o fragmento (b) utilizou-se de um imperativo categórico importante: “é preciso que”. Esse imperativo assemelha-se a um princípio ou norma de conduta moral, que deve ser aceita de modo incondicional. No caso, ele indica aquilo que o sujeito argumentante deseja que se pense que ele faria, caso estivesse na situação de jogador e, também, aquilo que acredita que a população partilha como princípio de conduta válido para todo jogador da seleção. Assim, espelha-se em uma valoração ética e moral.

O desenvolvimento dessas 3 (três) atividades cognitivas (*problematizar, elucidar e provar*) submete-se a situações particulares das trocas linguageiras, onde tem lugar a argumentação. Isto é, elas ocorrem no interior de um determinado tipo de situação correspondente a um contrato de comunicação específico. O contrato apresenta-se, nesta perspectiva, como determinante para o conjunto dos argumentos.

Além disso, no interior do contrato, o *sujeito argumentante* pode desenvolver estratégias de argumentação específicas. Estas giram em torno de três perspectivas, não exclusivas entre si, mas que se distinguem mais ou menos pela natureza de sua finalidade:

Legitimação: determinar a posição de autoridade do sujeito argumentante, de modo que este possa responder à questão: *“Em nome de quem estou autorizado a argumentar: a) autoridade institucional ou b) autoridade pessoal?”*. Esta posição da autoridade pode ser pressuposta e percebida; pode também ser contestada.

Credibilidade: determinar a posição de verdade do sujeito; respondendo à questão: *Como posso ser tomado a sério: a) mantendo uma posição de neutralidade ou b) engajando na escolha dos argumentos e palavras.*

Captação: fazer com que o parceiro entre no quadro argumentativo do sujeito falante, tentando resolver o problema: *“Como fazer para que o outro possa ‘ser levado’ pelo que eu disse?”. Para isso, o sujeito falante pode adotar objetivos de: a) polêmica ou b) persuasão e dramatização, quando ele utiliza-se de analogias, comparações, metáforas, etc.*

Em uma possibilidade de exemplificação, podemos utilizar, novamente, os fragmentos (a) e (b). No primeiro, o sujeito argumentante apresentou-se como portador do estatuto de autoridade institucional. Por isso, ele pode argumentar em nome de um sujeito uno: a “Pátria”. Essa legitimidade, sabemos, é uma extensão da sua estratégia política, como candidato da situação. Em relação a esse mesmo aspecto, (b) adotou um estatuto de autoridade de fato ou autoridade pessoal. Esse sujeito argumentante tenta apresentar-se como uma pessoa dentre outras. Por isso, submete-se a princípios que postula como fundamentais na vida social, do ponto de vista *ético-moral*, e participa de crenças que não são unanimemente aceitas, como a própria “tese” que enuncia.

A credibilidade em (a) orienta-se pela conjugação de perspectivas: neutralidade, para evitar qualquer traço de avaliação pessoal capaz de promover rupturas em relação a outros sujeitos argumentantes que já

se encontrem em situação de *co-enunciadores* ou tenham maior predisposição para tal; e engajamento, por meio de palavras que reforçam a idéia de união nacional, patriotismo, etc. Para o sujeito de (b), a credibilidade orienta-se nitidamente para o engajamento. Por isso, parecem-nos sintomáticos a sua preferência pelo imperativo categórico e uso da primeira pessoa do singular do verbo *ser*.

Por fim, um comentário sobre a captação. No fragmento (a), o sujeito adota principalmente a dramatização e a persuasão. Para isso, ele constrói o seu discurso principalmente pelo uso de analogias, metáforas e comparações que enaltecem a presença do uno, explorando as crenças em comum e a amplificação das emoções. Já o fragmento (b) adota uma combinação entre a polêmica e a dramatização. Ou seja, ele interpela o parceiro ao apresentar-lhe a sua "tese" *não-consensual* e o seu mandamento *ético-moral* mas, ao mesmo tempo, afirma, metaforicamente, a sua crença de que gostaria de ver "o coração em campo".

Após essa breve apresentação e comentários, o que podemos concluir acerca da finalidade social da argumentação, nesta perspectiva teórica? De alguma maneira, os exemplos que acompanhamos contribuem para que se veja a complexidade do assunto. A argumentação é uma prática que pode ser valorizada tanto positiva quanto negativamente, depende do conjunto das circunstâncias envolvidas no ato. Por outro lado, aquele que argumenta com maior frequência pode ser considerado tanto um sujeito que sabe muito, capaz de persuadir com facilidade, que tem um ótimo raciocínio e, assim por diante, quanto um sujeito que gosta de impor o seu raciocínio, que está sempre querendo manipular, que ocupa a fala com exclusividade, um manipulador, etc. Não há como ser taxativo sobre essa questão na definição do objeto e o problema volta-se, assim, para o sujeito argumentante e o papel linguageiro que ele desempenha. Certas argumentações podem ser consideradas manipulatórias para uns e não ser para outros. Depende, portanto, do lugar sócio-discursivo em que o próprio sujeito do conhecimento se encontra. Entretanto, parece-nos fundamental perceber a *argumentação enquanto o principal instrumento de formação da opinião pública* (Charaudeau, 1999). Talvez, resulte daí a sua importância na constituição e preservação de ambientes propícios à pluralidade de atos dos linguagem.

CONCLUSÃO

Levantamos, na introdução deste artigo, a hipótese da argumentação ser um domínio complexo do conhecimento. Ou seja, um domínio que contém um grande número de variáveis que não são inteiramente conhecidas e controladas, impedindo um conhecimento completo. Isso ocorre não em função da capacidade individual de um ou outro teórico em particular ou do erro das suas teorias, mas porque são tantos os problemas, variáveis e informações envolvidos nesse conhecimento que não temos condições de conhecê-los. De fato, desde a Antigüidade Clássica, inúmeros pesquisadores vêm dedicando-se a este objeto, sem que se possa aludir a um conhecimento completo, nas diversas teorias.

Aristóteles, pelo que nos parece, já tinha percebido a natureza multifacetada do mesmo, ao propor a existência de quatro classes de argumentos na *polis*: demonstrativos, retóricos, dialéticos e sofísticos. Mas, se ele estava certo, esta quantidade de raciocínios ampliou-se bastante no decorrer do tempo, acompanhando a multiplicidade de saberes na sociedade. Assim, a concepção que sustentava a existência de uma lógica clássica, por exemplo, cedeu lugar à lógica formal e várias outras lógicas; a retórica antiga vê-se reinterpretada em diversos caminhos e áreas do conhecimento; a dialética parece-nos estabelecer padrões heurísticos importantes em diversas disciplinas, como as perspectivas pragmáticas. E porque não se falar de raciocínios modernos, que contando com os artifícios midiáticos, pesquisas de opinião e informatização de dados, assemelham-se à sofística do passado? Os proferimentos de campanha eleitoral que utilizamos como ilustração para a Teoria Semiolingüística parecem-nos ricos neste aspecto.

Um outro nível de ampliação das variáveis parece ter ocorrido em relação aos gêneros retóricos. Podemos aceitar a classificação de Aristóteles (*judiciário*, *deliberativo* e *epidético*), mas situando-a na *polis* antiga (com a ressalva que, quase nada sabemos sobre o uso da linguagem no espaço privado, onde encontravam-se os *não-cidadãos*). Na "cidade-estado" moderna, esses são bem mais amplos e sofisticados, cuja pesquisa deve ser pautada de acordo com os novos padrões e usos da linguagem, em suas variáveis comunicativa e situacional.

É nesta perspectiva que ganha realce um quadro da Análise do Discurso, como a Teoria Semiolingüística. O exame da argumentação no contexto da sua produção, tendo em conta a dimensão psicossocial dos sujeitos envolvidos no ato de linguagem e o material lingüístico específico, parece-nos um programa de pesquisa atraente para diversas áreas do conhecimento, como a História, Psicologia, Sociologia, Direito, Artes Cênicas e a Filosofia. E tal convergência de interesses só vem reforçar o campo das Ciências da Linguagem e a dimensão *pluridisciplinar* da Análise do Discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSCOMBRE, J.C. e DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- ANSCOMBRE, J.C. e DUCROT, O. *Dynamique du sens et scalarité*. In: *L'argumentation*. Mardaga, 1987.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Difusão Européia, 1959.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit*. 1999 (no prelo).
- CORTRIGHT, R. e HINDS, G. *Técnicas construtivas de Argumentação e Debate*. São Paulo: IBRASA, 1968.
- DECLERCQ, G. *L'art d'argumenter*. Paris: Editions Universitaires, 1992.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- Ducrot, O. *Argumentação e "Topoi" argumentativos*. In GUIMARÃES. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- FINLEY, N. I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- MACHADO, I. L. *A ironia, a retórica antiga e a retórica francesa*. In: *Clássica* nº 7/8. São Paulo: 1994/1995, pp. 303-308.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- MARI, H. *Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações*. In: MARI, H. et al. (org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Carol Borges, 1999. pp. 239-258.

- MENEZES, W.A. Argumentação e discurso político eleitoral no Brasil (1994-1998): mudança, conservação, tradição e utopia. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG (Dissertação de Mestrado em Letras – Estudos Lingüísticos) 2000.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da Argumentação - a nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Argumentação*. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, L. *Império retórico: Retórica e argumentação*. Porto: Asa, 1993.
- PLANTIN, C. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.
- VIANA, S. B. A. *A sofística grega do século V a. C.* In: *Kriterion* (nº 78), Belo Horizonte, FAFICH-UFMG, 1987.

ETHOS E EXPERIÊNCIA DO DISCURSO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Antoine AUCHLIN
Université de Genève¹

INTRODUÇÃO

Por trás de uma aparente simplicidade – *ethos* é o ar, tom, estilo, daquele ou daquela que fala, é como o locutor se diferencia da maneira pela qual ele se vê – a noção mostra diferentes problemas quando tentamos compreender o seu conteúdo preciso: de qual ponto de vista nos pronunciamos sobre o *ethos*? O que é necessário compreender por “o ar, tom, estilo”? Em que sentido é preciso entender “aquele que fala”? Enfim, qual é, de onde vem, este poder do *ethos* que apodera-se dos casos indecisos, quando ele não rivaliza com o conteúdo em si dos argumentos, com o *logos*?

Através de alguns de seus empregos, em retórica, em pragmática, em estilística, até mesmo em didática, o *ethos* é concebido como mais ou menos dialogal (Vs. monologal), mais ou menos focal (Vs. enquadrante), mais ou menos moral (Vs. técnico), mais ou menos convencionalizado (Vs. emergente), mais ou menos intradiscursivo (Vs. mundano), mais ou menos abstrato (Vs. Concreto, carnal)... Esta lubricidade de conteúdo justifica a prudência que preconiza Le Guern (1977). A autora pontua igualmente alguns limites – quase paradoxos e circularidades teóricas da noção – que amalgamam ordens de fatos que as recentes ciências da linguagem buscaram sobretudo, e

¹ Esta comunicação foi apresentada no colóquio “Ideologia e polidez” realizado na Universidade de Louvain-La-Neuve em novembro de 1998 e beneficiou-se do generoso apoio do Fonds Charles Bally de la Société Académique de Genève

pacientemente, distinguir e separar (tornando-se incapaz de os rearticular): existe uma parte ilocucionária e uma parte perlocucionária do ethos; seus meios vão das escolhas lexicais às escolhas dos argumentos, passando não só pelo tipo de estrutura discursiva (dispor a conclusão, o argumento, o contra-argumento, em uma ordem ou em outra pode ser decisivo para o ethos), mas também pelo ritmo e pela elocução². O ethos se elabora como um “holograma experiencial”, sobre a base de uma percepção complexa que extrai suas informações do material lingüístico e de seu ambiente (sua substância, etc.), em função de seu potencial de ativação dos *eixos afetivos do interesse, da admiração e da confiança*³. A mobilização dessas dimensões afetivas no intérprete-experienciador constitui uma condição para a emergência de um efeito de ethos.

Podemos distinguir duas visões do ethos: uma estática, figural, monologal, com um valor essencialmente descritivo e tipológico; a outra, dinâmica, dialogal (ou interacional), minimamente especificada, não descritiva, mas operatória, ou em um sentido, *prescritiva*. A primeira considera o ethos “em si”, como conjunto de atributos da fonte do discurso (“orador” “locutor”, “responsável” etc.) associados à singularidade de uma pessoa ou de uma coletividade (ethos coletivo) e coloca o impasse de que todo ethos é *ethos para alguém*. A segunda propõe que o ethos é constitutivamente dialogal, e que seu conteúdo descritivo remete à *experiência* de um discurso, não às representações, e deve ser visualizado enquanto *eu*, e não enquanto “ele” ou enquanto “isso” para dar acesso à nossa experiência própria, a parte interior e íntima de nossa relação com a linguagem, acesso à interação verbal, à nossa própria identidade, na qualidade de que ela se constitui,

² Ritmo e elocução mencionados por Declercq (1993: 48), Ducrot (1984: 201). Maingueneau (1996: 88) utiliza a noção de *vocalidade* para designar o conjunto dos traços comuns na língua oral e na língua escrita: “a «vocalidade» não é uma voz, ela frustra toda apreensão imediata da distinção entre oral e escrito”. Resta entender como o ritmo e a elocução se apreendem na vocalidade, no sentido em que ela é comum na língua oral e na língua escrita.

³ Admiração e confiança são sentimentos derivados da “pulsão afiliativa” (Cosnier 1994: 47 sq.)

notadamente, de sucessivas identidades linguageiras que nós adquirimos para nossos diferentes interlocutores⁴.

Tal fato leva-nos a supor que a noção de ethos, além de seu conteúdo descritivo pouco determinado, e graças a ele, remete a coisas muito diferentes do ponto de vista daquele ou daquela que fala e do ponto de vista do intérprete-experienciador, mesmo se, de um lado, no imaginário da pessoa que fala, há identidade entre a aparência que ela imagina adquirir e aquela que ela adquire na experiência do intérprete e mesmo se, de outro lado, a experiência do intérprete o conduz a identificar com o próprio falante o que ele vê – percebe: o valor prático-didático a longo termo do ethos, se existe um, reside no questionamento dessa identidade imaginária e nas regulações que resultam disso.

Minimamente, a noção de ethos designa uma certa figuração da fonte causal de um evento enunciativo. Esta figuração não é uma representação. É, sobretudo, uma forma de percepção pela qual se faz sentir toda ou parte de uma “entidade-origem-da-fala-em-ação”. O ethos repousa sobre o conjunto de fatos tornados manifestos, de forma lingüística e não lingüística, pelo evento enunciativo⁵, e se elabora sobre a dupla base de um tratamento interpretativo interno, e de um tratamento externo, do discurso. É, assim, um efeito pragmático particular, “peri-interpretativo”, cujo lugar é a experiência sensível do discurso, um “holograma experiencial”, que mobiliza os dispositivos

⁴ Sabendo até que ponto nossas representações interiores podem ser somente *engodos encantatórios*...

⁵ “A prova ética é (...) constituída por tudo o que, na enunciação discursiva, contribui para emitir uma imagem do orador destinada ao auditório. Tom da voz, elocução da fala, escolha das palavras e argumentos, gestos, mímicas, olhar, postura, o conjunto do vestuário, etc, são tantos sinais, elocutórios e oratórios, indumentários e simbólicos, através dos quais o orador dá uma imagem psicológica e sociológica de si (...). Na prova ética, tudo tem um significado, é sintoma de uma personalidade que o auditório atribui ao orador na medida em que o discurso avança. (...) O domínio da aparência é assim uma parte essencial do processo persuasivo; e a estratégia ética do orador consiste em se conformar com a imagem que o auditório faz de um orador digno de fé”, Declercq (1993: 48-49).

afetivos do intérprete⁶, considerado retoricamente tão potente quanto o conteúdo lógico do discurso e suscetível de rivalizar com ele, o charme e a sedução prevalecendo sobre a verdade e suscitando, por esta razão, desconfiança moral.(Declercq).

Para aquele que fala, o ethos é uma “ferramenta cognitivo-interacional” cuja dimensão se exprime em *eu*: ethos é o nome da distância que é conveniente que eu tome face a duas evidentes aberturas da minha identidade de fala no diálogo: a exterioridade da língua que eu devo habitar e que (sobre)determina meu gesto e minha postura enunciativa ao mesmo tempo em que a torna possível⁷; e a exterioridade da apreensão à qual meu gesto ostensivo dá lugar (conforme o postulado dialogal do ethos). Se eu pretendo me isentar dessa dupla abertura, não há mais diálogo (*eu perco* o diálogo); mas se eu me entrego a ele como a um mistério e me absorvo, não há mais “mim”.

O ethos, assim, é um “objeto de aquisição perpétua”: é uma problemática que os sujeitos falantes encontram tardiamente em sua dimensão reflexiva, à qual o acesso é facilitado, porque colocado em crise, pela aquisição da escrita (Yessouroun, 1994). Contudo seria falso pensar que tal aquisição possa ser dominada, submetida, ultrapassada, pois a realidade do ethos está na troca e pertence ao interlocutor.

⁶ “*Ethé*, são os atributos do orador (e não os do público, *pathé*): são os traços do caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa a sua sinceridade) para dar boa impressão: são seus ares.” Barthes (1970: 212).

A simetria sugerida aqui por Barthes entre *ethos* e *pathos* é, na realidade, enganosa: *pathos* designa as emoções vividas pelo auditório, mas o *ethos* também mobiliza as disposições afetivas do auditório (Le Guern, 1977): *ethos*, são os aspectos que a fala permite construir pelo destinatário, enquanto que este último os constrói efetivamente, sobre a base do que ele *experimenta*. O que distingue o *ethos* do *pathos* não é o lugar de sua manifestação, mas sua causa ou seu objeto, mas sobretudo seu estatuto semiótico na experiência: o *pathos* é “frontal”, ligado a objetos que ocupam o campo de consciência, em relação, geralmente, com o que é dito; o *ethos* é “incidente”, lateral, “peri-focal” e não saberia sozinho ocupar legitimamente o campo de consciência sem cessar de ser efeito de *ethos*.

⁷ Conforme o postulado de uma “figuralidade generalizada da enunciação” (Jenny, 1996).

O ETHOS EM SI

Um bom exemplo

Vejamos um exemplo, que eu considero como um caso de ethos de sucesso, embora aqui se tenha somente um esboço: um texto que figura na primeira página, ilustrada, de um pequeno prospecto originário de um órgão que trabalha para a saúde pública⁸:

(1) Parar de fumar?
Ainda não!

Este dispositivo textual consegue, do meu ponto de vista, “um belo lance de ethos”, no sentido em que, visando a persuadir os leitores fumantes de parar, ele os coloca em uma postura de receptividade e de interesse que os dispõe a se inteirar do assunto, disposição esta que ilustra três facetas do ethos: “(...) os oradores “(...) inspiram confiança por três razões: a prudência, a virtude e a benevolência. (...) se o orador parece ter todas essas qualidades, ele inspira confiança naqueles que o escutam.”⁹

⁸ No momento da apresentação desta comunicação no Colóquio acima citado, uma pessoa me fez judiciosamente observar que meu exemplo inicial comportava igualmente uma imagem complexa e que eu não a levei em conta, de maneira alguma, na minha descrição, o que era perfeitamente exato: entretanto, meu comentário visa somente ao texto, ao qual eu imputo o sucesso do efeito de ethos; tal fato não quer dizer que a imagem não contribua favoravelmente para este sucesso; mas, a consideração dessa contribuição não me é necessária.

⁹ Tradução para o francês, de Barthes:

“Para Aristóteles, há três “ares” cujo conjunto constitui a autoridade pessoal do orador:

- *Phronesis*: qualidade daquele que delibera bem, que pesa bem os prós e os contras: é uma sabedoria objetiva, um bom senso declarado;
- *Arété*: é a ostentação de uma franqueza que não teme suas consequências e se exprime com a ajuda de teses diretas, sinais de uma lealdade teatral;
- *Eunoia*: trata-se de não chocar, de não provocar, de ser simpático (e talvez mesmo *sympa*), de entrar em uma cumplicidade complacente com o auditório. Em suma, durante o momento em que fala e desenvolve o protocolo das provas lógicas, o orador deve, igualmente, dizer sem cessar: siga-me (*phronesis*), estime-me (*arété*) e ame-me (*eunoia*).” O

A forma infinitiva da questão apresenta várias vantagens nesse ponto de vista¹⁰: sem actante determinado, ela permite visualizar “parar de fumar” para quem quer que seja. Por ter esta forma verbal, o enunciado endereça-se potencialmente tanto àqueles que fumam (ainda) quanto àqueles que desejariam fazer com que alguém parasse de fumar. Nesse sentido, ele se distingue claramente de (2), que se dirige somente a fumantes¹¹:

(2) Você quer parar de fumar?
Vários caminhos se abrem para você

O direcionamento amplo de (1) tem um efeito importante: uma parte do auditório convocado é simbolicamente tomada como testemunha do que acontece ao outro (ele pára de fumar ou não). Esse testemunho é um ato de objetivação que supõe -- e engaja por isso -- *serenidade*. Por outro lado, ela mantém na sombra a fonte enunciativa, esse “eu” coletivo de uma associação antitabagismo susceptível de inquietar o fumante e de o colocar em uma postura defensiva¹².

O segundo segmento é apresentado como uma resposta, uma reação imediata à questão infinitiva – tema da troca. Por seu conteúdo, essa reação “representa” a postura do fumante ao qual ela se dirige¹³. Na medida em que ela se coloca no lugar real do que seria a reação de um fumante, essa diafonia desencadeia, nele mesmo, um sentimento positivo ligado à gratuidade de ser reconhecido, de ser levado em consideração; ela ativa, assim, sua confiança e sua vontade de prosseguir (*sua curiosidade*).

A estrutura do encadeamento em (2) é muito diferente: o segundo segmento não se encadeia diretamente sobre o primeiro, mas sobre

comentário de Barthes poderia, no entanto, causar confusão: o orador tanto não deve *dizer* “siga-me, etc.” quanto o *fazer acontecer*; isso passa, acima de tudo, não pelo que o orador pode *dizer* de si, mas pelo que ele *mostra de si*; trata-se do que o orador apresenta e não do que ele *representa*.

¹⁰ Eu devo ao trabalho de C. Flückiger (1998) por ter chamado a minha atenção sobre as propriedades das frases infinitivas.

¹¹ Atestado nas mesmas condições que (1).

¹² Ver *Você quer parar de fumar? Nós vamos lhe ajudar*.

¹³ Poderíamos, seguindo Roulet, falar de “diafonia potencial projetiva”.

uma resposta, positiva, à primeira questão, resposta implícita, que deveria ser aquela do destinatário da mensagem. Ora, este destinatário, oculto, vê-se responder “sim”, eu quero parar de fumar. Estrategicamente, isso é ruim porque restringe o auditório às pessoas que satisfazem as duas condições: de querer parar de fumar e de não saber o que fazer para isso. Em todo caso, aquele que respondesse “não”, ou para quem a questão não estivesse ainda resolvida, não é “acolhido” por este dispositivo de fala: não há lugar, e nada de verbal, de “técnico” no sentido de Aristóteles, que se inscreva em seu espírito que faça com que ele esteja preocupado pela mensagem¹⁴.

Enfim, toda pessoa que, lendo *Ainda não!* se identifica com seu locutor, “se vê dizendo”: aceito *ipso facto* a implicação *eu vou parar de fumar*. Não anulável porque convencional, esta implicação é o cavalo de Tróia, vitorioso, desse dispositivo textual.

Por estas diversas razões, o exemplo (1) realiza de forma muito precisa, e diferentemente de (2), o *insinuar-se* do qual Gilbert (Le Guern 1977:283) se serve para qualificar o funcionamento do ethos. Ele vale-se de uma espécie de direcionamento, de habilidade, no saber fazer linguageiro apresentado, ao mesmo tempo reconhecido pelas emoções interacionais experimentadas pelo intérprete; estas, por sua vez, constituem uma experiência imediata da mensagem e é *identificada* como uma causa.

Parceiros e instâncias do ethos

Esse exemplo permite especificar quais são as instâncias protagonistas do efeito de ethos. Baseio-me na bem conhecida teoria polifônica da enunciação de Ducrot (1984), em particular na sua distinção entre, de um lado, “sujeito falante”, ser histórico, *exterior* à fala, e de outro lado, seres *interiores* à fala, construídos pelos sentidos dos enunciados: “Locutor enquanto tal”, entidade apresentada pelo

¹⁴ Acrescentemos, sobre a estrutura de (2), que a primeira troca, truncada, da qual a segunda intervenção é a resposta positiva implícita, esta troca está subordinada por “*vários caminhos*” em uma estrutura totalmente monológica – o que minimiza ainda as chances de implicar o destinatário.

enunciado como responsável pela enunciação, e “locutor enquanto ser do mundo”, objeto de representação do enunciado¹⁵.

Em minha teoria da competência discursiva, eu descrevi o funcionamento desta como visando a estabelecer um estado de equilíbrio, ou acordo interior, entre uma entidade empírica externa, o *sujeito falante* e uma entidade intra-verbal, “um ser de fala”, definido e identificado intensionalmente pela enunciação como o responsável por sua ocorrência, *um locutor*. A análise de textos de alunos de redação, conduzida com fins diagnósticos, levou-nos, Stroumza e eu, a interrogar-nos sobre a natureza dessa “identidade” particular que explicitavam os textos de alunos que apresentavam problemas (Stroumza et Auchlin, 1997): este reflexo simultâneo de uma personalidade, de uma história, e de um saber-fazer verbal particular, não é identificado nem nos seres internos à fala, locutores, apresentados pelos textos, nem com os seres históricos que são os autores empíricos. A identidade assim construída é, ao contrário, largamente comparável ao *ethos*.

Para Ducrot “(...) o *ethos* está relacionado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê revestido de algumas características as quais, em contrapartida, tornam esta enunciação aceitável ou rejeitável.” (Ducrot 1984: 201)¹⁶.

É preciso especificar o que pode significar “relacionado” ao locutor enquanto tal. O *ethos* não é exclusivamente constituído dos atributos do locutor, ele é distinto deles, exterior: são atributos com os quais o locutor “se vê revestido”. Estes atributos antropomórficos, suscetíveis de variar em “moralidade”, em “substancialidade”, em “encarnação”,

¹⁵ “Uma vez que o locutor, (ser de discurso) foi diferenciado do sujeito falante (ser empírico), eu proporei ainda distinguir, no interior mesmo da noção de locutor, o “locutor enquanto tal” (por abreviação “L”) e o “locutor ser do mundo” (λ). L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto possuidor dessa propriedade. λ é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado e cujo estatuto metodológico é totalmente diferente daquele do sujeito falante (este último origina-se de uma representação “externa” da fala, alheia àquela que é veiculada pelo enunciado).” (Ducrot, 1984: 199-200).

¹⁶ Ver também Declercq, (1993: 143).

conforme os usos e as concepções, são oriundos da experiência afetiva do destinatário, das suas emoções interacionais. O ethos é ligado ao locutor na qualidade de que este constitui o epicentro do evento enunciativo. No entanto, esta é uma *caracterização externa*, que se institui como entidade do mundo uma entidade intra-verbal, pelo viés da troca.

O ethos, nesse sentido é um “fantasma” do sujeito falante, uma ilusão do sujeito falante, um “holograma experiencial”, que resulta do crescimento de duas fontes de tratamento distintas: o tratamento interpretativo de dados internos aos enunciados e ao discurso; e o tratamento sintomatológico e empático dos fatos externos e contingentes à fala.

Em (1), nenhuma expressão refere-se ao locutor, os segmentos sendo inteiramente interpretáveis como pensamento atribuído (ou potencialmente diafônico); o locutor enquanto tal, L, apresenta-se unicamente no fato de demonstrar pensamentos atribuíveis. Não encontramos aí matéria para uma referência ego-centrada da fonte enunciativa, mas, evidentemente, este apagamento mesmo serve de ponto de partida para uma caracterização “ética”. Ora, o “crédito ético”, se ele é de fato relacionado ao locutor enquanto tal, não vale, contudo, para ele mesmo. Ele é, para se valer de uma metáfora econômica, creditado na conta da instância externa à qual está associada o locutor, que Maingueneau nomeia “responsável” (*garant*). Aqui, o responsável não é o “sujeito falante”, o ser empírico, que redigiu materialmente estas palavras, mas a entidade coletiva, social, acorporal, designada acima como “órgão que trabalha para a saúde pública”, que leva em consideração a ocorrência desta enunciação e a assina juridicamente. O ethos, através do locutor, constitui uma elaboração experiencial do responsável como entidade mundana que garante o conjunto do evento enunciativo como evento para o intérprete.

Mas, de outra parte, há também um ou mais sujeitos falantes produtores empíricos: se o enunciado produzido não deixa, evidentemente, nenhum traço lingüístico interno, ele deixa talvez um vestígio, um traço, uma assinatura estilística¹⁷. Para o intérprete-experienciador, a fonte enunciativa é a que o tratamento interpretativo

¹⁷ Ver as pesquisas em “forensic linguistics”, Coulthard (1998).

dá a sentir, ela é identificada pela caracterização do comportamento verbal tal como ele é percebido – vivido. É preciso supor então que o manejo verbal em si é susceptível de nutrir a admiração, como o faz a habilidade de um menestrel ou de um músico. Não o surgimento do “bem falar”, imprevisível e aleatório, mas a regularidade de uma *techné*, a elegância, a segurança, a economia de meios e de esforços reconhecidos como características estáveis de tal discurso, e atribuídos a um saber fazer imaginariamente reconstruído. A admiração se mistura a um crescimento do interesse mais ou menos prospectivo, à expectativa (curiosidade), assim como à confiança no deslocamento do discurso – esta coocorrência constitui a captação do intérprete, isto é, seu abandono à ação do discurso sobre ele. Dito isto, a qualidade do manejo verbal é o fato técnico do sujeito falante produtor empírico, ela se traduz em crédito dado ao responsável, na condição de que este se constitui a partir do locutor, ou seja, a partir de uma entidade interna à fala.

REFLEXIVIDADE DIALOGAL

No sistema de provas da retórica de Aristóteles, a *prova ética*, ou prova pelo *ethos* (a mais eficaz das duas provas “subjetivas”) consiste, para o orador, em dar, pela maneira pela qual ele constrói seu discurso, uma imagem dele mesmo de modo a convencer o auditório e ganhar a sua confiança:

“Nós persuadimos pelo caráter (ethos), quando o discurso consegue tornar o orador digno de fé, porque as pessoas honestas nos inspiram maior e instantânea confiança sobre todas as questões em geral, e inteira confiança sobre estas que não comportam nenhuma certeza, e dão lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja o efeito do discurso, não de uma idéia preconcebida sobre o caráter do orador.”
(Aristóteles, *Retórica* I, 1356a: 5-9).

Neste quadro, a noção de *ethos* não é separável da noção de *prova ética*, que sozinha dá vazão ao que nós podemos chamar de um “circuito do *ethos*”: o discurso é de tal forma, para o destinatário, que faz atribuir esta ou aquela propriedade (caráter) ao seu “autor”, o que,

em retorno, como diz Ducrot, volta como crédito dado ao discurso, isto é, a seu conteúdo, ao que é dito.

Apoiando-nos na posição de Aristóteles, o ethos possui duas características centrais, inalienáveis: i. ele é dialogal e reflexivo; e ii. ele é casualmente dependente do discurso, ou emergente em relação ao discurso.

Entretanto, a noção de ethos é, há muito tempo, retirada do campo da retórica persuasiva (Declercq, Le Guern, 1977)¹⁸. O caráter dialogal está então ligado à *prova ética*, ou, ao contrário, a prova ética é somente uma manifestação possível do ethos? Ela seria o dispositivo que apresentaria a vantagem de ter como saída um estado final discreto, logo verificável, isto é, o locutor sendo – ou não – persuadido? Nesta hipótese, o caráter dialogal seria um traço do ethos e não da prova, esta última sendo somente a pedra de toque do ethos, seu revelador.

Este caráter constitutivamente dialogal do ethos pode ser ilustrado pelo exemplo abaixo, tomado emprestado de Kerbrat-Orecchioni¹⁹:

¹⁸ “Em qualquer gênero que falemos ou que escrevamos, é bom unedecer seus pincéis nas cores da virtude.” (Jean-Baptiste-Louis Crevier 1765, citado por Le Guern 1977: 284).

¹⁹ A cena passa-se na Coreia, e em francês, língua materna de L1, segunda de L2; L1 e L2 são universitários. Kerbrat-Orecchioni ressalta que em um outro lugar geográfico L2 teria podido escolher dizer em primeiro lugar: *eu ensino p, mas não sou verdadeiramente especialista* – naturalmente, é somente um dos contrastes visualizáveis; por exemplo, o encadeamento *mas tudo é retomado do livro de X*, causa, de uma certa maneira, o mesmo efeito de auto rebaixamento e de ostentação da modéstia do locutor, salvo se o locutor não tome mais a si mesmo por objeto de seu discurso; este encadeamento mostra a modéstia de uma maneira relativamente diferente. Os contrastes possíveis – as outras maneira de encadear – são em número ilimitado (o que eu momeio “criatividade discursiva fraca”); eles determinam a, e resultam da, maneira pela qual cada competência regula a criatividade discursiva fraca. (agradeço às pessoas que alimentaram a discussão deste exemplo no momento do colóquio)

(3) L1: e sobre o que você ensina?

L2: eu ensino pragmática, mas não entendo nada disso.

L1: Como você faz?

(Kerbrat-Orecchioni 1994 :131)

Sem conhecer o mundo asiático, vemos bem a vontade de L2, dizendo *mas eu não entendo nada disso*, de anular uma implicação “auto-glorificante” retirável de *eu ensino X*. Se associamos a premissa (que nós inferimos) *é preciso ser muito inteligente para ensinar X*, trata-se, para L2, de permanecer modesto. No entanto, este ar de modéstia que L2 pretende mostrar não é manifestamente reconhecido por L1. Um tal caso de “fracasso de ethos”²⁰ significa uma coisa muito importante : se o nosso destinatário não vê quem ou o que nós pretendemos ser pela nossa fala, este “ser” não existe pura e simplesmente na troca. De um outro lado, a emergência mesma de um efeito de ethos supõe, de maneira definitiva, o quadro de uma troca; ou seja, constatar este ou aquele efeito de ethos nesta ou naquela ocorrência de discurso é colocar-se *ipso facto* na situação de interlocutor particular em meio a outros possíveis, diferentes, constitutivamente susceptíveis de constatar, isto é, de viver, um efeito de ethos diferente²¹.

Há um segundo aspecto em relação à reflexividade dialogal do ethos. Não se trata somente, como diz Barthes, de uma “psicologia imaginária”, no sentido em que estaria em jogo a nossa representação (projetada) dos gostos e valores do destinatário. Trata-se, além disso, do fato de que essa psicologia imaginária funda, para o orador, escolhas de existência, através de suas escolhas linguageiras. Esta distinção é extremamente condensada na ambigüidade da fórmula: *Quem eu sou para você, quem você é para mim*, pela qual Flahault (1978) identificava a dimensão ilocucionária das enunciações: “para você” significa simultaneamente “quem eu sou de acordo com você, com o seu ponto de vista”, e quem eu me faço ser e transformar em teu nome – por causa de você”. Estes dois aspectos são estreitamente

²⁰ Como todo fracasso de efeito perlocucional.

²¹ O que nos conduz a perguntar se nós podemos – e como – garantir uma “observação neutra” desse tipo de fato. O postulado do caráter dialógico do ethos visa a reconhecer aí uma impossibilidade e a extrair daí consequências epistemológicas.

entremeados na ocorrência da interação “viva”, onde eles tendem a estabilizar-se em uma única problemática de identidade, projetada e ratificada (ou não); o segundo, “projetivo” é, contudo, evidentemente ausente das experiências verbais não-interativas, que se contentem em validar o ethos ou não.

Vejamos dois outros casos de “fracasso de ethos”:

(4) *“saber escrever, saber falar ou saber falar, saber escrever, qual dos dois saberes devemos então adquirir primeiro?”*

Segundo os processos naturais, a primeira coisa que uma criança faz quando nasce é emitir sons. Nesse caso, respeitemos a natureza e aprendamos a falar antes de escrever.” (Início de texto, trabalho universitário)

(5) *“Várias ações individuais deveriam autorizar uma diminuição da propensão à construção do mal-entendido.”* (trabalho universitário)

A questão que esses exemplos levanta é saber o que advém do ethos quando este ethos que é tornado público não se implementa: seja, como em (3), que ele não seja visto – percebido, seja, como em (4) ou (5), que ele seja perfeitamente visível, mas apresentado de tal maneira que ele não constitui o termo da caracterização ética, mas somente um de seus elementos.

Vemos bem o ethos intencionado, o rigor lógico, precisão denominativa. Esta identificação recai sobre o tratamento interpretativo dos diferentes enunciados como unidades lingüísticas. Ao mesmo tempo, uma parte dos leitores opera um tratamento “sintomatológico” dos mesmos enunciados, vendo o “braço do manipulador de marionetes”, alguma coisa que não deveria figurar na cena da fala, e cuja presença reenquadra inevitavelmente o conteúdo da mensagem, desviando uma parte da atenção, independente, contudo, do encadeamento de pensamentos ou de falas resultantes...

As propriedades internas destas construções – em diferentes níveis – revelam manejos verbais em certos pontos deficientes – “maneiras de obter o acordo interior” particulares, susceptíveis de desencadear em algumas testemunhas, leitores, destinatários, um desacordo

específico, embora, evidentemente, não em *todo* leitor. Assim, (5) exhibe uma contradição particular entre o que está em jogo – o que podemos fazer para evitar os mal-entendidos – e a maneira pela qual é dito, que justamente mereceu um esforço do tipo preconizado. Se vemos isso, vemos um aluno de redação que mantém com sua própria produção uma relação de visibilidade diferente daquela que se estabelece normalmente : vemos alguma coisa que está lá, que o aluno não viu, e isso advém como um fato. Tal fato constitui uma *percepção* de seu manejo verbal, de sua maneira de obter o acordo interior, de sua competência discursiva.

Existe aí um efeito perlocutório comparável àqueles que constituem o ethos positivo, relativamente simétrico, que conduz a desacreditar o que é dito. A cena da fala é invadida, de maneira obsedante, pelo “braço do manipulador de marionetes”, e esta eminência do indesejável, a inabilidade verbal, se inscreve, de fato, em primeiro plano, sobre o conteúdo expresso, que não serve mais de pano de fundo para a experienciação do discurso – a qual, para tanto, não cessa forçosamente.

Metaforicamente, há um efeito de ruptura de alinhamento, no sentido em que, o locutor, que na perspectiva prevista pelo aluno-redator, deveria ocupar toda a cena da atenção e mascarar, assim, o sujeito falante que o colocaria em cena, não é visto sob o ângulo previsto. De imediato, a cena verbal apresenta uma outra coisa diferente da que o aluno gostaria de mostrar.

A justaposição de (3), (4) e (5) sugere que não é específico das situações interculturais típicas desencadear divergências e efeitos de percepção defasada. A ruptura de alinhamento nos ameaça a todos: para todo discurso, um destinatário pode encontrar-se “fora do eixo” e sofrer por isso um tal efeito; uma exposição impecável pode ser “perfeita demais” e dar a entender uma meticulosidade supérflua²², etc.

²² Nós somos sempre virtualmente o “Bouvard” de alguém, uma caricatura de nós mesmos cujo traço inicial é o desconhecimento que temos disso, em relação aos outros, e que determina todas as nossa interações. (Nota dos tradutores: O autor refere-se à personagem da obra de Gustave Flaubert, “Bouvard et Pécuchet”)

Esses exemplos tenderiam a confirmar a hipótese segundo a qual o manejo verbal próprio é um ingrediente de efeito do ethos. Os casos como (1) onde toda a cena da atenção é ocupada pelo mostrar-convencional, interno, aparecem então como casos particulares, privilegiados, de um “sucesso ostensivo”, que não se assinala como tal, no sentido em que (1) não “mostra” sua qualidade verbal como (4) e (5) “mostram” seus defeitos.

A EMERGÊNCIA

Aristóteles deixa claro que a confiança ligada à prova ética deve ser um efeito do discurso e não de estar prevenido sobre o caráter do orador. Isso supõe duas coisas : i. que o ethos deve (e pode) ser distinto da reputação (embora ele não deixe de “se sedimentar” em reputação); ii. que é possível delimitar a extensão a ser dada ao “discursivo”.

i. Em termos do que o “orador” mostra de si próprio pelo seu discurso, ou do que o discurso mostra do orador, no acontecimento histórico que é a enunciação, misturam-se aspectos intra-linguageiros, codificados, convencionais, e aspectos contingentes, extra-verbais, conjunturais, ou seja, os “dados sensíveis da persuasão”, que são caracterizáveis como “pertencendo ao discurso”. O efeito do ethos é, de uma certa maneira, “pau para toda obra”. Muitas informações, como fatos manifestos pelo acontecimento enunciativo e seu contexto, podem servir para contestar ou reforçar hipóteses referentes ao “orador”. Contudo, essas hipóteses referentes ao orador não poderiam ser “importadas”, ou por assim dizer anteriores ao discurso. Elas devem ser conseqüentes.

Empiricamente – e os exemplos acima o mostram claramente – o ethos se elabora de forma irregular ao longo de um discurso: basta um ou dois enunciados para poder situar os principais elementos. Entretanto, uma vez situados, eles funcionam como um efeito de reputação, especialmente no tratamento da seqüência, que confirma, enriquece e elabora a percepção, ou ao contrário, a inverte, transforma, degrada, etc. Na medida em que o próprio discurso, no interior de seu tratamento, produz um efeito de reputação, não parece muito razoável procurar salvar esta distinção sob um ponto de vista extensional, definindo, por exemplo, limites espaço-temporais a

“discurso” e declarando “reputação” toda informação exterior aos limites de um macro-evento de linguagem – a defesa de uma causa, uma conferência, etc.

ii. se a confiança é consequência do discurso, qual extensão devemos dar a “discurso”? Até onde os fatos coocorrentes à emissão verbal, do gestual aos “efeitos do vestuário” e à encenação que os ilustra, são pertinentes para a construção do efeito de ethos? O que significaria responder “tudo o que é manifesto”?

Essa imprecisão extensional (que não é um problema recente na história da noção, de acordo com Declerc, 1992) põe em dúvida o valor descritivo dessa cláusula; seu interesse não me parece descritivo, mas prático. Nessa ótica seu conteúdo é bem claro : ele não se dirige ao destinatário, mas ao produtor do discurso; ele o leva a ser vigilante, a considerar que nunca está ao abrigo de sua reputação, que seu discurso deve, de modo claro e a cada ocorrência, abolir por sua presença e sua fatualidade, todo recurso à “fama”. Por outro lado, o ethos é uma orientação que se resume a um roteiro ou direção (vá rumo ao oeste Vs. vá rumo ao norte): quando você fala, você mantém o olhar sobre o fato que seu interlocutor constrói uma imagem de você que pode otimizar ou piorar a sua comunicação.

A tendência “centrífuga” que consiste em ampliar a extensão dos fatos simultâneos ao discurso (os efeitos de vestuário , a encenação, etc.) levados em conta no efeito de ethos, parece desviar a atenção do próprio texto e retirar o crédito do “poder ético” das próprias palavras. A insistência de Aristóteles parece visar a essa tendência centrífuga, voltando a atenção para o texto²³.

O ethos tem sua origem numa internalidade do discurso; mas esta não é estritamente intra-verbal e nem poderia sê-lo. Essa internalidade é “experencial”, no sentido em que a experiência do discurso dispõe de algo de específico, que serve de articulação entre o intra e o extra-verbal linguageiros; ele é experencial no sentido em que a confiança, a convicção, a persuasão – bases do ethos – não são dados intra-verbais.

²³ A prova ética é uma prova técnica e a técnica em questão é a do discurso.

AS DIFICULDADES DO ETHOS

Entre as razões que me levam a sugerir que o ethos é uma excelente noção prática, há o fato de se tratar, em termos relativos, de uma má noção teórica; como conceito ele coloca dois tipos de problemas : seu conteúdo “impreciso” se presta a muitas variações ao curso de seus empregos; e ele conduz a paradoxos ou a “pseudo-paradoxos”. Eu me contentarei aqui em desenvolver rapidamente apenas alguns desses problemas.

Aspectos do ethos que sofrem variações

(i) Mais ou menos concreto, carnal (vs. abstrato), mais ou menos humanóide, moral, psicológico

O ethos pode ser concebido como mais ou menos carnal, concreto, ou mais ou menos “abstrato”: é a questão da própria tradução do termo *ethos* : caráter, perfil moral, costumes oratórios, ar, estilo, tom; o quadro de referência metafórica vai da música (“tom”) à psicologia moral. Constata-se com facilidade a diversidade dos empregos. Uma maneira de torná-la inofensiva consiste em considerá-la como o reflexo, não do ethos em geral, mas de concepções particulares do ethos, legítimas enquanto concepções potenciais dos destinatários.

(ii) Mais ou menos axiológico, ou seja, “moralizado”

O debate sobre o caráter “moral” ou não da prova ética é, no conjunto, ligado à possibilidade de engano sobre o conteúdo. Tal fato torna possível a força empírica da prova ética que pode se exercer de forma autônoma, em detrimento da prova lógica ou, pelo menos, minimizando o peso desta última. Trata-se, substancialmente, do argumento ao qual recorre Pascal – até o momento em que ele percebe que a prova ética pode, assim como as más causas, servir à causa de Deus (Declerc).

Através da máxima *Vir bonus, oratur peritus* (“homem bom, orador exímio”), os romanos foram acusados de moralizar a retórica (Declercq). Teríamos ensinado aos futuros pregadores que, para ser um bom orador, é preciso antes de tudo ser um homem de bem. Esta posição é perfeitamente estranha à retórica aristotélica, subvertida pela inversão da relação causal que liga os dois termos : “o bom orador é

aquele que consegue convencer que ele é digno de confiança e, portanto, um homem de bem”; e não “só o homem de bem pode se tornar um bom orador”. É preciso notar, todavia, em detrimento dos romanos, que o adágio toma um sentido totalmente diferente dependendo da definição que se dá do “orador experiente” (condição necessária : ser um “homem bom”), ou do “homem honesto”- condição necessária : a excelência oratória; quem não sabe falar não poderia ser “bom”. (Essa interpretação, mais justa com os romanos, não é objeto de reflexão de Declercq).

(iii) Mais ou menos proeminente, focal, manifesto, singular Vs. Coletivo, compartilhado, quadro implícito e invisível

A idéia de associar a noção de ethos aos hábitos compartilhados pelos membros de uma comunidade lingüística é discutida por Kerbrat-Orecchioni (1994 e 1996), a fim de caracterizar o “perfil comunicativo de uma coletividade”(1994:63)²⁴.

Penso que não ocorreria a ninguém contestar a existência das diferentes variações relatadas por Kerbrat-Orecchioni, nem o fundamento empírico da seleção dos diferentes parâmetros que servem para articular uma descrição desses *ethé* coletivos. Assim como um parisiense pode emitir uma proposição de valor relativamente descritivo dizendo que “os *inuits*²⁵ falam pouco”, os Inuits podem também estar dizendo a verdade quando dizem que “os parisienses são verborrágicos”. Perdoem-me as caricaturas, que visam somente a estabelecer, ao mesmo tempo, a ordem dos fatos empíricos - bem reais, aos quais se faz referência, e os problemas de sua apreensão em termos de “ethos coletivo”.

²⁴ “Pode-se, com efeito, razoavelmente supor que os diferentes comportamentos de uma mesma comunidade obedecem a alguma coerência profunda e esperar que sua descrição sistemática permite apreender o “perfil comunicativo”, ou ethos, dessa comunidade (ou seja, sua maneira de se comportar e de se apresentar na interação – mais ou menos calorosa ou fria, próxima ou distante, modesta ou imodesta , “à vontade”ou respeitosa do território do outro, suscetível ou indiferente à ofensa, etc.)”. (Kerbrat-Orecchioni, 1996: 78). Já utilizada por Bateson (Kerbrat-Orecchioni), a noção de “ethos coletivo” remete ao que Boudon chama de “efeito de disposição”.

²⁵ - Nota dos tradutores : *Inuits* : tribo autóctone dos esquimós. A civilização dos *Inuits*.

Os traços pelos quais um tal “ethos coletivo” é identificado têm como característica constituir, para aqueles que o efetivam, não uma figura, mais ou menos proeminente, mas um quadro, invisível e imperceptível como tal, do interior. Ele existe em oposição a um outro quadro, e é apenas adotando um enquadramento que se pode descrever as características emergentes; estas características são parcialmente tributárias do quadro de onde as observamos.

É preciso notar igualmente o caráter performativo das predicções do ethos coletivo, que podem servir tanto para “descrever” como para *construir* uma identidade coletiva como sendo aquela dos indivíduos-que-P. Pode-se o tempo todo construir face a si próprio, mesmo falando com uma única pessoa, uma alteridade de ethos coletivo ressaltando o caráter comum de um traço da organização do discurso – um elemento típico – e distanciando-se dela : *vocês, garotas, sempre retornam a questão sobre vocês...* Em sentido inverso, mesmo em situação intercultural, um efeito de ethos positivo é possível (um “encontro”).

A predicação de ethos coletivo não implica nenhuma noção de tamanho da coletividade à qual ela se aplica. O que é mais pertinente, é que o ethos em questão aqui é um ethos-referência, cujas determinações não são objeto de escolhas particulares; enquanto referência, as determinações que ele comporta são pressupostas verdadeiras em toda interação “desse” ethos.

(iv) Mais ou menos semiotizado, fixo, convencional Vs. emergente, singular

Dada a variação conceitual acima, a questão do caráter “fixo”, “convencional”, “semiotizado”, ou estereotipado dos *ethé*, assim como aquela, conseqüente, da existência de um repertório de *ethé*, não pode ser tratada de maneira uniforme : conforme o campo metafórico empregado, se o da música (Barthes) ou o da psicologia popular, os traços convencionais e o número de figuras possíveis é muito diferente...

A possibilidade ou a existência efetiva de *ethé* fixos, de ares, de tons, etc., que dispõe de uma forma de estabilidade convencional, pede, contudo, três observações :

- a. o repertório semifechado de *ethé* não evita a questão da escolha do ethos apropriado a tal situação para tal interlocutor (articulação dialogal do ethos);
- b. o ethos escolhido deve ainda estar “encarnado”, e também não indica, por si próprio, quais meios verbais o realizarão (articulação monológica do ethos); dito de outro modo, não há correspondência biunívoca entre as formas lingüísticas e os *ethé*;
- c. enfim, como repertório semifechado²⁶, segundo quais princípios ele se modifica? A partir de quê um conjunto de traços verbais heterogêneos “se estabiliza” em ethos?

OS PEQUENOS PARADOXOS DO ETHOS

Trata-se aqui de enumerar algumas das dificuldades conceituais “intrínsecas” à noção de ethos; o termo “paradoxo” é um pouco forçado, seria conveniente falar preferencialmente de “pseudoparadoxos”, zonas conceituais suscetíveis de produzir pequenas perplexidades.

- (i) Paradoxo interacional do ethos: “é para você que eu sou o que sou”.

O ethos e as escolhas que o engajam concernem à figuração da instância responsável pelo discurso - o responsável (singular-pessoal ou coletivo, geral ou particular). Entretanto, essas escolhas estão submetidas, em última instância, à apreciação discreta do destinatário e só são pertinentes em relação ao seu valor interacional, que reside no fato de que o interlocutor continua atento e confiante. Essas escolhas são determinadas pela consciência que o orador tem desse destinatário.

²⁶ Em um repertório semifechado, os elementos não constituem um sistema, ou, pelo menos, a parte do conteúdo relacionada a sua oposição aos outros elementos é fraca.

(ii) Paradoxo monologal do ethos.

Um certo sujeito falante pode realizar uma gama de *ethé* diferentes. De um lado, seu inventário é limitado, de modo constitutivo, de várias maneiras : a) pelos meios lingüísticos que tentam realizá-los; b) pelo “quadro de referência cultural”, cujas predeterminações socioculturais concernem ao gênero da situação, ao gênero do discurso, etc; c) pelo imaginário do falante e suas “representações” sobre as expectativas do destinatário - até que ponto ele as considera, para satisfazê-las e se conformar a elas ou para se desviar das mesmas, etc; d) pelos limites próprios de sua competência discursiva no seu estado de funcionamento atual (sua calibragem). Para tanto, resta uma parte necessária de indeterminação que é relativa à “escolha” e à manifestação de uma singularidade. Falta ainda determinar a parte da escolha à qual se aplica o acordo interior (ou seja : a questão do ethos surge de sua indeterminação). No centro dessa indeterminação intervém o paradoxo interacional, mas também o fato de que o próprio orador é afetado por suas escolhas discursivas (restrições de roteiro e inércia própria do ethos : observem as antecipações quase automáticas que fazemos após “deixar de fumar”. Não esperamos uma grande mudança de tom uma vez que a página está virada. Observem igualmente o alcance da desconfiança ligada ao fracasso do ethos, nos fragmentos acima).

(iii) Paradoxo ostensivo do ethos.

Trata-se aqui da perifocalidade do ethos, de sua incidência: mostrar-nos sem mostrar que o fazemos; o ethos pertence ao que é mostrado por um ato enunciativo. Para tanto, ele deve permanecer *incidente*, não focal : “Não se deve considerar o ethos em si mesmo, mas relacioná-lo à cena enunciativa e a seus conteúdos” (Maingueneau, 1996: 95). Dito de outra forma, o ethos deve ser visto ou percebido sem ser necessariamente *o que é* mostrado. O que “mostra” um ato enunciativo é constituído, simultâneamente, do que é apresentado como *mostrado*, do que se apresenta como *destinado a mostrar*, (o que mostra), i.e. propriedades do que mostra, que não são mostradas por si próprias. Pode-se supor que o ethos se constrói sobre a base de dois mecanismos de tratamento distintos : um repousando sobre a decodificação lingüística e o tratamento inferencial dos enunciados, outro sobre o agrupamento de fatos em sintomas, operação do tipo diagnóstico, que mobilizam recursos cognitivos da ordem da empatia

e da *enação* (Varela & al.; Stroumza e Auchlin, 1997): o ethos se explicita em função do modo como o intérprete o sente e o que o intérprete sente depende de sua postura de tratamento, da maneira como ele (o ethos) “se presta”, “se entrega” ao intérprete.

(v) *Paradoxo moral do ethos.*

Os “dados sensíveis da persuasão” são mais suscetíveis de gerar a confiança do que os dados representativos : segundo Declercq, isso explicaria a própria resistência de Pascal. A moral não se articula no interior do ethos, no melhor dos casos ela pode pressioná-lo do exterior : “A virtude é necessária ao orador para atingir o objetivo que ele se propõe” (Crevier, citado por Le Guern 1977 : 285). Mas Declercq mostra (e denuncia) bem a tendência forçada, mágica, de tais declarações. Para “moralizar de novo” o ethos, elas evidenciam um lugar de verdadeira inquietude filosófica face ao poder persuasivo da *techné* quando ela se ocupa da aparência. Para isso, o exercício e a exploração da experiência linguageira são, de certo modo, intrinsecamente morais²⁷ : basta reconhecer que nossa condição verbal não nos é transparente e que tomar consciência disso é melhorar nossa humanidade, distanciar nosso discurso do grito, honrando, na medida certa, a oportunidade de reflexividade que nos dá o discurso.

CONCLUSÃO :

Nessa exposição eu propus ver a noção do ethos como uma noção de interesse essencialmente prático, e não como um conceito teórico claro : o ethos é um instrumento de pilotagem do diálogo a serviço da prudência auto-reflexiva. Em nossa prática ordinária do discurso, o ethos responde às questões empíricas efetivas que têm como particularidade serem mais ou menos coextensivas ao nosso próprio ser, relativas a uma zona íntima e pouco explorada de nossa relação com a linguagem, onde nossa identificação introduz estratégias de proteção.

Anedótica à primeira vista, a atitude dos professores universitários face à experiência de serem filmados lecionando ilustra bem esse

²⁷ Tese similar em Hunyadi (1991); Habermas também articula proposições desse tipo.

ponto. Para a maioria deles essa experiência provoca uma reação negativa; para um grande grupo, essa possibilidade provoca uma tal angústia que eles chegam a afirmar, com certeza, que “nunca mais a repetirão”; quanto aos restantes, raros são aqueles que saem imediatamente satisfeitos do choque do espelho, e chegam a afirmar “terem se olhado com prazer e conforto”.

Ora, se o ethos é realmente algo visto por meu destinatário a partir do que eu lhe mostro ser, essa anedota nos leva a constatar que a maioria das pessoas sentem uma certa relutância em dar o primeiro passo na direção da objetivação do ethos. De uma certa maneira, nós preferimos não saber nada a respeito dele. Muitos testemunhos revelam mesmo este “eu não quero saber o que os outros vêem quando me olham” como uma condição necessária ao uso do discurso: “eu não poderia mais falar. Se eu me visse, eu não (me) suportaria”, etc. De onde vem uma tal inquietude? Aparentemente, ela repousa sobre uma experiência-de-si cujo protótipo é o de ouvir a sua própria voz gravada : a distância entre a percepção puramente aérea do som gravado, e a percepção mista, aérea e óssea, a qual fomos habituados, é geralmente percebida como decepcionante.

Considerar o ethos como uma noção cujo valor essencial é de ordem prática apresenta um interesse que é preciso ressaltar : trata-se de habilitar como terreno de observação uma certa “parte obscura” de nossa relação com a linguagem e com nossa identidade no discurso, zona onde o controle não tem nenhuma utilidade, senão mágica, na medida em que se trata de remeter ao tratamento, pelo destinatário, dos signos que lhe são dirigidos, o que implica uma certa “entrega”, e portanto, a confiança.

Essa “parte obscura” não tem um estatuto diferente, em termos fenomenológicos, do estatuto atribuído ao “dado da língua” (expressão de Milner) pelos gramáticos hipotético-dedutivos. No que concerne à empresa científica - que o toma como matéria e ocasião, esse “dado” é implícito, estruturado, e “a ser construído para ser conhecido”. Os conhecimentos implícitos que constituem nosso saber lingüístico são, pela ciência, reputados explicitáveis e sistematizáveis. As disposições mentais que permitem que nossa identidade vivida se articule verbalmente não são menos implícitas ou escondidas, nem menos estáveis, menos realizáveis, menos acessíveis, nem menos dignas de interesse, que os conhecimentos gramaticais. Elas

constituem, em parte, o objeto de uma pragmática experiencial que permanece amplamente a ser construída.

TRADUÇÃO DE EMÍLIA MENDES LOPES E WANDER EMEDIATO DE SOUZA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTOTE. *Rhétorique*, Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- AUCLIN, A. Au petit bonheur du 'bien-dire'; note sur le traitement du 'bien-dire' en analyse pragmatique du discours, *Cahiers de praxématique* n. 20, 1993, p. 45-64.
- BARTHES, R. L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire, *Communications*, n.16, 1970, p.172-223.
- BAUTIER, R. : BAUTIER, Recherches expérimentales américaines sur la «communication persuasive», in CRLS (éd.), *L'argumentation*. Lyon, 1981, p. 203-218.
- COSNIER, J. *Psychologie des émotions et des sentiments*. Paris: 1994.
- COULTHARD, M. Identifying the Author. *Cahiers de linguistique française* n. 20, 1998, p. 139-161.
- DECLERCQ, G. *L'art d'argumenter*, Bruxelles: 1992.
- DUCROT, O., *Le dire et le dit*. Paris: 1984.
- FLAHAULT, F. *La parole intermédiaire*. Paris: 1978.
- FLUCKIGER, C. *Un usage singulier des tournures impersonnelles*, mimeo, Université de Genève: 1998.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne, 1. la présentation de soi*, Paris: 1973.
- HUNYADI, M. Au delà de l'éthique du bien: la morale de la médiation, *Cahiers de linguistique française*, n. 12, 1991, p. 169-187.
- JENNY, L. Fictions du moi et figurations du moi. In RABATÉ, D.(éd.) *Figures du sujet lyrique*, Paris: 1996, p. 99-111.
- JENNY, L. Bonheurs d'expression, *Cahiers de linguistique française*, n. 20, 1998, p. 197-208.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*, tome 3, Paris 1994.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La conversation*. Paris: 1996 (coll. Memo).
- LE GUERN, M. L'éthos dans la rhétorique française de l'âge classique, in C.R.L.S. (éd), *Stratégies discursives*. Lyon: 1977, p. 281-287.
- MAINGUENEAU, D. Le cas du Ethos et argumentation philosophique Discours de la méthode. In COSSUTTA, F.(éd.), *Descartes et l'argumentation philosophique*. Paris: 1996, p. 85-110.

- RAJCHMAN, J. *Erotique de la vérité*. Paris: 1994.
- RICOEUR, P. Rhétorique - poétique - herméneutique. In: MEYER, M. (ed.), *De la métaphysique à la rhétorique*. Bruxelles: 1986, p. 143-155.
- STROUMZA, K. & AUCHLIN, A. L'étrange polyphonie du texte de l'apprenti-rédacteur. *Cahiers de linguistique française*, n. 19, v. 2, 1997, p. 67-304.
- VARELA, F. *Quel savoir pour l'éthique?*. Paris: 1996.
- VARELA, E., THOMPSON, E. ROSCH. *L'inscription corporelle de l'esprit. Sciences cognitives et expérience humaine*. Paris: 1993.
- YESSOUROUN: R. *Le vécu pédagogique pendant la dissertation*, thèse de doctorat, FAPSE, Université de Genève, 1996.

INTER-SUBJETIVIDADE E ENUNCIÇÃO

Renato de MELLO
UFMG

INTRODUÇÃO

Benveniste (1966) estabelece uma oposição entre uma lingüística como estudo das formas e uma lingüística da enunciação. A primeira se caracteriza por dois traços: conceber seu objeto como estruturado e conceber como sua tarefa básica a descoberta de regras internas a esta estrutura. A lingüística da enunciação inclui, por sua vez, no objeto de estudo, também *o aparelho formal da enunciação*. Desta maneira, passaria a fazer parte do objeto da lingüística o estudo dos mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, a transforma em discurso. Nesta visão, o que transforma a língua em discurso é a enunciação feita por um locutor que se dirige a um alocutário, de um enunciado marcado por algum dos elementos pertencentes ao *aparelho formal da enunciação*.

A lingüística da enunciação tem suas origens na análise dos *shifters* (Jakobson, 1963), dos performativos (Austin, 1970)) e da categoria de pessoa (Benveniste, 1966). As análises destes teóricos mostram domínios em que é impossível dissociar da língua a atividade do falante, e, assim, a língua deixa de ser vista como instrumento externo de comunicação, de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade, entre dois protagonistas (Maingueneau, 1990). A partir destas análises, que instauram um novo ponto de vista, observa-se (especialmente com a teoria dos atos de fala e com a semântica argumentativa) que a relação entre a atividade do falante e a língua não é exclusividade de certas classes de signos, mas que estes constituem apenas os exemplos mais óbvios da presença da subjetividade na atividade lingüística.

A lingüística da enunciação inclui, deste modo, em seus estudos, o enunciado e a língua. Deve-se conceber, entretanto, a atividade do falante não como atividade de apropriação da língua, porque, a partir deste conceito, fica excluído o fato de que o locutor age também sobre a língua, já que põe em evidência apenas a ação entre e sobre os interlocutores através da língua. O que não significa que o falante não deva submeter-se a um conjunto de regras, porque nem tudo é indeterminado. A atividade do sujeito não se dá apenas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por esta atividade.

Considerando-se estas duas instâncias de organização do discurso, como fica a questão da inter-subjetividade? Sobre que bases fundar a coletividade? O que temos a dizer sobre o sujeito que busca a identidade e a alteridade? Para responder a estas questões é preciso um exame detalhado da inter-subjetividade, que passa, necessariamente, pela confrontação do *statuto* do *eu* e do *outro*.

A INTER-SUBJETIVIDADE

Landowski (1997) anuncia, já no título de sua obra, *Présences de l'autre*, que a posição do *eu* com o(s) *outro(s)* necessita de um estudo, de uma análise específica. Entretanto, não é a palavra *autre* que nos chama mais a atenção no título, mas sim a palavra *présences*. Sob esse vocábulo, percebemos a necessidade de refletirmos sobre o caminho que vai do enunciado à enunciação – enunciação no seu sentido mais amplo, como uma característica fundamental do discurso – e pensarmos, a partir deste percurso, em como as propriedades discursivas remetem ao estatuto do sujeito da enunciação e qual sua relação com o interlocutor. Daí a possibilidade/necessidade de reflexão sobre o problema da inter-subjetividade

Propomos adotar o princípio complementar que parece utilizar Ricoeur (1990) na postulação de que "*há sempre o outro em mim da mesma forma que há sempre o eu no outro*". Sobre a base desta dupla articulação percebemos a possibilidade de uma inter-subjetividade apta a estruturar uma enunciação dialógica – concebida como a relação de duas dimensões, a saber, o sensível e o cognitivo – entre os

sujeitos, de uma identidade que percebe e aceita a alteridade nas estruturas enunciativas do discurso. Acreditamos, assim, ser possível, a partir da formulação lingüística da inter-subjetividade, elaborar um modelo, ou pelo menos uma estrutura elementar dialógica para a enunciação discursiva.

A ENUNCIÇÃO COMO TRAÇO DE INTER-SUBJETIVIDADE

Com a lingüística pós-estruturalista, a partir dos anos sessenta, nota-se que esta se inscreve em um movimento das Ciências Humanas que são levadas a reconsiderar as grandes exclusões do estruturalismo: a referência e o sujeito. Isto constitui, na verdade, uma crítica ao estruturalismo, que havia simplesmente substituído o sujeito transcendental da filosofia idealista, que ele questiona, pela transcendência da estrutura. Mas, o que importa, é que o *sujeito* está de volta, solidamente implantado nos discursos, com seu domínio de pertinência lingüística, ou seja, a enunciação.

O aparecimento da dupla *EU-TU* equivale à colocação de uma axiologia interpessoal. Após um momento de enunciação, quando são instaurados o *EU* e o *TU*, cada sujeito recebe seu lugar e seu valor. Passa-se, assim, ao centro do discurso, onde cada sujeito é definido na sua relação com outro(s) sujeito(s) em função de sua ligação com um número maior ou menor de objetos de valor.

O quadro colocado pela enunciação pode se definir, desse modo, a partir do sentido duplo do substantivo, que é explicado, em parte, por Kerbrat-Orecchioni (1997), quando esta autora fala sobre os "*glissements sémantiques*" observáveis em várias teorias. A enunciação é, segundo ela, ao mesmo tempo o ato e o resultado: "... *le suffixe -tion dénotant en français polysémiqument l'acte et le produit de l'acte*" (1997: 29). E ainda: "...*l'impossibilité méthodologique de traiter l'énonciation au sens propre d'acte [dans la mesure où] nous ne connaissons jamais que des énonciations énoncées*" (1997: 29). Esta primeira dicotomia entre *enunciação enunciada* e *ato enunciativo* introduz as bases das várias orientações possíveis em matéria de teoria da enunciação. Se se opta por permanecer no campo de investigação lingüística, ou melhor, no campo da significação discursiva, a única via de acesso à enunciação é a *enunciação enunciada*, o que não significa que será abandonada toda a esperança de se captar o próprio ato da enunciação.

A lingüística da enunciação, tal como é colocada por Kerbrat-Orecchioni, traz em si uma razão metodológica: "... *on est méthodologiquement contraint à une logique des traces*" (1997: 32). No quadro da lingüística, o objetivo da análise torna-se o de recuperar os índices lingüísticos, as marcas afetivas e axiológicas, da presença do locutor no interior de seu próprio discurso, ou seja, as marcas da subjetividade na linguagem. O termo *subjetivo*, que representa, nessa perspectiva, a última instância de validação para determinar se se trata ou não de fatos relevantes da enunciação, é, entretanto, de um uso muito vago, ainda que a lingüística não deixa de reconhecer e analisar (1997: 149-156). Há, primeiramente, uma diferença entre a subjetividade dêitica e a subjetividade afetiva ou avaliativa. Assim como no caso dos dêíticos, onde a referência obrigatória a um referente enunciativo é uma evidência, a subjetividade afetiva ou axiológica estaria submetida à interpretação. Para esta segunda classe de "subjetivemas", a autora (1997: 153) ressalta que:

"... l'on peut concurremment appeler subjective: i) l'attitude qui consiste à parler ouvertement de soi; (ii) celle qui consiste à parler d'autre chose, mais en terme médiatisé par une vision personnelle".

Assim, para tomarmos um exemplo analisado por Kerbrat-Orecchioni (1997: 152), a expressão "*C'est beau!*" ameaça a apreensão descritiva, lingüística, da enunciação como traço da subjetividade. A autora percebe, em um primeiro momento, que:

"... une phrase telle que "C'est beau" a beau se donner par usurpation des allures objectives, et sembler émaner d'un sujet universel, elle est belle et bien marquée subjectivement. C'est de l'énonciation subjective objectivée mais c'est de l'énonciation subjective tout de même."

Ela conclui dizendo que "... *d'une certaine manière, on peut alors considérer que la phrase " je trouve que c'est beau", paralela a "il trouve que c'est beau" é mais objetiva que "... C'est beau*" (1997: 152-153). Dito de outra forma, os enunciados, os mais subjetivos, não seriam sempre aqueles que realizam explicitamente o maior número de índices subjetivos lingüísticos. Podemos acrescentar que, para que

o problema detectado seja melhor estudado, devemos questionar o que pertence efetivamente ao sujeito da enunciação e o que pertence à *praxis* enunciativa, ou seja, a elucidação do que é subjetivo daquilo que é de uso coletivo.

Somos, assim, levados a distinguir, no discurso, três níveis: i) um nível puramente formal composto por constituintes lingüísticos que se prestam, de maneira privilegiada, a um investimento subjetivo ou que pedem tal investimento; ii) um nível de subjetividade determinado pela *praxis* enunciativa, que afeta em tal conteúdo uma determinação subjetiva mais ou menos forte, como é o caso do exemplo do julgamento de beleza; e, enfim, e sobretudo, iii) uma modalização do conjunto dessas possibilidades em função de uma intencionalidade que anima todo enunciado, visto que esse é considerado como um discurso. Passa-se, desse modo, de um paradigma de análise a outro, da análise lingüística dos signos, revogada por Benveniste enquanto fim último da lingüística, à uma análise da significação do discurso. O que não invalida de forma alguma a indispensável descrição dos dois primeiros níveis, mas os coloca sob a dependência de uma instância de enunciação dotada de intencionalidade.

Sobre o plano teórico, a decisão de passar do nível do enunciado ao nível do discurso formando um "todo de significação" equivale a não mais se satisfazer com a enunciação enquanto traço e substituí-lo, na linha de Benveniste¹, pela enunciação enquanto ato. Nesse espaço de apreensão dos discursos torna-se possível admitir que o locutor "não é mais aquele que realiza a língua (no sentido saussuriano), mas aquele que se apropria dela (no sentido benvestiniano)"². Dito de outro modo, o discurso passa a ser considerado um "processo de apropriação"³ da língua, ou seja, um ato em que o sujeito enuncia sua posição de locutor. Isso só é coerente dentro da especificidade fenomenológica fundamental do ato intencional que representa a palavra.

Sobre o plano descritivo, este outro nível da enunciação aparece como totalmente indispensável para dar conta da subjetividade de um

¹ "Il faut prendre garde à la condition spécifique de l'énonciation; c'est l'acte même de produire un énoncé et non le texte de l'énoncé qui est notre objet". (Benveniste, *Problèmes de Linguistique Générale* 2, p. 80)

² Cf. Dessons, *op. cit.*, p. 42. (tradução nossa)

³ Cf. Benveniste, *Problèmes de Linguistique Générale* 2, p. 82.

enunciado. Se é correto dizer que "... *toute énonciation (suppose) un locuteur et un auditeur, et chez le premier l'intention d'influencer l'autre en quelque manière que soit*", ou, se é correto dizer que a enunciação é um ato intencional inter-subjetivo, pode-se concluir que a subjetividade está no campo de uma retórica da presença ou, segundo Landowski (1997), de uma "*sémiótica da presença*".

Assim, no caso do exemplo dado por Kerbrat-Orecchioni – "*C'est beau*" – parece-nos que trata-se menos de uma subjetividade objetivada do que uma modulação retórica da presença, onde a presentificação do sujeito no enunciado tem por efeito, se necessário for, autorizar o julgamento estético. Na avaliação da primeira pessoa: "*je trouve que c'est beau*", o "*je*" é colocado em posição de assumir o julgamento. Para fazer isso, as capacidades cognitivas do sujeito são chamadas. No caso de "*c'est beau*", a subjetividade não desaparece mas torna-se a propriedade de uma outra parte do sujeito. Na eliminação do "*je trouve que*" o julgamento de beleza passa a ter valor de sensação que remete não mais à atividade cognitiva do sujeito mas à sua atividade perceptiva. O julgamento se transforma, assim, em emanação direta de um simulacro do *próprio corpo* do sujeito.

Enfim, podemos afirmar que as estruturas identitárias profundas mobilizadas pela enunciação devem ser, pela própria natureza, relativamente elementares, visto que são construídas a partir das grandes categorias do "*eu*" e do "*outro*".

A SIGNIFICAÇÃO SENSÍVEL DA ENUNCIÇÃO

Em Benveniste, a dimensão subjetiva da enunciação aparece de maneira patente nos estudos consagrados às preposições espaciais. No estudo consagrado às preposições latinas *pro* e *prae*., ele remarca a natureza da diferença entre a primeira, *pro*, que designa um "*en avant*" (...) relação objetiva, que não exposta a se inverter se a posição do observador muda", e a segunda, *prae*, que indica a posição "*à l'avant*" d'un objet [cujo]... *le sujet est censé constituer ou occuper la partie postérieure*" (1966: 133). É preciso, assim, considerar que a enunciação gera um "*campo posicional*" (1966: 174) cujo o sujeito da enunciação é o centro:

"... *Le système de coordonnées spatiales se prêtent ainsi à localiser tout objet en n'importe quel point du champ, une fois que celui qui l'ordonne s'est lui-même désigné comme centre et repère*". (1974: 69)

Deste modo, o sujeito não é simplesmente um centro de perspectiva, mas um ser atravessado, levado por uma força intencional. Se os sujeitos não são objetos como os outros, se o discurso, qualquer que seja, traz consigo tais movimentos perceptivos, torna-se legítimo e necessário explorar esta via, este nível inter-subjetivo da significação. Para fazer isto podemos cruzar o pensamento de Benveniste, que religa explicitamente as formas da enunciação com a "emergência no ser" da subjetividade e consagra, assim, a ligação entre um conteúdo fenomenológico subjetivo e inter-subjetivo, e as propriedades do universo discursivo. Estas formas, que realizam na língua uma posição dos sujeitos no mundo, são, ao mesmo tempo, lugares enunciativos e *actantes* posicionais, nas respectivas propriedades bem definidas.

Assim, para descrever a significação subjetiva da enunciação, é preciso não somente uma teoria do discurso que integre a dimensão subjetiva, mas de uma teoria que proponha um melhor conhecimento do fenômeno da percepção inter-subjetiva.

DE BENVENISTE À INTER-SUBJETIVIDADE ENUNCIATIVA

Os estudos atuais sobre enunciação privilegiam o aspecto fenomenológico da teoria benvenistiana. A propriedade essencial da lingüística benvenistiana é a extensão do objeto da lingüística nas dimensões do discurso. Esta decisão torna-se necessária a partir do momento em que se decide analisar a linguagem do ponto de vista da significação. Na medida em que não há significação sem a presença do sujeito, sem uma intencionalidade, é preciso criar meios para compreender como o sujeito usa língua e consegue, através dela, dizer sua subjetividade.

Benveniste elabora, assim, uma estrutura enunciativa na medida certa de seus objetivos. Si "*... le langage (comme signification) n'est possible que parce que chaque locuteur se pose comme sujet, en renvoyant à lui-même comme je dans son discours*", ele chega ao

pronome pessoal, primeira pessoa, a ocupar a posição central que colocará em perspectiva as outras formas pronominais. Na fórmula de Benveniste: "*est ego qui dit ego*", ou "eu digo que eu sou eu. Aqui está minha identidade", há uma revelação do engajamento que vai de par com um tal poder do *eu*.

A partir desta posição central do *eu*, distribui-se as propriedades das outras formas pronominais fundamentais. A partir do *eu* que representa uma pessoa em posição de sujeito, surge o *tu*, que é igualmente uma pessoa, só que em posição de *não-sujeito*, e o *ele*, forma pronominal da *não-pessoa*. Cabe lembrar que as formas pronominais não são, aqui, consideradas unidades lingüísticas, mas, em um nível mais geral da significação, consideradas como papéis instanciais capazes de realizar, de maneira muito variada em discursos, os critérios levantados por Benveniste. A partir destes critérios é possível refletir sobre a possibilidade de se atribuir aos sujeitos em interação modos de presença específicos, dependendo ao mesmo tempo das forças impostas pelas formas do discurso e da percepção subjetiva orientada que um sujeito tem de si mesmo e do(s) outro(s).

Sobre o plano das *forças discursivas*, a estrutura da enunciação colocada desta forma é por essência dialógica e dissimétrica. A propósito disto Benveniste (1966: 260) diz:

"... Je n'emploi je qu'en m'adressant à quelqu'un, qui sera dans mon allocution un tu. C'est cette condition de dialogue qui est constitutive de la personne, car elle implique en réciprocité que je deviens un tu dans l'allocution de celui qui à son tour se désigne par je"

É preciso notar que desde que se reconheceu no diálogo tal propriedade, que parece ter surgido do bom senso, a questão da pertinência do nível das relações interpessoais para a análise conversacional não mais se colocou. Não se trata de aplicar às conversas determinações sociológicas mas, ao contrário, observar como as estruturas discursivas dialógicas fazem parte integrante das relações interpessoais. Esta propriedade só é compreendida se se está de acordo com Benveniste quando este diz que no tempo da alocação

a polaridade "*... ne signifie pas égalité ni symétrie: ego a toujours une position de transcendance à l'égard du tu*". (1966: 260)

De fato, é através do uso do diálogo, do desdobramento do sujeito em locutor e interlocutor, que *eu* e *tu* se tornam identificáveis e situam a subjetividade em uma posição dialógica onde aquele que fala é sujeito não só de seu enunciado mas também de sua enunciação. Esta situação de diálogo é, como mostrou Benveniste, constitutiva do sujeito lingüístico. Na enunciação o sujeito mostra sua identidade, sua subjetividade. Subjetividade que se mostra na linguagem, que é constitutiva da linguagem. Benveniste (1966: 11) confirma isto se apoiando na compreensão do tempo no ato de linguagem:

"...elle consiste en ce que la temporalité du locuteur, quoique littéralement étrangère et inaccessible au récepteur, est indentifiée par celui-ci à la temporalité qui informe sa propre parole quand il devient à son tour locuteur. L'un et l'autre se trouvent ainsi accordés par la même longueur d'onde"

O *tu*, de fato, não se resume na possibilidade de alternância enunciativa; no presente do *eu* que se enuncia diante de um *tu*, a transcendência do *eu* toma necessariamente valor de axiologia. No tempo da palavra do *eu*, o *tu*, ou mais exatamente o *eu* potencial que ele está condenado a ser, não pode senão aceitar em silêncio. Ele está submetido à lei do solipsismo enunciativo. Compreende-se, assim, que a sanção que representa a troca de palavras futuras só toma sentido em virtude do extraordinário poder da enunciação em primeira pessoa, poder exercido ao mesmo tempo contra o(s) outro(s) e contra si mesmo. Estas duas propriedades indissociáveis estão na base da significação sensível da enunciação.

CONCLUSÃO

Enfim, a partir do engajamento, da alternância e da axiologia resultante da dissimetria enunciativa, desenham-se os contornos das instâncias da pessoa que faltam no enunciado. A identidade do enunciadador como permanência é colocada em dúvida. Na medida em

que é a enunciação em seu conjunto que faz sentido, a identidade engajada pelo sujeito da enunciação não é mais poupada. Por causa das características do *eu* e do *tu*, é necessário imaginar as formas de instâncias da pessoa, capazes de remeter à profundidade respectiva dos sujeitos em interação.

O suporte da enunciação é, desse modo, primordial nos estudos sobre o discurso. Por se tratar de instância, a intersubjetividade no discurso pôde encontrar uma formulação que aceita de maneira não contraditória a identidade e a alteridade. O ponto essencial reside na noção de ato inerente à enunciação; ato que pode ser considerado como aquilo que estrutura e engaja do ponto de vista da subjetividade. É preciso o ato para que a subjetividade se coloque, é preciso do *eu* e do *tu* para que a inter-subjetividade seja manifestação discursiva.

Da mesma forma como comecei este texto com algumas questões, também o termino com perguntas elaboradas por Levinas (1979: 85):

"... Comment le moi peut-il rester moi dans un toi, sans être cependant le moi que je suis dans mon présent, c'est-à-dire un moi qui revient fatalement à soi? Comment le moi peut-il devenir autre à soi?"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUSTIN, J. L. *Quand dire c'est faire*, trad. Lane, Paris, Seuil, 1970.
- AUTHIER, J. "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive, éléments pour une approche de l'autre dans le discours". *DRLAV* 26, pp. 91-151 Paris: 1982.
- AUTHIER, J. "Hétérogénéité(s) énonciative(s)". *Langages* 73, Paris: Larousse, 1984, pp. 98-111.
- BAKHTIN, M. L'Énoncé dans le roman. *Langages*. n.12, décembre 1968, pp. 127-128.
- BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoïevsky*. Paris: Seuil, 1970.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992.

- BARROS, D. L. P., FIORIN, J. L. (org.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale v.2*. Paris: Gallimard, 1974.
- DESSONS, G. *Emile Benveniste*, Paris, Bertrand-Lacoste, Coll. "Références", 1993.
- DUCROT, O. *Les mots du discours*. Paris: Ed. de Minuit, 1980.
- DUCROT, O. "Analyses Pragmatiques", em *Communications*, 32, 1980.
- ECO, H. *Lector in fabula*. Grasse, coll. Figures, 1985.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du Discours*, Gallimard, Paris, 1971.
- GREIMAS A. J. , COURTES J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, t. 1. , Paris, Hachette, 1970.
- JACQUES, F. *Différence et subjectivité*, Paris, Aubier Montaigne, 1982
- JACQUES, F. *Dialogiques, Recherches logiques sur le dialogue*, Paris, P.U.F., 1979.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Seuil, 1963.
- KERBRAT-ORECCHIONI C., *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Collin, 1997.
- KRISTEVA, J. *Recherche pour une sémanalyse*. Paris: Seuil, 1969.
- LANDOWSKI E., *Présences de l'autre*, Paris, P.U.F., 1997.
- LEVINAS E., *Humanisme de l'autre homme*, Paris, Fata Morgana, 1973.
- LEVINAS E. *Le temps et l'autre*, Paris, Fata Morgana, 1979.
- MAINGUENEAU, D. *L'Énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette, 1991.
- MAINGUENEAU, D. *Le contexte de l'oeuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993.
- ORLANDI, E. *As Formas do Silêncio no movimento dos Sentidos*. Campinas, Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. *L'analyse Automatique du Discours*, Dunod, Paris, 1969.
- RICOEUR. P., *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil, 1990.
- TODOROV, T. *L'énonciation. Langages*, Paris, v.17, p.3-18, mars 1970.

TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine, le principe dialogique, suivi des écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.

PARTE II: PRÁTICAS

10. ⁴ Interdiscurso, intradiscurso e leitura. O caso de *Germinal*
Antônio A. Moreira de FARIA 241
11. El contenido del interlocutor cuando se le toma la palabra, y otras funciones de la diafonía en el cara a cara
Janina Espuny MONSERRAT 289
12. Sobre o contrato de comunicação: do discurso ao debate político-eleitoral
Paulo Henrique A. MENDES 313
13. O Recado do Morro e as vozes da enunciação
Edson Nascimento CAMPOS 347

INTERDISCURSO, INTRADISCURSO E LEITURA. O CASO DE *GERMINAL*

Antônio A. Moreira de FARIA
FALE/UFMG

OBJETIVOS

Como se relacionam o nível interdiscursivo e o intradiscursivo? No nível interdiscursivo, as contradições constitutivas têm sempre o mesmo grau de antagonismo, ou há contradições qualitativamente diferentes? Quando as contradições do interdiscurso são simuladas no intradiscurso, há mediações entre os dois níveis? Em caso positivo, que mediações são essas? No nível intradiscursivo, como se organizam os percursos semânticos? Que é que tais questões dizem sobre um texto como o romance *Germinál*, de Émile Zola? Que é que tais questões dizem sobre o leitor instituído no discurso? E sobre a passagem do leitor instituído discursivamente ao leitor efetivo? Buscando respostas a questões como estas, pretendemos compreender teoricamente aspectos discursivos insuficientemente estudados, bem como aplicar a compreensão teórica do discurso ao entendimento do processo efetivo de leitura.

Nosso principal objetivo é estudar as relações entre o interdiscurso e o intradiscurso. Como objetivos complementares, pretendemos extrair, das relações entre o inter e o intradiscurso, subsídios para a compreensão do processo discursivo de leitura, por um lado, e, por outro, para o estudo de narrativas que têm trabalhadores como personagens principais. Se este último objetivo é situado no plano da análise, os dois objetivos anteriores localizam-se no plano teórico, mais especificamente na tentativa de proporcionar à articulação interdiscurso-intradiscurso estatuto central tanto em teoria do discurso quanto em teoria, discursiva, da leitura. O objetivo principal pode ser situado no plano da teoria do discurso; o primeiro objetivo

complementar, no plano da teoria discursiva da leitura; o segundo objetivo complementar, no plano da análise.

Podemos ordenar nossos objetivos assim:

(1) investigar aspectos insuficientemente estudados em Análise do Discurso: a) a heterogeneidade constitutiva do interdiscurso; b) a diversidade orgânica do intradiscurso; c) as relações entre o inter e o intradiscurso; d) a leitura do discurso;

(2) investigar contribuições destes e de outros aspectos discursivos à compreensão de narrativas que têm trabalhadores como personagens principais.

INTERDISCURSO

· Cabe aqui explicitar a noção de discurso¹ que adotamos, a de José Luiz Fiorin (1989: 31)

“Discurso é uma unidade do plano de conteúdo,” [que] “precisa unir-se a um plano de expressão para manifestar-se. Chamamos manifestação à união de um plano de conteúdo com um plano de expressão. Quando se manifesta um conteúdo por um plano de expressão, surge um texto.”

A “unidade do plano de conteúdo” é compreendida por Fiorin (1988: 32) como “um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo”. O plano de conteúdo, para Maingueneau (1984: 9-10), consiste em

“un système de règles qui définit la spécificité d'une énonciation”(…), “un système de contraintes de bonne formation sémantique (la *formation discursive*)”

Podemos então observar que os conceitos de discurso e de formação discursiva formulados por Fiorin e Maingueneau são, mais do que compatíveis, complementares; é por essa razão que tomaremos discurso como formação discursiva e vice-versa

¹ Quando um conceito teórico for sublinhado, será definido.

Cabe assinalar que, tanto para Maingueneau quanto para Fiorin, o discurso não se constitui sozinho, em isolamento, mas, ao contrário, em interação com outros discursos, interação constitutiva de sua própria identidade enquanto discurso. Em *Germinal*, por exemplo, como veremos adiante, o discurso proletário só pode ser identificado a partir de sua interação antagônica com o discurso burguês, assim como o discurso naturalista só pode ser identificado a partir de sua interação antagônica com o discurso romântico. É nesse sentido que podem ser compreendidas as palavras de Maingueneau segundo as quais

“l’unité d’analyse pertinente n’est pas le discours mais un espace d’échanges entre plusieurs discours” (Maingueneau, 1984: 11), (...) “tout énoncé du discours rejetant un énoncé, attesté ou virtuel, de son Autre² de l’espace discursif. C’est dire que ces énoncés ont un ‘endroit’ et un ‘envers’ indissociables: on doit les déchiffrer sur leur ‘endroit’ (en les apportant à leur propre formation discursive) mais aussi sur leur ‘envers’, en tant qu’ils sont tournés vers le rejet du discours de leur Autre (id.: 32)”

Assim, o discurso só existe enquanto interdiscurso, interação de discursos; a identidade discursiva só existe enquanto “identidade relacional” (Fiorin, 1996: 132), pois o discurso define-se por relação a outro(s). Isso coloca para o analista a tarefa de

“construire un système dans lequel la définition du réseau sémantique circonscrivant la spécificité d’un discours coïncide avec la définition des relations de ce discours à son Autre. Au niveau des conditions de possibilité sémantiques il n’y aurait donc qu’un espace d’échanges et jamais d’identité close.” (Maingueneau, 1984: 30)

Esta concepção interacional de discurso relaciona-se com uma concepção de linguagem - e, conseqüentemente, de leitura - em que

² Maingueneau (1984: 42) observa que seu Outro não é o Outro lacaniano, deixando claro que faz referência aos outros discursos a partir dos quais se define um discurso dado. No caso de *Germinal*, consideramos que o discurso burguês é o Outro do discurso proletário; e que o discurso romântico é o Outro do discurso naturalista.

também é considerada central uma outra interação: enunciador-enunciatário (enunciador-leitor, no caso).

O estudo lingüístico das relações enunciador-leitor procura contribuir, como Maingueneau (1996b) e Fiorin (1997a), para a superação de uma lacuna em análise do discurso: o privilégio do enunciador em detrimento do enunciatário. Essa lacuna ocorre porque foram desconsideradas a ênfase de Bakhtin (1979 e 1992, p. ex.) na importância do interlocutor; a pesquisa de Benveniste (1989) acerca das marcas lingüísticas do alocutário no enunciado; e o estudo de Prince (1973) centrado no narratário; tais contribuições têm causado repercussão apenas marginal em análise do discurso, no que diz respeito à análise das relações lingüísticas enunciador-enunciatário. Ora, se o enunciatário é integrante constitutivo da enunciação discursiva, como sustenta Bakhtin, e se está lingüísticamente marcado no discurso, conforme Benveniste e Prince, então o estudo das marcas lingüísticas do leitor/enunciatário torna-se indispensável à concepção de linguagem que considera central a interação enunciador-enunciatário.

Essa interação discursiva não se dá aleatoriamente, mas a partir de regularidades, estabelecidas no discurso, que marcam lingüísticamente o "contrato narrativo tácito" (Maingueneau, 1996b: 40) entre enunciador e enunciatário/leitor, contrato que vem sendo estudado não só por Maingueneau, mas também por Charaudeau (1995) e Fiorin (1997b). Em *Germinal*, por exemplo, é freqüente a metáfora que representa como animal feroz a mina de carvão onde trabalham as principais personagens operárias:

(1) "O mineiro acabou a frase (...). Chegara a sua vez, o elevador [que levava os operários para o trabalho no fundo da mina de carvão] apareceu (...). O homem entrou, agachando-se, com os demais companheiros. A máquina desapareceu no poço, para voltar a brotar ao fim de apenas quatro minutos para *engolir outro carregamento de pessoas*. Durante meia hora *o poço devorou essa carga humana com suas fauces mais ou menos glotonas*, isto é, de acordo com a profundidade da galeria para onde elas iam, e isso sem descanso, *sempre esfomeado, com tripas gigantes, capazes de digerir todo um povo. Elas se enchiam sem descanso* (...),

e o elevador continuava a brotar do vazio no mesmo *silêncio voraz*.” (Zola, 1976: 28; sem itálico no livro)

A recorrência da ferocidade animal metafórica, assinalada em itálico no exemplo (1), marca lingüisticamente parte de um contrato discursivo literário; em um contrato discursivo técnico, não caberia - pelo menos, na frequência com que ocorre - essa recorrência metafórica. (Na quarta parte deste trabalho, discutiremos mais detalhadamente o contrato discursivo na interação enunciadador-leitor.)

Outro aspecto, na concepção de linguagem em que está situada nossa pesquisa, é a descrição do discurso enquanto articulação de dois níveis, o inter e o intradiscursivo.

Mainueneau (1984: 27-28) estuda o nível do interdiscurso decompondo-o em três instâncias: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. E avalia como de pouca utilidade analítica a primeira instância, considerando-a, enquanto totalidade de formações discursivas que interagem em uma conjuntura dada, apenas o ponto de partida para a focalização dos domínios passíveis de análise, os campos discursivos:

“On appellera “univers discursif” l’ensemble de formations discursives de tous types qui interagissent dans une conjoncture donné. Cet univers discursif représente nécessairement un ensemble fini même s’il ne peut être appréhendé dans sa globalité. Il est de peu d’utilité pour l’analyste et définit seulement une étendue maximale, l’horizon à partir duquel seront construits des domaines susceptibles d’être étudiés, les “champs discursifs”. Par ce dernier terme il faut entendre un ensemble de formations discursives qui se trouvent en concurrence, se délimitent réciproquement en une région déterminée de l’univers discursif. “Concurrence” est à prendre de la manière la plus large; elle inclut aussi bien l’affrontement ouvert que l’alliance, la neutralité apparente, etc... entre des discours qui possèdent la même fonction sociale et divergent sur la façon dont il faut la remplir. Il peut s’agir de champ politique, philosophique, dramaturgique, grammatical, etc... Ce découpage en “champs” ne définit pas des zones insulaires;

il n'est qu'une abstraction nécessaire, qui doit permettre d'ouvrir de multiples réseaux d'échanges."

O conceito de campo discursivo, assim, abrange o conjunto de formações discursivas que, delimitando-se mutuamente em uma região determinada do universo discursivo, estão relacionadas, seja em "enfrentamento aberto", como em *Germinal* a formação discursiva burguesa e a proletária, seja em "aliança", como as formações discursivas naturalista e proletária naquele romance.

As formações discursivas estabelecem relações dentro de subconjuntos dos campos discursivos, subconjuntos que Maingueneau (1984: 29) denomina espaços discursivos:

"(...) Il n'est (...) pas possible de déterminer *a priori* les modalités des relations entre les diverses formations discursives d'un champ. On est alors conduit à isoler dans le champ des *espaces discursifs*, c'est à dire des sous-ensembles de formations discursives dont l'analyste juge la mise en relation pertinente pour son propos. De telles restrictions ne peuvent qu'être le résultat d'hypothèses fondées sur une connaissance des textes et un savoir historique, qui seront par la suite confortées ou infirmées quand la recherche a progressé."

Há no texto de *Germinal*, como veremos adiante com exemplos, dois campos discursivos: o político e o literário. No campo literário, encontramos um espaço discursivo no qual o discurso realista naturalista se opõe ao discurso romântico. No campo discursivo político, todavia, ocorre algo mais complexo, havendo não só um espaço dentro do qual se opõem o discurso proletário e o burguês, mas também dois outros espaços discursivos: no interior do discurso burguês, em que se opõem seus dois subconjuntos discursivos (o da grande burguesia e o da pequena burguesia), está situado um desses espaços discursivos; no interior do discurso proletário, em que se opõem seus três subconjuntos discursivos (o discurso do proletariado reformista, o do proletariado anarquista e o do proletariado revolucionário), está situado outro espaço discursivo.

Entre as relações semânticas dentro de cada espaço (inter)discursivo, estão as relações de contradição:

“(…) o que caracteriza o romance é que nele diferentes vozes sociais se defrontam, se entrechocam, manifestando diferentes pontos de vista sociais sobre um dado objeto.” (Fiorin, 1997a: 234)

“Os textos têm a propriedade intrínseca de se constituir a partir de outros textos. (...) Um texto remete a duas concepções diferentes: aquela que ele defende e aquela em oposição à qual ele se constrói. Nele, ressoam duas vozes, dois pontos de vista.” (Fiorin & Platão, 1996: 29)

Com relação ao caráter constitutivo da contradição³ no interdiscurso, um aspecto a ser pesquisado, por sua importância para a análise de textos como *Germinal*, refere-se à ocorrência de contradições qualitativamente distintas, como as que Mao Tse-Tung (1982: 106), no domínio da filosofia política, assim caracterizou:

“(…) num processo de desenvolvimento prolongado, (...) a contradição fundamental vai-se aguçando à medida que passa de uma etapa a outra deste processo prolongado. Além disso, das numerosas *contradições, grandes e pequenas, determinadas pela contradição fundamental ou sujeitas a sua influência*, umas se aguçam e outras são temporária ou parcialmente resolvidas ou atenuadas, e surgem outras novas.” (sem itálico no texto de Mao)

No domínio dos estudos discursivos, *Germinal* mostra ser pertinente estabelecer diferença entre a contradição fundamental e as outras contradições, por ela determinadas ou influenciadas. Isso porque, dentro do campo discursivo político, em seu primeiro espaço discursivo há antagonismo frontal (discurso burguês x discurso proletário); no segundo e no terceiro espaços discursivos, não: os dois subconjuntos do discurso burguês, que se opõem, opõem-se também, e principalmente, ao discurso proletário, assim como os três subconjuntos do discurso proletário, que se opõem, opõem-se

³ Em concepção dialética, a categoria de contradição possibilita compreender o real, inclusive o real discursivo, como totalidade constituída de “unidade e interpenetração dos contrários” (Roy Bhaskar, 1988: 104).

também, e principalmente, ao discurso burguês. Há então, respectivamente, a “contradição fundamental”: burguesia x proletariado; e as “contradições (...) determinadas pela contradição fundamental”: grande burguesia x pequena burguesia, por um lado, e, por outro lado, proletariado reformista x proletariado anarquista x proletariado revolucionário.

DO INTERDISCURSO AO INTRADISCURSO

Dando seqüência à pesquisa das contradições constitutivas do interdiscurso, Fiorin estuda a possibilidade de simulação dessas contradições no intradiscurso, concluindo (1996: 162; 1997a: 243) que tal possibilidade singulariza o romance. Exemplo de simulação intradiscursiva da contradição interdiscursiva burguesia x proletariado é o trecho (2) abaixo, que, narrando ficionalmente parte de uma reunião entre o diretor de uma empresa mineradora carbonífera e uma comissão de operários grevistas, apresenta parcelas tanto do discurso empresarial (sublinhado) quanto do discurso operário (em itálico):

(2) - Pois muito bem... Ao que parece os senhores se revoltaram... (...) - Sentem-se, estou disposto a conversar. (...)

- Senhor diretor, (...) não se trata de uma revolução de desordeiros, de más pessoas que procuram instaurar a anarquia. Queremos apenas justiça, estamos cansados de andar morrendo de fome e parece-nos que chegou a hora de um entendimento para que ao menos tenhamos pão todos os dias. (...)

- Vamos, confessem a verdade, vocês estão obedecendo a motivos detestáveis. É uma peste que atualmente sopra sobre todo o operariado e que corrompe mesmo os melhores. (...) estão sendo arregimentados para essa malfadada Internacional, para esse exército de malfeitores, cujo sonho é a destruição da sociedade... (...) A companhia é uma mãe para os seus empregados (...). Só este ano ela gastou trezentos mil francos na construção de aldeias operárias (...), isso sem falar nas aposentadorias que dá, no carvão, nos medicamentos. (...)

- (...) Infelizmente, nosso desejo é que a companhia se ocupe menos de nós, e que, em vez de

representar o papel de mãe, se mostre apenas justa, dando-nos aquilo que é nosso, isto é, nosso ganho, que ela reparte consigo própria. Então é honesto, a cada crise, deixar morrer de fome os trabalhadores para salvar os dividendos dos acionistas? (...)

- Ah, chegamos onde eu queria! (...) Como pode dizer semelhantes bobagens, você, que devia saber dos riscos enormes que correm os capitais na indústria, nas minas, por exemplo? (...) Quase metade das sociedades carboníferas da França estão quebrando... O que vem a ser uma estupidez acusar de crueldade as que continuam abertas. Quando seus operários sofrem, elas também sofrem. (...)"
(Zola, 1976: 201-205; sem grifos no livro)

Esta passagem, simulando intradiscursivamente a contradição interdiscursiva capital x trabalho, também exemplifica um aspecto polifônico de *Germinal*: apresenta tanto a voz discursiva da empresa quanto a voz discursiva dos trabalhadores..

Mas *Germinal* coloca um problema a ser ainda equacionado: simula intradiscursivamente contradições do campo discursivo político; mas não simula, em lugar algum do intradiscurso, o espaço interdiscursivo em que se opõem naturalismo e romantismo, no campo discursivo literário. Ou seja: em *Germinal* são simuladas intradiscursivamente apenas as contradições interdiscursivas situadas no plano do narrado, não as situadas no plano da narração.

Outro aspecto relacionado à simulação do interdiscurso no intradiscurso é a mediação na passagem do primeiro nível ao segundo. Postulamos, por um lado, que a simulação do nível interdiscursivo no intradiscursivo é mediada pelas condições históricas de produção do discurso pertinentes para as relações entre o campo discursivo literário e outros campos discursivos (o campo político, no caso de *Germinal*); e, por outro lado, que as condições de produção situam-se no universo discursivo, sendo parcelas, fragmentos do amplo "ensemble des formations discursives de tous types qui interagissent dans une conjoncture donnée" (Maingueneau, 1984: 27)

A mediação, definida discursivamente, pôde ser entendida como uma forma particular de estruturação do universo discursivo numa formação social dada. Nossa postulação pode ser comprovada a partir

de *Germinal*. A contradição interdiscursiva capital x trabalho e a sua simulação no intradiscurso não são exclusivas daquele romance; mas ele é o único texto que, desde seu próprio título, realiza tal simulação a partir do dado específico das condições históricas francesas que é a Revolução de 1789 - com o vasto conjunto de formações discursivas de todos os tipos em interação naquela conjuntura, como o discurso republicano (em oposição ao discurso do Antigo Regime) do qual se origina o calendário conhecido como "revolucionário" ou "republicano", que vigorou na França por poucos anos após 1789 e no qual o nome do primeiro mês na primavera, *germinal*, proporcionou a Zola o título do romance:

“Je cherchais un titre exprimant la poussée d’hommes nouveaux, l’effort que les travailleurs font, même inconsciemment, pour se dégager des ténèbres si durement laborieuses où ils s’agitent encore. Et c’est un jour, par hasard, que le mot: Germinal, m’est venu aux lèvres. (...) il représentait ce que je cherchais, un avril révolutionnaire, une envolée de la société caduque dans le printemps.” (carta de Zola para Van Santen Kolff em 06/10/1889, apud Henri Mitterand, in Zola, 1994: 1884)

Observamos que, se no campo discursivo político do romance há um espaço interdiscursivo em que se confrontam os discursos proletário e burguês, não há um espaço em que se confrontem os discursos da República e do Antigo Regime. Mas esses dois discursos, se não fazem parte de espaço discursivo no campo discursivo político em *Germinal*, podem ser localizados no universo discursivo francês, que, como vemos, proporciona ao título o acréscimo de uma parcela de sentido (localizada no plano da História, ligada à Revolução de 1789) à parcela de sentido localizada no plano da Natureza, ligada à germinação vegetal. É o universo discursivo que cria, já no título do romance, condições para o processo de historicização da natureza, que ao longo da narrativa - conforme começamos a ver com a metaforização animal no exemplo (1) - é um dos fatores que contribuem para um dos mais destacados entre os aspectos originais do romance: a hegemonia do discurso proletário sobre o naturalista.

Outros exemplos das mediações entre o inter e o intradiscurso referem-se ao desenvolvimento das capacidades intelectuais de alguns

personagens que são líderes operários, apresentadas como atributos da liderança:

(3) *“Quando o russo [Suvarin] começava a discorrer (...) abordando assuntos de socialista instruído, Etienne e Rasseneur ficavam inquietos, perturbados pelas suas afirmações (...), às quais não sabiam o que responder. (...) Todas as noites era a mesma coisa, as mesmas conversas (...). Certas idéias obscuras, ainda informes, agitavam-se e tomavam corpo dentro dele. Devorado sobretudo pela ânsia de saber, [Étienne] hesitara por muito tempo em pedir livros emprestados ao seu vizinho, que, infelizmente, quase só possuía obras alemãs e russas. Finalmente conseguira emprestado um livro francês sobre sociedades cooperativas (...), e lia regularmente um jornal (...), Le Combat, folha anarquista publicada em Genebra.”* (Zola, 1976: 135-136, sem itálico no livro)

No texto do romance, o personagem Etienne passa por um movimento em que vai de um ponto menor, em (3), a um ponto maior em informação e cultura:

(4) *“Passava as noites lendo; recebia grande número de cartas; chegara mesmo a fazer uma assinatura do Vingador, folha socialista da Bélgica, aliás o primeiro jornal a entrar na aldeia, o que fez crescer mais ainda sua estatura entre os camaradas.”* (Zola, 1976: 210)

Em (3) e (4), mediando a passagem da contradição interdiscursiva capital x trabalho à sua simulação no intradiscurso, e participando da relação entre o campo discursivo literário (com o discurso naturalista) e o político (com o discurso proletário), há um significativo aspecto das condições históricas de produção de discursos, no universo discursivo da cultura europeia ocidental: a Ilustração, o Iluminismo, na sua temática relacionada com o desenvolvimento intelectual. Ambos os exemplos mostram ficcionalmente estágios iniciais de ascensão cultural do mais destacado entre os personagens individuais do romance, um líder operário que é metonímia do proletariado revolucionário, que por sua vez é o principal personagem coletivo no intradiscurso. (3) e (4), além de outros trechos do romance, como (5) abaixo, funcionam discursivamente como argumentos ficcionais em

favor da tese de que os trabalhadores podem elevar-se culturalmente, de que pode haver uma intelectualidade proveniente do proletariado, e não apenas a proveniente da burguesia ou das camadas médias da população.

No trecho (5), temos uma passagem longa, mas relevante pelo que apresenta sobre instrução e cultura enquanto fragmentos do Iluminismo mediando a simulação do interdiscurso proletário no intradiscurso, especificamente no que se refere ao desenvolvimento da consciência política proletária revolucionária. Estão sublinhados aspectos que se relacionam com a instrução e a informação, no discurso proletário; e, em itálico, aspectos que se relacionam com a natureza (estes, já no discurso naturalista); haverá, como veremos, interfaces dos dois discursos:

(5) “(...) Etienne começou a compreender as idéias que lhe fervilhavam na cabeça. Até então não passara de um revoltado instintivo absorvendo a surda fermentação dos companheiros. Uma gama variada de perguntas confusas não o deixava em paz: por que havia tanta miséria de um lado e tanta riqueza de outro? Por que estes tinham de viver escravizados àqueles, sem a menor esperança de um dia mudarem de posição? A primeira etapa vencida foi a da compreensão de sua ignorância. Uma vergonha secreta, um desgosto oculto começaram a atormentá-lo: nada sabia, não ousava falar sobre essas coisas que eram a sua paixão, a igualdade entre os homens, a justiça que exigia que os bens da terra fossem repartidos entre todos. Por isso começou a estudar, sem método, como fazem aqueles que são ignorantes mas têm sede de saber. Entabulou uma correspondência regular com Pluchart [líder operário da região], mais instruído e a par do movimento socialista. Encomendou livros cuja leitura (...) acabou por exaltá-lo, sobretudo um livro de medicina (...), em que um médico belga fazia o resumo das doenças de que morrem os trabalhadores das hulheiras, sem contar os tratados de economia política (...), folhetos anarquistas (...), números antigos de jornais que lia e guardava (...). Também Suvarin lhe emprestava livros (...). A vergonha de sua ignorância foi cedendo lugar a um certo orgulho desde que sentia que pensava. (...)”

Agora, na casa de Maheu, dormia-se meia hora mais tarde. Etienne repisava a conversa de sempre. Desde que começara a instruir-se, a promiscuidade da aldeia mineira chocava-o. Então eram animais para viverem assim, amontoados, uns por cima dos outros, (...)? E que bem fazia para a saúde essa promiscuidade, com moças e rapazes apodrecendo juntos!

- Ora! – respondia Maheu. – Se houvesse mais dinheiro viveríamos melhor... Mas, de fato, só pode fazer mal viver amontoado desse jeito. Sempre termina com homens bêbados e mulheres grávidas.

(...) Esta vida não tinha nada de agradável. Trabalhavam como bestas (...) para nem sequer terem carne no jantar. Aos domingos sucumbiam, exaustos. Os únicos prazeres eram embriagar-se e fazer filhos na mulher. (...)

Era como botar fogo em Etienne. Como? Então os operários não podiam pensar? Pois esperassem e veriam... As coisas iriam mudar muito em breve, justamente porque o operário aprendera a pensar. No tempo do velho [operário pai de Maheu], o mineiro vivia na mina como um animal de carga, como uma máquina de extrair hulha, sempre enfundado na terra, os ouvidos e os olhos tapados, sem saber o que estava acontecendo no mundo. Por esse motivo os ricos que governavam podiam fazer o que bem entendessem, vendê-lo e comprá-lo, chupar-lhe o sangue, o mineiro nem se dava conta. Agora (...) este mundo acabaria explodindo (...), graças à instrução. Era só olhar, ali na aldeia mesmo: os avós não sabiam nem assinar o nome, os pais já o assinavam, enquanto os filhos liam e escreviam como professores. Ah! Era uma bravia messe de homens amadurecendo ao sol, crescendo pouco a pouco.” (Zola, 1976: 153-156; sem grifos)

Dados lingüísticos como o título do romance e os trechos de (3) a (5) impedem-nos de ver o universo discursivo como algo “de peu d'utilité pour l'analyste” (Maingueneau, 1984: 27). A utilidade analítica é evidente em *Germinal*.

As condições de produção do discurso são objeto de pesquisa desde Pêcheux (1990); mas ainda não foram estudadas enquanto recortes, parcelas do universo discursivo que, nas relações entre o campo

discursivo literário e outros campos discursivos, estabelecem elementos de mediação entre o inter e o intradiscurso, quando este simula ficcionalmente aquele. Quem de alguma forma se aproxima de tal perspectiva, embora trabalhe com objetivos e categorias analíticas em parte diferentes, é Cortina (1995: 88-92), examinando relações do texto *O Príncipe*, de Maquiavel, com o tempo e o espaço renascentistas.

Adotando a categoria de contradição na análise não apenas do interdiscurso, mas também da sua simulação no intradiscurso, já começamos a descrever a organização intradiscursiva. Nossa principal categoria descritiva do intradiscurso é a de percurso semântico, que engloba os conceitos greimasianos de percurso temático e percurso figurativo, por se tratarem ambos de revestimentos - mais abstratos ou mais concretos, respectivamente - de estruturas narrativas:

“(...) o percurso temático é a manifestação isotópica mas disseminada de um tema” (Greimas & Courtés, s/d: 453)
“(...) se entende por percurso figurativo um encadeamento isotópico de figuras, relativamente a um tema dado” (id.: 188)

“Tema é o elemento semântico que designa um elemento não-presente no mundo natural, mas que exerce o papel de figura ordenadora dos fatos observáveis. São temas, por exemplo, amor, paixão, lealdade, alegria. Figura é o elemento semântico que remete a um elemento do mundo natural: casa, mesa, mulher, rosa, etc. A distinção entre ambos é, pois, de maior ou menor grau de concretude.” (Fiorin 1988b: 24) “Percurso figurativo: é um encadeamento de figuras que manifesta um dado tema.” (...) “Percurso temático: é um encadeamento de temas que podem ser resumidos num tema mais geral.” (id.: 82)

Na concepção teórica que adotamos, a formação discursiva tem em seu intradiscurso um ou mais percurso(s) semântico(s) - temático(s) ou figurativo(s). No intradiscurso de *Germinal*, as formações discursivas têm percursos semânticos figurativos: na formação discursiva proletária, o percurso semântico do trabalho e o da luta operária (com os subconjuntos da luta reformista, da luta anarquista e da luta revolucionária); na formação discursiva burguesa, o percurso

semântico da acumulação capitalista e o da luta burguesa (com os subconjuntos da grande burguesia e da pequena burguesia); na formação discursiva naturalista, o percurso semântico da natureza (a formação discursiva romântica, como dissemos, não se manifesta no intradiscurso).

O confronto intradiscursivo entre o discurso proletário e o burguês é um aspecto polifônico de *Germinal*: as vozes discursivas proletária e burguesa manifestam-se no texto. Isso é uma característica do que consideramos um romance de tese polifônico: *Germinal* defende uma tese, a substituição do poder burguês pelo poder operário; e, para defendê-la, não silencia a voz discursiva burguesa, mas a coloca em confronto com a voz discursiva proletária. Há ainda outros aspectos polifônicos, relacionados com as manifestações intradiscursivas das contradições interdiscursivas secundárias: tanto o confronto discurso da grande burguesia x discurso da pequena burguesia quanto o conflito discurso do proletariado reformista x discurso do proletariado anarquista x discurso do proletariado revolucionário, no intradiscurso do romance, são aspectos polifônicos – secundários diante do principal aspecto polifônico, o antagonismo discursivo proletariado x burguesia.

Há então em *Germinal* quatro discursos sobre trabalhadores: o proletário, o burguês, o naturalista e o romântico. Mas, se isso ocorre interdiscursivamente, intradiscursivamente o número de discursos é reduzido a três, com o silenciamento da formação discursiva romântica.

O discurso tem, assim, uma dimensão simultaneamente intra e interdiscursiva: por um lado, organizada a partir do conjunto de percursos semânticos intradiscursivos; por outro lado, constituída a partir das contradições que mantém com outra(s) formação(ões) discursiva(s), em um espaço interdiscursivo, dentro de um campo discursivo. São essas as duas dimensões da formação discursiva, das quais resulta “l'impossibilité de dissocier l'interaction des discours du fonctionnement intradiscursif” (Maingueneau, 1984: 31).

Estudar articuladamente o interdiscurso e o intradiscurso é tarefa cuja execução se encontra em estágio ainda embrionário. Isso decorre da ausência de coordenação entre os estudos que têm priorizado o interdiscurso, como a chamada análise do discurso francesa, e os que

têm priorizado o intradiscurso, como a semiótica (também francesa) greimasiana. Superar essa descoordenação é uma das implicações da pesquisa que vem sendo desenvolvida por Fiorin, particularmente em seus artigos (1996 e 1997a) que lançam a hipótese da simulação romanesca do interdiscurso no intradiscurso. Nessa hipótese, uma contribuição de nosso presente trabalho é a hipótese da mediação na passagem simulada do interdiscurso ao intradiscurso, mediação proporcionada pelas condições históricas de produção do discurso, pelos fragmentos do universo discursivo pertinentes à relação entre o campo discursivo literário e outro campo discursivo (o político, no caso). Outra contribuição refere-se à articulação entre a categoria descritiva do interdiscurso (a contradição) e a do intradiscurso (o percurso semântico).

PERCURSOS SEMÂNTICOS DO DISCURSO OPERÁRIO

Podem ser encontrados no discurso operário, subjacentes ao percurso semântico do trabalho, elementos abstratos como /produção/ e /assalariamento/, que caracterizam distinções pertinentes em um determinado espaço interdiscursivo. /Assalariamento/, por exemplo, não sendo evidentemente um traço distintivo mínimo, pois pode ser decomposto em um conjunto de traços, é um elemento semântico subjacente, um “núcleo sêmico” (Fiorin, 1996: 140) que se mostra pertinente para a distinção entre o trabalho operário e o trabalho escravo (ou seja, /assalariamento/ e /escravidão/, respectivamente) em romances como *Morro Velho* - no qual Avelino Fóscolo tematiza a vida dos trabalhadores na mina de ouro com o mesmo nome, em Minas Gerais, durante a segunda metade do século XIX - e *O Cortiço* - em que, no cortiço do título, também ambientado na segunda metade daquele século, mas agora no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, várias personagens operárias convivem com personagens ainda mantidas na escravidão, como Bertoleza, uma das principais personagens trabalhadoras.

Os elementos semânticos subjacentes estão ligados à oposição de base /produção/ x /apropriação/, que manifesta intradiscursoivamente o antagonismo interdiscursivo proletariado x burguesia. As categorias semânticas intradiscursoivas são determinadas a partir das categorias interdiscursivas. As categorias dos dois níveis dizem respeito aos “fondements sémantiques des discours” (Maingueneau, 1984: 30) e são um aspecto semântico “de l’interdiscours en tant qu’extérieur

spécifique d'une formation discursive à l'intérieur même de celle-ci." (id.: 31).

O percurso semântico do trabalho pode ser exemplificado em trechos como

(8) "(...) o velho continuou, mais baixo, a remoer suas lembranças. Ah! certo, não era de ontem que ele e os seus cavavam no veio [de carvão]. A família trabalhava para a companhia das minas de Montsou desde a sua criação; e isso já vinha de muito longe, cento e seis anos. Seu avô, Guillaume Maheu, na época um garoto de quinze anos, fora o descobridor da hulha em Réquillart, a primeira mina da companhia (...) Depois, seu pai, Nicolas Maheu, conhecido como o Ruivo, com apenas quarenta anos de idade, ficara na Voreux, que nesse tempo estava sendo aberta: um desabamento e ele ficara completamente achatado, com o sangue bebido e os ossos engolidos pelas rochas. Dois dos seus tios e seus três irmãos ali também haviam deixado a pele, mais tarde. Ele, Vincent Maheu, (...) conseguira sair mais ou menos inteiro, apenas com as pernas em mau estado (...). (...) Seu filho, Toussaint Maheu, já se matava no mesmo ofício, assim como seus netos e toda a família (...). Cento e seis anos de trabalho para o mesmo patrão, as crianças após os velhos: que tal? Muitos burgueses não saberiam contar tão bem a sua história." (Zola, 1976: 14)

O discurso operário em *Germinal* apresenta também o percurso semântico da luta, em que o proletariado sai de sua submissão e resiste ao capital, com greves, como a narrada no romance, e com organização sindical e/ou estritamente política, como a Associação Internacional dos Trabalhadores (a Internacional), entre outras figuras semânticas, subjacente às quais é recorrente o elemento abstrato /dinâmico/. A narrativa aponta a possibilidade de mudança nas condições de trabalho e de outros aspectos da vida operária. Esse percurso semântico manifesta intradiscursivamente a oposição semântica de base /dinâmico/ x /estático/, a qual no interdiscurso constitui o espaço em que se dá o confronto proletariado x burguesia: esta luta para conservar as relações sociais; aquele, para mudá-las.

O percurso semântico da luta operária abrange, por um lado, aspectos comuns às lutas narradas, relacionados ao elemento semântico de base /dinâmico/, invariante. E abrange, por outro lado, aspectos específicos das três posições políticas que se propõem orientar as lutas narradas, ou seja, três subconjuntos semânticos da luta operária, três possibilidades de variação semântica manifestadas intradiscursivamente (/moderação/, correspondente à luta reformista, conciliadora; /radicalidade/, à luta revolucionária; /destruição/, à luta anarquista) que se articulam ao elemento invariante /dinâmico/.

Cabe assinalar a desarmonia na relação dos elementos semânticos /moderação/ e /radicalidade/ com o elemento /destruição/. Essa desarmonia semântica decorre da própria construção da narrativa, decorre das diferentes atitudes que, no texto do romance, as personagens operárias adotam diante da contradição capital x trabalho – a qual, como veremos nos exemplos (10), (11), (12) e (13) adiante, é percebida de diferentes maneiras pelas lideranças operárias.

A passagem (9) abaixo, particularmente nos trechos assinalados em itálico, exemplifica o percurso semântico da luta operária, em um de seus aspectos comuns à luta dos trabalhadores como um todo:

(9) "Etienne (...) estava muito animado. (...) Tratava-se da Associação Internacional dos Trabalhadores, da famosa Internacional que acabava de ser criada em Londres. *Não havia nisso um esforço maravilhoso, uma campanha onde a justiça ia enfim triunfar? Os trabalhadores do mundo inteiro levantando-se, unindo-se para assegurar ao operário o pão que ganha.* E que organização simples e grandiosa! Embaixo a seção que representa a comuna, em seguida a federação que agrupa as seções de uma mesma província, depois a nação e por fim, no topo, a humanidade encarnada num conselho geral onde cada nação está representada por um secretário correspondente." (Zola, 1976: 133-134; sem grifos no romance)

Além de aspectos gerais da luta dos trabalhadores, há no percurso semântico da luta operária, como dissemos, aspectos específicos, relacionados com três diferentes possibilidades de direção das lutas proletárias narradas, três grandes concepções políticas e sindicais que estiveram nas origens da organização classista do proletariado -

socialismo, anarquismo e reformismo - e que na narrativa funcionam como variáveis semânticas, figurativas, da luta operária.

Rasseneur, personagem que figurativiza metonimicamente o proletariado reformista, subjacente ao qual se encontra o elemento semântico abstrato /moderação/, não vê como antagônico o conflito capital x trabalho e dirige a luta operária para melhorar as condições de vida operárias, melhoria que não aponta a possibilidade de substituição do capital pelo trabalho como poder hegemônico na sociedade. Etienne Lantier, personagem que figurativiza metonimicamente o proletariado revolucionário, subjacente ao qual se encontra o elemento semântico /radicalidade/, vê como antagônico o conflito capital x trabalho e dirige a luta operária para mudar a própria base sobre a qual se apóiam as relações entre classes sociais: defende a substituição do capital pelo trabalho como poder hegemônico na sociedade. E Suvarin, personagem metonímica do proletariado anarquista, subjacente ao qual se encontra o elemento subjacente /destruição/, também considera antagônico o conflito capital x trabalho, mas direciona a luta operária para a destruir não só as relações sociais de dominação do trabalho pelo capital, mas também para destruir toda a sociedade, destruindo assim, por consequência, as relações sociais de dominação.

Eis um exemplo de que Rasseneur, a personagem metonímica reformista - pois visualiza a ação sindical como melhoria da sociedade capitalista - não compreende como contradição antagônica o conflito entre capital e trabalho:

(10) “(...) — Política, governo, tudo isso não me interessa... Desejo apenas que o mineiro tenha um tratamento mais digno.(...)”

Então não era estúpido acreditar que se podia de um golpe mudar a face do mundo, pôr os operários no lugar dos patrões, repartir o dinheiro como quem reparte uma maçã? (...) A melhor maneira de não quebrar o nariz era andar direito, exigir as reformas que fossem viáveis, tentar melhorar a vida dos trabalhadores quando se apresentasse a ocasião. Assim é que ele agiria se estivesse com o caso em mãos, obrigando a companhia a dar melhores condições aos

trabalhadores, em vez de obstinar-se em mandá-la ao diabo, o que resultaria na desgraça de todos.” (p. 219-220)

Passa pela personagem metonímica Rasseneur o percurso semântico da luta operária em uma de suas variações, a reforma moderada, que articula o elemento subjacente /dinâmico/ invariante no discurso proletário ao elemento /moderado/, variável correspondente ao subconjunto do proletariado reformista – e, evidentemente, sem o elemento subjacente /radical/, que entretanto estará presente, articulado ao elemento /dinâmico/, na personagem metonímica: Etienne Lantier.

A oposição entre os elementos semânticos subjacentes /moderado/ e /radical/, distinguindo no percurso figurativo da luta operária as variáveis reformista e revolucionária, distingue também suas respectivas metonímias, as personagens Rasseneur e Etienne, com a primeira não querendo, na narrativa, mudanças com a radicalidade requerida para superar a contradição antagônica capital x trabalho.

Diferente de Rasseneur e de Etienne é a personagem Suvarin, que recusa a ação política de massas, moderada ou radical, substituindo-a pela ação destrutiva. Suvarin é metonímia do anarquismo; é quem, em antítese com relação ao reformismo, vê a luta capital x trabalho como movimento de destruição - até física - da sociedade capitalista:

(11) “Incendeiem as cidades, ceifem os povos, arrasem tudo, e, quando não sobrar mais nada deste mundo podre, talvez nasça outro melhor dos escombros. (...) É preciso destruir tudo para que a fome não renasça. Sim! A anarquia, o nada, a terra banhada em sangue, purificada pelo incêndio! A seguir veremos o que se pode fazer.” (p. 134 e 136)

(12) “Enquanto Etienne subia em direção à aldeia, Suvarin (...) dirigiu-se para a margem do canal. Lá, agora sozinho, (...) dirigiu-se para a Voreux.

Nesse momento a mina estava deserta, apenas encontrou um contramestre com os olhos pesados de sono. (...) enfiou pelo estreito corredor que levava ao fosso das escadas. E (...) desceu de mansinho(...).

Então, com a broca, principiou a desapertar os parafusos, de modo que um empuxão final arrancasse todos. (...) Desatarraxados os parafusos, começou a trabalhar nas próprias pranchas (...).

A partir desse momento, parecia ébrio de ódio. (...) Havia de exterminar essa besta malfazeja, essa Voreux que estava com a goela sempre aberta e que já devorara tanta carne humana!” (p. 414-416)

(11) refere-se a uma conversa de Suvarin com Rasseneur e Etienne Lantier; (12), à sabotagem da mina Voreux por Suvarin – a mina é destruída, e muitos operários morrem, tanto nos desabamentos e na inundação que destroem a mina causados pela sabotagem quanto nas tentativas de salvamento dos sobreviventes. Em (12) e nas demais passagens em que se faz presente a personagem Suvarin, metonímia da luta anarquista, estão articulados os elementos subjacentes /destruição/ e /dinâmico/.

E Etienne Lantier é a personagem metonímica revolucionária, que gradativamente desenvolve consciência da possibilidade de mudar a forma de apropriação dos frutos do trabalho e, conseqüentemente, de mudar a organização política da sociedade; consciência que supera dialeticamente tanto a tese reformista quanto a antítese anarquista e visualiza a luta operária como movimento constitutivo de uma síntese - a nova hegemonia política na sociedade, hegemonia do proletariado:

(13) “E agora pensava que talvez a violência não ajudasse muito. Cabos cortados, trilhos arrancados, lanternas quebradas, que esforço inútil! Não, não valia a pena três mil pessoas percorrerem as estradas transformadas em bando devastador. Pressentia vagamente que a legalidade, um dia, poderia ser mais terrível. Sua inteligência amadurecia, livrara-se da doença do rancor. Sim (...), seria *o golpe de misericórdia na burguesia: arregimentarem-se em silêncio, conhecerem-se, reunirem-se em sindicatos, assim que a lei o permitisse. Depois, no dia em que fossem multidão, (...), tomar o poder, ser os donos. Ah! que despertar da verdade e da justiça!* (p. 474, sem grifos no livro)

PERCURSOS SEMÂNTICOS DO DISCURSO BURGUÊS

Nesse discurso podem ser encontrados os percursos da acumulação capitalista e da luta burguesa. O primeiro está relacionado com as figuras semânticas que na narrativa simulam a acumulação do capital; o segundo, com as que simulam a luta pela conservação do capital acumulado, a luta pela manutenção do 'statu quo' econômico e social. Tais aspectos relacionam-se com as categorias semânticas de base /apropriação/ (oposta à categoria de base /produção/, do discurso proletário) e /estático/ (oposta à categoria /dinâmico/, do discurso proletário), respectivamente.

O percurso semântico da acumulação capitalista, que tem /apropriação/ como elemento abstrato subjacente, representa ficionalmente a visão que sobre o capital têm diversas personagens, em cuja visão de mundo a principal perspectiva são os

(14) “capitais (...) em estradas de ferro, em portos e canais, (...) todo esse dinheiro (...)” (p. 192)

No percurso semântico da acumulação capitalista, uma destacadas passagens narra a constituição da Cia. das Minas de Montsou, com participação dos Grégoire:

(15) “A fortuna dos Grégoire (...) nascera com a criação da companhia.

Lá pelo começo do século passado, declarara-se (...) uma febre em busca de hulha. (...) o solo era sondado, criavam-se sociedades e as concessões surgiam como cogumelos (...) *contra os mais variados obstáculos: primeiras pesquisas infrutíferas, novas galerias abandonadas depois de longos meses de trabalho, desabamentos(...), inundações súbitas que afogavam os operários, milhões de francos perdidos; depois, as complicações da administração, o pânico entre os acionistas, a luta com os proprietários das terras, resolvidos a não reconhecer as concessões régias se recusassem negociar com eles em primeiro lugar. (...) Naquele tempo, Honoré Grégoire, um rapaz da Picardie, que escondia um*

pé-de-meia (...), (...) comprou um dinheiro⁴. Seu filho Eugène (...) recebeu dividendos bem reduzidos (...). Mas os lucros do dinheiro foram subindo, e a fortuna começou com [o neto] Félicien (...). Mas os anos seguintes foram maus, teve de esperar pelo desenlace das catástrofes revolucionárias, depois pela queda sangrenta de Napoleão. Foi portanto Léon Grégoire quem lucrou, numa progressão espantosa, desde a jogada (...) do seu bisavô. Os parcos dez mil francos engrossaram, multiplicaram-se com a prosperidade da campanha. A partir de 1820 eles renderam cem por cento, dez mil francos; em 1844, produziram vinte mil; em 1850, quarenta; enfim, havia dois anos que o dividendo subira à cifra prodigiosa de cinqüenta mil francos: o valor (...), cotado na Bolsa de Lille em um milhão, centuplicara em um século." (p. 73-5)

A acumulação capitalista pode ser vista nos trechos em itálico sublinhado - como podem ser vistos, nos demais trechos em itálico, obstáculos à acumulação, entre os quais o trecho "inundações súbitas que afogavam os operários", relacionado também ao discurso proletário, no percurso semântico do trabalho.

No texto do romance, é uma crise econômica que estabelece a transição entre o percurso semântico da acumulação e o da luta burguesa, subjacente ao qual se encontra a categoria semântica de base /estático/, que se opõe à categoria /dinâmico/ do discurso operário; enquanto o proletariado luta para mudar o *statu quo*, a burguesia luta para conservá-lo. O percurso semântico da luta burguesa apresenta dois subconjuntos: o primeiro refere-se às lutas da burguesia contra o proletariado (simulação intradiscursiva da principal contradição interdiscursiva: capital x trabalho); o segundo, às lutas internas da burguesia (simulação intradiscursiva da contradição interdiscursiva secundária no discurso burguês: grande capital x pequeno capital). No primeiro subconjunto, um exemplo da luta ideológica burguesa contra a insatisfação operária diante da crise econômica pode ser visto na passagem

⁴ Uma ação da companhia mineradora de carvão.

(16) “M. Hennebeau⁵ (...) conveio que *os anos felizes tinham estragado o operário*:

- Quando penso – exclamou ele – que esses latagões das nossas minas podiam fazer até seis francos (...), o dobro do que ganham agora... *E viviam bem, adquiriram hábitos de luxo... Hoje, naturalmente, parece-lhes duro (...) voltar à frugalidade antiga. (...) Tudo isso será culpa nossa? (...)* também somos atingidos, e bem cruelmente... Desde que as fábricas começaram a fechar, (...), tivemos uma trabalhadeira dos diabos para dar saída aos nossos estoques. E, diante da crescente redução de pedidos, vemo-nos forçados a baixar o preço básico. E é isso que os operários não querem compreender.” (p. 193)

Na figurativização da crise econômica, a ideologia burguesa, pela voz da personagem acima, particularmente nos trechos em itálico, apresenta uma justificativa moral - os “*hábitos de luxo*” adquiridos nos “*anos felizes*”, que “*tinham estragado o operário*” - para a ‘incompreensão’ operária diante um aspecto econômico das relações capital x trabalho, o rebaixamento salarial. A personagem burguesa vocaliza “o processo de racionalização – um autêntico mecanismo de defesa – dos interesses de uma classe ou grupo dominante” (H. Japiassu & D. Marcondes, 1990: 128) O conflito capital x trabalho agrava-se com a crise econômica e particularmente com a greve narrada no romance, greve que no discurso dos burgueses os deixa

(17) “admirados de não haver leis que proibissem de abandonar o trabalho” (Zola, 1976: 207)

A inconformada ‘admiração’ dos burgueses diante da greve operária deriva das “idéias políticas relacionadas com os interesses de classe” (J. Larrain, 1988: 185).

Mas há também, no percurso semântico da luta burguesa, um conjunto de figuras semânticas relacionadas às lutas entre setores, frações da burguesia, particularmente a luta entre empresas maiores e menores, com aquelas querendo absorver estas, como na passagem

⁵ O diretor-geral da Companhia das Minas de Montsou.

(18) “(...) M. Grégoire (...) acrescentou em voz alta:

- Eu, se estivesse, no teu lugar, não teimaria mais, negociaria com [a Cia. de] Montsou. (...)

Aludia ao velho ódio que existia entre a concessão de Montsou e a de Vandame. Apesar da pouca importância desta última, sua poderosa vizinha enfurecia-se de ver, encravada nas suas sessenta e sete comunas, aquela légua quadrada que não lhe pertencia; e, depois de ter tentado em vão matá-la, tramava sua compra a baixo preço, quando estivesse sufocando. A guerra sem quartel continuava, cada exploração bloqueava suas galerias a duzentos metros uma da outra, era um duelo de morte, ainda que os diretores e engenheiros mantivessem entre si relações cortesias.

Os olhos de Deneulin⁶ chamejaram.

- Nunca! - exclamou ele por sua vez. - Enquanto eu for vivo Montsou não vai encampar Vandame... (Zola, 1976: 78-9)

No final da luta entre as duas empresas, a maior sai ganhando:

(19) “Deneulin (...) esforçava-se por esconder a melancolia da sua ruína. (...) *tinha assinado a venda da sua concessão de Vandame à Companhia de Montsou. Posto contra a parede, com a corda no pescoço, submetera-se às exigências dos administradores [da Cia. de Montsou], entregando-lhes finalmente a presa cobiçada (...), conseguindo apenas o dinheiro necessário para pagar seus credores. (...) Era a morte das pequenas empresas individuais, (...) dos patrões, comidos um a um pelo monstro sempre faminto do capital, afogados na maré montante das grandes empresas.*” (1976, p. 409; sem grifos no livro)

Os trechos em itálico acima assinalam um subconjunto do discurso burguês, correspondente à pequena empresa, derrotado por outro subconjunto burguês, o da grande empresa, do grande capital. No percurso semântico da luta burguesa, subjacentes aos discursos do grande e do pequeno capital, encontram-se, respectivamente, os elementos abstratos /grande/ e /pequeno/, que se relacionam à grande e à pequena capacidade de luta - inclusive de luta econômica, como está

⁶ Proprietário da mina Vandame.

claro nos exemplos (18) e (19) - das duas parcelas da burguesia representadas em *Germinal*.

Esse confronto discursivo entre os proprietários comprova que “a produção de idéias, (...) da consciência, está (...) diretamente entrelaçada com a atividade material” (Marx & Engels, 1989: 36). A “atividade material”, no caso de (18) e (19), é a atividade de extração industrial da hulha carbonífera, que no romance é realizada em condições competitivamente desiguais pela grande e pela pequena empresas e que, assim, lhes proporciona desiguais possibilidades de luta, tanto a luta contra o proletariado quanto a sua própria luta interna.

Cabe assinalar que os discursos burguês e proletário partilham algo relevante: simulam, representam no intradiscurso, cada um em seu pólo ideológico, em sua visão de mundo, a contradição capital x trabalho constitutiva do interdiscurso.

O PERCURSO SEMÂNTICO DO DISCURSO NATURALISTA

Nesse discurso, seu único percurso semântico - o da natureza - apresenta quatro subconjuntos: natureza vegetal, natureza mineral, natureza animal e natureza humana. Uma peculiaridade, a qual será exemplificada adiante, é que as figuras semânticas da natureza animal quase sempre ocorrem metaforicamente, tanto nas metáforas de animalização da mina quanto nas de animalização humana.

O percurso semântico da natureza, em seu subconjunto vegetal, pode ser identificado em muitos trechos, por vezes longos como os abaixo destacados em *itálico*:

(20) “Chegara a primavera. Um dia, saindo do poço [da mina], Etienne recebera no rosto *a aragem tépida de abril, um cheiro bom de terra nova, de verdura tenra e ar puro*. E agora, a cada saída do poço, notava que *a primavera era cada vez mais perfumada e tépida* após as suas dez horas de trabalho no eterno inverno da mina, no meio das trevas úmidas que nenhum verão conseguia dissipar. Os dias eram mais longos; em maio, desceu ao poço ao nascer do sol, com um céu rosicler aspergindo sobre a Voreux uma poeira de

aurora à qual se misturava, subindo, o branco vapor dos escapes... Já não se tiritava mais, um sopro tépido vinha dos confins da planície e, lá no alto, as cotovias cantavam. Depois, às três horas, era ofuscado pelo sol abrasador que incendiava o horizonte e fazia dardejar os tijolos sob a crosta de carvão. Em junho, *os trigais já crescidos eram de um verde azulado que se destacava sobre o verde-escuro das plantações de beterraba; um mar imenso, ondulando à menor aragem, que ele via estender-se e crescer de um dia para outro e que o surpreendia às vezes, quando, ao sair da mina, o pressentia ainda mais túrgido de verdura do que pela manhã. Os choupos do canal empenchavam-se de folhas, ervas invadiam o aterro, flores cobriam os prados, uma vida completa germinava, brotava dessa terra sob a qual, lá no fundo, ele gemia de miséria e cansaço.*" (Zola, 1976: 130)

Esta passagem⁷, apresentando metaforicamente um contraste entre a superioridade da natureza vegetal (germinando, brotando) e a inferioridade do homem (trabalhando nas profundezas da mina), manifesta o procedimento retórico-argumentativo de *oposição* (Kohler-Rodrigues, 1995: 118-124), nitidamente relacionado com a principal contradição tematizada no discurso: o antagonismo entre capital e trabalho. Esse antagonismo encontra-se figurativizado também na oposição entre "a primavera (...) cada vez mais perfumada e tépida" e o metafórico "eterno inverno da mina". Oposição ocorre ainda no trecho que contrasta o "nascer do sol" e o "vapor dos escapes" na mina de carvão, ou seja, o ambiente natural e o ambiente industrial. Assim, a organização da indústria, sob o capital, é oposta à natureza.

A tematização das relações entre o ambiente natural e o ambiente industrial também ocorre em outras passagens do romance, como

⁷ Que, como todas as demais passagens a serem exemplificadas a partir de agora, manifesta a polifônica interação das vozes discursivas naturalista e proletária.

(21) “Antes de entrar, Etienne parou para lançar um último olhar às trevas. (...) Diante dele estava a Voreux, agachada com seu ar de fera ávida, dissimulada, entrevista apenas através da luz baça de alguns lampiões. As três fogueiras do aterro refulgiam no ar, iguais a luas sanguinolentas, ressaltando por momentos os perfis descomunais do velho Boa-Morte e do seu cavalo baio. Para além, na planície rasa, tudo estava submerso em sombras: Montsou, Marchiennes, a floresta de Vandame, o vasto mar de beterrabas e trigo. Como faróis longínquos furando a treva permaneciam apenas as chamas azuis dos alto-fornos e as labaredas vermelhas das fornalhas de coque. E a noite avançava, agora acompanhada de uma chuva lenta e contínua que submergia esse nada no seu tamborilar monótono. Mas um outro ruído persistia, a respiração grossa e compassada da bomba de sucção, que resfolegava dia e noite.” (Zola, 1976: 122-3)

As formações discursivas naturalista e proletária são novamente conectadas: estão assinaladas em itálico as figuras semânticas da natureza (subconjuntos vegetal e animal; esse último, sublinhado, metaforizado uma vez mais) e as da indústria. No primeiro e no último trechos assinalados, ocorre a já mencionada animalização da mina (invariante discursiva recorrente no percurso semântico da natureza): a “Voreux, agachada com seu ar de fera ávida, dissimulada”, com “respiração grossa e compassada da bomba de sucção, que resfolegava”. Metáforas como estas fazem que em um mesmo trecho estejam presentes, articulados, o percurso semântico da natureza (em seu subconjunto animal), no discurso naturalista, e o percurso do trabalho operário (com as figuras semânticas das técnicas industriais), no discurso proletário. Esse é um dos procedimentos que estabelecem a hegemonia do discurso proletário sobre o naturalista. A animalização da mina relaciona-se metaforicamente com outra invariante discursiva, a principal, que é a antagonização entre capital e trabalho; e tem a função argumentativa de *ilustração* (Kohler-Rodrigues, 1995: 127-129): no caso, ilustrar - com ênfase, recorrentemente - a violência do capital sobre o trabalho.

Na formação discursiva naturalista, em seu percurso semântico da natureza, outro subconjunto é o da natureza mineral, que freqüentemente se apresenta ligado às figuras das técnicas industriais carboníferas, essas já na formação discursiva proletária, em seu

percurso semântico do trabalho. Um exemplo da articulação entre a natureza mineral e as técnicas industriais de mineração ocorre abaixo (os trechos em itálico assinalam as figuras semânticas das técnicas industriais de mineração; os trechos sublinhados, as figuras da natureza mineral):

(22) “Entre Calais e Valenciennes, *a abertura dos poços de minas encontrava dificuldades inauditas para atravessar os imensos lençóis de água subterrâneos, ao nível dos vales mais baixos. Só a construção do revestimento com pranchas unidas umas às outras, como as aduelas de um tonel, conseguia conter os mananciais e isolar os poços no meio de lagos cujas vagas profundas e obscuras batiam contra as paredes. Ao abrir a Voreux, fora necessário construir dois revestimentos: o do nível superior nas areias soltas e argilas brancas, vizinhas do terreno cretáceo, fendidas de todos os lados, empapadas de água como uma esponja; depois, o do nível inferior, diretamente por cima das jazidas de carvão, numa areia amarela, fina como farinha, correndo com a fluidez de um líquido; e era aí que se encontrava a Torrente, esse mar subterrâneo, o terror das minas do norte (...), mar ignorado, insondável, com seus vagalhões negros, a mais de trezentos metros da luz do sol. *De ordinário os estaqueamentos agüentavam a pressão enorme. Só a depressão dos terrenos vizinhos podia ser perigosa, já que essas terras eram constantemente abaladas pelas antigas galerias de exploração, que, ao se encherem, sorviam-nos. Nessa depressão das rochas, às vezes se produziam fendas que se propagavam lentamente até o estaqueamento, deformando-o com o tempo, empurrando-o para o interior do poço. Esse era o grande perigo, uma ameaça de desabamento e inundação, a mina enchendo-se com as terras esboroadas e o dilúvio dos mananciais.” (Zola, 1976: 414-415)**

Novamente, parte de um percurso semântico do discurso naturalista é simultaneamente parte de um percurso semântico do discurso proletário, que assim tem fortalecida sua hegemonia. Hegemonia que se torna ainda mais nítida pelo fato de as figuras semânticas da natureza mineral e as da indústria extrativa mineral estarem sempre relacionadas ao conflito capital x trabalho, sendo, assim, um dos

elementos lingüísticos que proporcionam a articulação polifônica entre as vozes discursivas naturalista e proletária. A passagem (22), por exemplo, descreve aspectos da mina sabotada pelo anarquista Suvarin durante a grande greve operária narrada no romance.

Mas no percurso semântico da natureza o subconjunto da natureza humana é o mais relevante e complexo. A natureza humana é durante quase todo o texto do romance (a exceção é o último capítulo) ligada, metaforicamente, à natureza animal; e é ligada também à contradição capital x trabalho. Isso manifesta-se nas recorrentes metáforas da animalização humana, como, em itálico, na passagem

(23) “Os elevadores subiam e desciam (...). O embarque [dos operários, para seus postos de trabalho] continuava em cima e embaixo, um atropelo confuso de *gado*.” (Zola, 1976: 32-3)

As metáforas de animalização humana têm, como as metáforas de animalização da mina, a função argumentativa de ilustração: no caso, ilustrar a tese de que, sob o capital, o proletariado tem sua natureza humana degradada, rebaixada à animalidade.

Outros aspectos no rebaixamento da natureza humana à animal podem ser encontrados na abordagem da temática sexual, mais especificamente na ênfase ao instinto:

(24) “Estava chegando a Réquillart [antiga mina, abandonada], e ali, *ao redor da velha galeria em ruínas*, todas as moças de Montsou passeavam com seus namorados. Era o ponto de encontro comum, o recanto ignoto e deserto onde as gradadoras iam conceber seu primeiro filho, quando não ousavam fazê-lo no galpão do fundo da casa. *Os tapumes derruídos serviam de entrada para o antigo pátio transformado em terreno baldio, obstruídos pelos destroços de dois galpões que haviam desabado e pelos esqueletos dos enormes cavaletes ainda em pé. O terreiro estava cheio de vagonetes fora de uso, de caibros velhos que apodreciam amontoados (...).* As moças sentiam-se ali tão à vontade como em suas casas; havia fojos recônditos para todas, os namorados deitavam-nas sobre as *vigas*, atrás dos *montes de madeira* ou dentro dos *vagonetes*. Sempre arranjavam um

lugar, podia ser mesmo ao lado de outro casal, cada um cuidava da sua vida. E era como se fosse uma vingança da criação aquela prática do amor livre que, sob o látigo do instinto, fecundava os ventres dessas meninas-moças ao redor da máquina extinta, junto do poço exausto de vomitar hulha.” (Zola, 1976: 116)

Os aspectos biológicos do instinto e da fecundação sublinhados (parcelas do percurso semântico da natureza, subconjunto da natureza humana) estão relacionados com aspectos das instalações industriais da mina, assinalados em itálico. O discurso naturalista é mais uma vez articulado ao discurso proletário, no qual se encontram as figuras industriais, mais especificamente no percurso semântico do trabalho.

Sobre as relações entre a sexualidade e o naturalismo, já foi observado que

“(…) l’influence de la pensée et de la méthode biologiques, manifestes dans le lexique et les images (...), ont donné au naturalisme romanesque son constituant le plus novateur: la découverte et le dévoilement du corps, dans sa nudité, ses pulsions, ses désirs, ses jouissances, ses désordres et ses folies, sa libido. La vérité moderne de Zola est celle qu’aucun de ses devanciers n’avait osé exposer avec la même franchise: (...) c’est le sexe, le ‘ventre’ désirant et désiré.” (Henri Mitterand, 1989: 31)

A sexualidade é por vezes axiologizada desfavoravelmente e apresentada sob a forma de figuras, metafóricas ou explicitamente comparativas, da animalização humana:

(25) “O transporte [de carvão] recomeçou nos nove andares [da mina]; só se ouviam agora os chamados dos dois operários do plano inclinado e o bufar das gradadoras chegando ao plano, *esbaforidas como jumentas carregadas demais*. Havia *um sopro de bestialidade por toda a mina, um desejo súbito de macho, quando um mineiro encontrava uma dessas moças de quatro* [a posição em que elas empurravam os vagonetes carregados de carvão], *o traseiro ao ar, as ancas arrebetando as calças de homem.*” (Zola, 1976: 42-43)

Os trechos assinalados em (25) representam a natureza humana rebaixada à animalidade pelas condições de trabalho na mina e participam, implicitamente, de uma argumentação que relaciona a animalidade - a que é reduzido discursivamente o instinto sexual - à opressão do trabalho pelo capital.

Mas a sexualidade é representada também ligando-se à opressão da mulher pelo homem, como na passagem

(26) “Quando Catherine olhou em volta, deu-se conta de que *Chaval a conduzira para os escombros de Réquillart. Recuou fremitando ante as trevas do galpão desmoronado.*

— *Não, não! Pelo amor de Deus, deixa-me ir embora!*

O medo do macho enlouquecia-a, esse medo que retesa os músculos das mulheres — o instinto de defesa — mesmo quando estão INCENDIADAS DE DESEJO e sentem a aproximação triunfante do homem. Sua virgindade (...) aterrorizava-se sob a ameaça de um golpe, de um ferimento cuja dor futura temia.

— *Não, não, já disse que não quero! TU SABES QUE AINDA SOU MUITO MOÇA. JURO! MAIS TARDE SIM, QUANDO EU ESTIVER UM POUCO MAIS MADURA...*

Ele respondeu com um rosnar surdo:

— *Boba! Assim ainda é melhor... não tem perigo algum.*

E não falou mais. Agarrou-a com força, atirando-a para dentro do galpão. Ela caiu de costas sobre as cordas velhas, não fez mais qualquer gesto de defesa e submeteu-se ao macho, sem ter idade para isso, com a humildade hereditária com que, desde a infância, se entregam, mesmo ao ar livre, as moças de sua raça. Seu balbuciar assustado extinguiu-se, não se ouvia mais que a respiração ofegante do homem.” (Zola, 1976: 120-1)

Além dos aspectos diretamente relacionados com a sexualidade (em maiúsculas), o intradiscorso representa (em itálico) o poder masculino sobre a mulher e a submissão desta ao homem; e também (nos trechos sublinhados) a presença das teorias genéticas relacionadas com a hereditariedade e as raças, teorias que estarão presentes em outras passagens do romance, como nos trechos assinalados de

(27) “- Então és mecânico e te despediram da estrada de ferro... Por quê?

- Esbofetei o chefe...

Ela ficou estupefata, confusa nas suas idéias hereditárias de subordinação e de obediência passiva.

- A verdade é que tinha bebido - continuou ele - e quando bebo fico louco, sou capaz de me comer e comer os outros. É isso; basta beber dois goles para sentir a necessidade de destroçar um homem... Depois fico doente por dois dias...

- Não devias beber - disse ela muito séria.

- Não precisas ter medo, conheço-me muito bem.

Balançou a cabeça: tinha um ódio de morte da aguardente, o ódio de último filho de uma raça de bêbados, que sofria na carne o resultado de toda essa ascendência empapada em álcool e desequilibrada graças a ele, e isso a tal ponto que uma simples gota transformava-se num veneno agindo no seu corpo.” (p. 44)

Aspectos hereditários da natureza humana estão relacionados, no primeiro trecho sublinhado, à contradição capital x trabalho; e, no segundo trecho assinalado, à contradição entre instinto e racionalidade. Não é casual que a hereditariedade seja um aspecto tão nítido. É que

“Zola avait trouvé très tôt dans le *Traité de l'hérédité naturelle*, du Dr. Lucas (...), un garant. Il n'existe qu'une zoologie, animale et humaine. Quoi d'étonnant que certains êtres humains, 'véritables monstruosités morales', ressemblent à des animaux?” (Mitterrand, 1989: 76)

A ênfase na dimensão biológica - inclusive hereditária - da natureza humana

“répond d'abord à une exigence théorique: le romancier doit étudier l'être humain avec la même volonté de tout voir, de tout comprendre et tout dire que le naturaliste disséquant un animal. Secondairement, elle explicite, brutalement, la conviction que l'homme porte en lui, dans ses instincts primordiaux, une part de bestialité et de matérialité irrépressible.” (Mitterrand, 1989: 75)

No espaço interdiscursivo em que se confrontam o discurso naturalista e o romântico, dentro do campo discursivo literário, a voz do enunciador faz eco a vozes científicas — que são também ideológicas — como as que apreçoaram a hereditariedade e o evolucionismo, entre outros conhecimentos e teorias em biologia que pretenderam descrever a natureza animal e, principalmente, a humana; subjacente a isso, encontra-se a categoria semântica /determinação/, oposta à categoria /indeterminação/ de outros discursos do campo literário, como o romântico.

Em *Germinal*, o discurso tentativamente científico sobre a natureza constitui-se em dupla contradição: com os discursos leigos, que apreendem a vida natural sem conseguir, sistematizada e metodicamente, compreendê-la em suas determinações (entre os quais o discurso romântico, que em suas diversas narrativas idealiza a vida natural e a despoja de suas características biológicas, por exemplo *O Guarani*); e com o discurso naturalista ortodoxo, que vê o fator biológico como o principal - e não um entre os principais - a determinar o comportamento humano, como *A Carne* e outras narrativas dentre as ortodoxas.

A primeira contradição opõe o naturalismo a todas as formações discursivas literárias precedentes, particularmente à romântica; é uma contradição entre formações discursivas. Mitterand (1989: 26) a desdobra em suas várias manifestações:

“(...) autant que par ce qu’il revendique, le naturalisme se définit par ce qu’il refuse: l’idéalisme mystique, ‘qui base les oeuvres sur le surnaturel et l’irrationnel’, qui admet des forces mystérieuses, en dehors du déterminisme des phénomènes; l’idéalisme classique, qui étudie ‘l’homme abstrait, l’homme métaphysique’; le romantisme, qui nie le réel en lui substituant l’imaginaire et ‘grandit mensongèrement les personnages’; le dogmatisme théologique, qui affirme ‘un absolu, païen ou catholique’; le dogmatisme rhétorique, qui juge au nom des règles, des convenances, de la tradition; et même le réalisme, s’il doit n’être qu’une copie impersonnelle de la réalité.”

Mas é diferente o segundo caso, a contradição entre *Germinal* e o discurso que hipertrofia a dimensão biológica: trata-se de contradição interna ao naturalismo, opondo entre si parcelas dessa formação discursiva, inclusive parcelas escritas pelo próprio Zola, como *A Besta Humana* e *Germinal*. Há no primeiro romance (cronologicamente posterior ao segundo) um discurso em que a principal entre as personagens individuais, Jacques Lantier, é inexoravelmente vencida por sua natureza humana violenta, chegando ao assassinato - característica biológica, hereditária, da família Rougon-Macquart. Essa característica hereditária, em *Germinal*, atinge também a principal das personagens individuais, Etienne Lantier (irmão de Jacques, no ciclo romanesco *Rougon-Macquart*), o qual entretanto a supera parcialmente, em meio à participação no movimento operário; o discurso, nesse caso, sustenta implicitamente que a personagem coletiva, o proletariado, supera as deformações biológicas das personagens individuais e/ou familiares, supera o determinismo biológico.

Estamos, na dupla rede de contradições constitutivas do naturalismo em *Germinal*, diante de relações entre (parcelas de) formações discursivas, e não entre discursos que pudessem ser supostos inteiramente individuais. Pouco importa que Zola tenha sido o mesmo autor de *Germinal* e *A Besta Humana*, ou que ele provavelmente não conhecesse *O Guarani* e *A Carne*. O processo de constituição do discurso por contradições não implica que o enunciador tenha necessariamente consciência plena desse processo, o qual ultrapassa amplamente sua vontade e seus propósitos individuais. Nos termos de Mao (1982: 106 e 113) apresentados anteriormente, há no campo discursivo literário uma contradição fundamental referente à oposição semântica de base /determinação/ x /indeterminação/, opondo o discurso naturalista aos demais discursos literários; e uma contradição secundária referente à oposição entre *Germinal* e o discurso naturalista ortodoxo.

INTERDISCURSO, INTRADISCURSO E IDEOLOGIA NA LEITURA

A hipótese de Greimas e Courtés (s/d, p. 24) segundo os quais, "do ponto de vista do enunciatário, a isotopia⁸ constitui um crivo de leitura", pode ser compreendida com referência ao intradiscorso, cuja articulação com o interdiscorso (ou seja, com a contradição entre a formação discursiva e a(s) que se lhe opõe(m), dentro de um espaço interdiscursivo), caracteriza a dupla dimensão do enunciatário, do leitor instituído pela formação discursiva - leitor do intradiscorso e do interdiscorso; leitor que é, como o próprio discurso que o institui, uma "unité divisée" (Maingueneau, 1991: 52).

O leitor realiza uma síntese complexa, que articula elementos simultaneamente de unidade e divisão, porque tem como tarefa lingüística apreender a também complexa rede semântica que, com todas as suas divisões e mesmo subdivisões (como no caso da formação discursiva proletária e seus subconjuntos reformista, anarquista e revolucionário), guarda uma forte unidade, assegurada pela precisão lingüística - metafórica, por exemplo, como vimos - com que são articulados, internamente e entre si, o intra e o interdiscorso.

Na passagem do leitor instituído discursivamente (que em tese apreende toda a complexidade discursiva) ao leitor efetivo, ao leitor empírico, as leituras são diferenciadas: aproximam-se mais ou aproximam-se menos da totalidade semântica na rede simultaneamente inter e intradiscursiva - sem que haja contradição entre as diferentes possibilidades de leitura, pois as formações discursivas naturalista e proletária são complementares, e não antagônicas, em *Germinal*.

A articulação entre o percurso semântico do trabalho operário e o da luta revolucionária (subconjunto do percurso semântico da luta) produz o plano de leitura hegemônico no romance: o do proletariado revolucionário, subconjunto do plano de leitura produzido em função do discurso hegemônico, o discurso proletário. O plano de leitura relativo ao discurso proletário revolucionário, correspondendo ao discurso hegemônico na narrativa, corresponde à ideologia, à

⁸ O conceito de isotopia corresponde, em alguns aspectos, ao nosso conceito de percurso semântico.

formação ideológica⁹ nela dominante; cabe, todavia, não confundir a ideologia hegemônica em um texto, o discurso nele hegemônico, com a ideologia dominante no conjunto da sociedade, o discurso nela hegemônico (no caso da sociedade capitalista, à época em que foi escrito *Germinal* como ainda hoje, o discurso burguês).

A hegemonia discursiva, no romance, pode ser depreendida a partir das marcas lingüísticas existentes desde o próprio título. Por meio de um vasto conjunto de marcas lingüísticas, é organizada a argumentação em favor da tese proletária revolucionária, na forma de uma narrativa com a complexa rede semântica em que se encontram as formações discursivas com seus elementos orgânicos intradiscursivos (os percursos semânticos) e seus elementos constitutivos interdiscursivos (os espaços interdiscursivos nos quais aquelas formações discursivas estão em contradição com outras, dentro dos campos discursivos). É essa complexa rede semântica que estabelece as possibilidades de interação do enunciador com o enunciatário/leitor instituído discursivamente, e do leitor instituído com o leitor efetivo; ou seja, é essa complexa rede semântica que estabelece as possibilidades de leitura.

Relativamente ao campo discursivo político, no plano de leitura do discurso proletário o leitor instituído e o efetivo interagem com dois percursos semânticos de leitura, o do trabalho e o da luta. O percurso da luta proletária contém três subconjuntos - da luta reformista, da anarquista e da revolucionária - que, em articulação com o percurso semântico do trabalho, organizarão intradiscursivamente os discursos do proletariado reformista, do proletariado anarquista e do proletariado revolucionário, respectivamente, sendo que esses três subconjuntos do discurso proletário mantêm entre si relações de contradição (secundária). A leitura do discurso proletário implica também a interação do leitor com um enunciador em contradição

⁹ Nosso conceito de ideologia, de formação ideológica, é o de Fiorin (1988b: 32): "uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. Como não existem idéias fora dos quadros da linguagem, (...) essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e figuras que materializa uma dada visão de mundo."

frontal (a contradição principal) com a ordem da burguesia. O discurso proletário, assim, participa de um plano de leitura simultaneamente intra e interdiscursivo.

Relativamente ao campo discursivo literário, no plano de leitura do discurso naturalista o leitor instituído e o efetivo interagem, intradiscursivamente, com o percurso semântico da natureza, que apresenta os subconjuntos da natureza vegetal, da mineral, da animal e da humana; e interagem, interdiscursivamente, com a contradição que opõe o discurso de pretensão científica aos discursos sem essa pretensão, particularmente ao discurso romântico. A leitura do discurso naturalista estabelece afinidade com relação a teorias científicas como as da hereditariedade, da evolução e do determinismo. Essa afinidade, entretanto, não é um movimento linear, mas também contraditório, sujeito a rupturas: narrativamente, um elemento do discurso proletário - o desenvolvimento da consciência política operária - rompe, supera um elemento do naturalismo canônico, o determinismo biológico. Assim, o discurso naturalista,

“inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como *uma fronteira que se desloca* em função dos embates da luta ideológica” (J.J. Courtine & J.M. Marandin, apud Maingueneau, 1989: 112),

tem sua fronteira deslocada dos limites naturalistas ortodoxos, para se articular com o discurso proletário, no qual já se articulavam os percursos semânticos do trabalho e da luta operária. O deslocamento da fronteira discursiva naturalista para além de seus limites canônicos, deslocamento que é consequência da hegemonia exercida pelo discurso proletário (pois a dimensão histórica rompe o determinismo biológico), produz em *Germinal* uma das mais destacadas singularidades do discurso naturalista, corroborando a constatação de que,

“em um dado momento, uma formação discursiva é associável a certos trajetos interdiscursivos e não a outros, e isto faz parte de sua especificidade” (Maingueneau, 1989: 118; com grifos no livro).

Se as fronteiras discursivas são dotadas de mobilidade, e não de rigidez, essa mobilidade não surge aleatoriamente, mas, sim, dos

“trajetos interdiscursivos” a que um dado discurso pode ser associado – no caso de *Germinal*, a associação do discurso naturalista ao discurso proletário, com hegemonia desse último.

Essa especificidade de *Germinal* comprova que

“uma formação discursiva dada não se opõe de forma semelhante a todas as outras que partilham seu campo: certas oposições são fundamentais, outras não desempenham (...) papel essencial” (id., p. 117).

É tarefa lingüística do leitor identificar a articulação entre as duas formações discursivas; o que implica identificar a especificidade, a originalidade dessa articulação. Compreender tal “entrelacs de relations interdiscursives” (Maingueneau, 1991: 159) é requerido pelo “caractère constitutif de l’interdiscursivité” (id. ib.).

Como “a compreensão sempre é, em certa medida, dialógica” (Bakhtin, 1992: 338), a leitura de *Germinal* inclui um conjunto de movimentos que estabeleça um diálogo com a rede semântica existente no texto. Isso, para o leitor, implica a tarefa de identificar, no nível interdiscursivo, as contradições a partir das quais se constitui essa rede semântica; e, no nível intradiscursivo, a organização das formações discursivas em percursos semânticos.

Na passagem do leitor instituído ao leitor efetivo, como as formações discursivas “podem dirigir-se, simultânea ou sucessivamente, a auditórios diversos” (Perelman, 1986: 246), as diversas possibilidades de leitura da rede semântica discursiva caracterizam a - mais ampla ou mais restrita - compreensão, pelo leitor efetivo, da complexidade inter e intradiscursiva. Na leitura efetiva, a compreensão diferenciada das relações entre os discursos, entre as formações discursivas - com seus espaços interdiscursivos (no interior de campos discursivos) e percursos semânticos intradiscursivos - estabelece um vasto conjunto de possibilidades de leitura diferentes entre si, mais abrangentes ou mais limitadas na compreensão do vasto conjunto de relações semânticas inter e intradiscursivas.

O que vimos teoricamente até agora permite vislumbrar a complexidade do leitor instituído - do “tu inscrito no discurso” (Fiorin, 1988; 137) - implícito nessa complexa rede semântica inter e

intradiscursiva. A apreensão da rede semântica é uma das tarefas lingüísticas realizadas pelo leitor instituído discursivamente. Ora, como "(...) le portrait d'un narrataire se dégage avant tout du récit qui lui est fait" (Prince, 1973: 183), o leitor instituído, 'dégagé', realiza, como parte de sua tarefa lingüística, atividades que envolvem identificação e relacionamento dos níveis inter e intradiscursivo da rede semântica; ou seja, é um leitor que articula os dois níveis, nos quais "vastas tramas semânticas (...) são ativadas pelo leitor [instituído] para se fechar num percurso coerente" (Maingueneau, 1996b: 51). A expressão "percurso coerente" é bastante precisa para assinalar, principalmente em narrativas complexas como o romance que estamos discutindo, a dimensão textual dos percursos semânticos, que são desenvolvidos ao longo do intradiscurso.

O primeiro nível a ser apreendido pelo leitor instituído, o mais imediato e superficial nível de leitura, é o do intradiscurso - articulado ao interdiscurso, pelo qual é determinado. Esse nível envolve os percursos semânticos - no caso de *Germinal*, os percursos semânticos do trabalho e da luta operária, no discurso proletário; o percurso da acumulação e o da luta capitalista, no discurso burguês; e o percurso semântico da natureza, no discurso naturalista (não há percurso semântico no discurso romântico, obviamente, por não ser ele manifestado no intradiscurso).

O segundo nível discursivo a ser apreendido pelo leitor instituído é o do interdiscurso, que envolve os campos discursivos político e literário, assim como, dentro deles, os espaços interdiscursivos: o espaço em que se opõem o discurso romântico e o naturalista, dentro do campo discursivo literário; dentro do campo discursivo político, o espaço em que se antagonizam o discurso burguês e o proletário.

Segundo Fiorin (1997b), "O autor produz um texto para um leitor virtual inscrito no texto. Assim, este prevê um leitor (...)". Portanto, as complexas características da rede semântica - que estão relacionadas com uma singularidade de *Germinal*, com sua originalidade: estar situado nitidamente na formação discursiva naturalista e, ao mesmo tempo, na formação discursiva proletária; ou seja, articular o discurso naturalista e o proletário (e os discursos que lhes são opostos) - instituem um "leitor virtual inscrito no texto" também complexo.

Com relação ao leitor instituído, cabe também assinalar que

“Évidemment, explicite ou non, indirecte ou pas, toute indication doit être interprétée d’après le texte même, suivant la langue employée, *ses présuppositions, les conséquences logiques qu’elle entraîne, les connaissances déjà établies du narrataire.*” (Prince, 1973: 183; sem grifos no original)

A complexa rede semântica de *Germinal*, na passagem do leitor instituído discursivamente ao leitor efetivo, pode ser lida com mais amplitude ou mais limitação: os leitores efetivos partilham com o leitor instituído, mas em graus muito variados, aspectos como os acima assinalados em itálico. Os leitores efetivos, assim, procedem a uma identificação mais ampla ou mais limitada da rede semântica discursiva, havendo - particularmente em discursos complexos como os que se articulam no romance de Zola - uma vasta gama de possibilidades intermediárias, parciais, de identificação das instâncias discursivas.

Essa é uma entre as conseqüências relevantes da hipótese enunciada anteriormente segundo a qual o discurso institui um leitor complexo, multifacetado em várias dimensões, a partir dos níveis interdiscursivo e intradiscursivo.

O discurso, nessa hipótese, institui no primeiro nível tantas dimensões interdiscursivas de leitura quantos forem os campos discursivos (e, dentro dessa instância, tantas outras dimensões de leitura quantos forem os espaços interdiscursivos em que se confrontam as formações discursivas). No caso do leitor heterogêneo instituído em *Germinal*, ele apreende a dimensão interdiscursiva literária e a política, referentes a esses dois campos discursivos; as dimensões naturalista e romântica, em confronto dentro do campo discursivo literário, e as dimensões burguesa e proletária, em confronto no campo discursivo político; e, finalmente, a dimensão do pequeno capital e a do grande capital, em oposição no espaço interdiscursivo constituído dentro da formação discursiva burguesa, assim como a dimensão do proletariado reformista, a do proletariado anarquista e a do proletariado revolucionário, em oposição no espaço interdiscursivo constituído dentro da formação discursiva proletária.

A partir dessas contradições semânticas do nível interdiscursivo, o leitor instituído apreende, no nível intradiscursivo, as dimensões referentes aos percursos semânticos da natureza, no discurso naturalista (o discurso romântico não apresenta percurso semântico intradiscursivo); aos percursos da acumulação e da luta capitalista, no discurso burguês (que se subdivide nos subconjuntos do grande capital e do pequeno capital); aos percursos semânticos do trabalho e da luta operária (que se subdivide em três subconjuntos: os percursos semânticos da luta reformista, da luta anarquista e da luta revolucionária), no discurso proletário.

A complexidade de dimensões do leitor instituído (complexidade das dimensões de leitura) - heterogêneas no nível interdiscursivo e diversificadas no nível intradiscursivo - surge a partir do ainda mais complexo processo de heterogeneidade discursiva¹⁰ que institui o leitor para o qual

“A superfície do texto narrativo aparece como uma rede complexa de artifícios que organizam a decifração, condicionam o movimento da leitura” (Maingueneau, 1996b: 39).

Cabe ao leitor instituído discursivamente em *Germinal* decifrar o intrincado conjunto semântico em que quatro discursos, quatro formações discursivas – a proletária, a burguesa, a romântica e a naturalista – destacam-se interdiscursivamente como quatro vozes polifônicas, no sentido bakhtiniano de “*discurso de outrem na linguagem de outrem*” (Bakhtin, 1988: 127): na linguagem de Zola, no interdiscurso de sua narrativa, fazem-se presentes quatro vozes, correspondentes aos discursos proletário, burguês, romântico e naturalista, vozes interdiscursivas que, na passagem do interdiscurso à sua simulação no intradiscorso, são reduzidas a três, com o apagamento da voz correspondente ao discurso romântico.

Na passagem do leitor instituído discursivamente ao leitor efetivo, essa complexa rede de relações semânticas, inter e intradiscursivas,

¹⁰ Conceito introduzido nos estudos lingüísticos por Jacqueline Authier-Revuz (1982), partindo de Mikhail Bakhtin e Jacques Lacan, para designar as múltiplas perspectivas que, articulando-as, o enunciador incorpora a seu discurso.

pode ser lida - no sentido de compreendida, é claro - com mais amplitude ou com mais limitação, havendo portanto possibilidades de leitura mais amplas ou mais limitadas. Em outros termos, os leitores efetivos, no processo real de leitura, compreendem diferentemente - mais restrita ou mais amplamente - a polifônica enunciação até agora vislumbrada; que só será compreendida plenamente se o leitor identificar e articular, sem necessariamente estar consciente desses procedimentos, todas as relações discursivas existentes. Ou seja: só haverá plena compreensão do texto pelo leitor efetivo caso este consiga realizar todas as operações semânticas realizadas pelo leitor instituído discursivamente; o que, se é uma possibilidade no plano teórico, no plano da prática de leitura nos parece impossível em textos complexos como *Germinál*.

Para compreender as relações discursivas, o leitor precisa identificar e articular - sem ter necessariamente consciência disso, enfatizamos - os espaços interdiscursivos (dentro dos campos discursivos) nos quais se constituem as formações discursivas, bem como os percursos semânticos intradiscursivos a partir dos quais elas se organizam. Os procedimentos de identificação e articulação, operados sem que o leitor tenha sempre consciência do que está fazendo, são aspectos discursivos interiorizados durante a aprendizagem da leitura, aprendizagem que vemos como conjunto de processos que se desenvolve ao longo de toda a vida das pessoas, e não apenas nas etapas iniciais de escolarização, quando evidentemente se desenvolvem com mais rapidez.

As duas possibilidades extremas de leitura - sempre no sentido de compreensão, nunca no de mera decodificação - em *Germinál* são, por um lado, aquela na qual o leitor identifica todas as relações inter e intradiscursivas (os discursos, com seus campos e espaços interdiscursivos, e com seus predicados intradiscursivos); e, por outro lado, aquela em que o leitor identifica apenas um percurso semântico de um discurso, ou seja, a menor parcela de seu intradiscurso. No primeiro caso, há ampla compreensão do discurso, ampla apreensão da polifonia. No segundo caso, nem há propriamente apreensão dela, nem há propriamente compreensão: para que a polifonia seja minimamente apreendida, é necessário que uma parcela do intradiscurso seja identificada como parte de um discurso em contradição com outro, em um espaço interdiscursivo e dentro de um campo discursivo; isso é uma consequência da determinação do

intradiscurso pelo interdiscurso. Entre os dois casos extremos na leitura, há um vasto conjunto de possibilidades intermediárias de apreensão da polifonia, de compreensão do discurso.

As muitas e diferentes possibilidades de leitura da complexa rede semântica que caracteriza a heterogeneidade interdiscursiva e a diversidade intradiscursiva decorrem do processo de polifonia: uma enunciação plural institui um conjunto também plural quanto às possibilidades efetivas de leitura. A polifonia implica, para os leitores efetivos, muitas e diferentes leituras da complexidade discursiva.

As considerações feitas até agora situam-se em uma concepção de linguagem que considera central a interação enunciadador-enunciário (enunciador-leitor). Interação que não se dá aleatoriamente, mas a partir de regularidades, estabelecidas no e pelo discurso, e que são marcas lingüísticas do contrato¹¹, geralmente tácito, entre enunciadador e leitor. Exemplo dessas regularidades em *Germinal* é a mencionada recorrência da metáfora que representa a mina como animal feroz em trechos como (1) e que marca lingüisticamente parte de um contrato discursivo literário – naturalista, no caso. Outro exemplo de regularidade lingüística, também característica do contrato literário naturalista, é o detalhamento descritivo, como no exemplo (22).

Em uma concepção de linguagem centrada na interação enunciadador/leitor, o narrador pode ser visto como

“uma instância que só sustenta o ato de narrar se um leitor¹² o coloca em movimento. (...) o termo ‘co-enunciação’ adquire aqui toda a sua força.” (Maingueneau, 1996b: 32).

O leitor torna-se então

¹¹ Contrato que é estudado Charaudeau (1995), Maingueneau (1996b) e Fiorin (1997b).

¹² O que Maingueneau designa genericamente como ‘um leitor’ abrange tanto o que estamos denominando leitor instituído (ou leitor virtual, como também poderíamos denominar, seguindo Fiorin, 1997b: 38) quanto o leitor efetivo.

“o co-enunciador que enuncia a partir das indicações cuja rede total constitui o texto da obra. Por mais que uma narrativa se ofereça como a representação de uma história independente, (...) a história que conta só surge através de sua decifração por um leitor.” (id. ib.)

Ora, vemos que a “rede total [que] constitui o texto” é uma rede complexa, da qual fazem parte os discursos, as formações discursivas, com seus elementos constitutivos interdiscursivos e seus elementos orgânicos intradiscursivos. Isso tem como consequência proporcionar ao leitor – tanto o instituído quanto o efetivo – um estatuto mais condizente com a complexidade da tarefa lingüística que lhe é requerida:

“Dans cette perspective le destinataire n'est pas seulement un consommateur d' 'idées', il accède à une 'manière d'être' au travers d'une 'manière de dire'.” (Maingueneau, 1984: 102)

Em outras palavras: assim como o enunciador, o leitor também é uma instância — uma instância complexa, com múltiplas dimensões, a partir dos dois níveis do discurso: o interdiscursivo (com os campos discursivos e, dentro deles, os espaços interdiscursivos) e o intradiscursivo (com os percursos semânticos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogenité montrée et heterogenité constitutive, in *DRLAV* 26. Paris: Centre de Recherches de l'Université de Paris III, 1982.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979 (edição original: 1929).
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética - a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec e Unesp, 1988, (ed. or. 1975).
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, (ed. or. 1979).
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989: O aparelho formal da enunciação (ed. or. 1970).

- BHASKAR, R. Dialética, in T. BOTTOMORE (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BOTTOMORE, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, (ed.or.1983, trad. Waltensir Dutra).
- CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours, in *Langages* 117. Paris: Larousse. 1995.
- CORTINA, A. As condições históricas de produção de *O Príncipe* e sua organização discursiva, in *Alfa* 39. São Paulo: Unesp. 1995.
- DUCROT, O. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981; *Lógica e lingüística* (ed. or. 1966).
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987 (ed. or. 1984).
- EDGLEY, R. Materialismo dialético, in BOTTOMORE (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- FIORIN, J. L. *O Regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988b.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto e Edusp, 1989.
- FIORIN, J. L. O romance e a representação da heterogeneidade constitutiva; in FARACO, TEZZA & CASTRO (Orgs.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: UFPR, 1996.
- FIORIN, J. L. O romance e a simulação do funcionamento real do discurso, in B. BRAIT (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997a.
- FIORIN, J. L. Contexto e compreensão: o leitor e o texto; in J.L. MEURER & D. MOTTA-ROTH (orgs.) *Parâmetros de textualização*. Santa Maria: UFSM, 1997b.
- FIORIN, J. L. & SAVIOL, F. P. SAVIOLI. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática., 1996.
- GREIMAS. A. J. e J. COURTÉS *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d. (ed. or. 1979).
- JAPIASSU, H. & D. MARCONDES. Contradição, Dialética, Ideologia e Movimento; in *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

- KOHLER-RODRIGUES, H. "Les procédés logico-argumentatifs du discours propagandiste dans *O Homem e O Cavalo* d'Oswald de Andrade", in *Revista de estudos da linguagem* 3. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1995.
- LARRAIN, J. Base e superestrutura e Ideologia; in T. BOTTOMORE (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Marclaya, 1984.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes e Unicamp, 1989 (ed. or. 1987).
- MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette, 1991.
- MAINGUENEAU, D. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a (ed. or. 1986).
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b (ed. or. 1990).
- MAO Tse-Tung. Sobre a contradição, in E. SADER (Org.) *Mao Tse-Tung: política*. São Paulo: Ática, 1982 (ed. or. 1937).
- MARX, Karl & Friedrich ENGELS. *A ideologia alemã*, 7. ed.. São Paulo: Hucitec, 1989 (ed. or. 1932).
- MITTERAND, H. *Zola et le naturalisme*, 2. ed., Paris: PUF, 1989 (ed. or. 1986).
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (ed. or. 1969), in F. GADET & T. HAK (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1990.
- PERELMAN, C. Argumentação, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986
- PRINCE, G. Introduction à l'étude du narrataire", in *Poétique* 14. Paris: Seuil, 1973.
- ZOLA, É. *Germinal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976 (ed. or. 1885).
- ZOLA, É. *Les Rougon-Macquart: histoire naturelle et sociale d'une famille sous le Second Empire*, v. III: Pot-bouille; Au bonheur des dames; La joie de vivre; Germinal. Paris: Gallimard, 1994, ("Bibliothèque de la Pléiade").

EL CONTENIDO DEL INTERLOCUTOR CUANDO SE LE TOMA LA PALABRA, Y OTRAS FUNCIONES DE LA DIAFONÍA EN EL CARA A CARA

Janina Espuny MONSERRAT
Universitat de Barcelona

PRESENTACIÓN

En el presente artículo, voy a hablar del por qué (o las razones fundamentales) de algunas reproducciones de la voz del interlocutor en el discurso del locutor, cuando los hablantes se encuentran en situaciones de comunicación cara a cara (vs situaciones de comunicación a distancia). Las reproducciones que vamos a analizar aquí son las que Roulet llama *diafonías* a partir de 1985.

Esta pregunta, es decir ¿por qué a veces se reproduce lo que dice el otro? o, en términos más precisos, ¿para qué sirven las *representaciones diafónicas*, o enunciados que reproducen la voz del destinatario, en situaciones de diálogo cara a cara?, es la pregunta principal de la que partí para realizar mi tesis de doctorado, siguiendo el modelo de Análisis del Discurso de Roulet, y mis intereses por la polifonía (Bakhtine, Ducrot) y por las conversaciones (o discurso oral).

El modelo ginebrino concibe el discurso como algo complejo, es decir como una situación conformada por diferentes elementos, que corresponden a los tres planos constitutivos de todo discurso (ver la Fig. 1). Dentro de este modelo y según el módulo enunciativo, la diafonía es *la representación e integración de la voz del interlocutor*

en el discurso del locutor, para que éste pueda encadenar mejor su posición sobre la del otro.

Fig. 1:

LINGÜÍSTICO	Fonológico		
	Lexical	Sintáctico	
	Semántico		D
<hr/>			
TEXTUAL	Relacional		I
	Enunciativo		S
	Periódico	Jerárquico	C
	Informacional		U
	Composicional		S
			I
<hr/>			
SITUACIONAL	Interaccional		V
	Psicológico	Referencial	O

Para responder a la pregunta planteada más arriba, parto de la intuición siguiente: seguramente, este tipo de enunciados, que indica una *cierta intención del locutor*, es decir el no hacerse responsable del segmento repetido, se utiliza en la comunicación oral de base, el diálogo, *por razones específicas y, a menudo, diferentes de las mismas repeticiones en la comunicación diferida / a distancia* (Roulet, 1985 y 1993, Miche, 1998 y Tork, 1994).

En lo que sigue, veremos las diferentes funciones que se les pueden atribuir a las diafonías en el cara a cara: en primer lugar, insistiré en la función que me ha parecido fundamental durante bastante tiempo; después, presentaré otras funciones que han ido apareciendo con los análisis. Con lo cual, pasaremos de una unifuncionalidad (un tanto ambiciosa) a una plurifuncionalidad.

LA FUNCIÓN AMBICIOSA: TENER AL INTERLOCUTOR CONTENTO

La función de la diafonía en el género epistolar o en el debate parlamentario, o sea en la comunicación diferida, es una función puramente instrumental: la de *reconstituir el intercambio, roto por la distancia temporal y espacial* (ver el ejemplo (1) siguiente).

(1) Carta: (Ejemplo tomado de Roulet (1985): fragmento de la carta 63, de “La marquesa de Merteuil al vizconde de Valmont”, *Las relaciones peligrosas*, Choderlos de Laclos):

Marquesa de Merteuil: “O sea que le hacen falta obstáculos a ese bello héroe de novela y se duerme en la felicidad! Oh! Que venga a verme, yo le daré cosas que hacer (...) Sería necesario, decís también, que tuviera un poco más de misterio; pues, esa necesidad ya no le faltará (...)!”

El esquema jerárquico de este intercambio epistolar se representa como sigue:

las imágenes (*faces*, según Goffman, 1973) entre los que participan a la interacción.

En otros términos, las diafonías sirven en la comunicación inmediata, para tener contento al interlocutor o, al menos, para poder manejarle mejor. Esto es, *para ser cortés*. Vamos a ver cómo se explica esto, con unos comentarios de Benveniste sobre el locutor, que apoyan dicha hipótesis.

Queriendo dar cuenta de la subjetividad en el discurso, esto es de cómo se implica el locutor en su discurso, Benveniste define la voluntad discursiva del locutor como sigue:

“el sujeto utiliza la palabra y el discurso para “representarse” él mismo, tal como quiere verse, tal como quiere que el otro lo reconozca. Su discurso es llamamiento y recurso, solicitud a veces vehemente del otro a través del discurso donde se manifiesta desesperadamente, recurso a menudo falaz (mentiroso) al otro para individualizarse él mismo (1966: 77; el subrayado es mío).

Es decir, el locutor recurre al interlocutor sí; pero, solamente para manifestarse mejor, para poder presentar ante alguien su individualidad. En otros términos, hablamos con la gente para poder presentarnos como individuos.

Teniendo en cuenta esta concepción del locutor, podemos decir que: el locutor utiliza el discurso del otro (destinatario u otra persona) en su propio discurso para *individualizar* su opinión, su subjetividad, es decir para enmarcar su propia consciencia, su posición, su identidad, por contraste con el otro. Pero, utilizar la voz del otro no sólo implica individualizar la suya, sino *hacerlo menos agresivamente*, puesto que tiene en cuenta la opinión de su interlocutor y la reproduce en su discurso.

Todavía para que se entienda mejor: la individualización, entendida como la presentación de sí, es amenazadora. Podemos pensar en aquellas personas que sólo tienen en cuenta su individualidad, por ejemplo no dejando tiempo discursivo al otro o hablando sólo de sí mismas; qué imagen sacamos de ellas? No nos tienen en cuenta, van a la suya! Como también es amenazador cualquier contacto con el otro

sin previo aviso (p. ej., las preguntas por la calle, se introducen con “perdón”). Por ello, es necesario, antes de esta presentación de sí egocéntrica o mal vista (o recibida), utilizar “procesos de figuración” (Goffman) o formas de negociación, que mitiguen ese deseo de individualización.

En este sentido, considero que las diafonías suponen una negociación entre los interlocutores. Esto es, los interlocutores se toman en cuenta, toman en consideración sus discursos y las imágenes que se crean de ellos (las propias y las ajenas) a la hora de interactuar. Esta función negociadora de las diafonías en el cara a cara se impone y aparece como principal, allá donde locutor e interlocutor quieren representarse como individuos distintos el uno del otro, pero sin hacer de la diferencia una guerra.

Aaí, pues, si el locutor busca individualizar su subjetividad por contraste, la negociación de las imágenes a través del discurso es necesaria entre las parejas que se hablan.

El módulo situacional interaccional es el que da cuenta, al menos según las primeras concepciones de este módulo, diferentes de las actuales (Burger, 1997), de esta negociación interpersonal. Esto es, la dimensión interaccional permite describir la negociación que se establece entre los interlocutores, es decir de la negociación de sus imágenes. Así pues, este módulo es el que contiene las teorías de la cortesía (Brown y Levinson, 1986).

A partir de 1997, el módulo interaccional ya sólo se ocupa de definir las propiedades de la dimensión material de las interacciones (*interactuantes*: número, posición material: locutor o escritor, activo o pasivo, co-presencia espacial y/o temporal o no; *ocupación del canal*: alternancia o encabalgamiento de los turnos de habla).

Sin embargo, mantengo las primeras concepciones de este módulo, puesto que con ellas trabajé, y puesto que el tratamiento de la cortesía, excluido de este módulo a partir de 1997, queda aún por ubicar de una manera precisa (aunque se empieza a hablar de una “organización estratégica” (Roulet, 1999), compleja, que da cuenta de este aspecto de las interacciones verbales.

Considerando pues que los locutores utilizan reproducciones diafónicas para la manifestación de una cierta cortesía, tenemos pues que definir ahora qué es la cortesía. No me propongo aquí dar un nuevo modelo de cortesía, sino utilizar términos y concepciones de los modelos de la cortesía, para las descripciones de las funciones de las diafonías en el cara a cara.

LA CORTESÍA

En toda interacción, al mismo tiempo que subyace el “principio de cooperación (Grice, 1975), que regula el nivel informativo de las interacciones verbales (con las *máximas de calidad* (decir lo que se cree verdadero), *cantidad* (decir lo suficiente), *relación* (hablar en relación a lo que se ha dicho) y *modo* (hablar claramente)), subyace otro principio, que Grice ya anunció:

Hay, por supuesto, otras clases de máximas (estéticas, sociales, morales...) tales como “sea cortés”, que normalmente son observadas por los participantes en el intercambio comunicativo, y que también pueden generar implicaturas no convencionales (1975: 47), pero que desarrollaron Brown y Levinson, 1986: es el “principio de cortesía”, que regula la relación interpersonal a través del discurso.

Así pues, ciertas construcciones discursivas no están hechas para transmitir información, sino para cuidar la relación de los interlocutores. Es el caso de las diafonías, como veremos en seguida. Pero antes, vamos a ver los conceptos que hace intervenir la cortesía.

A partir del sociólogo americano E. Goffman, se considera que todo acto verbal es potencialmente amenazador (una pregunta (indiscreta), una orden (autoritaria), una negativa (desacuerdo), una interrupción (molesta), etc.). Es potencialmente amenazador para alguna de las dos “caras” de todo ser social (o para las dos a la vez):

Cara negativa → *territorio*: corporal (pisada), espacial (invasión de terreno), temporal (hacer esperar). En el ámbito de una intervención del locutor, su cara negativa o territorio es: la producción de su discurso, el turno de palabra, el tiempo que uno está hablando.

Ejemplos (verbales) de amenaza al territorio del otro: una interrupción, hablar sin interrupción es decir sin dejar espacio al otro; o, de amenaza al territorio propio: ofrecimiento, promesa.

Cara positiva → *imagen* o narcisismo: corresponde al conjunto de imágenes valorizadoras de ellos mismos que los interlocutores construyen y tratan de imponer en la interacción. En el ámbito de una intervención del locutor, su cara positiva o imagen corresponde a las imágenes que se sacan de él, a partir de su discurso (son las etiquetas que se le pueden atribuir: es claro (habla claramente o no se le entiende), es un poeta (hace muchas metáforas), sabe mucho, es feminista, etc.

Ejemplos (verbales) de amenaza a la imagen del otro: una crítica, un reproche, un desacuerdo, un insulto; o, de amenaza a la propia imagen: confesión, excusa, autocrítica.

Así pues, en el discurso aparecen toda una serie de actos amenazadores. Paralelamente y para neutralizar estas amenazas, hay toda una serie de actos anti-amenazadores: manifestar atención, acuerdo, interés, hacer broma, tener en cuenta los deseos del otro, ser indirectos, minimizar la imposición, recurrir a pronombres personales que incluyen al interlocutor, al discurso impersonal, etc.

Todos estos actos anti-amenazadores se pueden incluir en lo que los autores de los modelos de la cortesía distinguen como dos tipos de cortesía, no tanto porque corresponden a cortesía dirigida al territorio o a la imagen, sino porque una tiende a minimizar las amenazas, y la otra produce actos puramente corteses:

La *cortesía negativa* → atenuadora, o que trata de evitar una agresión posible; es pues abstencionista, queriendo evitar el acto amenazador, o, si se tiene que cumplir el acto, este tipo de cortesía suaviza la violencia con algún procedimiento compensatorio (del tipo “Perdón, me podría decir la hora?”, donde “perdón” es el acto que atenúa la irrupción en el terreno del otro).

La *cortesía positiva* → consiste en cumplir un acto intrínsecamente cortés, valorizando alguna de las caras del

destinatario; es pues un tipo de cortesía produccionista (del tipo "Qué guapo eres!" o "Guapo!").

Estos dos tipos de cortesía pueden afectar tanto al territorio como a la imagen de los interlocutores. Ejemplos:

1. cortesía negativa hacia el territorio: algo, una excusa p.ej., que busca suavizar un retraso, una interrupción;
2. cortesía negativa hacia la imagen: la atenuación de una crítica;
3. cortesía positiva hacia el territorio: el regalo;
4. cortesía positiva hacia la imagen: el piropo.

Podemos ver que la manifestación de cortesía es ambivalente, pues involucra tanto las caras del locutor como las del interlocutor: por ejemplo 1. es cortesía negativa hacia el interlocutor, pero positiva hacia el locutor (que queda bien al excusarse); 2. es cortesía negativa hacia el interlocutor, pero positiva hacia el locutor (que será percibido como menos duro); 3. es cortesía positiva hacia el interlocutor y el locutor (que queda bien); 4. es cortesía positiva hacia el interlocutor y el locutor (que queda bien). Pero bueno... todo esto siempre dependiendo del contexto, puesto que un piropo ("cumprimento") puede ser recibido como una violación del territorio (cf. un buen ejemplo fotográfico, donde se traspasa la frontera, cuando en un principio se pretende adular: "Una americana en Italia", de Ruth Orkin, 1951).

EL ANÁLISIS

Entonces, las diafonías están al servicio de la relación interpersonal, más que al servicio de la información, y como tal, manifiestan cortesía.

Veamos esto sobre fragmentos de diálogos auténticos. Los fragmentos de diálogos que voy a analizar seguidamente, pertenecen al corpus que utilicé para la realización de mi tesis de doctorado (Espuny, 1997). Las propiedades generales de estos diálogos - producidos en francés - son las siguientes: se trata de intercambios verbales *orales, inmediatos (o cara a cara), coloquiales (no literarios), de dos o tres participantes, no institucionalizados.*

Las convenciones de transcripción de los ejemplos auténticos utilizados para este trabajo, son las siguientes:

'	fragmento de palabra
...	alargamiento / vacilación
-	pausa corta
--	pausa mediana
=	curva entonativa neutra o continuativa
/	curva entonativa ascendente (interrogativa / exclamativa)
\	curva entonativa descendente
XXX	segmento incomprensible
en negrita	discurso original del destinatario
<i>en cursiva</i>	las reproducciones diafónicas
<u>subrayado</u>	encabalgamiento
[...]	fragmento de transcripción eliminado
L1 / A	locutora 1
L2 / B / M	locutora 2
C	locutura 3
E	intercambio (Echange)
I	intervención (Intervention)
i / r	iniciativa / reactiva
A	acto
s / p	subordinado / principal
Q / R / E	pregunta (Question) / respuesta / evaluación
arg / c-arg	argumento / contra-argumento
prep	preparación
com	comentario (PIRES, 1997)

El ejemplo siguiente servirá para ilustrar un caso de cortesía negativa por la utilización de un discurso representado diafónico.

(3) (fragmento de *Corpus Barcelone*, "Cet irrationnel" (Espuny, 1991: 17))

1 L2 'fin toutes ces médecines-là -

2 L1 on a besoin de croire en quelqu'un **qui en sait plus** /

3 L2 *qui en sait plus* = mais que tu n'arrives pas toi-même à comprendre

4 L1 c'est pour ça qu'on a l'impression qu'il en sait plus

FUNCIÓN: suavizar el desacuerdo introducido por “mais” (pero). Esta construcción diafónica es un acto que compensa el desacuerdo, pues lo hace menos directo y agresivo; corresponde a lo que K. O. (1992) llama “desarmador” (o suavizador), lo cual supone una manifestación de cortesía negativa de la parte de L2, hacia la imagen de L1: lo que L2 quiere neutralizar o suavizar aquí, es la actitud de oposición o de conflicto respecto a lo que propone L1. Como dice Roulet (1989b: 13): “la manera más hábil de introducir un rechazo: empezar por manifestar un acuerdo con el punto de vista del interlocutor”.

Otro ejemplo de manifestación de cortesía negativa con la diafonía, lo encontramos en casos donde para tomar el turno de palabra se interrumpe al interlocutor:

(4) (fragmento de *Dialogues de femmes*, texto nº 1 (Icart-Séguy, 1976: 6))

- 1 C je suis en train de me demander – finalement – si ça
serait pas intéressant de
2 faire une étude de la condition féminine dans une boîte
comme la X ---
3 pourquoi pas / et alos là- d’interviewer – précisément –
toutes euh –
4 beaucoup de femmes qui travaillent là dedans et de voir
ce qu’elles disent ---
5 qu’est-ce que tu en penses /
6 A moi je conçois tout ça – je sais pas – je suis peut-être
vachement ambitieuse –
7 comme une partie du travail – parce que tu ne vas
trouver que des
8 femmes travailleuses
9 B *travailleuses* et qui sont – enfin – pour la région du
Béarn – relativement bien
10 payées – hein / parce que si tu vas faire cette étude chez
les femmes Y – par
11 exemple euh

FUNCIÓN: para hacer menos agresiva la interrupción, B reproduce el final del discurso de A (locutora que ha sido seleccionada por C), y continúa así su intervención, sin protestas posibles por parte la

interlocutora que ha sido interrumpida. Es decir, que se apropia de la escena discursiva, sin haber sido seleccionada (pero es lo propio de las conversaciones), apropiación que se puede tomar fácilmente como una invasión del territorio. Para desarmar toda posible protesta de A, o para tener a su interlocutora contenta, B suaviza su invasión con la reproducción diafónica. Es un caso de cortesía negativa hacia el territorio del otro.

La diafonía también puede ser utilizada, como ya hemos dicho de pasada, para manifestar cortesía positiva:

(5) (fragmento de *Dialogues de femmes*, texte n° 1 (Icart-Séguy, 1976: 1))

1 A bon - mais qu'est-ce que tu attends - toi - d'un Groupe-femmes ou d'un

2 collectif /

3 B *qu'est-ce que j'attends d'un collectif...* eh bien - d'abord de rencontrer

4 des des femmes comme moi qui... qui ont conscience d'être exploitées

FUNCIONES:

1ª) manifestar acuerdo: el acuerdo se refiere aquí a los roles que se establecen desde el principio de la grabación: B será la "entrevistada" y A será la que hace las preguntas; se trata pues de cortesía positiva hacia la proposición (imagen) de A;

2ª) buscar tiempo en la programación discursiva de la respuesta de B; el discurso representado diafónico llena (disimula) el vacío que pide el tiempo de reflexión, necesario para formular la contestación. En este sentido, esta reproducción diafónica corresponde a un *principio L-orientado* (Kerbrat-Orecchioni, 1995) o a un acto favorable al locutor mismo; se trata en este caso de cortesía negativa hacia su propia imagen: B atenúa así lo que se podría pensar de ella: es lenta o no sabe responder.

OTRAS FUNCIONES, IGUALMENTE IMPORTANTES

Hasta aquí, hemos visto una sola función de las diafonías, expresar cortesía, a partir del emparejamiento de los módulos enunciativo (discursos representados) e interaccional (del destinatario; interactuar tomando en consideración al destinatario).

Pero, teniendo en cuenta la concepción rouletiana del discurso, es decir: que el discurso es complejo, pues está atravesado por diferentes planos, dimensiones (o módulos) e interrelaciones (o emparejamientos, *couplage*) entre éstas, las reproducciones de la voz del otro aparecen inevitablemente como construcciones discursivas plurifuncionales más que unifuncionales. Vista la complejidad del modelo ginebrino, aviso enseguida que las aplicaciones que vamos a hacer aquí del modelo modular es parcial, y que se trata más de rebasar (ir más allá de) la unifuncionalidad que de alcanzar la exhaustividad en la descripción.

Así pues, aparte de la función interaccional de la consideración de las imágenes del destinatario y de las propias, que pertenece al plano situacional del discurso, un enunciado representado diafónico tiene también *funciones estructurantes a diferentes niveles de organización textual*. Lo cual son funciones no situacionales, sino textuales.

En efecto, los locutores *jerarquizan* los enunciados reproducidos diafónicos: hemos visto que desde la primera definición de diafonía, se la considera como un acto generalmente subordinado a un segmento siguiente y principal que asume el locutor. Podríamos hablar de función jerárquica, aunque me parece más adecuado hablar de forma, puesto que el segmento reproducido corresponde a un constituyente, el acto subordinado, y un constituyente es una forma. Veamos los esquemas jerárquicos de los ejemplos anteriores:

Fig. 3

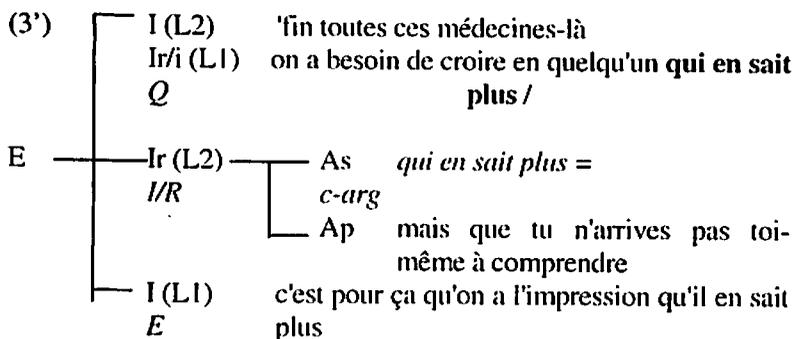


Fig. 4

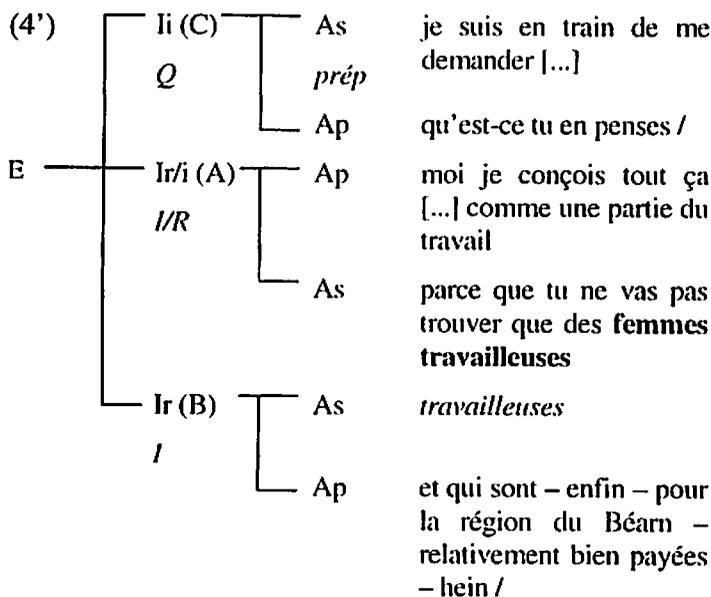
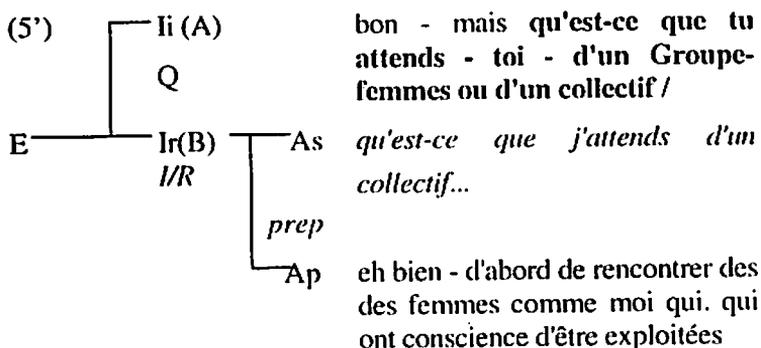


Fig. 5



Los locutores que reproducen el discurso del destinatario pueden querer *completar su intervención interactivamente* (con argumentos, contra-argumentos, actos de preparación, etc.); o sea la diafonía puede tener una función relacional (del m. relacional). En los ejemplos anteriores, el módulo relacional permite describir el segmento diafónico de (3) como contra-argumentativo y tanto el de (4) como el de (5) como un acto de preparación.

Éstas son funciones textuales, la jerárquica y la relacional, que han sido consideradas como elementos constitutivos de la diafonía, desde el principio (1985), desde una perspectiva no modular del discurso.

Ahora bien, hay otros tipos de elementos, descritos por otros módulos, que entran en relación con la diafonía, como lo muestran los ejemplos que veremos enseguida. Se trata de los módulos informativo, que da cuenta de la progresión de la información en la conversación, y periódico, que se interesa por la puntuación del discurso. La consideración de estos dos módulos o, actualmente, *formas de organización discursiva* (pues no son módulos elementales) permiten describir las funciones textuales **temáticas** y **periódicas**, respectivamente.

6. El emparejamiento entre las informaciones de naturaleza enunciativa e informacional.

El estudio de la organización informacional se interesa por la continuidad del contenido informacional, o por los encadenamientos entre las informaciones activadas sucesivamente en el texto (Roulet, 1996); algunas de estas informaciones corresponden a constituyentes discursivos explicitados en el texto y otras a informaciones almacenadas en la *memoria discursiva* (Berrendonner, 1990). Este módulo (aunque Grobet, 1997) ya apunta hacia la existencia más bien de una organización informacional, en vez del antiguo módulo) describe pues los *objetos de discurso* (la información activada en el texto) y los *tópicos* (las eventuales marcas de los puntos de anclaje de estos objetos de discurso en el texto o informaciones semi-activadas (Roulet, 1996). Veamos esto en el ejemplo (6) inventado:

- (6) **Alberto:** Has sido feliz durante tu infancia? [objeto de discurso: tú, feliz, infancia]
Berta: Lo he sido, sí. [tópico: lo (marcado por una reproducción pronominal)]

Como lo indica Roulet mismo (1998), esta sucesión de informaciones diferentemente activadas en el texto no hace intervenir generalmente reproducciones del discurso del destinatario, y todavía menos, en situaciones de comunicación cara a cara.

Ahora bien, como hemos visto, también en este tipo de contexto cara a cara, las diafonías aparecen: en los tres ejemplos anteriores, las locutoras empiezan su intervención reactivando, con la reproducción, el objeto de discurso introducido por sus interlocutoras, a pesar de que este objeto de discurso figure en el acto precedente y que, por eso mismo, no parezca necesario hacer explícito el punto de anclaje de sus reacciones. Hemos visto que, a veces, es necesario hacer explícito el discurso del otro para otros fines, no informativos, sino rituales (es decir afectando a la relación interpersonal).

Estas descripciones son válidas para lo que hemos analizado hasta aquí y que llamaremos reproducciones *inmediatas* de los diálogos cara a cara: las reproducciones se producen inmediatamente después del discurso original del destinatario (ver (3), (4) y (5)).

Sin embargo, en las mismas situaciones de diálogos cara a cara, hay también reproducciones de la voz del otro a distancia, donde los discursos representados diafónicos pueden ser no redundantes y tener un uso topical o de reactivación de un objeto del discurso del antetexto. En estos casos, las diafonías son muy parecidas a las de las comunicaciones a distancia. Veamos el ejemplo siguiente:

(7) (fragmento de *Dialogues de femmes*, texto nº 1 (Icart-Séguy 1976: 21 y 22))

- 1 B dans un premier temps peut-être qu'elles viendront chercher une aide
- 2 morale - mais euh - si euh - si elles viennent plusieurs fois dans ce collectif
- 3 la femme en lutte - la femme en lutte et que - tiens - brusquement - elles
- 4 elles ont le courage d'abandonner ce mari - bon et ben - alors est-ce que
- 5 **financièrement il faudra pas qu'on les aide/**
- 6 A c'est sûr /
- 7 C oui - mais ça - je crois qu'on prend une responsabilité énorme - hein/ si
- 8 on se lance dans des trucs comme ça - - faudra pas le faire légèrement
- 9 A *financièrement* XXX il faudra les aider - mais - combien de temps et
- 10 combien de temps elles en auront besoin / et est-ce qu'elles voudront
- 11 trouver autre chose...

FUNCIÓN: desde el punto de vista interaccional, la reproducción diafónica de la línea 9 (en cursiva) corresponde a un “desarmador” utilizado antes de introducir una oposición por “mais” (pero), lo cual constituye una manifestación de cortesía negativa. Pero además de esta función interaccional, pues se trata de una diafonía casi inmediata, este discurso representado y atribuido al interlocutor tiene otra función: es la de reactivar el objeto de discurso introducido por la locutora B (línea 5, en negrita), para hacer de ello el tópico de su reacción. Podemos ver que la reacción de A empieza en la línea 6, pero que sólo continúa en la línea 9, después de una interrupción por parte de C. Esta reactivación del punto de anclaje, con una reproducción de la aserción que supone la pregunta

retórica de B, permite formular a la locutora A una oposición o queja respecto al tema reactivado mismo, y también indicar cuál es el destinatario seleccionado.

Veamos el ejemplo siguiente, donde la reproducción diafónica es más claramente a distancia:

(8) (fragmento de *Dialogues de femmes*, texto nº 1, (Icart-Séguy 1976: 1 y 16))

1 B qu'est-ce que j'attends d'un collectif... eh bien - d'abord de rencontrer des

2 des femmes comme moi qui... qui ont conscience d'être exploitées (...)

3 [...]

4 A tu as dit que tu tu venais au au collectif pour rencontrer d'autres

5 femmes = - - je pense que tu pourrais dire (parole coupée)

6 B enfin - - d'au d'autres femmes j'ai dit - qui qui ont conscience d'ê d'être

7 exploitées parce que euh - je te dis - dans la boîte où je suis...

FUNCIÓN: la intervención de B aparece en la página 1 de la transcripción y la intervención de A, en la página 16; la distancia es pues evidente. Claro que por el hecho de que A retome las palabras de B, podemos decir que desde el punto de vista de las informaciones interaccionales, esto es una manifestación de cortesía positiva, porque A toma en cuenta, hace caso al discurso sostenido por B; se interesa.

Pero, esta reproducción se describe más bien desde el punto de vista informacional: es un segmento que recontextualiza un objeto de discurso lanzado anteriormente en la misma situación de conversación; A necesita esta recontextualización o explicitación del punto de anclaje sobre el que quiere obtener más información. Es decir: con esta reproducción diafónica, A reactiva un objeto de discurso algo alejado, para convertirlo en el tópico (el punto de anclaje) de su intervención reactiva (líneas 4 y 5).

Así pues, vemos que el módulo informacional también puede intervenir en situaciones de comunicación cara a cara, pero solamente para aquellas reproducciones diafónicas que se parecen a las de la comunicación diferida: las reproducciones a distancia (vemos que son reproducciones marcadas lingüísticamente por TÚ / DECIR). No es así en las diafonías inmediatas, donde la reactivación del objeto de discurso no es necesaria, y donde la explicitación del punto de anclaje tiene otro significado, como hemos visto.

EL EMPAREJAMIENTO ENTRE LAS INFORMACIONES DE NATURALEZA ENUNCIATIVA Y PERIÓDICA

El módulo periódico (u organización periódica del discurso) describe la puntuación o a la manera en que los constituyentes textuales son segmentados y agrupados en unidades presentadas como distintas y autónomas. Es decir: este módulo se interesa a la programación discursiva (o a las programaciones diferentes) de los locutores, reflejadas en el texto por el desarrollo del discurso en diferentes etapas temporales o espaciales.

Las *unidades periódicas*, distintas pero no autónomas, y los *movimientos periódicos*, distintos y autónomos (Grobet, 1997), son los constituyentes de la organización periódica, definidos por el emparejamiento de los módulos jerárquico y fono-prosódico (no tomaremos en cuenta aquí el módulo gráfico, puesto que en los fragmentos de diálogos orales analizados, las transcripciones gráficas no son más que una representación del módulo fono-prosódico).

Según esta descripción, los discursos representados diafónicos constituyen unidades distintas pero no autónomas en una intervención, puesto que los segmentos diafónicos se delimitan generalmente con un contorno entonativo continuativo, como ya hemos visto, y no conclusivo.

Recordemos que la *entonación neutra* de los segmentos diafónicos permite interpretar el segmento reproducido como anunciador de un segmento asumido por el locutor.

Con esto distinguimos, el *segmento diafónico* (lo reproducido) de la *construcción diafónica* entera (lo reproducido o TÚ-verdad + lo

asumido o YO-verdad, siguiendo la terminología de Berrendonner (1981).

En el ejemplo siguiente, podemos ver una construcción diafónica construida en turnos de habla diferentes; esto se debe a la interrupción de la interlocutora M:

(9) (fragmento del *Corpus du Centre de Recherche sur le Français Contemporain*, "Fabrication d'un gâteau" (Brasquet-Loubeyre, 1994: 1))

1 M voilà - tu mets le beurre - hein /

2 A tout /

3 M oui alors le beurre fondu

4 A le beurre fondu

5 M tu vois tu le fais tomber - tout

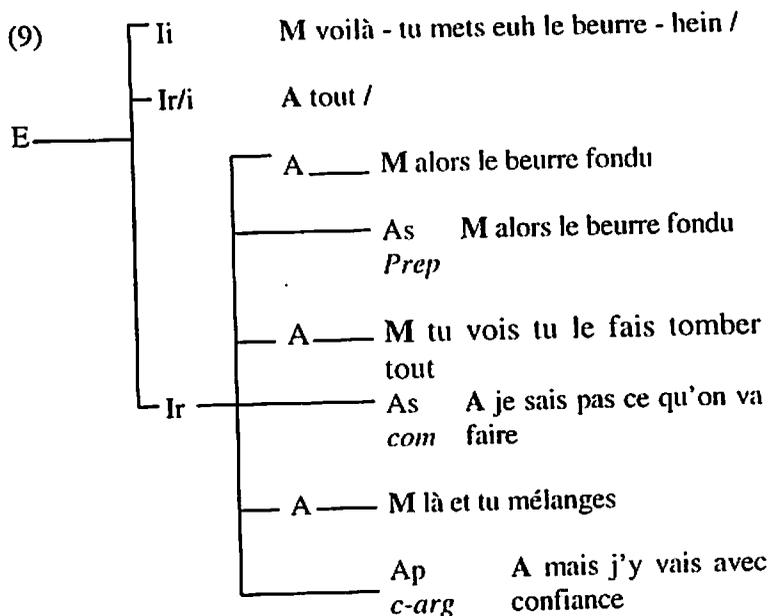
6 A je sais pas ce qu'on va faire mais

7 M là tu le mélanges

8 A j'y vais avec confiance

Puesto que la organización periódica se describe a partir del emparejamiento de las informaciones jerárquica y prosódica (o gráfica), veamos el esquema que representa la estructura jerárquica del ejemplo:

Fig. 6



FUNCIÓN: la construcción diafónica (*As + As + Ap*) se construye en tres etapas de estructuración del discurso: la primera unidad periódica corresponde a un acto subordinado (de preparación), es la reproducción diafónica; le sigue otra unidad periódica, también un acto subordinado (de comentario de la acción); el entonema conclusivo del acto principal concluye el movimiento periódico de A, es el contra-argumento introducido por el conector "mais" (pero).

En esta construcción diafónica inmediata, pero construida en tres tiempos, de lo que da cuenta el módulo periódico, interviene también la función interaccional: la explicitación del discurso del destinatario aparece como un acuso de recibo de la enunciación de M, o como una legitimación de su palabra; se trata pues, en este sentido, de una manifestación de cortesía positiva de parte de A hacia la imagen (el discurso) de M. Sobre todo en una situación en la que parece que cada locutora va un poco a la suya, es decir manteniendo su propio objetivo discursivo, sin tener muy en cuenta lo que la otra dice.

asumido o YO-verdad, siguiendo la terminología de Berrendonner (1981).

En el ejemplo siguiente, podemos ver una construcción diafónica construida en turnos de habla diferentes; esto se debe a la interrupción de la interlocutora M:

(9) (fragmento del *Corpus du Centre de Recherche sur le Français Contemporain*, "Fabrication d'un gâteau" (Brasquet-Loubeyre, 1994: 1))

1 M voilà - tu mets le beurre - hein /

2 A tout /

3 M oui alors le beurre fondu

4 A le beurre fondu

5 M tu vois tu le fais tomber - tout

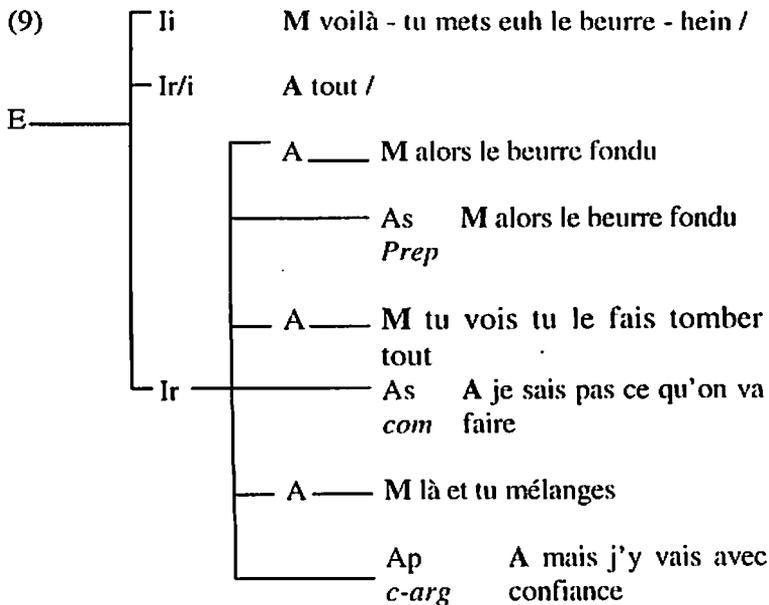
6 A je sais pas ce qu'on va faire mais

7 M là tu le mélanges

8 A j'y vais avec confiance

Puesto que la organización periódica se describe a partir del emparejamiento de las informaciones jerárquica y prosódica (o gráfica), veamos el esquema que representa la estructura jerárquica del ejemplo:

Fig. 6



FUNCIÓN: la construcción diafónica (*As + As + Ap*) se construye en tres etapas de estructuración del discurso: la primera unidad periódica corresponde a un acto subordinado (de preparación), es la reproducción diafónica; le sigue otra unidad periódica, también un acto subordinado (de comentario de la acción); el entonema conclusivo del acto principal concluye el movimiento periódico de A, es el contra-argumento introducido por el conector "mais" (pero).

En esta construcción diafónica inmediata, pero construida en tres tiempos, de lo que da cuenta el módulo periódico, interviene también la función interaccional: la explicitación del discurso del destinatario aparece como un acuso de recibo de la enunciación de M, o como una legitimación de su palabra; se trata pues, en este sentido, de una manifestación de cortesía positiva de parte de A hacia la imagen (el discurso) de M. Sobre todo en una situación en la que parece que cada locutora va un poco a la suya, es decir manteniendo su propio objetivo discursivo, sin tener muy en cuenta lo que la otra dice.

Así pues, el módulo periódico, que no había tenido en cuenta en las descripciones de la entonación de la diafonía, puede ser de gran ayuda para describir construcciones diafónicas que se realizan en diferentes etapas discursivas, a causa de una interrupción por ejemplo.

CONCLUSIÓN

Con este tema de las funciones de la diafonía, hemos empezado por insistir en que las reproducciones diafónicas en los diálogos cara a cara tienen funciones generalmente diferentes de las que se daban a las mismas pero en situaciones de comunicación diferida.

Por el hecho de que este tipo de discursos representados es en principio supérfluo desde el punto de vista informativo en las interacciones verbales inmediatas, hemos insitado en los valores interaccionales de negociación de las imágenes y territorios personales.

Por otra parte, el análisis de algunos fragmentos dialogales, es decir de intercambios sacados de un objeto complejo como el discurso, permite abrirse hacia la consideración de otros tipos de información, que son igualmente constitutivas de una reproducción diafónica, o que permiten hablar de diferentes funciones diafónicas: aparte de las funciones interaccionales de negociación, siempre presentes, aunque con prioridad en las diafonías inmediatas, las diafonías pueden tener funciones textuales de organización periódica (como el ej. (29)) y de organización temática (como (28)); esta última función sólo concierne a las reproducciones a distancia.

BIBLIOGRAFÍA

- BAKHTINE, M. *Esthétique et théorie du roman*, Paris: Gallimard, 1978.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale, 1*, Paris: Gallimard, 1966.
- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris: Minuit, 1981:
- BROWN, P. y LEVINSON, S.C. *Politeness. Some Universals in Language Use*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986:
- BURGER, M. *L'enjeu identitaire: pour une pragmatique psychosociale*, tesis, Université de Genève, 1997.
- DUCROT, O. *Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation, Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984: 171-233.
- ESPUNY, J. *Étude de la diaphonie dans des dialogues en face à face*, tesis de doctorado, Publicacions Universitat de Barcelona, 1997:
- ESPUNY, J. *La diaphonie dans l'échange en face à face, Cahiers de linguistique française, 21*, Genève: 1999: (publicación sobre las comunicaciones presentadas en la 6th International Pragmatics Conference, Reims, julio 1998).
- ESPUNY, J. "L'énonciation plurielle du locuteur dans la conversation", *Actas del I Simposio internacional de Análisis del Discurso*, Madrid, 20-22 abril 1998. (en prensa):
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Minuit, 1973.
- GRICE, H.P. *Logique et conversation* In: *Communications, n. 30*, 1979, p. 57-72.
- KERBRAT-ORECCHIONI. *Les interactions verbales, 2*, Paris: Armand Colin, 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI *La construction de la relation interpersonnelle: quelques remarques sur cette dimension du dialogue* In: *Cahiers de linguistique française, 16*, 1995: p. 69-88.
- MICHE, É. *Secuencias discursivas del desacuerdo*. Santiago de Compostela: Servicio de publicaciones e intercambio científico, 1998.
- PIRES, S. *Estratégias de negociação discursiva entre adolescentes*, Universidad de São Paulo. 1997 (tesis).
- REYES, G. *Polifonía textual*. La citación en el relato literario, Madrid: Gredos, 1984.
- ROULET, E. *Structures polyphoniques et diaphoniques du discours*, ROULET, E. et al. (Org.) *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang, 1985.

- ROULET, E. et al. (Org.) . Une forme peu étudiée d'échange agonal: la controverse. In: *Cahiers de praxématique*, n. 13, 1989, p. 7-18.
- ROULET, E. et al. (Org.). Vers une approche modulaire de l'analyse du discours", *Cahier de Linguistique française*, n. 12. Genève: 1991, 53-81.
- ROULET, E. et al. (Org.). Le module énonciatif et son rôle dans la description de l'organisation polyphonique du discours. (manuscrito).
- ROULET, E. et al. (Org.). Un modelo y un instrumento de análisis de la complejidad de la organización del discurso, *Actas del I Symposium Internacional de Análisi del Discurso* Madrid: 1998, p. 20-22 (en prensa).
- ROULET, E. et al. (Org.). Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours. (en prensa):
- TORCK, D. Diaphonie et interaction dans le débat politique In: *Littérature*, n. 93, 1994, p. 15-30.

SOBRE O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO: DO DISCURSO AO DEBATE POLÍTICO ELEITORAL¹

Paulo Henrique A. MENDES
PUC-MINAS

É amplamente aceite que a instância da enunciação operou um deslocamento no quadro de reflexões dos estudiosos da linguagem, suscitando questões que, de certa forma, apontaram para limitações/restrições relativas ao horizonte de investigação de uma lingüística do enunciado, ocupada de um modo geral com reflexões voltadas para a descrição da estrutura lingüística, em termos, por exemplo, das características, da organização e do comportamento dos elementos do enunciado nos níveis fonológico, morfo-sintático e semântico. Na passagem do enunciado para a enunciação, o foco de abordagem se volta para um outro domínio de questões, onde se consideram categorias da ordem da interlocução, da interação verbal, da subjetividade na linguagem e das condições/circunstâncias

¹ Este texto constitui um pequeno recorte adaptado de um trabalho maior, a saber, de uma tese intitulada '*Análise do discurso político eleitoral: dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral*', cujo '*corpus*' escolhido para a análise teve como fonte material o debate por escrito, promovido pelo jornal Estado de Minas, entre os cinco principais candidatos à prefeitura de BH nas eleições de 1996. Não obstante, esse recorte compreende um certa autonomia em relação à totalidade da tese, visto que constitui um parte central da formulação teórica proposta, qual seja, a proposta de integração entre categorias da *teoria dos atos de fala* e da *teoria semiolingüística*, visando à formulação e/ou estruturação de um modelo integrado do contrato de comunicação do *discurso* e do *debate político-eleitorais*. Cabe ressaltar, então, que este texto tem um teor fundamentalmente teórico, ficando a ausência da análise propriamente dita como uma sugestão de leitura da tese na íntegra.

específicas que determinam a produção e a interpretação de um enunciado.

Das importantes intuições de Bakhtin acerca do primado do dialogismo e do social como constitutivos da linguagem, passando pelas categorias lingüísticas investigadas por Todorov e Benveniste como elementos constitutivos do processo enunciativo e como índices formais da enunciação, até a formulação do *contrato de comunicação* e da significação discursiva como resultante de dois *componentes*, um *lingüístico* e um *situacional*, proposta por Charaudeau, avultam os seguintes critérios de base:

1. a positividade conferida ao outro, ou seja, a concepção de um modelo de interação intersubjetiva, em que subjaz a idéia de troca, ou ainda, de jogo entre os sujeitos no universo das práticas de linguagem;
2. a relação entre o uso da linguagem e a situação de enunciação, isto é, as possibilidades e as restrições de um projeto de fala em função das circunstâncias em que se insere e dos objetivos que o norteiam.

Nessa perspectiva, os trabalhos realizados pelas diversas correntes da Análise do Discurso têm buscado balizar de forma explícita e operacional um conjunto de categorias capazes de explicar o funcionamento do processo de enunciação, estabelecendo relações integradas entre uma dimensão externa e uma dimensão interna dos fenômenos discursivos. Nas palavras de Charaudeau (1996: 3):

“(...) a Análise do Discurso é, no interior das ‘ciências da linguagem’, uma disciplina com seus próprios instrumentos de análise, seus próprios quadros teóricos e metodológicos. Ela se dá por objetivo analisar a linguagem em ação, os efeitos produzidos por meio de seu uso, o sentido social construído(...). Assim, ela contribui para mostrar como se estrutura discursivamente o social, como o discurso é, ao mesmo tempo, portador de normas que sobredeterminam o indivíduo vivendo em coletividade e as possíveis estratégias que lhe permitem singularizar-se.”

Não obstante a existência das diversas abordagens da AD, com suas próprias hipóteses teóricas e seus próprios passos metodológicos, o seu objeto de estudo é o mesmo e os seus objetivos de análise são convergentes, sem que qualquer uma delas se possa pretender superior às demais. Assim, neste texto, será contemplado o modelo teórico desenvolvido por Charaudeau no âmbito da teoria *Semiolinguística*. Tal modelo se fundamenta numa concepção que pretende ultrapassar a formulação um tanto simplista em que se arvora, por exemplo, a teoria da comunicação, segundo a qual o processo enunciativo se definiria em termos de uma relação simétrica entre emissor e receptor, os quais compartilhariam o mesmo código, cabendo ao receptor, simplesmente, decodificar a mensagem proferida pelo emissor e, por conseguinte, a sua intenção comunicativa. Nesses termos, ao propor o desenvolvimento de um modelo de compreensão do processo enunciativo aplicado à AD, Charaudeau advoga a necessidade de se considerar um “‘fora da linguagem’ (uma realidade extralinguística) que se combina de modo pertinente com o local de manifestação discursiva”. Trata-se de uma condição de possibilidade para se assumir a existência de um *sentido relacional*, isto é, de uma significação da relação intersubjetiva que se estabelece entre os parceiros da comunicação e, ainda, de um *sentido implícito*, ou seja, de uma significação que não se engendra somente a partir da combinação do semantismo dos vocábulos de um enunciado, em termos de suas propriedades lexicais e relações gramaticais, mas sobretudo através da inter-relação deste com as circunstâncias/condições de enunciação, que permite inferir o que não é dito de maneira explícita. Desse modo, uma palavra não tem um sentido a priori fixado no dicionário de uma vez por todas, mas, antes, contribui para o engendramento do sentido no contexto situacional em que se inscreve a interação verbal. É nesse sentido que esse autor situa a oposição *interno x externo* no centro das discussões atuais sobre a linguagem e define a significação discursiva como uma resultante de dois componentes autônomos em sua origem e interdependentes em seu efeito, a saber, um *componente linguístico*, que opera com um material verbal, a língua, e um *componente situacional*, que opera com um material psicossocial, relativo a um conjunto de práticas e comportamentos humanos que orientam a definição dos sujeitos enquanto seres sociais e enquanto seres comunicantes. Com efeito, o autor postula que a significação é construída por meio de duas inter-relações que se articulam ao mesmo tempo uma sobre a outra:

- a) *inter-relação entre dois espaços de produção do sentido, externo e interno;*
- b) *inter-relação entre dois espaços enunciativos, de produção (eu) e de interpretação (tu), com a interposição de uma avaliação.*

O POSTULADO DE INTENCIONALIDADE: SOBRE O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO COMO FUNDAMENTO DO DIREITO À PALAVRA:

O ato de linguagem constitui, nos termos da teoria *Semiolinguística*, a *mise-en-scène* da significação da qual participam os parceiros da interação verbal. Esses parceiros, no desempenho efetivo de suas práticas de linguagem, estão subordinados a um certo número de contratos e convenções – práticas psicossociais compartilhadas entre os membros de uma dada comunidade – e têm, cada um deles, um projeto de fala que determina o *enjeu de cette mise en scène*. Em outros termos, o ato de linguagem é o resultado de duas atividades dialéticas: a de produção e a de interpretação, que dependem de saberes supostamente partilhados que circulam entre os sujeitos da linguagem, saberes correlativos à dupla dimensão interno/externo das práticas discursivas em geral, de modo que a linguagem, em sua materialidade mais concreta, é o lugar de representação das práticas psicossociais que condicionam a constituição dos sujeitos da linguagem. Pode-se dizer, em linhas gerais, que uma tal perspectiva de análise do discurso representa um avanço no domínio dos estudos sobre a linguagem, visto que pretende ser um modelo radicalmente integrador das diferentes dimensões que constituem o processo enunciativo, contemplando, de forma orgânica, não só os elementos que se situam numa dimensão estritamente lingüística, mas também os elementos inseridos numa instância extralingüística e, sobretudo, as relações que se estabelecem entre uns e outros. A esse propósito, é interessante notar que Charaudeau (1996: 21) se refere a um texto de Austin², citando-o como argumento corroborador de seu modelo teórico:

² Revista Communications, 32. Paris, Seuil, 1980.

“O próprio Austin declarou: o que se necessita, parece-me, é uma teoria nova, ao mesmo tempo completa e geral, do que se faz ao dizer algo, em todos os sentidos desta frase ambígua, e do que eu denomino ato de discurso, não somente sob este ou aquele aspecto, abstração feita de todo o resto, mas tomada em sua totalidade.”

Nesse sentido, como forma de constituir um escopo teórico cujo alcance possibilite trabalhar sobre essa dimensão “totalizante”, a teoria *Semiolinguística* assume uma perspectiva *antropofágica*, segundo o seu próprio autor, alimentando-se de categorias oriundas de diferentes campos de conhecimento - daí o seu caráter interdisciplinar -, as quais são transformadas e migradas para um modelo estritamente linguageiro. Nesses termos, o conceito de *contrato de comunicação* ocupa um lugar central em tal modelo, na medida em que postula/define, como condição de existência de qualquer prática de linguagem, o reconhecimento recíproco dos interlocutores enquanto *parceiros* da comunicação que têm, portanto, o *direito à palavra*, e mais, um *projeto de fala* ao qual é possível atribuir uma *pertinência intencional*.³ Estando na base do *postulado de intencionalidade*

³ Essa definição do *contrato de comunicação* formulada por Charaudeau se aproxima, em grande extensão, das *condições universais do possível entendimento mútuo*, em termos das normas éticas constitutivas das ‘pressuposições gerais da comunicação’, elaboradas por Habermas. É interessante notar que este último autor, no texto *Pragmática Universal*, ressalta que a expressão alemã ‘*Verständigung*’ (entendimento mútuo) tem, entre seus vários sentidos, o significado mínimo de que dois sujeitos compreendem de modo idêntico uma expressão linguística e o significado máximo de que entre os dois existe concordância acerca da correção de um proferimento relativo a um fundamento normativo reconhecido em comum (p.02). Para além do fato de que o *contrato* contempla certamente a dimensão desses dois significados, pode-se dizer, parafrasticamente, que a formulação do *contrato de comunicação* comporta ao menos duas dimensões de sentido mais fundamentais: uma *dimensão ética*, mais abstrata e universal, que diz respeito ao reconhecimento intersubjetivo de certos pressupostos normativos que presidem quaisquer práticas de linguagem, incluindo a noção de uma intencionalidade ‘coletiva’ ou ‘conjunta’, ou seja, compartilhada pelos parceiros da comunicação, a qual traduz uma finalidade/objetivo comum aos interlocutores, não podendo ser reduzida às intenções individuais de cada um nem à somatória destas últimas; e uma *dimensão comunicacional*, mais empírica e particular, que se refere ao estabelecimento de um conjunto de

proposto por Charaudeau, o *contrato de comunicação* preside a toda produção linguageira e funda o *direito à palavra*, que apresenta, por sua vez, três condições básicas, quais sejam:

a) *uma relativa ao saber: o reconhecimento do saber* - diz respeito ao lugar onde circulam os discursos de verdades e crenças, em termos de discursos sobre o mundo, que configuram certos universos de referência, segundo um mais ou menos forte grau de verossimilhança e de consenso, permitindo aos parceiros da comunicação movimentarem-se nas representações supostamente compartilhadas concernentes a tais universos de discurso.

b) *uma relativa ao poder: o reconhecimento do poder* - refere-se à identidade socioinstitucional dos atores sociais, a qual só pode ser julgada em relação com os papéis linguageiros que eles assumem enquanto sujeitos comunicantes; os atores sociais só são considerados, pois, desde que inseridos nas práticas de linguagem, de modo que o sujeito é impregnado de realidade psicossocial, mas no jogo comunicativo que o define.

c) *uma relativa à competência do sujeito: o saber fazer* - concerne à ação de saber ligar os elementos dos dois espaços, externo e interno, a qual define a competência do sujeito comunicante em termos de sua capacidade de capitalizar uma autoridade de fato através da sua enunciação, ou seja, da colocação em discurso de seu projeto de fala, como forma de confirmar (ou não) as duas condições acima e, assim, o seu *direito à palavra*.

Dessa forma, as duas primeiras condições acima contribuem para fundar a *legitimidade* do sujeito falante, a qual é pré-determinada no sentido de que ela é dada ao sujeito a partir da posição que ele ocupa nas diferentes redes de práticas sociais, podendo se apoiar sobre uma autoridade/identidade que procede do saber e/ou do poder. No entanto, a *legitimidade* vem ao sujeito, não somente do espaço externo, mas do grau de adequação que se estabelece entre a autoridade/identidade

características constitutivas de um quadro de restrições e de possibilidades que definem a especificidade de determinados tipos de situação concreta de intercâmbio linguageiro e o modo de funcionamento deste último.

psico-social do sujeito (espaço externo) e o seu comportamento enquanto ser linguageiro (espaço interno). Nesses termos, é a terceira e última condição acima que assegura essa adequação e/ou interrelação, conferindo ao sujeito falante a sua *credibilidade* que, por seu turno, não é pré-determinada, no sentido de que não lhe é dada, mas adquirida e negociada no desenvolvimento das práticas de linguagem, sem a qual, não obstante toda *legitimidade* que o sujeito possua pelo saber e/ou pelo poder será colocado em xeque o seu *direito à palavra*. Assim, a *legitimidade* tem necessidade de ser corroborada e pode ser rediscutida pela *credibilidade*, que é também fundadora do *direito à palavra*. É nesse sentido que Charaudeau (1996) propõe um “modelo no qual o espaço externo (lugar de legitimidade) penetre o espaço interno, sendo construído por este (lugar de credibilidade)”. Aqui o autor pontua o que distingue a sua formulação da de Goffman, advertindo que “o outro no ponto de partida não é uma ameaça: a ameaça é o próprio ato de comunicação”, a enunciação; e, por isso, “o sujeito falante considera que falar é arriscar-se à incompreensão ou à negação” por parte do outro.

Nessa perspectiva, o discurso político eleitoral é especialmente representativo dessa relação dialética estabelecida entre a *legitimidade* e a *credibilidade*, ou seja, entre o *espaço externo* e o *espaço interno* das práticas de linguagem, no sentido de que esse tipo de discurso se caracteriza exatamente pelo fato de o locutor/sujeito falante buscar, em última análise, se legitimar através da construção de sua *credibilidade*. Sendo assim, a própria identidade de ‘candidato’, seja a presidente, a governador, a prefeito, ou a qualquer outro cargo público, tem inerentemente um caráter transitório, cuja *legitimidade* – ou ainda, cujo *reconhecimento do saber e do poder* – só tem razão de ser em função da busca de legitimar-se enquanto ‘presidente, governador, prefeito, etc’, o que, no contexto de uma campanha eleitoral, consolida-se através do voto e requer que o candidato convença o eleitorado, fazendo com que este reconheça a sua *credibilidade*, isto é, o seu *saber fazer*, que, por sua vez, só pode ser construído a partir da sua enunciação, em termos da colocação em discurso do projeto de fala do locutor/sujeito falante. Segundo Charaudeau (1996), o projeto de fala é construído em torno de um certo número de “*visões comunicativas*”, ou ainda, ‘objetivos comunicativos’, que o autor agrupa em quatro tipos principais: *factitivo*, *informativo*, *persuasivo* e *sedutor*. Desconsiderando a hipótese de uma descrição de cada um deles de acordo com a sua

formulação original, pretende-se contemplar aqui, em linhas gerais, alguns aspectos conceituais relativos a dois desses 'objetivos comunicativos', a saber, o *factitivo* e o *persuasivo*, que parecem ser mais importantes para a compreensão do discurso político eleitoral.

Nesses termos, por um lado, pode-se dizer que, em alguma extensão, o objetivo *factitivo*, correspondente à finalidade de 'manipulação do outro' para fazê-lo agir num sentido que seja favorável ao sujeito falante, é característico do discurso político eleitoral, já que este visa, em última análise, a um '*fazer fazer*', sob a forma específica da obtenção dos votos dos eleitores; em outras palavras, tal discurso objetiva, em última instância, angariar os votos do eleitorado. Entretanto, por outro lado, esse objetivo depende de um outro mais fundamental, denominado *persuasivo*, que corresponde à finalidade de '*fazer crer*' alguma coisa (que pode ser representada pela variável P) ao outro, fazendo-o aderir ao projeto de fala do locutor/sujeito falante e, por extensão, ao universo discursivo por ele construído. Tal objetivo é característico do discurso político eleitoral, na medida em que o candidato/sujeito falante deve convencer o eleitorado através da enunciação de seu projeto de fala, expresso sob a forma específica de um programa de governo, demarcando um 'lugar político-ideológico' - traduzido pela identidade político-partidária do candidato - que lhe permita apresentar-se e singularizar-se perante o eleitor, e mais, construindo uma imagem de verossimilhança e de não-contradição relativa ao conteúdo proposicional (representado por P) de seu discurso, que lhe possibilite apresentá-lo como viável e realizável. A esse propósito, vale ressaltar que o discurso político-eleitoral se funda a partir das condições de existência da *promessa*, porque os candidatos devem apresentar previamente seus respectivos programas de governo sob a forma discursiva - que são, em última análise, conjuntos de *promessas* aos quais se atribui um teor mais técnico. Assim, se a *promessa* funda a relação enunciativa entre candidato e eleitor, em função do compromisso ético que o primeiro assume com a realização das necessidades e/ou demandas do segundo num tempo futuro, pode-se dizer que, em última instância, tal ato ilocucionário permite inferir que o jogo intencional estabelecido entre candidato e eleitor se traduz pelo objetivo de '*fazer crer*', ou seja, pela '*persuasão/convencimento*'. Quando uma *promessa* de um candidato satisfaz as suas *condições de sucesso*, alcançando a sua performatividade em relação ao eleitor, ou ainda, numa escala mais global, quando o discurso de um candidato conquista a sua

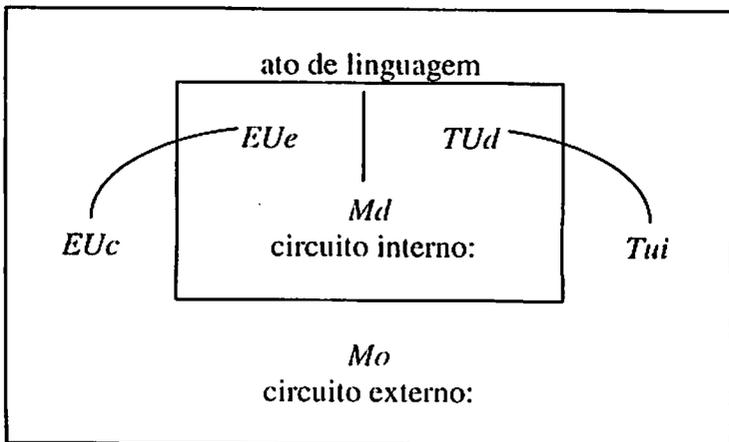
credibilidade perante o eleitor, esta deve se consolidar através do voto, que confere ao candidato a *legitimidade* de um governante, enquanto um agente que expressa as demandas do eleitor e sendo, sobretudo, capaz de realizá-las.

A intervenção teórica empreendida pelo autor busca, pois, explicar a estruturação do ato de linguagem através da postulação de um dispositivo que compreende um duplo circuito: uma *instância situacional (circuito externo)*, como lugar do fazer psicossocial dos parceiros envolvidos na comunicação, também chamada de *espaço de limitações*, porque determina certas condições que devem ser satisfeitas para a efetivação do ato de linguagem; e uma *instância discursiva*, no sentido estrito desse termo (*circuito interno*), como lugar da organização do dizer, também chamada de *espaço de estratégias*, porque corresponde às possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação do ato de linguagem, isto é, se "*tout acte de langage correspond à un enjeu de signification avec l'espoir de gagner*", o circuito do dizer constitui o conjunto de estratégias possíveis a serem atualizadas em função das restrições/condições da instância situacional. Desse modo, o ato de linguagem não se reduz à sua simples configuração lingüística, mas, antes, é um todo de significação resultante desses dois componentes – o *situacional* e o *lingüístico*. Assim, as categorias desse dispositivo possibilitam configurar um desdobramento⁴ das instâncias enunciativas constitutivas do processo interlocutivo e justificar não só os papéis que os sujeitos assumem em cada uma dessas instâncias, como também o jogo enunciativo que se estrutura a partir deles, nas circunstâncias efetivas de práticas discursivas. O duplo circuito de significância desse dispositivo, *interno* e *externo* à verbalização do ato de linguagem compreende, então, de um lado, numa dimensão

⁴ A proposta de um modelo fundamentado no desdobramento das instâncias enunciativas foi esboçado por alguns outros autores, entre os quais pode-se mencionar Pêcheux, a exemplo do seguinte fragmento do seu texto 'Análise do conteúdo e Teoria do discurso': "Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro".(p.82)

exterior, os *parceiros* ou interlocutores, quais sejam, o *sujeito comunicante* e o *sujeito interpretante*, enquanto seres psicossociais, dotados de intencionalidade e responsáveis pelos respectivos processos de produção e de interpretação, e, de outro lado, os *protagonistas* ou intralocutores, a saber, o *sujeito enunciatador* e o *sujeito destinatário*, enquanto seres de linguagem desprovidos de intencionalidade e construídos a partir da enunciação. Cabe ressaltar que, se há relação de condicionamento desses dois últimos sujeitos pelos dois primeiros, não há, entretanto, relação de transparência absoluta entre eles, uma vez que os *protagonistas* do ato de linguagem constituem projeções linguageiras construídas pelos *parceiros* da comunicação, não sendo, pois, idênticos a eles, nem, necessariamente, semelhantes, pois configuram imagens destes, as quais podem tanto refletir e/ou corroborar as suas identidades como também refratar e/ou contradizê-las. A distribuição desses componentes no processo enunciativo, bem como as relações estabelecidas entre eles foram representadas pelo autor na formulação de um quadro geral, conforme a adaptação abaixo:

QUADRO ENUNCIATIVO



Não existe, pois, relação simétrica entre os *parceiros* da comunicação, mas, ao contrário, há fundamentalmente uma assimetria que caracteriza a relação dialética entre o processo de produção e o de interpretação do ato de linguagem. Adaptando a codificação empregada por Charaudeau, um *sujeito comunicante* (EUc), para assumir o estatuto de um ser de palavra, precisa engendrar não só um *sujeito enunciator* (EUe), como também um *sujeito destinatário* (TUd), de modo que, na estruturação de um ato de linguagem, tanto o *enunciador* quanto o *destinatário* constituem desdobramentos do próprio *comunicante*. O *sujeito interpretante* (TUi), por sua vez, de todo diferente do *destinatário*, mas podendo se assimilar ou não a ele, elabora uma imagem do *comunicante* em função do *enunciador* instaurado. Entretanto, do ponto de vista da interpretação, o *sujeito enunciator* é apenas uma outra imagem construída pelo *interpretante*, como hipótese sobre a intencionalidade do *sujeito comunicante*, não se identificando, pois, com o *enunciador* construído por este. Assim, conforme destaca o autor (Charaudeau, 1983: 52), se o *sujeito destinatário*, enquanto construção ideal, é suposto estar numa relação de transparência com a intencionalidade do *sujeito comunicante*, o *sujeito interpretante*, enquanto suporte do processo de interpretação, encontra-se numa relação de opacidade com essa intencionalidade. Nas palavras do autor:

“(...) le sujet communiquant, en se fabriquant une certaine image de JEé, peut réactiver son statut de JEc, l’occulter, le laisser seulement transparaître, le rendre ambigu, l’amplifier (bluffer), etc., selon le degré de crédibilité qu’il pense avoir auprès du sujet interprétant; c’est le phénomène de la légitimation de parole. À la limite d’ailleurs le JEc, s’il se sait légitimé dans le circuit externe, pourra se permettre de construire n’importe quelle image de JEé. À l’inverse, le sujet communiquant peut avoir besoin de se faire légitimer (...)”

Cabe ainda ressaltar, nessa formulação, que o *enunciador* e o *destinatário* são instâncias enunciativas construídas a partir de um universo discursivo interno, representado por (Md) e determinado pelo conjunto das condições lingüístico-enunciativas que fazem deles (EUe e TUd) seres de linguagem; por outro lado, o *comunicante* e o *interpretante* são instâncias inseridas num universo discursivo

externo, representado por (Mo) e determinado pelo conjunto das relações psicossociais que fazem deles (EUc e TUi) sujeitos históricos.

Uma tal concepção do ato de linguagem como sendo estruturado a partir de uma situação concreta de troca - que caracteriza um tipo específico de *contrato* - e organizado em função desse *espaço (externo) de limitações* e de um *espaço (interno) de estratégias*, na interdependência dos quais o ato adquire a sua *intencionalidade* e a sua significância, leva o autor à formulação de um modelo de estruturação em três níveis, quais sejam: i) o *nível situacional*; ii) o *nível comunicacional*; iii) o *nível discursivo*. Em linhas gerais, o primeiro nível diz respeito aos elementos da *situação*, do *espaço externo/de limitações* do ato de linguagem, os quais determinam a especificidade e a estrutura do *contrato de comunicação* propriamente dito; o segundo nível refere-se a um espaço intermediário, ou ainda, a uma interseção entre as *limitações* do *contrato* e as *estratégias* discursivas efetivadas, o qual delimita um horizonte possível de 'maneiras de falar', ou ainda, de *papéis enunciativos*, portanto, *linguageiros*, a serem desempenhados pelo *sujeito comunicante*; finalmente, o terceiro nível concerne ao espaço das *estratégias* discursivas efetivadas pelo *sujeito comunicante*, tornado *sujeito enunciator* a partir, é claro, da sua própria enunciação, ou seja, da colocação em discurso do seu projeto de fala, em função das restrições do nível *situacional* e das possibilidades do nível *comunicacional*. É oportuno, neste momento, proceder a uma abordagem mais sistemática de cada um desses níveis, orientada para objeto de estudo deste texto.

O NÍVEL SITUACIONAL: O DEBATE POLÍTICO ELEITORAL COMO SOBREPÓSICÃO DE DOIS CONTRATOS DE COMUNICAÇÃO

O conceito de *contrato* oferece um conjunto de categorias que possibilita balizar os elementos constitutivos da situação em que necessariamente se insere um dado discurso, os quais determinam certas condições que devem ser satisfeitas para a efetivação desse discurso. Nesse ponto, através da construção de um modelo sócio-comunicativo, a teoria semiolinguística avança no sentido de propor uma estruturação teórica e operacional de uma noção tão ampla, vaga e ambígua como é a 'situação de interação', que a linguística do

enunciado alijou totalmente do seu domínio de estudos e as teorias que têm trabalhado com a instância da enunciação abordaram de modo indireto e *ad hoc*. Em linhas gerais, são basicamente quatro os elementos que estruturam o que se chama de uma praxeologia situacional do discurso, enquanto um *espaço de limitações* relativo a uma dimensão extralingüística, a saber: a) a *finalidade* (qual o objetivo a ser alcançado?); b) a *identidade* (quem se dirige a quem?); c) o *propósito/o domínio do saber* (falar sobre o quê?); d) o *dispositivo* (falar em que quadro físico de veiculação?).

No caso específico do objeto de análise em questão, qual seja, o *debate político eleitoral*, importa destacar a complexidade das relações que se estabelecem entre os elementos constitutivos desse nível *situacional*, no sentido de que é preciso considerar uma tal dimensão em termos de um entrecruzamento de dois *contratos de comunicação*: o do *discurso eleitoral* e o do *debate*. O *primeiro* se enquadra numa espécie mais geral denominada *contrato* de “propaganda”, caracterizado, em linhas gerais, pela construção de uma imagem positiva, seja de um produto, no caso do discurso publicitário, seja de um candidato, no caso do discurso eleitoral, potencialmente capaz de representar as diversas demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, de satisfazê-las. O objeto do *discurso publicitário*, por exemplo, é ‘dado’, no sentido de ser existente, real ou empírico, sendo apresentado como um produto utilitário, situado na dimensão da ‘fabricação’, de modo que as demandas geralmente se referem a uma ‘esfera de interesses privados’ e a sociedade é interpelada na forma de um interlocutor consumidor potencial; já o objeto do *discurso eleitoral* é ‘novo’, no sentido de ser projetivo, virtual ou potencial, sendo apresentado sob a forma de um programa político, situado na dimensão da ‘ação’, de modo que as demandas dizem respeito a uma ‘esfera de interesses públicos’ e a sociedade é interpelada na forma de um interlocutor eleitor potencial. O *segundo* se insere num outro tipo mais geral de *contrato* “dialogal-midiático”, podendo ser ‘dialogutivo’ ou ‘plurilocutivo’, e delimita um modo específico de troca ou intercâmbio, que se traduz pelo *debate*. Considerando-se que existem *contratos* mais ou menos gerais que se ligam uns aos outros e que cada um deles pode dar lugar a variantes, configurando, de certa maneira, um tipo de *família de semelhanças*, em que os exemplares de um conjunto podem ser similares numa ampla variedade de caminhos, não havendo um conjunto bem definido de propriedades compartilhadas por todos eles. Pretende-se contemplar, aqui, apenas a

forma de imbricamento entre o *contrato do discurso eleitoral* e o do *debate*, buscando dar conta de algumas relações que se estabelecem entre eles. Nesse sentido, o primeiro apresenta um teor mais geral do que o segundo, de modo que o *debate eleitoral* configura uma forma específica de realização do *discurso político eleitoral*; pode-se dizer que se estabelece uma relação categorial entre os dois, na qual o *discurso eleitoral* representa o termo geral/ hiperonímico e o *debate eleitoral* representa o termo específico/hiponímico. A começar pelo mais geral, pode-se proceder a uma descrição do *contrato do discurso eleitoral*, segundo os quatro elementos básicos do nível *situacional* tematizados acima:

a) a *finalidade* (para que dizer?): os candidatos devem apresentar os seus respectivos programas (plataformas) de campanha político-eleitoral, de modo a eliminar as contradições relativas aos seus respectivos conteúdos proposicionais, passíveis de representar a impossibilidade de sua realização, a fim de obter os votos dos eleitores.

b) a *identidade dos parceiros* (quem se dirige a quem?): os candidatos devem se dirigir à população, interpelada sob a forma de um conjunto de destinatários/eleitores, demarcando os seus respectivos 'lugares político-partidários' que caracterizam as posições político-ideológicas das diferentes candidaturas.

c) o *propósito/domínio de saber* (falar sobre o quê?): os candidatos devem fixar as condições de possibilidade de realização dos seus respectivos programas, que configuram uma suposição de um conhecimento acerca da 'esfera dos interesses públicos', relacionada, de um modo geral, às condições de vida, ao funcionamento das instituições e às ações políticas propostas pelos candidatos para satisfazer as demandas (necessidades e interesses) da população.

d) o *dispositivo* (falar em que quadro de veiculação): existem diversos dispositivos através dos quais o discurso eleitoral pode ser transmitido ao eleitorado, ou ainda, à população de um modo geral.

Nesses termos, o quadro de restrições acima limita os tipos de atos de fala passíveis de serem realizados e orienta a força ilocucionária a ser atribuída a tais atos. Por exemplo, é somente em função dos elementos deste nível *situacional* que diferentes formatos de *atos comissivos* - cujo conteúdo proposicional seja benéfico à população - proferidos por candidatos podem e devem ser interpretados como *promessas*. Por exemplo, o tipo de formato frasal que caracteriza um enunciado como “É preciso fazer funcionar 130 postos de saúde” adquire um valor ilocucionário *comissivo* na forma específica de uma *promessa* apenas porque a *identidade dos parceiros* é definida em termos de um candidato que se dirige à população enquanto conjunto de eleitores; se esta frase fosse enunciada por um eleitor, certamente seria compreendida como um *ato assertivo* na forma específica de uma *crítica*. Cabe ressaltar que o *debate eleitoral*, como um de tipo de *contrato* específico dentro do *contrato do discurso eleitoral*, deve satisfazer às condições impostas por este último, que, por sua vez, deve se ajustar às características da estrutura que define a especificidade daquele primeiro, de forma que uma descrição dos elementos constitutivos do nível *situacional* que define o *contrato do debate eleitoral* pode ser apresentada da seguinte maneira:

a) a *finalidade* (para que dizer?): os candidatos devem confrontar os seus respectivos programas (plataformas) de campanha político-eleitoral, de modo a fazer emergir as contradições relativas aos seus respectivos conteúdos proposicionais, as quais apontam para a impossibilidade de sua realização, a fim de obter os votos do eleitorado.

b) a *identidade dos parceiros* (quem se dirige a quem?): os candidatos debatedores se dirigem diretamente uns aos outros e, indiretamente, à população, confrontando os seus respectivos lugares político-partidários, que devem caracterizar as divergências político-ideológicas estabelecidas entre as diversas candidaturas.

c) o *propósito/domínio de saber* (falar sobre o quê?): os candidatos devem delimitar as condições de impossibilidade de realização dos programas de seus respectivos adversários de campanha, configurando uma suposição de um não-conhecimento acerca da ‘esfera dos interesses públicos’, relativa às condições de vida, ao funcionamento das instituições

e às ações políticas projetadas pelos candidatos para satisfazer as demandas (necessidades e interesses) da população da cidade.

d) o *dispositivo*⁵ (falar em que quadro de veiculação): o *debate eleitoral* também pode ser veiculado através de diversos dispositivos; no caso do *debate* analisado, trata-se de um dispositivo midiático específico, a imprensa escrita.

Note-se, pois, que parece haver um desdobramento de certas instâncias *situacionais*, no sentido de que, num *debate eleitoral*, a *identidade dos parceiros*, por exemplo, se define em termos de candidatos debatedores. É preciso salientar, porém, que a *identidade* de candidato diz respeito, previamente, ao intercâmbio estabelecido com o eleitor, ou seja, ao *contrato do discurso eleitoral*; é a *identidade* de debatedor que caracteriza a interação entre os candidatos, ou seja, o *contrato do debate* propriamente dito. Da mesma forma, no *debate eleitoral*, a *finalidade*, ou ainda, o objetivo da interlocução é confrontar programas de governo, fazendo emergir as suas contradições, mas isto só faz sentido em função do objetivo de convencer os eleitores, buscando escamotear as contradições dos programas de campanha, para angariar os votos do eleitorado que, através do *debate*, deve, a princípio, poder discernir e escolher o candidato que julga estar melhor preparado, o que remete à *finalidade* do *discurso eleitoral* de um modo geral. Importa destacar, ainda nesse sentido, que esse imbricamento de *contratos* se reflete, em alguma extensão, em certas características formais do registro linguístico determinado pelo *dispositivo* de veiculação do *debate* em questão, qual seja, o contexto midiático da imprensa escrita.

⁵ É interessante atentar para o fato de que o *dispositivo* através do qual o *debate* é veiculado determina a existência de um outro tipo de *contrato*, a saber, o *contrato* midiático da imprensa escrita, que se imbrica, no caso do objeto de análise em questão, com os *contratos* do *discurso eleitoral* e do *debate eleitoral*, preservando, contudo, a sua especificidade em termos da particularidade dos elementos que o compõem. Cabe fazer, então, uma ressalva relativa à ausência de uma abordagem sistemática desse tipo de *contrato*, motivada pela escolha de abordar exclusivamente o discurso dos candidatos e de analisar, portanto, apenas o texto do *debate*.

Sendo assim, pode-se dizer que o *debate* analisado se distingue da conversação cotidiana, em geral, e dos outros tipos de interação verbal oral/falada, como a *entrevista* ou mesmo o próprio *debate* expresso oralmente, pela diferença de registro lingüístico - o objeto discursivo em questão constitui um *debate* escrito, ou seja, um texto escrito - e, por conseguinte, pela presença de restrições lingüísticas, enunciativas e/ou comunicacionais mais estáveis e mais reguladas. A oralidade parece permitir uma margem mais ampla de manobra ou de desvio em relação às convenções que regulam uma dada interlocução, pois o discurso oral está mais sujeito a hesitações, reformulações, etc., sendo comum no *debate* oral, por exemplo, o fato de os debatedores atropelarem a fala uns dos outros, resultando às vezes numa sobreposição de falas/enunciações. Esse maior grau de formalidade que caracteriza o *debate* escrito reflete o entrecruzamento dos *contratos* em termos das formas lingüísticas utilizadas pelos candidatos para se referirem uns aos outros. Desse modo, os candidatos só se dirigem diretamente aos seus adversários debatedores, utilizando formas alocutivas nas *perguntas* propriamente ditas ou em atos de fala que servem de suporte para as *perguntas*; em todos os demais casos, os candidatos fazem referência uns aos outros (na 'terceira pessoa', de quem se fala, que não representa propriamente 'pessoa do discurso'), através do uso de formas delocutivas, o que permite inferir que o *destinatário* direto passa a ser uma imagem do leitor/eleitor, ainda que não apareça uma referência explícita a este último. Nesses termos, a estrutura do *debate eleitoral*, assim como a de uma *entrevista eleitoral*, está subordinada, em última análise, às condições que definem a especificidade do *discurso eleitoral*.

Para efeito de uma delimitação mais sistemática das características específicas do *debate*, pode-se tentar estabelecer algum contraste com a estrutura de uma *entrevista*, uma vez que estes dois tipos de *contratos* 'dialogais-midiáticos' se assemelham de um modo geral. Em se tratando do nível *situacional*, a diferença básica entre eles parece residir na diferença de *identidade dos parceiros*, no sentido de que, de um lado, numa *entrevista eleitoral*, esta *identidade* se define em termos de um jornalista entrevistador que se dirige a um candidato entrevistado, sendo que aqui também a *identidade* de candidato se define em função da sua relação com o destinatário eleitor; de outro lado, no *debate eleitoral*, conforme exposto acima, a *identidade* se define em termos de um candidato debatedor que se dirige a um outro

candidato debatedor. Em suma, generalizando, numa *entrevista*, a *identidade dos parceiros* é sempre diferente: um entrevistador se dirige a um entrevistado; já num *debate*, a *identidade* é sempre a mesma: um debatedor se dirige a um outro debatedor. Essa distinção básica acarreta, é claro, uma outra diferença, relativa à *finalidade* da interação; assim, se os *parceiros* não são debatedores, como no caso da *entrevista*, a *finalidade* do entrevistador não deve ser a de debater, mas sim a de questionar – numa *entrevista eleitoral*; então, a *finalidade* mais imediata deve ser a de questionar o candidato, de modo a levá-lo a se auto-apresentar e a apresentar o seu programa de governo.

O NÍVEL COMUNICACIONAL: OS PAPÉIS ENUNCIATIVOS COMO HORIZONTE DE POSSIBILIDADE PARA AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Dado o suporte *situacional* que define um conjunto de condições psicossociais para a existência/realização do *debate eleitoral*, é preciso ainda considerar um conjunto de condições comunicacionais que torna possível o seu funcionamento. Estas últimas condições são determinadas pelas primeiras, mas não são tão estanques quanto às *limitações situacionais*; ao contrário, as condições comunicacionais estabelecem a dinâmica do *contrato*, conferindo-lhe uma estrutura orgânica, à medida que delimita um horizonte possível de atos de fala a serem enunciados, em função do *papel/estatuto* do *enunciador/protagonista* do ato. Assim, o nível *comunicacional* define o modo específico de funcionamento do *contrato*, havendo uma relação de complementaridade dialética entre a *identidade situacional* dos sujeitos, enquanto *parceiros* da comunicação, e os seus respectivos *papéis enunciativos*, enquanto *protagonistas* da enunciação, no sentido de que a *identidade* constitui uma condição de existência para os *papéis*, mas, ao mesmo tempo, aquela só pode se efetivar através destes. Os *papéis enunciativos* estruturam, então, um primeiro horizonte de 'maneiras' possíveis de dizer, permeando, simultaneamente, uma instância de restrições impostas aos *parceiros*, para que possam se transformar em *protagonistas*, e uma instância de escolhas/opções que podem ser feitas no desempenho de cada *papel*. Por princípio, se os sujeitos se furtarem à representação de seus respectivos *papéis*, eles estarão se negando enquanto *parceiros* da comunicação e, por conseguinte, rompendo o *contrato*; em

contrapartida, uma vez. reconhecidos os respectivos *papéis enunciativos*, os sujeitos dispõem de diversas 'maneiras' possíveis de desempenhá-los.

Pode-se estabelecer um contraste, por exemplo, entre a *entrevista* e o *debate*, em termos do seu funcionamento, a partir dos *papéis enunciativos* que devem ser desempenhados pelos *parceiros*, para que possam assumir o *estatuto* de *protagonistas*. A começar pela *entrevista*, pode-se dizer que a diferença entre as *identidades situacionais dos parceiros*, a saber, a de entrevistador e a de entrevistado, determina, no nível *comunicacional*, uma certa rigidez diretamente proporcional ao nível *situacional*, relativa aos respectivos *papéis enunciativos* a serem desempenhados, quais sejam, o de *enunciador da pergunta* e o de *enunciador da resposta*. Com efeito, numa *entrevista* padrão, os *papéis* são fixos na sua relação com a *identidade* dos sujeitos, de modo que o entrevistador desempenha sempre o *papel de enunciador das perguntas*, ao passo que o entrevistado desempenha sempre o *papel de enunciador das respostas*; ou seja, não é prevista a permuta de *papéis*. É claro que, dispondo de uma certa margem de manobra no desempenho de seus respectivos *papéis*, os sujeitos podem, inclusive, levar o funcionamento do *contrato* a uma situação limite tal que este se deixe contaminar por características de um outro *contrato*. Por exemplo, o entrevistador pode estabelecer uma relação polêmica com o entrevistado através da enunciação de sua *pergunta*, o que, de certo modo, aproxima-se da estrutura de um *debate*; o entrevistado, por sua vez, pode, no exercício de sua *resposta*, devolver uma *pergunta* ao entrevistador, interpelando-o, fato que não está previsto na estrutura de uma *entrevista*; e mais, pode ser que o entrevistador chegue a fazer uma *réplica à resposta* do entrevistado, advertindo-o de que não cabe a ele fazer as *perguntas*, o que, levado ao paroxismo, configura um funcionamento típico de *debate* dentro de um *contrato de entrevista* – em última análise, o entrevistado não estaria deixando de responder à *pergunta*, assim como o entrevistador não estaria se eximindo da função de perguntar, cabendo ainda ressaltar que, ao replicar, o entrevistador não estaria simplesmente negando uma *resposta* ao entrevistado, acirrando e assegurando, assim, a regulação da *entrevista*; antes, ao fazê-lo, ele também estaria respondendo, de qualquer forma, ao entrevistado, configurando-se, desse modo, um funcionamento característico do *contrato do debate*. Por outro lado, um debatedor também pode não estabelecer nenhuma relação de

confronto com o seu adversário, enunciando *perguntas* típicas da estrutura de uma *entrevista*. De modo, a começar pelo fato de que a *pergunta* constitui a condição enunciativa mínima para a existência de ambos os *contratos*, a *entrevista* e o *debate* se assemelham sob vários aspectos e podem se entrecruzar de diferentes modos, dando origem, inclusive, a *contratos* mistos/híbridos. Mas é preciso, agora, definir em quais aspectos o *debate* se diferencia efetivamente da *entrevista*, isto é, quais são as condições comunicacionais que caracterizam a especificidade do *debate*.

Nesse sentido, pode-se dizer que a coincidência de *identidade situacional* dos *parceiros*, qual seja, a de debatedores, garante a mobilidade deles no nível *comunicacional*, através do seu desdobramento em diferentes *protagonistas* segundo a permuta de *papéis enunciativos* a serem desempenhados, ao mesmo tempo em que os assujeita, a cada momento, ou melhor, a cada rodada do *debate*, ao desempenho de um ou outro desses *papéis*. É oportuno, pois, tecer um comentário sobre a força ilocucionária de *pergunta* enquanto condição enunciativa do *debate político eleitoral*. Com efeito, de um ponto de vista das condições enunciativas, a estrutura padrão de uma *entrevista eleitoral* não prevê a enunciação de *perguntas* por parte dos candidatos que, normalmente, assumem a *identidade* de entrevistado e, por conseguinte, desempenham o papel de *enunciador das respostas*, ao passo que a estrutura de um *debate eleitoral* determina que todos os candidatos, ao assumirem a *identidade* de debatedores, devem fazer *perguntas* uns aos outros, de modo a se alternarem no desempenho do *papel de enunciador das perguntas* e, por extensão, no dos demais *papéis*. É nesse sentido que se pode dizer que o ato de *perguntar* coloca em funcionamento o processo enunciativo denominado *debate*, pois é através deste ato que os candidatos se interpelam recíproca e alternadamente. Decerto, para que o processo enunciativo do *debate* possa se engendrar, é preciso considerar o suporte *situacional* e a estrutura *comunicacional* que torna possível a sua existência e o seu funcionamento. Assim, como já foi mencionado, de um modo geral, no *debate eleitoral*, ao contrário da *entrevista*, a *identidade situacional dos sujeitos comunicantes* é a mesma, a saber, a de candidatos debatedores; e mais, na estrutura *comunicacional* do *debate*, é prevista a permuta de *papéis enunciativos* entre os debatedores, que se desdobram, dessa forma, em diversos *sujeitos enunciativos*. Nesses termos, se o ato ilocucionário de *pergunta* engendra o processo enunciativo do *debate eleitoral*,

antes disso, ele é condicionado pelo *papel de enunciador da pergunta*, no qual se insere e o qual estrutura e orienta todo o funcionamento do *contrato de comunicação* chamado de *debate eleitoral*. É a partir do *papel de enunciador da pergunta* que os demais *papéis* se estabelecem, quais sejam, o de *enunciador da resposta*, o de *enunciador da réplica* e o de *enunciador do comentário*, de modo que estes três últimos *papéis* são orientados em função do primeiro, no sentido de constituírem, respectivamente, uma *resposta à pergunta*, uma *avaliação da resposta* em função da *pergunta* feita, portanto uma *continuação/extensão* desta última, e um *comentário* sobre a mesma, isto é, sobre a *pergunta*. Claro está que o candidato debatedor que desempenha o *papel de enunciador da pergunta* assume também o *papel de enunciador da réplica*, de modo que ele enuncia a sua *pergunta* já pensando em função da *réplica* a ser enunciada posteriormente, em seguida à *resposta*. Nessa perspectiva, a *estruturação ternária*⁶ de *papéis enunciativos*, composta de *pergunta > resposta < réplica*, constitui a *dinâmica central* do *debate* em questão, enquanto o *comentário* (sobre a *pergunta*) representa um *papel periférico* deste *contrato*, sendo, inclusive, dispensável, uma vez que o *debate* funciona sem este último *papel*. Pode-se, neste ponto, estabelecer um outro contraste com a *entrevista*, no sentido de que esta prevê uma forma de *estruturação binária* de *papéis enunciativos*, composta de *pergunta > resposta*, apresentando, em última análise, menos *papéis enunciativos* do que o *debate*.

A referida *estruturação ternária*, que define o modo de funcionamento do *debate eleitoral*, configura, então, um *rede complexa* de *relações enunciativas* estabelecida na interface entre a *identidade dos parceiros* enquanto candidatos debatedores e as *estratégias discursivas* a serem desencadeadas por eles enquanto *protagonistas* da *enunciação*, no desempenho de seus respectivos *papéis enunciativos*. Sendo assim, no caso específico do *debate* analisado, cabe ressaltar que o candidato *enunciador da pergunta* tem o direito de escolher o candidato que deve assumir o *papel de enunciador da resposta*, de modo que vale a pena insistir no fato de que o *papel de enunciador da pergunta* orienta

⁶ Em última análise, a *estruturação ternária* constitui, na verdade, um *desdobramento* da *estrutura binária* que caracteriza um modo prototípico do funcionamento das *práticas dialogais*, em termos das tomadas de turno; no *debate*, tal *desdobramento* se apresenta da seguinte forma: *pergunta > resposta, resposta > réplica*.

todo o *debate*, porque ele define quais candidatos vão desempenhar quais *papéis enunciativos*, ou seja, o candidato *enunciador da pergunta* e, por conseguinte, da *réplica* determina, a cada rodada do *debate*, quem será o candidato *enunciador da resposta* e, por extensão, quais serão os debatedores *enunciadores dos comentários*. Note-se, sobretudo, que o *papel de enunciador da pergunta* constitui a instância *comunicacional* inicial em que serão atualizadas as estratégias discursivas que restringirão o horizonte enunciativo e temático das outras estratégias a serem desencadeadas em cada um dos demais *papéis enunciativos*, a cada rodada do *debate*; e mais, o *papel de enunciador da pergunta* configura uma instância complexa que se desdobra numa outra, o *papel de enunciador da réplica*, de modo que o *sujeito comunicante*, com o objetivo de efetivar o seu *projeto de fala*, deve considerar o seu desdobramento nestes dois *papéis enunciativos*, e ainda, a intercalação do *papel de enunciador da resposta*, a ser desempenhado pelo candidato escolhido como *destinatário da pergunta*. Nesse sentido, a estrutura *comunicacional* ternária delimita, a princípio, uma instância de construção de um tipo de *pergunta* diferente da forma padrão geralmente fundamentada numa demanda de informação que caracteriza, por exemplo, as *perguntas típicas de entrevista*. A propósito, Charaudeau (1983: 47), demonstrando a aplicação do seu quadro enunciativo sobre diferentes atos de linguagem, afirma que:

“Ce schéma permet également de comprendre comment fonctionnent des stratégies plus complexes en ce qu’elles transforment successivement le statut des protagonistes. C’est le cas du sondage. La question-sondage met en place un JEé sollicitateur d’opinion et un TUD sollicité quant à son opinion sur le contenu de la question (ILx). Mais cette question participe d’un ensemble construit par un JEc institut-de-sondage (...)”

Ora, a partir dessa formulação da *question-sondage*, é possível propor a hipótese de existência de uma *question-debat (questão-debate)* cuja estrutura se aproxima daquela primeira em certos aspectos, diferenciando-se dela em outros aspectos, de modo a se preservar a especificidade de cada uma. Em linhas gerais, na *question-sondage*, o *sujeito comunicante* (EUC), com a *identidade* de um instituto de sondagem, coloca em cena (um *enunciador* de) um questionário

(EUE), e ainda, um *destinatário* (TUd) do mesmo, ao qual o *sujeito interpretante* (TUI), com a *identidade* de indivíduo sondado, é assujeitado a partir do momento em que responde ao questionário, instaurando um (EUE) *enunciador da resposta*, que, por sua vez, é diluído, em meio às outras respostas individuais, e transformado no resultado da sondagem, (Md), que representa a opinião pública. Não se pretende, aqui, estender o comentário sobre a *question-sondage* além dessa adaptação sumária da formulação do autor, mas somente contrastá-la com a *questão-debate*. Quanto às semelhanças entre elas, pode-se dizer que a *questão-debate* também constitui uma instância que coloca em funcionamento “*des stratégies plus complexes en ce qu’elles transforment successivement le statut des protagonistes*”; e mais, ela também pressupõe “*l’existence, dans la société, de certains objets de valeur(...)*”, e, ainda, “*d’une préoccupation chez les individus de cette société par rapport à ces objets de valeur*”(p.48). Sobre as diferenças entre as mesmas, é notório que a primeira apresenta uma estruturação binária de *papéis enunciativos*, na forma de *pergunta > resposta*⁷, enquanto a segunda apresenta um estruturação ternária, na forma de *pergunta > resposta < réplica*, como já foi abordado. Esta estruturação define, de início, a especificidade da *questão-debate*, porque a *pergunta* não só interpela o outro debatedor, restringindo o seu horizonte de *resposta*, mas também serve de orientação e de preparação para a *réplica* que, por seu turno, não só avalia a *resposta*, mas ainda desenvolve e arremata a *pergunta*. Nesse sentido, o *debate* delimita uma margem de manobra mais ampla e um modo de funcionamento mais complexo para a efetivação das estratégias discursivas do que a *entrevista* e a *sondagem*; aliás, esta última não oferece nenhum horizonte de possibilidade de realização de tais estratégias.

Pode-se, então, esboçar um esquema de funcionamento prototípico da *questão-debate*: em linhas gerais, o *sujeito comunicante* (EUC), com a *identidade* de um candidato debatedor, deve desempenhar o *papel* de *enunciador da pergunta*, para que possa instaurar um *sujeito enunciador* (EUE) e, por conseguinte, um *sujeito destinatário* (TUd) e

⁷ Note-se que a estrutura da “sondagem” se aproxima, nesse aspecto, da estrutura da “entrevista”; elas se diferenciam no sentido de que, nesta última, pretende-se que o interpretante, ao responder à pergunta, assimilando-se ao destinatário, instaure um enunciador que deixe transparecer o quanto possível as características do sujeito comunicante.

um universo discursivo (Md), cujas imagens devem ser, a princípio, desfavoráveis ao candidato *enunciador da resposta*, no sentido de estabelecer uma relação polêmica/conflitiva com ele; este *sujeito interpretante* (TUi), enquanto candidato também assujeitado à *identidade* de debatedor, no seu desempenho do *papel de enunciador da resposta*, deve se assimilar, em alguma extensão, à imagem de *destinatário* criada pelo *sujeito comunicante* (EUc) *enunciador da pergunta* e, ao mesmo tempo, desconstruí-la, instaurando um *outro sujeito enunciador* (EUE), enquanto imagem positiva do *sujeito comunicante* (EUc) *enunciador da resposta*, e, conseqüentemente, uma outra imagem de *destinatário* (TUD), que pode variar entre a construção de uma imagem negativa do candidato debatedor adversário e a criação de uma imagem positiva do eleitor beneficiário da sua plataforma de campanha. Sendo assim, uma ou outra destas imagens de *destinatário* pode-se combinar com a construção de um universo discursivo (Md) que, por seu turno, pode ou não corresponder ao universo psico-social representado por (Mo). Por último, o candidato debatedor *enunciador da pergunta*, tendo sido constituído *sujeito interpretante* (TUi) da *resposta*, deve novamente se instituir como *sujeito comunicante* (EUc), assumindo o *papel de enunciador da réplica*, de modo a instaurar novamente um *sujeito enunciador* (EUE), e ainda, um *destinatário* (TUD) e um universo discursivo (Md). Resta, ainda, considerar que outros candidatos debatedores, enquanto *sujeitos interpretantes* (TUi) da *pergunta*, devem assumir o *papel de enunciadore dos comentários*, instituindo-se como *sujeitos comunicantes* (EUc), que colocam também em cena outros *sujeitos enunciadore* (EUE), além de outros *destinatários* (TUD) e de outros universos discursivos (Md) distintos entre si. É claro que esse esboço de um esquema de funcionamento prototípico da *questão-debate* acaba constituindo um tipo de idealização desse funcionamento. Nesse sentido, certas determinações *situacionais*, a exemplo da posição político-partidária dos respectivos candidatos, e o *próprio projeto de fala* de cada um deles, tendem a configurar uma ampla variação de diferentes maneiras de se estabelecer a dinâmica do *debate*; por exemplo, o candidato *enunciador da pergunta* pode não estabelecer uma relação polêmica diretamente com o candidato *enunciador da resposta*, de modo a estabelecer uma tal relação de confronto indiretamente com o candidato *enunciador do comentário*. Nesses termos, o modo específico de estabelecimento da dinâmica do *debate* depende, em última instância, das estratégias discursivas

efetivadas pelos candidatos debatedores no exercício de seus respectivos *papéis enunciativos*.

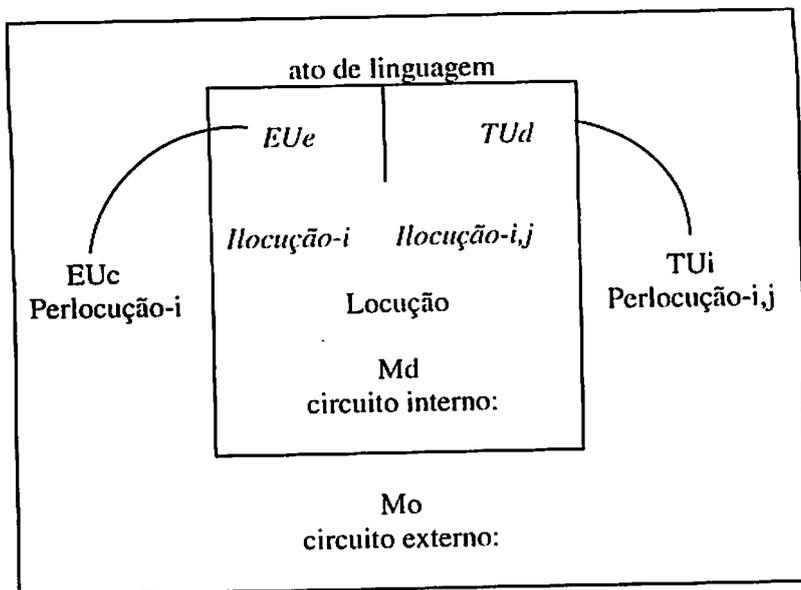
O NÍVEL DISCURSIVO: AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS COMO ATUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES ENUNCIATIVAS

Tendo sido contemplados os níveis *situacional* e *comunicacional*, é oportuno proceder a uma análise do nível propriamente *discursivo*, enquanto instância de intervenção do *sujeito comunicante*, tornado *sujeito enunciador* através da efetivação de suas estratégias discursivas, orientadas em função dos outros dois níveis acima e das condições enunciativas do *discurso* e do *debate eleitorais*, a saber: a força ilocucionária comissiva de *promessa*, as assertivas de *elogio* e *crítica*, e a diretiva de *pergunta*, respectivamente. Faz-se necessário, pois, discutir alguns fundamentos relativos a estas últimas, enfocando-os na perspectiva das relações que podem se estabelecer entre algumas categorias oriundas da *teoria dos atos de fala* e outras advindas da *teoria semiolinguística*. A propósito, cabe ressaltar que o próprio Charaudeau (1996: 11) acena para a possibilidade de um tal relacionamento, ao atentar para a ambivalência da expressão “força ilocucionária”, dizendo:

“ ‘Força’ leva a um algo mais externo ao processo linguístico e obriga a observar o que ocorre acima e abaixo do ato de enunciação, enquanto ‘ilocucionária’ leva a um algo mais intralinguístico na medida em que pode ser recuperado a partir de certas marcas do aparelho enunciativo.”

É nesse sentido que, para o autor, o ato de linguagem traz a marca de uma intencionalidade, sendo o performativo apenas a “árvore que esconde a floresta” (p.11); e mais, a noção de *condição* pode ser interpretada de dois modos: como sendo *interna* ao processo linguístico, na medida em que é preciso encontrar na língua as condições de realização dos enunciados, e ainda, como sendo *externa* ao processo linguístico, em termos de que as *condições de sucesso* e *de satisfação* dos enunciados devem ser procuradas na observação dos elementos de ordem *situacional*, os quais condicionam a significação

dos fatos de linguagem (p.10). Com efeito, pode-se dizer que os autores da *teoria dos atos de fala* consideraram a existência de uma dimensão extralingüística que serve de suporte para a realização de um ato de fala, o que aparece refletido na representação dos elementos que compõem o conjunto de condições constitutivas de uma força ilocucionária; mas, decerto, uma tal dimensão extralingüística não foi contemplada nesta teoria em termos de um conjunto de práticas psicossociais, estruturadas dentro de um modelo sócio-comunicativo, como o faz a *teoria semiolingüística* que assinala, sobretudo, que esta dimensão estabelece uma relação solidária de interdependência com a dimensão propriamente lingüística do ato de linguagem. Nesses termos, ao propor uma forma orgânica de integração das duas dimensões representadas pelos termos da oposição *interno x externo*, esta última teoria possibilita uma explicação mais efetiva da forma de estruturação dos processos enunciativos engendrados numa interação verbal; tais processos foram, de certo modo, negligenciados pela teoria dos atos, mais ocupada com a descrição da forma de estruturação das condições enunciativas constitutivas de uma tal interação, as quais, não obstante, são também fundamentais, porque elas também determinam o engendramento dos processos. Sendo assim, é interessante, de início, proceder a uma sobreposição do quadro enunciativo formulado por Charaudeau (1983), no âmbito da *teoria semiolingüística*, ao esquema intersubjetivo resultante da integração dos níveis de processamento de um ato de fala formulados por Austin (1990) e Ducrot (1980), no domínio da *teoria dos atos de fala* e da *argumentação*, respectivamente.



Para efeito de descrição do que pode ser visualizado na adaptação acima, é interessante notar que o nível da *perlocução* se inscreve no circuito externo do quadro enunciativo, relativo à dimensão psicossocial do ato de linguagem, o que é pertinente com a idéia de que a *perlocução* diz respeito à instância das intenções com que um determinado ato é produzido e/ou interpretado. Nesse sentido, é curioso que os teóricos tenham caminhado na direção de um distanciamento cada vez maior em relação a esta instância perlocucionária, devido ao seu caráter demasiado difuso dentro do escopo da *teoria dos atos*, atitude que ratifica um certo 'melindre' de seus autores em atacar radicalmente a instância *situacional* como sendo digna de possuir um '*status linguageiro*' com categorias próprias/autênticas. Note-se ainda que o nível da *ilocução*, por sua vez, está situado numa instância intermediária entre o circuito externo e o circuito interno do ato de linguagem, demarcando um espaço de interseção entre eles, de modo a contemplar a noção de que a *ilocução* se refere à instância das convenções que delimitam espécies naturais de uso da linguagem constitutivas das formas de vida humana (ou seja, das práticas psicossociais) existentes numa dada sociedade. A esse respeito, pode-se demonstrar, em linhas gerais, em que medida os

elementos constitutivos de uma força ilocucionária corroboram essa posição de interface entre os dois circuitos do ato de linguagem ocupada pela *ilocução*; assim, a começar pelo *ponto* ilocucionário e seu respectivo *modo* de realização, tais categorias são as que expressam de modo mais efetivo essa posição, no sentido de que elas representam exatamente a maneira pela qual um determinado conteúdo proposicional, ou ainda, uma dada proposição lingüística (circuito interno) deve se ajustar ao mundo, ou seja, à realidade extralingüística (circuito externo), e vice-versa. Passando às *condições de conteúdo proposicional*, pode-se dizer que tal categoria constitui um elemento da força ilocucionária mais voltado para o circuito interno, isto é, para a dimensão estritamente lingüística do ato de linguagem, pois remete à proposição propriamente dita. Quanto às *condições preparatórias*, é notório que este elemento se vincula ao circuito externo, mais especificamente, à dimensão social deste circuito, pois se refere a certos pressupostos éticos e/ou empíricos relativos à identidade dos interlocutores e, por conseguinte, aos papéis a serem desempenhados e aos compromissos a serem assumidos por eles. Já as *condições de sinceridade* e o seu *grau de potência/intensidade* configuram elementos mais associados à dimensão especificamente psicológica do circuito externo do ato de linguagem, isto é, ao componente intencional do *sujeito comunicante*, preenchendo, assim, a instância a que faz referência o primeiro radical do adjetivo composto “psicossocial”. Por último, observe-se que o nível da *locução* se inscreve totalmente no circuito interno do ato de linguagem, ou seja, numa dimensão estritamente lingüística, o que, de fato, é coerente com a definição da *locução* como uma instância relativa à expressão das representações frasais, isto é, das sentenças de uma dada língua, considerando-se as suas propriedades lexicais e relações gramaticais. Vale também salientar que as categorias denominadas *arrière-fond conversationnel e intentionalité collective* - às quais a *teoria dos atos de fala* recorreu, ao buscar ampliar o seu alcance teórico, deslocando-se de um enfoque centrado na lógica ilocucionária dos atos de fala isolados para uma perspectiva mais abrangente voltada para a lógica do discurso - apontam para uma tentativa de delimitar um horizonte de trabalho que contemple a dimensão extralingüística das práticas psicossociais. Com efeito, tais categorias se aproximam muito de conceitos elaborados no escopo da *teoria semiolingüística* em torno da noção de *contrato de comunicação*, a exemplo do *postulado de intencionalidade*, das

representações (conhecimentos) supostamente partilhadas pelos parceiros, entre outros.

A propósito de uma explicação acerca do funcionamento do ato de linguagem de acordo com a formulação do quadro acima, pode-se dizer que o processo enunciativo se estrutura à maneira de um jogo especular em que as imagens construídas pelos sujeitos envolvidos nas práticas de linguagem podem ser refletidas ou refratadas, segundo as circunstâncias e as condições específicas que caracterizam a situação de interação. Assim, de um ponto de vista ideal, a enunciação de um determinado ato ilocucionário por um dado *sujeito enunciador* pressupõe o acionamento de um conjunto de intenções (perlocucionárias) por parte do *sujeito comunicante*, com o objetivo de efetivar o seu projeto de fala. Estas últimas podem apenas ser inferidas pelo *sujeito interpretante*, mas a intenção de realizar um ato ilocucionário é, obviamente, expressa pela própria enunciação do ato, ou seja, está marcada na sua própria estruturação formal. Nesse sentido, é fato incontestado que um ato ilocucionário literal é enunciado, antes de tudo, para ser reconhecido enquanto tal, de modo que o *sujeito comunicante*, tornado *enunciador*, constrói uma imagem de *destinatário* na qual possa ver refletida a sua própria imagem de *enunciador*, em outras palavras, uma imagem de *destinatário* que reconheça a enunciação de seu ato ilocucionário como sendo bem sucedida. Decerto, em última instância, o *sujeito comunicante* objetiva que o *sujeito interpretante* se assimile à imagem de *destinatário* criada, reconhecendo, desta forma, a performatividade do ato enunciado e refletindo, como tal, a imagem de *enunciador* construída pelo próprio *comunicante*, isto é, a *ilocução-i* enunciada, situada no pólo do *comunicante*, deve coincidir com a *ilocução-i* compreendida, situada no pólo do *interpretante*, a qual, neste caso, reflete a primeira; por exemplo, uma *pergunta* é feita normalmente para ser respondida, assim como uma *ordem* é dada para ser obedecida. Certamente, os fatos se tornam mais difusos quando envolvem a enunciação de atos indiretos, a exemplo de casos frequentes em que a enunciação de uma *pergunta* é enunciada para ser entendida como um *pedido*. Aqui, tem-se um caso mais complexo em que o interlocutor deve proceder a um ajuste de alguns elementos constitutivos da *ilocução-i* enunciada, a exemplo da reorientação do *modo* de realização do *ponto diretivo*, a partir das relações que se estabelecem entre a enunciação e os aspectos relativos à situação de interação. Se a estratégia objetivada pelo *comunicante* for reconhecida pelo *interpretante*, a imagem de

enunciador construída será refletida, na medida em que a *pergunta* deve ser compreendida, e, ao mesmo tempo, refratada em alguma extensão, no sentido de que a compreensão da *pergunta* deve ser ultrapassada para que o *interpretante* possa alcançar o entendimento do *pedido*. Todavia, a linguagem é também uma 'fonte de desentendimentos' em diversos sentidos, de modo que é possível conceber situações em que uma *pergunta* seja expressa como um ato literal e, não obstante, seja entendida como um *pedido*, ou ainda, em que um *pedido* indireto seja feito sob a forma de uma *pergunta* e seja compreendido apenas como uma *pergunta*, ou em que um *ordem* seja entendida como um *pedido* e vice-versa. De qualquer forma, os casos hipotéticos acima colocam em questão o fato de que a *ilocução-i* enunciada pode ou não coincidir com a *ilocução* compreendida que é, pois, traduzida em termos de uma *ilocução i, j...(n)* possível. Este mesmo padrão é válido também para a dimensão da *perlocução*, onde a intenção objetivada pelo *comunicante*, representada pela *perlocução-i*, pode ou não coincidir com a intenção inferida pelo *interpretante*, representada pela *perlocuçãooi, j...(n)*, mas os atos que se processam na instância da *perlocução* devem ser contemplados numa outra perspectiva, a exemplo de casos em que uma *pergunta* enunciada venha a ofender o interlocutor, ou ainda, em que uma *pergunta* seja feita com a intenção de provocar o interlocutor; ora, o efeito perlocucionário que se traduz pela *provocação* não pode, enquanto tal, ser determinado em termos de um ajuste a ser feito numa escala de variações possíveis dentro de uma força ilocucionária primitiva, exatamente porque não existe uma força ilocucionária de *provocação*. Este efeito só pode ser inferido enquanto uma intenção (*perlocução-i*) do *sujeito comunicante* e, caso seja suscitado no *sujeito interpretante*, a imagem de *enunciador* construída pelo *comunicante* terá sido refletida através da assimilação do *interpretante* (*perlocução-i*) à imagem do *destinatário* também criada pelo primeiro. Tomando outro exemplo que aparece entre os processos enunciativos presentes no *debate* analisado, pode-se pressupor que uma *promessa* seja enunciada com a finalidade de convencer o interlocutor acerca de sua veracidade e factibilidade. Nessa perspectiva, o *sujeito comunicante*, com a intenção (*perlocução-i*) de convencer o *sujeito interpretante*, constrói uma imagem de *enunciador* da *promessa* (*ilocução-i*) e, por conseguinte, uma imagem de *destinatário* que reconheça a performatividade deste ato (ilocucionário); se o *sujeito interpretante* se assimilar à imagem de *destinatário* criada, assumindo a enunciação da *promessa* (*ilocução-i*)

como sendo bem sucedida, ele terá sido convencido (*perlocução-i*) e, desse modo, a imagem de *enunciador* terá sido reconhecida/refletida; caso contrário, se o *interpretante* não se assimilar à imagem do *destinatário*, refutando a factibilidade da *promessa*, por exemplo, ele não terá sido convencido (*perlocução-j... (n)*) e, assim, a imagem de *enunciador* terá sido recusada/refratada, com base numa distorção que incide sobre as *condições preparatórias* do *comunicante*, derivando um efeito perlocucionário que se traduz pela *demagogia* (*perlocução-j*).

A esse propósito, é interessante tecer um comentário acerca de alguns efeitos perlocucionários traduzidos pela *mentira*, pelo *equivoco*, pela *demagogia*, entre outros - os quais configuram atos de linguagem específicos inferidos a partir da enunciação dos atos ilocucionários constitutivos das estratégias discursivas efetivadas pelos candidatos - no sentido de buscar justificar, em alguma extensão, a sua inserção no nível da *perlocução*, ou ainda, no *espaço externo* do dispositivo enunciativo. Assim, pode-se recorrer a um argumento fundamentado na existência dos performativos recuperando, de certo modo, a formulação desenvolvida por Austin, segundo a qual podem-se distinguir, respectivamente, “o ato locucionário ‘*ele disse que...*’ do ato ilocucionário ‘*ele argumentou (afirmou) que...*’ e do ato perlocucionário ‘*ele me convenceu que...*’”. Não se trata, evidentemente, de tentar reanimar a discussão sobre a importância dos verbos performativos, reivindicando-lhes um lugar privilegiado dentro da lógica ilocucionária; aliás, já foi enfaticamente reiterado por vários autores que os performativos não garantem a existência das forças ilocucionárias, não havendo, ademais, uma relação diretamente proporcional entre as forças ilocucionárias e os verbos performativos existentes numa determinada língua natural. Não obstante, uma breve comparação entre algumas formas verbais que admitem um uso performativo e outras que não admitem permite ilustrar e esclarecer alguns aspectos conceituais característicos dos atos de linguagem em questão. Nesse sentido, é curioso notar que, ao contrário dos atos ilocucionários, que podem ser expressos através de proferimentos performativos como ‘*eu afirmo*’, ‘*eu prometo*’, ‘*eu ordeno*’, ‘*eu juro*’, etc., parece haver um certa incompatibilidade entre o semantismo, isto é, o padrão conceitual característico de atos como a *mentira*, o *equivoco*, a *provocação*, a *demagogia*, etc., e o uso performativo de formas lingüísticas que expressem tais atos, de modo que o próprio sistema lingüístico inviabiliza o emprego de formas performativas

como 'eu minto...', 'eu equivoco...', 'eu provooco...', 'eu demagogizo...', etc., não porque sejam atos ilocucionários para os quais a língua não apresenta marcadores de força, ou ainda, formas lexicalizadas que os expressem, mas, antes, porque não constituem atos situados no nível da *ilocução*, não podendo, portanto, ser empregados, e sim apenas mencionados, conforme evidencia existência de *críticas metalingüísticas* em que se mencionam tais atos, na forma específica de seu desvelamento. Decerto, Austin parece apontar para esse fato quando diz que 'convencer que...' representa um ato perlocucionário; com efeito, não existe uma força ilocucionária de 'convencimento', de modo que não se pode enunciar um ato como 'eu convenço que...', pois 'convencer' é, de um lado, uma intenção perlocucionária do *sujeito comunicante* – que se torna *sujeito enunciador*, é claro, através da enunciação de atos ilocucionários sejam eles *asserções*, *promessas* ou *ordens*, entre outros atos ilocucionários possíveis – e, de outro lado, um efeito perlocucionário a ser suscitado ou não no *sujeito interpretante* que, por sua vez, pode 'ser convencido', assimilando-se ao *sujeito destinatário*, assim como pode 'não ser convencido', não se assimilando a este último. Em suma, a incongruência semântico-discursiva, que gera um efeito de sentido um tanto paradoxal, mais do que o estranhamento da forma lingüística de expressões performativas como 'eu minto', 'eu equivoco', 'eu provooco', 'eu demagogizo', 'eu omíto', 'eu chantageio', entre outras, evidencia, em alguma extensão, que esses atos de linguagem não devem ser abordados no nível da *ilocução*, mas sim da *perlocução*.

Assim, de um lado, a *teoria semiolingüística* proporcionou uma abordagem mais operacional dos elementos constitutivos da instância *situacional*, que constitui o espaço de limitações, impostas pelo *contrato* do *discurso* e do *debate eleitoral*, para a execução das estratégias discursivas, e da instância *comunicacional* que delimita o modo de funcionamento deste *contrato* e, por conseguinte, de acionamento de tais estratégias, conforme foi abordado nas duas seções precedentes. De outro lado, a *teoria dos atos de fala* possibilitou uma abordagem mais rigorosa dos elementos que definem as condições enunciativas do *discurso* e do *debate eleitoral*, a serem atualizadas na forma de estratégias discursivas, cuja efetivação configura o nível *discursivo* do modelo teórico proposto por Charaudeau. Nesse sentido, estas estratégias representam o desempenho lingüístico-discursivo dos candidatos enunciadores, ou

seja, dos *parceiros* enquanto *protagonistas* da enunciação, e, como tal, remetem às escolhas lingüístico-enunciativas operadas por eles no circuito interno (componente *lingüístico*) do ato de linguagem, as quais produzem efeitos relativos ao circuito externo (componente *situacional*) que contribuem para o processamento da totalidade do ato, em termos dos processos enunciativos engendrados durante a interação.

Assim, uma vez estruturado, de um ponto de vista teórico, o modelo sócio-comunicativo de abordagem do *contrato* do *discurso* e do *debate político-eleitoral*, o próximo procedimento metodológico, do ponto de vista da análise do *corpus* constituído pelo *debate* em questão, é avaliar, primeiramente, o modo pelo qual as condições enunciativas são estruturadas e organizadas no componente *lingüístico* sob a forma de estratégias discursivas; posteriormente, pode-se contemplar o modo pelo qual os processos enunciativos são engendrados a partir das relações que estas estratégias estabelecem com os elementos do componente *situacional* e dos efeitos daí gerados, configurando atos de linguagem específicos. Por motivos de força maior, relativos às restrições espaço-temporais impostas à consecução e à publicação deste texto, faz-se necessário concluí-lo, remetendo os possíveis leitores à análise desenvolvida de forma exhaustiva na tese da qual foi extraído o presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer - palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1991. p.81-90: 'O aparelho formal da enunciação'.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours; éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachete, 1983.
- CHARAUDEAU, P. Para uma nova Análise do Discurso. In: *O discurso da mídia*, Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p.03-43.
- DUCROT, O. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi; Linguagem e Enunciação*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1984, v. 2, p.368-393.

- CHARAUDEAU, P. Actos lingüísticos. In: *Enciclopédia Einaudi; Linguagem e Enunciação*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1984, v. 2, p.435-452.
- GADET & HAK, F e T. (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- HABERMAS, J. *Que é Pragmática Universal?*, 1976.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- MARI, H. *Entre o conhecer e o representar: para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas lingüísticas*. Tese/UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1988.
- SEARLE, J. *Actos de Fala*. Coimbra: Almedina, 1984.
- VANDERVEKEN, D. O que é uma força ilocucional ? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: IEL-UNICAMP, 1985. p. 173-194
- VANDERVEKEN, D. La théorie des actes de discours et l'analyse de la conversation. In: *Cahiers de linguistique française* 13. Genève: 1992. p.03-60.

O RECADO DO MORO E AS VOZES DA ENUNCIÇÃO

Edson Nascimento CAMPOS
FALE / UFMG

“Desde ali, o ocre da estrada, como de costume,
é um S, que começa grande frase.”
Rosa (1965: 5)

O texto que, aqui, vou abrindo tem um certo *começo* que acontece, em outro lugar, em outros textos e falas. O que ouço e escrevo, aqui, são algumas ressonâncias que vêm de lá: ecos que ecoam de outros becos, neste beco, seguindo o desenho de um certo S.

E é o que eu poderia dizer: a articulação dos significados textuais, que vão sendo abertos para a possibilidade de vários sentidos, produzidos pela prática significante da leitura e da escrita de seus interlocutores, não autorizaria uma concepção monológica de abertura. Ou seja: não poderia pensar o *começo* com o significado de fechamento em torno de um ponto determinado, na qualidade de *ponto primeiro*. Aqui, nesse ponto de vista, a *origem* é tratada como *ponto primacial*.

Mas, o ponto de onde partiriam os significados do texto, sob a ação significante da interlocução, poderia ser o ponto que é acionado para as relações com outros textos: esse ponto, com a propriedade constituinte do *fechamento* e da *abertura*, teria, então, a qualidade de *origem* como *ponto relacional*. Por exemplo, *O Recado do Morro*, através de uma epígrafe que se fecha em Plotino, acaba sendo aberto para outros textos. Ou seja:

“No Timeu, a narração da formação do universo é introduzida por outra narração: Crítias conta estória, que lhe tinha chegado por intermédio do avô, atribuída a Sólon, um dos Setes Sábios da Grécia. Sólon, por sua vez, a ouvira de um sacerdote egípcio. Temos, portanto, uma cadeia de citações sobre citações se partimos da epígrafe de Plotino:

Guimarães Rosa que cita Plotino, que cita Platão, que cita Crítias, que cita o avô, que cita Sólon, que cita o sacerdote egípcio. A narração de Guimarães Rosa é uma estória que lembra a lembrança da lembrança: é história.” Araújo (1992: 90)

Se um texto é *ponto primacial*, o seu lugar figura o espaço do que precisa ser *semelhante* e, como tal, é ele constituído como objeto relativo à ordem da reprodução: o que é *semelhante* é formado pelo que é *sólido, próximo, familiar, conhecido, estável*. Ou seja, os objetos dessa ordem precisam estar sujeitos ao controle especular da reprodução:

“Mas, quando vinham vindo, terminando a torna-viagem, já o céu de todas as partes se enfumacava cinzento, por conta das muitas queimadas que nas encostas lavraram. O sol à tarde era uma bola carmesim, em liso, não obumbrante. A barba de Ivo igualava, apontando cavanhaque em feio começo. E Pedro Orósio, espiondo o espelhinho, se achava meio carecido de cortar o cabelo, que por sobre as orelhas caracolava.” Rosa (1965: 26)

O que preciso observar é que, no interior de um objeto destinado à reprodução, o que é *semelhante* vai sendo produzido para conviver com o *diferente*. Isto é, os significados estabelecidos vão sendo trabalhados, sob o regime tenso da convivência semiológica, no abraço daquelas novas marcas contrárias: *o fluido, o distante, o estranho, o desconhecido, o instável*. Por isso, o texto que vai sendo aberto para *o mesmo* não deixa de ser aberto, também, para *o outro*. Nesse caso, um texto é, também, um espaço de *ponto relacional* uma vez que a operação de fechamento dos significados convive, contraditoriamente, com a operação de abertura que aí, simultaneamente, atua. Em *O Recado do Morro*, o trabalho do texto, então, a despeito do esforço pela semelhança, acaba por efetuar não só a reprodução dessa ordem, mas, ainda, a sua transformação, o que suscitaria o nascimento do diferente e, conseqüentemente, a movimentação contraditória da significação.

Por isso, sou obrigado a dizer que o espelho da convivência e das atividades dos viajantes pelo morro das Garças, apesar de trazer ele as marcas determinantes do *familiar*, o que pressupõe a articulação

significante *do mesmo*, traz, ainda, as marcas do *estranho*, com os sinais evidentes da resistência *do outro*: o texto não nasce, pois, do trabalho com um único *ponto primacial*, mas dos jogos simultâneos com os *pontos relacionais*, em que a reprodução e a transformação se articulam.

“Mesmo, sendo reconhecia, no que estavam praticando os três donos viajantes. – “Eu estou em férias, descanso...” – frei Sinfrão explicava.

E carregava pedras - confessando, doutrinando, pondo o povo para rezar conjunto, onde estivessem, todas as noites; e terminou uma novena no Marciano, e já na Nhá Selena começava outra. E seo Jujuca aprendia tudo de seu interesse - tirava conversa com os sitiantes e vaqueiros, já traçava projeto de arrendar por lá um quadradão de pastagens, que ali terra e bezerros formavam mais em conta. E o seu Olquiste estudava o que podia, escrevia a monte em seus muitos cadernos, num lugar recolheu a ossada inteira limpa de uma anta-sapateira, noutro ganhou uma pedra enfeitosa, em formato de fundido e cores de bronze, noutro comprou para si um couro de dez metros de sucuri macha. – “Cada um é doido de sua banda!” – definia o Ivo, a respeito. E em combinavam no rir, Pedro Orósio e ele.” Rosa (1965: 27)

Dizer que um texto nasce da articulação *dos pontos relacionais com os primaciais*, o que inviabilizaria, por outro lado, a articulação textual em torno de *um único ponto primacial*, significa dizer, de um outro jeito, que a narrativa se faz pela prática *da intertextualidade*. E isso, em outras palavras, me força a conceber a atividade textual como relação dialógica dentro da qual se defrontam os interlocutores dos recados do morro. Nesse aspecto, o esforço pela reprodução convive com a dificuldade que nega tal esforço e, nisso, vai sendo instaurada a reprodução inerente à *paráfrase* e, ainda, a reprodução e a transformação inerentes à *paródia*. Vai sendo, então, estabelecida a convivência contraditória dos pares: *o familiar e o estranho; o preciso e o impreciso; o conhecido e o desconhecido; o estável e o instável; o completo e o incompleto*. E o que pode ser lido e ouvido, no entrecruzamento das vozes, é um jogo de linguagem cujos significados percorrem os limites *do possível e do impossível*:

“—'Vad? Fara? Fan?’— e seo Alquiste se levantava. — “Hom” êst’ diz xôiz’ imm’ portant !” - ele falou, brumbrum. Só se pelo acalor de voz do Gorgulho ele pressentia. E até se esqueceu, no afã, deu apressadas frases ao Gorgulho naquela língua sem as possibilidades. O Gorgulho meio se arregalou, e defastou um passo. Mas se via que algum entendimento, como que de palpíte esteve correndo entre ele e o estranho: porque ele ao de leve sorriu, e foi a única vez que mostrou um sorriso, naquele dia. Os dois se remiravam. Seo Olquiste reconheceu que não podia; e olhou para frei Sinfrão. — “Chôis’ muit’ imm’ portant ?” — indagou.

Não, não era nada importante, o frade explicou, o quanto pôde. No mais, que o Gorgulho disse, que foi breve, se repetia menos mesmo, continuativo, não havia por onde se acertar. — “Ê do airado...- disse seo Jujuca. Nem eram coisas do mundo entendível. De certo o Gorgulho, por sua mania, estava transferindo as palavras. Mais achou, como de relance, que seo Alquiste era capaz de pegar o sentido escogitado; e então afiou boca. Mas, nesse afogo, falando muito depressa, embrulhava tudo, não vencia se desembargar. Só Pedro Orósio às vezes capiscava, e reproduzia para Frei Sinfrão, que repassava revestido p’ra seo Olquiste. E seo Jujuca também auxiliava de falar estrangeiro com frei Sinfrão — mas era vagaroso e noutra toada diferente de linguagem, isso se notava. Mas, depois, toda a resposta de seo Alquiste retornava, via o frade e Pê-Boi. Por tanto, todos então estavam nervosos de tanta conconversa. E o Ivo, que no meio daquilo era o sempréstimo, glosou qualquer tolice - nem era chacota — e o Gorgulho expeliu nele um olhar de grandes raivas; e, daí, esbarrou: quis não falar mais nada não.

Ao fim de tanto transtorno, o rosto de seo Alquiste se ensombreceu, meio em decepção; e ele desistiu, foi se sentar outra vez no pedaço de pedra. Só se ouvia, o resumo de uma mosca-verde, que passava; o terteré dos animais boqueando seu capim; e o avexo em chupo do riachim, que estarão frigindo.” Rosa (1965: 22-23.)

Ou seja, *do movimento* que chama o *repouso*, ou do *repouso* provisório, que indicia o *movimento*, a interlocução vai articulando e rearticulando o texto. Agora, por exemplo, os viajantes estão de volta: Pedro Orósio, Seo Alquiste, Frei Sinfrão, Seo Jujuca e Ivo Crônico, de ponto em ponto, traçam a linha com que desenham a volta. E cada fazenda, como *repouso* para o *movimento* efetuado, constitui um ponto a que corresponde uma fala e uma escrita marcadas pela intertextualidade das *reminiscências* e das *alusões*.

“Mas quase todas as mesmas, que na ida, eram as moradias que procuravam, para hospedagem de janta ou almoço, ou em que ficavam de aposento. As quais, sol a sol e val a val, mapeadas por modos e caminhos tortos, nas principais tinham sido, rol: a do Jove...” Rosa (1965: 26)

E há outras fazendas e significados: *a dona Vininha, o Nhô Hermes, a Nhá Selena, o Marciano, o Apolinário.*

Com tais significados, que ganham corpo na vida das fazendas, a prática da interlocução provocaria a abertura para outros significados, através dos traços insinuantes - já aqui tratados - das *reminiscências* e das *alusões*. Além disso, tal prática semiológica indicaria o caminho para a ação intertextual da *metalinguagem*, que, em busca de uma posição esclarecedora, ou iluminadora dos fenômenos empíricos, alargaria a percepção do que vinha aparecendo, recorrente, no plano do *imediate*. E, então, entram em convivência o *empírico* e o *conceitual*, ou o *imediate* e o *mediato*, pela mediação dos textos e falas, saberes e fazeres, que executariam o papel das operações explicativas a serviço da articulação desses contrários.

“O Recado do Morro fala da Terra – do Morro das Garças que, imóvel, acompanha a viagem de ida e volta de um grupo de viajantes (de “planetas”), guiados por um enxadeiro, Pedro Orósio (Pedra, Montanha); grupo que passa, em seu movimento de translação, por sete fazendas – de D. Vininha (Vênus), seo Jove (Júpiter), seo Saturnino (Saturno), seo Apolinário (Sol), Nhá Selene (Lua), Nhô Hermes (Mercúrio) e seu Marciano (Marte).” Araújo (1992:

Num outro nível de percepção, as fazendas não se reduzem à manifestação do *empírico* mais *imediat*, mas ganham, num nível *mediato*, graças à força explicativa da *metalinguagem*, o conceito de planetas. E os viajantes também passam a uma outra ordem de significação: também são planetas. E o movimento que executam, todos, segue o traçado daqueles que se deslocam pelos *pontos relacionais*, articulados em torno de *um ponto primacial*. É esse o movimento intertextual da reprodução e da transformação, inerente ao sistema semiológico, que corresponderia, então, simultaneamente, a alguns traços. De um lado, corresponderia ao movimento de Mercúrio (deslocamento), que participa da condição da *mobilidade*, e, de outro, corresponderia à posição da Terra (permanência), que responderia à condição da *imobilidade*, o que pressupõe, nesses planetas, a atuação de atributos como: *o inconstante e o constante; o invariável e o variável*, por exemplo.

Além do mais, os viajantes, como planetas, integram um outro plano de significação. Pedro Orósio seria *o corpo, o espaço*. Seu Alquiste, Frei Sinfrão e Seo Jujuca seriam, respectivamente, *os integrantes da alma: o pensamento científico, o pensamento religioso, o pensamento prático*. E Ivo Crônico seria *o tempo*.

Ora, a viagem de quem pensa, exercendo o pensamento sobre o sentido da vida e da morte, constituiria uma certa prática em que seria exercida a experiência *da metalinguagem*. Aí, uma linguagem que explica os objetos, uma vez que procura alcançar a ordem do *conceitual*, é diferente da linguagem-objeto, que procura fazer acertos imediatos na ordem do *empírico*. A ciência de seo Alquiste, por exemplo, na taxionomia dos objetos do chão, não seria a única experiência possível. Mas a expedição, que faz essa viagem, procuraria rastrear, no *empírico*, as marcas do *conceitual*: indicaria pistas para os sentidos que estão além do plano *imediat*; sugeriria, pelos saberes e práticas acumulados, uma articulação *conceitual* e uma outra busca, ou viagem, que viria marcada pela recorrência do *constante* e do *inconstante*. E essa busca, para ter a fisionomia *de caminho*, ou de *método*, precisaria ter a direção de um grande *S* que, recorrentemente, passaria a figurar o desenho de uma linha espiralada. É uma linha que sairia e não sairia do objeto *empírico*; passaria e não passaria pelos saberes e práticas que tratariam de cercar o seu sentido; faria e não faria, ela, um giro analítico a respeito de sua condição,

utilizando a ação mediadora dos saberes e práticas disponíveis; apreenderia e não apreenderia os arranjos conceituais que figurariam uma explicação para esse objeto *empírico*; tocaria e não tocaria, essa linha, nos espaços do vazio, do disforme, do aberto, do impalpável. Tal viagem seria a da ida. A da volta, até certo ponto, teria lá as suas *semelhanças*, as suas *constâncias*, a despeito das *diferenças* e *inconstâncias* constituintes de toda viagem. Mas, o *diferente* é agora o seguinte: o *empírico* que ia sendo iluminado, na ida, pelos *conceitos* que iam sendo articulados, interlocutoriamente, com a ação da teoria e da técnica disponíveis, ganha agora, na volta, a infiltração conceitual que, provisoriamente, iluminaria uma das faces de sua estrutura.

É bem possível que essa, também, seja uma viagem que possibilite a articulação *do empírico* e *do conceitual* que integrariam, ambos, o corpo organizado de uma metodologia para a produção da leitura e da escrita. E, além disso, tais planos, integrariam, ainda, a organização de uma metodologia da investigação e da pesquisa centrada no texto como objeto de estudo enquanto realização de leitura e de escrita.

É bem possível, se assim for, que a viagem *pelo lado direito* do texto esteja articulando, alusivamente, os significados que, em associação contraditória, constituiriam, ao longo de seu avesso, os caminhos para o domínio do texto enquanto objeto constituído pelo jogo da contradição. E, se, assim for, o texto enquanto *produto* seria constituído, dialogicamente, através de um jogo de mediações teóricas e técnicas, na relação com o *processo* que o instituiria. E, então, a prática de ler e de escrever teriam, no seu jeito de ser, o sentido do trabalho significativo com um corpo que se desdobra de uma certa margem para várias outras. Nesse caso, viajar é preciso: como os seres viventes, os viajantes, ou os planetas.

“E assim seguiam, de um ponto a um ponto, por brancas estradas calcáreas, como por uma linha vã, uma linha geodésica. Mais ou menos como a gente vive. Lugares. Ali, o caminho esfolia em espiral uma laranja: ou é a trilha escalando contornadamente o morro, como um laço jogado em animal. Queriam subir, e ver. O mundo disforme, de posse das nuvens, seus grandes vazios. Mas, com brevidade, desciam outra vez. Saíram a onde a estrada é reta, bom

estirão. Até que, a pouco trecho, enxergavam, adiante uma pessoa caminhando.” Rosa (1965: 13)

Retomando, é bem possível que *O Recado do Morro*, enquanto Terra (Morro, centro) e Mercúrio (Movimento, deslocamento), tendo, pois, os atributos da *permanência e da mudança*, seja, enfim, a possibilidade da experiência com o movimento contraditório de quem fala e escreve, ou de quem exerce a comunicação (Hermes). A esses atributos se somam, então, aquelas dimensões aqui conhecidas: *variável e invariável; constante e inconstante; semelhante e diferente, o mesmo e o outro...* E, assim, essas e outras pistas seriam, a meu ver, as *alusões e reminiscências* que serviriam de rastros para o mapeamento dos jogos propostos pela cartilha de João Guimarães Rosa. E tal sentido não aparece apenas, aqui, nesses recados. Lá, em *Buriti*, os ecos de tal cartilha também estariam ressoando:

“O mato - vozinha mansa - aeiouava.” Rosa (1965: 134)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, H. V. "A Raiz da alma" in: *Corpo de Baile*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. 178 p. (Criação & Crítica; 10)
- ASSIS, M. *A palavra é humor*. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1990. p. 08-28 : Quem conta um conto...
- CAMPOS, E. N. e CURY, M. Z. F. "Fontes Primárias: Saberes em Movimento." in: *Revista da Faculdade de Educação/USP*, v. 23, n. 1/2, p. 311-321, jan. 1998.
- CAMPOS, E. N. "A Relação entre o Processo e o Produto na Escrita do Texto." in: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 52 -53, jun. 1986.
- CURY, M. Z. F. "Intertextualidade: uma prática contraditória." in: *Ensaio de Semiótica*. Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 117-128, dez. 1982.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 33-54: Dialética da Totalidade Concreta.
- PAZ, O. "Aqui." Trad. de Matinas Susuki Jr. *Folha de São Paulo*, São Paulo; 16 mar. 1986. Folhetim, p.12.

ROSA, J. G. "No Urubuquaquá, no Pinhém" in: *Corpo de Baile*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. p. 3-70: O Recado do Morro

ROSA, J. G. "Noites do Sertão" in: *Corpo de Baile*. 3^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. p. 81-251: Buriti.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

ARENDT: 182
ARISTÓTELES: 163, 166, 184,
186, 197, 205, 210, 211, 216;
ASNCOMBRE: 33, 171, 187,
188, 189, 190;
ANSCOMBRE & DUCROT: 189,
190;
AUCHLIN: 80, 89;
AUCHLIN & ZENONE: 143.
AUSTIN: 43, 103, 104, 105, 107,
110, 141, 227, 316, 338;
AUTHIER-REVUZ: 282.

B

BAKHTIN: 40, 43, 48, 58, 244,
279, 282, 289, 314;
BANGE: 143;
BARTHES: 28, 43, 204, 205,
212, 219;
BHASKAR: 247;
BERRENDONNER: 80, 141,
142, 304, 307;
BERNSTEIN: 28,
BENVENISTE: 25, 27, 37, 43,
94, 107, 109, 110; 145, 227, 231,
232, 233, 234, 235, 244, 314;
BLANCHET & BROMBERG: .
148;
BOUDON: 218;
BOURDIER: 60;
BRASSAC: 134, 137;
BROMBERG: 133, 134, 137,
142,
BROMBERG & LANDRÉ: 140,
142, 146;

BROMBERG & DORNA: 142
BROMBERG & GHIGLIONE:
142;
BROMBERG & CHABROL:
143, 144,
BROWN & LEVINSON: 294,
295;
BURGER: 71, 76, 294;

C

CAREL: 171;
CHABROL: 142
CHARAUDEAU: 28, 31, 39; 40,
42, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 60,
101, 142, 152, 159, 163, 166, 167,
177, 179, 190, 191, 193, 194, 196,
244, 284, 314, 315, 316, 317, 318,
319, 323, 334, 337, 338, 344;
CHAROLLES: 138;
CLARK: 78;
CHOMSKY: 27;
CORACCINI: 40;
CORTRIGHT & HINDS: 180;
CORTINA: 254;
COSNIER: 202;
COULTHARD: 40, 209;
CREVIER: 222;

D

DE CAUX: 40;
DECLERQ: 182, 202, 203, 204,
208, 216, 217, 218, 222;
DECLERQ & LE GUERN: 211;
DESCARTE: 180;
DÉSSONS: 231;

DUCROT: 34, 159, 164, 171,
173, 176, 187, 188, 189, 202, 207,
208, 289, 338;

E

EHNINGER & BROCKRIED:
196;
ESPUNY: 64, 297, 298;

F

FAIRCLOUGH: 40
FILLIETAZ: 73;
FINLEY: 182;
FIORIN & PLATAO: 247;
FIORIN: 242, 243, 244, 247, 248,
254, 256, 277, 279, 280, 284,
FISHERMAN: 28;
FLAHAULT: 212;
FLUCKIGER: 206;

G

GHIGLIONE & TROGNON: 78;
GHIGLIONE & CHABROL: 142
GOLDEN: 169;
GOFFMAN: 28, 40, 76, 135, 143,
293, 294, 295, 319;
GREIMAS: 43;
GREIMAS & COURTÈS: 145,
254, 276;
GRICE: 34, 40, 43, 140, 295;
GROBET: 304, 307;

H

HYMES: 28, 143;
HOPER & THOMPSON::

J

JACQUES: 145;
JAKOBSON: 27, 227 ;
JAPIASSU & MARCONDES:
264;
JENNY: 204:

K

KANT: 30;
KERBRAT-ORECHIONI: 78, 88,
133, 211, 212, 218, 229, 230, 232,
299; 300,
KOHLER-RODRIGUES: 267,
268;
KRANZ: 64

L

LABOV: 28,
LABOV & FRANSHEL: 142,
145, 148,
LACAN: 282;
LANDOWSKI: 228, 232;
LARRIN: 264;
LE GUERN: 201, 204, 207, 211,
222;
LEVINAS: 236;

M

MACHADO: 40;
MAINGUENEAU: 39, 41, 42, 187,
202, 209, 221, 227, 242, 243, 244,
245, 246, 249, 253, 255, 256, 276,
278, 279, 280, 282, 284, 285;
MAO TES-TUNG: 247, 275;
MARI: 42, 94;
MARX & ENGELS: 266;
MENEZES: 192;
MEYER: 162, 164, 166, 167;
MOESCHLER: 138, 143;

MOESCHLER & REBOUL: 139,
140,
MICHE: 64, 291;
MILNER: 223;
MITTERAND: 271, 273, 274;

N

NEFF: 142;
NØLKE: 89;

O

OLBRECHTS-TYTECA: 159,
164, 165,
OUIZILLE & GARNIER: 160;

P

PÊCHEUX: 44, 253, 321;
PEIRCE: 97, 99, 110.
PERELMAN: 159, 164, 165, 166,
175, 176, 177, 185, 186, 279;
PIRES: 63, 64, 79,
PLANTIN: 149, 165, 169, 181;
PLATÃO: 160, 161, 162;
PRINCE: 244, 280, 281;

R

RACAH: 171;
RICOEUR: 228;
ROULET: 33; 40, 63, 64, 65, 78,
79, 84, 89, 142, 143, 206, 289,
291, 292, 294, 299, 304
RUBATTEL: 80, 89;
Ruwet: 23, 24

S

SABAH: 65;
SAUSSURE: 145;
SEARLE: 43, 48, 105, 106, 107,
110, 111, 134, 141, 148, 150;
SÓCRATES: 160;
SPÉRBER & WILSON: 48, 141,
145;
SPERBER: 149;
STROUMZA & AUCLIN: 208,
222;

T

TODOROV: 314;
TORK: 291;
TOULMIN: 159, 166, 167, 168,
169, 170, 175, 176, 177;
TROGNON: 134, 135, 136;
TROGNON & BRASSAC: 135,

V

VANDERVEKEN: 96, 111, 119,
126, 134, 135, 136;
VARELA: 222;
VERNANT: 149, 151;
VAN DIJK: 142;
VIANNA: 182;
VION: 145.

W

WITTGENSTEIN: 96, 100, 101,
102, 104, 110;

Y

YESSOUROUN: 204;

DOAÇÃO

De: Waleska de Andrade
de Discursos

Em: 06/02/2005

R\$ 3,00

Impresso nas oficinas da

SEGRAC EDITORA E GRÁFICA LIMITADA

Rua Catumbi, 191 Caiçara 31230-070 Belo Horizonte/MG

Telefax: (31) 3411-7077 e-mail: segrac@uai.com.br

O Núcleo de Análise do
Curso (NAD) é um órgão
vinculado à Faculdade de
Letras da UFMG e voltado,
exclusivamente, para a
organização e implementaçã
de atividades acadêmicas.

Seu objetivo principal é
congregar professores e
estudantes de níveis e
instituições variados, em
atividades como simposios
seminários, grupos de discu
são sobre objetos e temas
específicos do campo da an
álise do discurso.

O NAD tem mantido vincu
los regulares com professores c
de universidades da França
(convenio CAPES-
COFECUB), da Suíça e da
Espanha, (através de convên
ios internacionais da UFMG),
visando à interação com no
vos grupos, com novas proposi
ções de trabalho.

O resultado desse intercâmbio
tem sido a presença constan
te de pesquisadores dessas
instituições na UFMG para
ministrar cursos, bem como
de pesquisadores brasileiros
alunos e professores, nesses
países.

ISBN 85-87470-17-5



9 788587 470171

LEAS
418
A5
200
v. 4